

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO – USF**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM**  
**EDUCAÇÃO - MESTRADO**

**MATHEUS HENRIQUE BACCI FREIRE**

**PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E**  
**TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES.**

**ITATIBA-SP**

**2026**

**MATHEUS HENRIQUE BACCI FREIRE – R.A. 202513622**

**PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E  
TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação pela Universidade São Francisco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Linha de Pesquisa:** Educação, Sociedade e Processos Formativos.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Aparecida Siquelli

**ITATIBA-SP**

378.3 Freire, Matheus Henrique Bacci.  
F934p Prouni no interior paulista: desafios, permanência e trajetórias de egressos e estudantes / Matheus Henrique Bacci Freire. – Itatiba, 2026.  
249 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação  
*Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

1. Educação superior. 2. Mobilidade social.  
3. Políticas públicas. 4. Formação humana. 5. Interiorização.  
6. Sociologia da educação. I. Siquelli, Sônia Aparecida.

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**EM EDUCAÇÃO**

Matheus Henrique Bacci Freire, defendeu a dissertação intitulada “PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTE”, aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco - USF em 25 de agosto de 2026, pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli

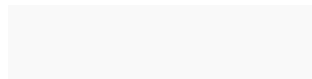
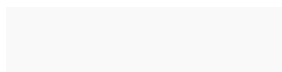
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Máscia

Examinadora

Prof. Dr. Armindo Quillici Neto

Examinador



*Dedico este trabalho à minha família, alicerce de todas as minhas conquistas.*

*Aos amigos e professores que acreditaram no meu potencial, mesmo quando a graduação e a pós-graduação ainda eram sonhos distantes.*

*Aos que, com sua partida, tornaram-se saudade, força e memória.*

*Este trabalho é, acima de tudo, o reflexo do apoio de vocês.*

## AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação não foi um ato solitário, mas o resultado de uma coletividade de afetos, de uma egrégora de energias, apoios e resistências que me moldaram até aqui. Olhar para este texto finalizado é compreender que cada linha e cada caractere carregam um pedaço daqueles que caminham e caminharam comigo, transformando os sonhos que eram distantes em uma realidade palpável.

Agradeço à Universidade São Francisco, por me permitir trabalhar com o que amo, e pela concessão da Bolsa Institucional. Para mim, ela não foi apenas um benefício financeiro, mas o privilégio de poder ocupar os espaços de produção do saber. Gratidão por me permitirem habitar este campo acadêmico. De forma muito especial, manifesto minha gratidão aos colegas de sala e aos Professores Doutores e Professoras Doutoradas: Fabiana Sante, Frank Gutierrez, Karina Carrasqueira, Renata Pucci e Carlos Silveira, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, pela partilha de cada conhecimento que contribuiu para a construção deste estudo durante minha trajetória no programa.

Agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Aparecida Siquelli. Gratidão por cada leitura atenta, por cada correção precisa e, acima de tudo, por me ajudar a reconhecer e retirar a ingenuidade do meu olhar e, ao mesmo tempo, não me deixar perder a sensibilidade para com o ser humano em minhas análises. Sua condução firme e sua presença generosa foram o farol que me guiou. Estendo este agradecimento aos queridos companheiros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética, Política e História da Educação Brasileira (GEPHEB), espaço onde a partilha de saberes se transformou em acolhimento.

Aos membros da banca examinadora e leitora crítica, que aceitaram o convite para dialogar com esta pesquisa. Gratidão à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Aparecida Amador Mascia, cujos brilhantes ensinamentos: como a arte de formular as perguntas problematizadoras e as leituras, que enriqueceram as análises deste trabalho. Ao Prof. Dr. Armindo Quillici Neto, que gentilmente aceitou cruzar as fronteiras virtuais para trazer suas valorosas contribuições. E à Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Claudia Cristina Mussolini, cuja interlocução atenta como colega de sala, de grupo de pesquisa e também como doutoranda e leitora crítica foi fundamental nesta trajetória.

Gratidão à coordenação e a toda a equipe do Núcleo de Registro e Controle Acadêmico (NRCA) da USF, aos amigos e amigas que estão e aos que passaram (Julia Barbara), pelo incentivo diário para iniciar e pela cumplicidade estrutural para persistir. Trabalhar com vocês é vivenciar, diariamente, os bastidores da própria política que decodifico nesta pesquisa. Agradeço especialmente ao meu coordenador e mentor, Prof. Dr. Eduardo Manuel Gallego, pela

proposição e pelo apoio incondicional para o desenvolvimento desta pesquisa. Gratidão também às coordenadoras Wilma Daniela do Prado, Derli Bueno e Michele Krug. Sou grato a todos vocês por compreenderem as demandas da jornada dupla de um assistente-pesquisador. Vocês me ensinaram tudo o que sei sobre a Universidade e me mostraram o tamanho do grande coração e da humanidade que possuem.

Agradeço aos participantes desta pesquisa, estudantes e egressos Prounistas do interior paulista e do sul de Minas Gerais. Vocês me confiaram suas histórias de privação, exaustão e triunfo. Suas vozes e suas trajetórias de resistência contra as barreiras invisíveis do campo elitizado não são apenas dados estatísticos ou qualitativos; são lições de dignidade que levarei guardadas em minha memória e em minha prática docente por toda a vida.

Gratidão aos céus e à minha família (das estrelas e da terra: humana, felina e canídea), alicerce absoluto de tudo o que sou e construo. À minha mãe, Rosângela Ap. Bacci, e ao meu pai, Luciano José Freire: obrigado pelo sacrifício invisível, pelo amor, afeto, carinho e pelo trabalho duro, por me ensinarem a teimosia necessária para superar as barreiras de classe. À minha irmã, Isabella Bacci Freire, pelo exemplo desde cedo. E ao amor da minha vida, minha namorada Bianca de Lima, pelo amparo silencioso nos dias de cansaço extremo e por ser o meu porto seguro quando o mundo acadêmico parecia denso demais.

Gratidão à memória viva dos meus avós. Ao meu avô materno, José Bacci, cuja simplicidade do ofício de marceneiro guardava o maior dos tesouros: as velhas enciclopédias e livros antigos. Ali, folheando aquelas páginas na infância, nasceu minha fome de leitura e curiosidade pelo mundo. À minha avó paterna, Evani Chagas, por tudo o que me ensinou e por ter cuidado de mim. A partida de vocês dois deixou um vazio preenchido por saudades, mas que se converte diariamente em força espiritual e luz em meu caminhar. Este estudo é em honra a vocês.

Gratidão à minha madrinha, Rosângela Cardoso, por sempre ter acreditado em mim nas minhas piores fases e por ter feito de tudo para que eu terminasse e não largasse os estudos no ensino médio. Gratidão aos professores que plantaram a semente do conhecimento e da docência na escola pública. À professora Roseli, que me ensinou a "conversar com o texto"; à professora Ivonete, que me deu as ferramentas lógicas e matemáticas; e à professora Renata, que enxergou o potencial de um menino da "quebrada".

Gratidão aos meus amigos de infância da Vila Municipal, os parceiros do grupo J3D VM Original (Bigg Je, Deivinho, Emici Douglão). Obrigado por manterem meus pés no chão e por me lembrarem, a cada batida e a cada rima, de onde eu vim e por quem eu luto. A universidade só faz sentido se eu puder retornar com o conhecimento para o lugar de onde parti.

Aos meus irmãos de consideração em vida, Deco (André Pova) e Gutinho (Augusto Pova), pela lealdade e pelas conversas que curam. E à memória do meu irmão de vida mais velho, Ariel Pova. Sua partida precoce transformou-se em uma promessa silenciosa: a de que cada passo meu rumo ao futuro, também carregaria a memória e a força dos nossos sonhos de moleque.

Este trabalho é, acima de tudo, o reflexo da confiança, do amor, do sacrifício e da resistência de cada um de vocês. Sem essa rede, o diploma seria apenas um papel. Com vocês, ele ganha o significado mais profundo da minha missão na Terra.

Muito obrigado!

*“A democratização da educação não se resume à universalização do acesso, mas implica a garantia da permanência e da qualidade.”* (Paro, Vitor Henrique. Gestão, política, economia e ética na educação, 2023).

*“A política não é apenas o que se pretende, mas o que ela se torna.”* (Ball, Stephen J. Education reform: a critical and post-structural approach, 1994).

*“O sistema de ensino consegue convencer os indivíduos de que eles próprios escolheram ou mereceram os destinos que lhes foram socialmente impostos.”* (Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino, 1992)

Freire, Matheus Henrique Bacci. **Prouni no interior Paulista: desafios, permanência e trajetórias de egressos e estudantes.** Dissertação (Mestrado em Educação). 2026. 249p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

## RESUMO

Esta dissertação, vinculada à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, situa-se no campo das políticas educacionais e dos fundamentos sociológicos da educação. Objetiva investigar os desafios de permanência e o impacto do Programa Universidade para Todos (Prouni) nas trajetórias de estudantes e egressos no interior paulista. De forma específica, buscou analisar a lógica dual inerente ao programa: função social versus lógica mercadológica; identificar a “armadilha da renda” e a burocracia como formas de violência simbólica e compreender o contraste entre a formação humana integral e a instrução instrumental. A pesquisa guiou-se pelo questionamento de como essa tensão impacta a permanência e a mobilidade social, exigindo dos sujeitos estratégias de conversão de capitais: social, econômico e cultural em um contexto regional não metropolitano. A hipótese central, confirmada com mediações, sugere que a eficácia do programa reside nos efeitos de segunda ordem do contexto da prática (Ball, 1994), que dependem das estratégias de enfrentamento dos bolsistas para superar barreiras estruturais e converter capitais (Bourdieu, 2007) em mobilidade social real. A abordagem metodológica é qualitativa e exploratório-descritiva, englobando: construção do Estado do Conhecimento (2014-2024); análise documental de legislações e normativas; e pesquisa de campo com 25 participantes. O *corpus* foi tratado via análise de conteúdo de Bardin (2016). Os resultados revelam que a permanência é tensionada por uma “isonomia de fachada” das instituições e pelo “ônus do capital geográfico”. Concluiu-se que o sucesso da política não é automático, mas é “arrancado” pelos sujeitos por meio de um *habitus* de resistência e de redes de apoio. Apesar da predominância da instrução instrumental, a formação humana integral emerge nas margens, permitindo que o diploma atue como um passaporte simbólico eficaz para a ruptura do ciclo de pobreza e para a conquista da dignidade social.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Mobilidade Social. Políticas Públicas. Formação Humana. Interiorização. Sociologia da Educação.

Freire, Matheus Henrique Bacci. **Prouni in regional São Paulo: challenges, permanence, and trajectories of graduates and students.** Master's Thesis (Master in Education). 2026. 249p. Stricto Sensu Graduate Program in Education. University of São Francisco, Itatiba/SP.

## ABSTRACT

This master's thesis, linked to the Education, Society, and Formative Processes Research Line of the Stricto Sensu Graduate Program in Education at Universidade São Francisco, is situated within the field of educational policies and the sociological foundations of education. It aims to investigate the challenges of permanence and the impact of the University for All Program (Prouni) on the trajectories of students and graduates in the interior of the state of São Paulo. Specifically, it sought to analyze the dual logic inherent to the program: social function versus market logic; to identify the "income trap" and bureaucracy as forms of symbolic violence; and to understand the contrast between integral human formation and instrumental instruction. The research was guided by the inquiry into how this tension impacts permanence and social mobility, requiring subjects to employ strategies for the conversion of capitals: social, economic, and cultural in a non-metropolitan regional context. The central hypothesis, confirmed with mediating factors, suggests that the program's effectiveness lies in the second-order effects within the context of practice (Ball, 1994), which depend on the scholarship holders' coping strategies to overcome structural barriers and convert capitals (Bourdieu, 2007) into actual social mobility. The methodological approach is qualitative and exploratory-descriptive, encompassing: the construction of a State of Knowledge (2014-2024); documentary analysis of legislation and normative frameworks; and field research with 25 participants. The corpus was analyzed using Bardin's (2016) content analysis. The results reveal that permanence is strained by a "façade of equality" within the institutions and by the "burden of geographical capital." It was concluded that the policy's success is not automatic, but rather "wrested" by the subjects through a habitus of resistance and support networks. Despite the predominance of instrumental instruction, integral human formation emerges at the margins, allowing the degree to act as an effective symbolic passport for breaking the cycle of poverty and achieving social dignity.

**Keywords:** Higher Education. Social Mobility. Public Policies. Human Formation. Regionalization. Sociology of Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Distribuição Temporal das Pesquisas sobre o Prouni (2014-2024) .....           | 31  |
| Gráfico 2 – Distribuição por Tipo de Documento (2014-2024).....                            | 32  |
| Gráfico 3 – Distribuição por Instituição de Pesquisa.....                                  | 33  |
| Gráfico 4 – Distribuição da Produção por Macrorregiões .....                               | 34  |
| Gráfico 5 – Distribuição da Produção por Cidades (Capitais vs. Interior).....              | 35  |
| Gráfico 6 – Frequência de Pesquisas por Abordagem Metodológica .....                       | 36  |
| Gráfico 7 – Palavras-chave com maior frequência.....                                       | 37  |
| Gráfico 8 – Distribuição da Amostra por Situação Acadêmica (Estudantes e Egressos).....    | 89  |
| Gráfico 9 – Perfil Sociodemográfico: Distribuição por Gênero .....                         | 89  |
| Gráfico 10 – Perfil Sociodemográfico: Distribuição Etária da Amostra .....                 | 90  |
| Gráfico 11 – Matriz Disciplinar: Frequência de Bolsistas por Curso de Graduação .....      | 91  |
| Gráfico 12 – Distribuição da Amostra por Modalidade de Bolsa PROUNI.....                   | 93  |
| Gráfico 13 – Perfil Sociodemográfico: Distribuição por Cidade de Origem.....               | 93  |
| Gráfico 14 – Perfil Sociodemográfico: Distribuição por Cidade de Residência Atual.....     | 94  |
| Gráfico 15 – Trajetória Prévia: Origem Escolar no Ensino Médio.....                        | 95  |
| Gráfico 16 – Risco de Evasão: Incidência de Trancamento ou Cancelamento de Matrícula..     | 96  |
| Gráfico 17 – Escala Subjetiva de Acolhimento e Pertencimento à Instituição .....           | 97  |
| Gráfico 18 – Escala Subjetiva de Acolhimento e Pertencimento à Instituição Por Curso ..... | 97  |
| Gráfico 19 – Escala Subjetiva de Acolhimento e Pertencimento à Instituição Por Curso ..... | 98  |
| Gráfico 20 – Distribuição das Unidades de Registro por Categoria Única .....               | 119 |

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                        |    |
|--------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Nuvem de Palavras-chave Identificadas ..... | 38 |
|--------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Levantamento Estado do Conhecimento Pesquisas Prouni 2014-2025 .....                      | 28  |
| Quadro 2 – Frequências de Pesquisas por Abordagem Metodológica .....                                 | 42  |
| Quadro 3 – Múltipla Ocorrência e Frequência Bruta de Temas.....                                      | 43  |
| Quadro 4 – Frequência de Eixos Temáticos por Foco Primário Exclusivo .....                           | 44  |
| Quadro 5 – <i>Corpus</i> Documental: As Leis do Prouni e o Foco Analítico-Teórico .....              | 61  |
| Quadro 6 – Matriz Teórico-Analítica: Análise Trajetórias dos Bolsistas e Egressos do Prouni<br>..... | 77  |
| Quadro 7 – Caracterização e Contexto Sociológico dos Participantes (Prounistas) .....                | 101 |
| Quadro 8 – Escala Sentimento de Acolhimento Pertencimento Prounistas (pergunta 6a) ....              | 109 |
| Quadro 9 – Categorias Temáticas das Trajetórias Prounistas .....                                     | 117 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – Ação Pedagógica

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

DP – Dependência (reprovação)

EAD – Educação a Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Iniciação Científica

IES – IES

IFMSA – *International Federation of Medical Students' Associations*

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

MEC – Ministério da Educação

NPJ – Núcleo de Prática Jurídica

NRCA – Núcleo de Registro e Controle Acadêmico

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PDF – *Portable Document Format*

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PIS – Programa de Integração Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEPE – Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

R.A. – Registro Acadêmico

SESI – Serviço Social da Indústria

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UR – Unidade de Registro

USF – Universidade São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>MEMORIAL.....</b>                                                                                                                      | <b>16</b> |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                 | <b>20</b> |
| <b>2 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO PROUNI .....</b>                                                                | <b>26</b> |
| <b>2.1 Constituição do Corpus.....</b>                                                                                                    | <b>27</b> |
| <b>2.2 Análise de Conteúdo: Fase 1 - Pré-análise e Leitura Flutuante, Panorama da Produção Acadêmica sobre o Prouni (2014-2024) .....</b> | <b>31</b> |
| 2.2.1 Tipos de documentos e instituições: a análise quantitativa e geográfica.....                                                        | 32        |
| 2.2.2 Geopolítica da produção: a interiorização assimétrica .....                                                                         | 34        |
| 2.2.3 Delineamento metodológico e concentrações temáticas .....                                                                           | 36        |
| 2.2.4 Leitura flutuante, achados e conclusões recorrentes: convergências e divergências na literatura (2014-2024) .....                   | 38        |
| 2.2.4.1 O Prouni como via de acesso: consensos sobre a ampliação e debates sobre a efetividade.....                                       | 39        |
| 2.2.4.2 A permanência em xeque: barreiras estruturais e as estratégias de enfrentamento dos estudantes.....                               | 39        |
| 2.2.4.3 O programa sob o olhar dos beneficiários: entre a oportunidade e a crítica.....                                                   | 40        |
| 2.2.4.4 Efeitos a longo prazo: sinais de mobilidade e o silêncio sobre egressos .....                                                     | 40        |
| 2.2.4.5 A tensão estrutural: inclusão social versus lógica de mercado .....                                                               | 40        |
| 2.2.5 Resultados da leitura flutuante e formulação de hipóteses .....                                                                     | 40        |
| <b>2.3 Análise De Conteúdo: Fase 2 – Exploração Do Material, Codificação e Categorização .....</b>                                        | <b>41</b> |
| 2.3.1 Primeira categoria: abordagem metodológica .....                                                                                    | 41        |
| 2.3.2 Segunda categoria: eixos temáticos .....                                                                                            | 42        |
| 2.3.3 Justificativa da categorização: múltipla ocorrência e exclusividade .....                                                           | 43        |
| 2.3.4 Análise dos principais eixos temáticos identificados .....                                                                          | 45        |
| 2.3.5 Detalhamento dos eixos temáticos.....                                                                                               | 46        |
| <b>2.4 Análise de Conteúdo: Fase 3 - Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação .....</b>                                      | <b>48</b> |
| 2.4.1 Inferências temáticas: as contradições do Prouni sob a lente da literatura .....                                                    | 48        |
| 2.4.2 Verificação das hipóteses e a justificativa da pesquisa.....                                                                        | 52        |
| <b>2.5 Síntese Conclusiva do Estado do Conhecimento e Posicionamento da Pesquisa ....</b>                                                 | <b>53</b> |
| <b>3 O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AÇÃO AFIRMATIVA: TEXTO, DISCURSO E CONTEXTO .....</b>                                              | <b>56</b> |
| <b>3.1 Contextualização Histórica e Política: A Dupla Face do Prouni.....</b>                                                             | <b>57</b> |
| <b>3.2 O Prouni como Ciclo de Políticas: Das Influências, Texto ao Contexto da Prática</b>                                                | <b>58</b> |

|                                                                                                                              |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.2.1 A abordagem do ciclo de políticas e seus contextos analíticos .....                                                    | 59         |
| 3.2.2 O contexto da produção do texto: análise documental das legislações do Prouni.....                                     | 60         |
| <b>3.3 O Campo Universitário e a Luta por Capital: Na Visão de Pierre Bourdieu .....</b>                                     | <b>66</b>  |
| 3.3.1 As espécies de capital: cultural, social e econômico .....                                                             | 67         |
| 3.3.2 O campo educacional e a violência simbólica: a lógica da reprodução.....                                               | 69         |
| 3.3.3 O <i>habitus</i> e a dissonância: o sentido do jogo na universidade.....                                               | 70         |
| 3.3.4 O gosto de necessidade e a urgência da prática .....                                                                   | 71         |
| 3.3.5 A lógica do campo e a dinâmica de conversão de capitais .....                                                          | 72         |
| 3.3.6 Analisando os efeitos da política (Ball) através da conversão de capitais (Bourdieu)                                   | 73         |
| <b>3.4 A Finalidade da Educação: Para Além da Lógica Mercadológica.....</b>                                                  | <b>75</b>  |
| <b>3.5 Matriz Teórico-Analítica: Operacionalizando o Olhar Sociológico.....</b>                                              | <b>76</b>  |
| <b>4 PESQUISA DE CAMPO: PROCEDIMENTOS E DESENHO METODOLÓGICO ..</b>                                                          | <b>79</b>  |
| 4.1 O Instrumento de Coleta: O Questionário Narrativo Estruturado .....                                                      | 80         |
| 4.2 Local, Universo e Amostra: A Capilaridade Regional .....                                                                 | 80         |
| 4.3 Procedimentos Éticos e Gestão de Dados .....                                                                             | 81         |
| 4.4 A Dimensão Normativa: Análise Documental da Política na IES .....                                                        | 82         |
| 4.4.1 A malha fina documental: prova de pobreza e violência simbólica .....                                                  | 83         |
| 4.4.2 O descompasso dos calendários: análise portaria PROEPE 115/2024.....                                                   | 84         |
| 4.5 O Tratamento dos Dados: A Análise de Conteúdo em Bardin (2016) .....                                                     | 85         |
| <b>5 ESCUTAS DO INTERIOR PAULISTA: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE SOCIAL DOS PROUNISTAS .....</b>         | <b>87</b>  |
| 5.1 Perfil Sociodemográfico e Acadêmico da Amostra.....                                                                      | 88         |
| 5.1.1 Situação acadêmica e distribuição de gênero.....                                                                       | 88         |
| 5.1.2 Perfil etário e matriz disciplinar.....                                                                                | 90         |
| 5.1.3 Modalidade da bolsa e trajetória de acesso.....                                                                        | 92         |
| 5.1.4 Origem geográfica e o peso do deslocamento .....                                                                       | 93         |
| 5.1.5 Base escolar e a trajetória prévia .....                                                                               | 95         |
| 5.1.6 O vínculo institucional: risco de evasão e sentimento de pertencimento .....                                           | 95         |
| <b>5.2 Análise de Conteúdo Fase 1: Pré-análise e Leitura Flutuante do Corpus .....</b>                                       | <b>100</b> |
| 5.2.1 Perfil socioeconômico, <i>habitus</i> e capitais de origem (pré-ingresso) .....                                        | 102        |
| 5.2.2 Descoberta do acesso: estratégias de escolha e a dimensão geográfica.....                                              | 105        |
| 5.2.3 Permanência em tensão, o <i>habitus</i> da resistência e o risco da exclusão .....                                     | 107        |
| 5.2.4 O tênue fio do pertencimento: construção de capital social, redes de apoio e a dimensão do amparo institucional: ..... | 109        |
| 5.2.5 A lógica dual do Prouni: tensão formativa, conversão de capitais e a perspectiva de mobilidade social .....            | 113        |

|                                                                                                                          |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>5.3 Análise de Conteúdo Fases 2 e 3: Exploração do Material, Categorização e Inferências .....</b>                    | <b>116</b> |
| <b>5.3.1 Categoria 1 – A Escolha do Necessário: Restrição de Capital e Agência no Pré-Ingresso .....</b>                 | <b>121</b> |
| 5.3.1.1 A gênese da escassez: a renda precária como barreira absoluta .....                                              | 122        |
| 5.3.1.2 O realismo prático e a ilusão da escolha: o Prouni como alternativa à universidade pública.....                  | 125        |
| 5.3.1.3 O despertar das estratégias de enfrentamento juvenil e o capital informacional ....                              | 130        |
| <b>5.3.2 Categoria 2 – O Ônus do Capital Geográfico: A Logística Oculta da Permanência no Interior .....</b>             | <b>139</b> |
| 5.3.2.1 A fatura invisível do acesso: o custo intermunicipal e a dependência de auxílios .                               | 139        |
| 5.3.2.2 A geografia da escolha como tática de permanência e os custos "in loco" .....                                    | 140        |
| 5.3.2.3 O tempo expropriado, a adaptação espacial e o exílio do capital social.....                                      | 143        |
| <b>5.3.3 Categoria 3 – A Burocracia como Violência Simbólica: A "Armadilha da Renda" e o Controle Institucional.....</b> | <b>145</b> |
| 5.3.3.1 A incongruência econômica e a "Armadilha da Renda": o paradoxo do Prouni ....                                    | 145        |
| 5.3.3.2 A "Malha Fina" documental: o ritual da renovação como violência simbólica ....                                   | 149        |
| 5.3.3.3 A rigidez normativa do estado e a gestão da insegurança: o peso do desempenho e a fragilidade sistêmica .....    | 151        |
| <b>5.3.4 Categoria 4 – O Efeito Histerese: Choque de <i>Habitus</i> e a (Des)Integração Acadêmica.....</b>               | <b>154</b> |
| 5.3.4.1 A "Isonomia de Fachada" e a desidentificação institucional .....                                                 | 154        |
| 5.3.4.2 O déficit de capital cultural e a violência pedagógica .....                                                     | 157        |
| 5.3.4.3 O isolamento social e a escala de acolhimento: o sentimento de não pertencimento .....                           | 160        |
| 5.3.4.4 A patologização da permanência e as redes de sobrevivência.....                                                  | 164        |
| <b>5.3.5 Categoria 5 – O <i>Habitus</i> de Resistência e a Formação de Redes de Apoio.....</b>                           | <b>168</b> |
| 5.3.5.1 A "Família Prouni" e o capital social de refúgio .....                                                           | 169        |
| 5.3.5.2 Táticas de permanência e a micro-resistência material.....                                                       | 174        |
| 5.3.5.3 A mediação docente e o <i>habitus</i> de persistência.....                                                       | 178        |
| <b>5.3.6 Categoria 6 – A Agência Propositiva: As Vozes e as Demandas dos Prounistas</b>                                  | <b>183</b> |
| 5.3.6.1 O acolhimento estrutural e a adequação burocrática .....                                                         | 184        |
| 5.3.6.2 A demanda por equidade material e saúde mental.....                                                              | 187        |
| 5.3.6.3 A disputa pelo capital simbólico: extensão, pesquisa e currículo.....                                            | 189        |
| <b>5.3.7 Categoria 7 – A Tensão Formativa: Instrução Instrumental x Formação Humana Integral.....</b>                    | <b>191</b> |
| 5.3.7.1 A instrução instrumental e o esvaziamento crítico .....                                                          | 192        |

|                                                                                                                        |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.3.7.2 As trincheiras da humanização: estágios, extensão e mediação docente.....                                      | 195        |
| 5.3.7.3 A reconfiguração do <i>habitus</i> : emancipação e consciência de classe .....                                 | 199        |
| <b>5.3.8 Categoria 8 – Efeitos de Segunda Ordem e Mobilidade Social: A Conversão do Diploma.....</b>                   | <b>202</b> |
| 5.3.8.1 O diploma como passaporte simbólico e a hierarquia dos campos .....                                            | 202        |
| 5.3.8.2 O "Mar de Tubarões": a tensão da empregabilidade e o déficit de capital social...                              | 205        |
| 5.3.8.3 Estratégias de conversão e subversão: os efeitos de segunda ordem.....                                         | 208        |
| <b>5.4 Síntese dos achados: do ingresso à mobilidade real.....</b>                                                     | <b>212</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                     | <b>214</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                               | <b>229</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                                 | <b>235</b> |
| APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....                                                           | 235        |
| APÊNDICE B - Termo de confidencialidade .....                                                                          | 238        |
| APÊNDICE C - Termo de compromisso de utilização de dados .....                                                         | 239        |
| APÊNDICE D - Apresentação do instrumento de coleta de dados para apreciação do comitê de ética em pesquisa (CEP) ..... | 240        |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                                                                     | <b>246</b> |
| ANEXO A - Autorização para coleta dos dados .....                                                                      | 246        |
| ANEXO B - Parecer consubstanciado do CEP .....                                                                         | 247        |

## MEMORIAL

Minha jornada com o conhecimento começou muito antes da escola formal. Nascido em Bragança Paulista, em 18 de dezembro de 1994, e criado em um ambiente familiar simples e de trabalhadores descendentes de migrantes e imigrantes, minhas primeiras janelas para o mundo foram os livros que encontrava na estante de meu avô materno, José Bacci. Um homem de ofício simples, um marceneiro, descendente de imigrantes italianos que fincaram raízes em um bairro que leva o nome da família na região, ele guardava em casa enciclopédias antigas e livros de história.

Lembro-me vividamente da curiosidade infantil que me movia a folhear aquelas páginas, mesmo antes de dominar a leitura, atraído pelas figuras e pelos mapas. Ali, naquelas obras, e nos livros religiosos presentes em casa (bíblia), tive meu primeiro contato com a vastidão do saber, uma experiência que moldaria para sempre minha relação com o aprendizado.

Fui alfabetizado na escola SESI, uma oportunidade viabilizada pelo trabalho de meu pai, Luciano José Freire, filho de migrante pernambucano que se casou com uma paulista, ele me ensinou através de seu exemplo, a como trabalhar duro e, como a dedicação aos estudos é importante, embora ele não tenha tido as mesmas oportunidades de formação, por trabalhar desde cedo, sempre se esforçou para garantir um futuro diferente para mim e meus irmãos, através dos esportes e dos estudos.

No SESI, encontrei mestres que não apenas me ensinaram a ler e escrever, mas me ensinaram a pensar. A professora Roseli, com seu convite para "conversar com o texto" ela dizia "troca ideias com o texto", plantou em mim a semente do pensamento crítico e da interpretação. A professora Ivonete, que me deu as ferramentas lógicas e matemáticas que utilizo até hoje em minha atividade profissional.

Estudei no SESI até a 6ª série do ensino fundamental da época, sendo a transição para a escola pública, motivada por questões financeiras e familiares (a separação dos meus pais), foi um momento de adaptação, mas também de novas descobertas.

Pensando e olhando para trás, foi nesse ambiente que a vocação para a docência começou a se manifestar na minha trajetória de forma mais clara. Como vim com uma boa base do SESI, na escola pública senti a necessidade e o prazer em auxiliar os colegas nas aulas, em debater os conteúdos e em explicar as lições, esta minha necessidade chamou a atenção da professora Renata de história.

Ela percebeu meu entusiasmo, que me levava a ler os livros didáticos e as apostilas disponibilizadas pelo estado do semestre inteiro, mergulhando nos conteúdos antes mesmo de

serem abordados em sala, me incentivando a explicar os conteúdos para a turma, muitas vezes com minha linguagem específica do bairro, da “quebrada”.

Essa fome de leitura, de antecipar o conhecimento, era meu refúgio e minha maior diversão, quando não podia sair de casa, e uma das formas como lidei com as situações familiares que aconteciam naquele momento.

Já no final do 1º ano do Ensino Médio, trabalhando muito como repositor de mercadorias já desde os dezesseis anos, aos dezessete me encontrava cansado, desanimado e frustrado com os estudos, considerava parar de estudar para apenas trabalhar, sabendo disso, minha madrinha de mesmo nome da minha mãe Rosângela, que trabalhou toda vida na área da educação, inclusive na secretaria de uma das escolas em que estudei, já enxergava em mim um potencial que eu mesmo desconhecia e desacreditava.

Foi ela quem sugeriu que eu prestasse o ENEM com o objetivo de obter o certificado de conclusão do Ensino Médio de forma antecipada. Desacreditado de minha própria capacidade, fiz a inscrição no último momento. No dia da prova, as memórias com as palavras da professora Roseli ecoaram em minha mente: "troca ideias com o texto".

Fiz o meu melhor, sem expectativas. A surpresa veio com o resultado: as notas não só foram suficientes para a certificação, como se mostraram competitivas para o ingresso na universidade.

Com a orientação de minha madrinha e o apoio de minha mãe, Rosangela Aparecida Bacci, mesmo perdendo o primeiro prazo por desconhecimento e burocracia, consegui a certificação de conclusão do Ensino Médio em 27 de janeiro de 2014 e, no segundo semestre daquele ano, a oportunidade que mudaria minha vida: a bolsa de 100% do Prouni para o curso de Administração EAD na Universidade Anhembí Morumbi.

Essa política pública foi a única porta que se abriu para mim e, é por ter sido um Prounista, por ter vivido o impacto transformador dessa oportunidade na minha vida, que hoje dedico minha pesquisa de mestrado a compreender as trajetórias de outros estudantes beneficiados pelo programa. Sem o Prouni, não sei se estaria aqui hoje, trilhando este caminho acadêmico.

O desafio era imenso diante da minha realidade. Ingressei no ensino superior em um curso EAD sem sequer ter um computador. Mas, como já trabalhava desde os dezesseis anos, juntei minhas economias e, com a ajuda de um crediário, adquiri minha principal ferramenta de estudo. A modalidade a distância, que a princípio me pareceu um obstáculo, revelou-se um caminho de grande autonomia e aprendizado. A EAD foi, para mim, a continuação daquela prática solitária e prazerosa de devorar os livros em casa.

Continuei trabalhando enquanto estudava, e o curso de Administração, iniciado no segundo semestre de 2014, rapidamente abriu portas. Pouco tempo depois de ingressar na faculdade, e somente por ter ingressado, que já consegui uma posição como auxiliar de marketing em uma empresa do segmento “Pet”, a Farmina.

Essa experiência foi um verdadeiro complemento prático à minha formação teórica, permitindo-me vivenciar de perto a gestão de marketing, contábil, financeira, fiscal, de pessoas e logística. Foi um período de intenso crescimento pessoal e profissional.

No entanto, mesmo imerso no mundo corporativo, as sementes da docência, plantadas anos antes, continuavam a crescer. O desejo de aprender e ensinar me movia a estudar temas diversos por conta própria, de história e geopolítica a filosofia, resgatando o legado de curiosidade herdado do meu avô e a paixão pelo debate que floresceu na escola.

Um evento inesperado, no entanto, alterou drasticamente o curso da minha carreira, um acidente doméstico resultou em uma fratura no cotovelo, que me deixou afastado do trabalho por meses. Ao retornar do longo período de afastamento, a dinâmica da empresa havia mudado e, conseqüentemente, meu ciclo na Farmina se encerrou.

Já na reta final da graduação, me vi diante da necessidade de procurar um novo rumo. Foi um momento de incerteza, mas também de reflexão. Aquele Matheus que gostava de ensinar os colegas na escola e que se refugiava nos livros agora via uma oportunidade de, finalmente, buscar um trabalho que envolvesse o ensino e o conhecimento que sentia como sendo minha missão espiritual.

E foi nesse momento de busca que surgiu uma proposta de entrevista na Universidade São Francisco (USF). Em 2018, um ano antes de concluir minha graduação, fui contratado como auxiliar de secretária e hoje atuo como assistente de serviços acadêmicos no Núcleo de Registro e Controle Acadêmico (NRCA), contribuindo em equipe para a organização, execução, registro e controle de processos acadêmicos, financeiros e de bolsas.

Ingressar na USF e especialmente no NRCA foi mais do que conseguir um emprego, foi encontrar o meu lugar. Estar em um ambiente acadêmico, democrático, pulsante de conhecimento e troca, reacendeu meu sonho de seguir a carreira docente. Trabalhar na USF me abriu portas que antes pareciam inalcançáveis. Através das bolsas de estudo concedidas aos funcionários, tive a oportunidade de aprofundar minha formação.

Primeiramente, cursei um MBA em Gestão Empresarial, concluído em 2022, que me proporcionou uma visão estratégica e aprofundada do mundo dos negócios. E agora, com imenso orgulho e prazer, estou cursando o Mestrado em Educação, também na USF.

Este mestrado não é apenas um passo na minha carreira; é a realização de um sonho. É a chance de unir minha trajetória pessoal e profissional, de investigar a fundo o impacto de políticas como o Prouni, que foi fundamental na minha própria vida e de me preparar para ser um educador no ensino superior.

É o meu caminho para retribuir e para continuar o ciclo do conhecimento, seguindo o exemplo de professores que tanto me marcaram, como Roseli, Ivonete e Renata, honrando a curiosidade que um dia despertou em mim, diante dos livros na estante do meu avô.

O memorial que escrevo não é apenas meu, é de todos os que acreditaram, ensinaram, amaram e resistiram comigo. Carrego em mim a memória de minha família, de meus professores, amigos e de cada profissional que me inspirou e me inspira a seguir. O que planto agora é mais do que conhecimento, é a fé no poder transformador da educação como caminho de libertação. Esse é o propósito que me guia e me moverá sempre.

Olho para trás e vejo que cada desafio foi como uma escada invisível que me trouxe até aqui. Hoje, mais do que títulos ou certificados, levo comigo a certeza de que ensinar é um ato de amor e resistência. O futuro que almejo não é só meu, é o de cada estudante que cruzar meu caminho, a quem desejo oferecer não apenas conteúdo, mas também apoio e esperança. Essa é minha missão de alma e o legado que quero plantar na Terra.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Universidade para Todos (Prouni), originado da Medida Provisória nº 213/2004 e estabelecido formalmente pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, representa um marco nas políticas de expansão do ensino superior brasileiro. O objetivo central do programa é a ampliação do acesso à educação superior no país, em sua concepção, o Prouni direcionava-se especificamente a segmentos de baixa renda e grupos historicamente excluídos desses espaços, buscando assim, alterar o panorama tradicionalmente excludente do ensino superior no Brasil.

O propósito fundamental do Prouni é conceder bolsas de estudo parciais (50%) e integrais (100%) em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Conforme as diretrizes da Lei nº 11.096/2005, o benefício é destinado a estudantes que cursaram o ensino médio em escolas da rede pública ou em instituições particulares (pós Lei nº 14.350/2022). Os critérios de seleção baseiam-se no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e em limites de renda familiar *per capita*: até 1,5 salário mínimo para bolsas integrais e até 3 salários mínimos para as parciais. Essa configuração, ao possibilitar o ingresso massivo no setor privado, reflete o que a literatura identifica como uma estratégia de expansão por meio da indução estatal no mercado educacional.

O programa foi concebido como uma resposta à demanda por democratização, simultaneamente a uma crise de sustentabilidade das IES privadas. Essa origem confere uma natureza dual ao Prouni, situando-o no centro de um debate complexo. O Prouni constitui-se, ao mesmo tempo, como uma política de cunho social que visa a mobilidade de classes sociais excluídas e como um instrumento de caráter mercadológico que opera no âmbito do setor privado e utiliza o recurso da isenção fiscal (Catani; Hey; Gilioli, 2006).

A criação do programa representou uma inflexão na política de acesso ao ensino superior, pois estabeleceu-se um mecanismo de ação afirmativa baseado na renúncia fiscal. Em contrapartida à renúncia de impostos, as IES privadas realizam a oferta de bolsas de estudos, contribuindo expressivamente para a expansão e interiorização do acesso ao ensino superior no Brasil.

Desde sua criação, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o programa representa uma das mais importantes políticas públicas brasileiras para a democratização do acesso ao ensino superior, por este motivo, o Prouni tem sido um elemento central para a expansão e interiorização de oportunidades educacionais. Sua trajetória, contudo, faz dele um contínuo objeto de análise e debate acadêmico.

Para contextualizar a presente pesquisa e fundamentar suas contribuições, realizou-se um levantamento, sendo compiladas e analisadas 31 teses e dissertações, defendidas entre 2014 e 2024 em Programas de Pós-Graduação em Educação e construído o estado do conhecimento sobre o Prouni.

A busca concentrou-se nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Catálogo de Teses e Dissertações (Capes) e do próprio Banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Universidade São Francisco (USF). Esse mapeamento inicial, detalhado no Título 2, intitulado Estado do Conhecimento sobre a produção acadêmica do Prouni, permitiu identificar as principais temáticas e metodologias da área, além de revelar duas lacunas centrais que este trabalho se propõe a explorar.

A primeira lacuna reside no foco em contextos regionais específicos, como o interior paulista. Embora o Prouni seja uma política nacional, suas dinâmicas são moldadas por realidades locais que se distinguem das grandes metrópoles. O contexto do interior paulista impõe variáveis particulares de capital social e econômico. Esse cenário configura um campo educacional com lógicas próprias, que merecem ser investigadas a fundo sob a ótica da interiorização.

A segunda lacuna igualmente significativa, é a escassa produção sobre as trajetórias de egressos do programa, sobretudo no que tange à sua mobilidade social. Esse é um indicador crucial para compreendermos o impacto de longo prazo da política pública. Para endereçar essas lacunas, o presente estudo adota um desenho de pesquisa com uma proposta dupla. Primeiramente, investigará a realidade dos estudantes “Prounistas” de uma IES no interior paulista, analisando os desafios para sua permanência.

Em um segundo momento, de forma complementar, o estudo analisará as trajetórias de egressos que se formaram com bolsa Prouni no interior paulista. Serão investigados os impactos na mobilidade social, as mudanças de *habitus* (Bourdieu, 2009) e de capital cultural, social e econômico (Bourdieu, 2007). A análise das trajetórias dos egressos fornecerá uma camada adicional de profundidade para compreender os fatores de êxito e os impactos de longo prazo do programa.

À luz das tensões identificadas entre a formulação da política e sua execução no cotidiano acadêmico, esta investigação busca responder: De que forma a lógica dual do Prouni, situada entre a função social e a lógica mercadológica, impacta a permanência e a mobilidade social de bolsistas no interior paulista? Complementarmente, questionamos como essa tensão

se reflete na disputa entre uma formação humana para a vida e uma instrução instrumental voltada exclusivamente para o mercado de trabalho?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o impacto do Prouni nas trajetórias de estudantes e egressos no interior paulista, investigando os desafios da permanência, a mobilidade social e o contraste entre a formação instrumental e a formação humana integral.

Para tanto, os objetivos específicos buscaram investigar a armadilha da renda, traçada pela base do cálculo *per capita* da legislação do Prouni e a burocracia da permanência como formas de violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992), mapear as redes de apoio e ferramentas de conversão de capitais mobilizadas pelos sujeitos, para superar os desafios de permanência e atingir a mobilidade social por meio da inserção profissional no mercado de trabalho conforme Bourdieu (2007), identificar se a experiência universitária dos Prounistas até a formação é percebida por eles como um passaporte instrumental para o mercado de trabalho, ou como uma formação humana para a vida conforme Paro (2023).

A hipótese que guia este estudo sugere que a eficácia do programa está nos efeitos de segunda ordem do contexto da prática (Ball, 1994) que impactam na permanência e na mobilidade social dos egressos, exigindo dos agentes uma constante luta e resistência para superar barreiras estruturais e converter o capital cultural e social do *habitus* de origem e, adquirido na experiência do campo universitário, em capital institucionalizado (diploma) e capital econômico por meio da inserção do mercado de trabalho (Bourdieu, 1992, 2007, 2009) complementarmente, questionamos se esta conversão aponta para uma formação estritamente instrumental ou para formação humana integral (Paro, 2023).

Supõe-se que, enquanto a face social da política busca a formação humana e a mobilidade social, a face mercadológica impõe barreiras simbólicas e burocráticas que tendem a reduzir a experiência universitária a uma formação instrumental, responsabilizando o bolsista individualmente pelo seu sucesso ou fracasso. Assim, a trajetória do sujeito seria marcada por uma constante resistência e negociação entre o exercício de um direito social e o consumo de um produto mercadológico.

Para analisar a complexidade do Prouni em seus múltiplos níveis, esta dissertação articula uma matriz teórica tripla. Ela é composta pela Abordagem do Ciclo de Políticas de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994) traduzida e sistematizada por Mainardes (2006), pela Sociologia da Prática de Pierre Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007; 2009) e pela Perspectiva Crítica da Educação de Paro (2010; 2023).

A primeira base teórica fundamenta-se na Abordagem do Ciclo de Políticas de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994) a partir da tradução e sistematização de Mainardes (2006).

Este referencial é fundamental para a análise documental e empírica do programa, rastreando o percurso da política em cinco “contextos” inter-relacionados: influência, texto, prática, resultados/efeitos e estratégia política.

Os contextos de influência e do texto (legislação e discursos oficiais) permitem analisar as tensões entre os polos de influência social e mercadológico que antecederam a criação da lei. Essa análise abrange desde a concepção da política até as suas subseqüentes alterações normativas.

O contexto da estratégia política, analisa como as desigualdades remanescentes são tecnicamente enfrentadas ou mantidas. Promove uma investigação sobre como as vivências e resultados observados na prática influenciam novas mudanças na legislação e no ciclo político.

Por fim, os contextos da prática e dos resultados/efeitos constituem o campo onde os sujeitos interpretam e recriam a norma no cotidiano. Nesta etapa, identificam-se os efeitos de "primeira ordem" da política pública, observados na ampliação do ingresso e acesso ao ensino superior. De forma mais profunda, a pesquisa busca observar os efeitos de segunda ordem, (Ball, 1994) que dizem respeito ao impacto real da política na mobilidade social e na redução das desigualdades. O uso dessa lente foi essencial para identificar as traduções locais e compreender como a política se transforma ao ser vivenciada pelos bolsistas.

A segunda base ancora-se na sociologia da prática de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007; 2009). A partir destes referenciais teóricos, foi explorada a universidade como um campo de disputas e disposições sociais. Foi investigado o *habitus*, compreendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que os bolsistas incorporam em suas trajetórias sociais antes do acesso ao ensino superior e durante a graduação.

Foi analisado como esse *habitus* (Bourdieu, 2009) se modifica dentro do campo com a experiência universitária, conectando-se ao papel do capital: cultural, social e econômico (Bourdieu, 2007) como recurso de poder e diferenciação. Esses capitais operam tanto no campo acadêmico quanto nas oportunidades no mercado de trabalho, durante o curso e principalmente no pós-formação.

Somam-se a isso as noções de violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992), que mascara as desigualdades sociais sob o manto do mérito ou do fracasso individual, e o efeito de histerese (Bourdieu, 2009), que descreve o desajuste sentido pelo bolsista ao transitar entre “campos” com lógicas distintas de sua origem social.

Por fim, o pensamento de Paro (2023) tenciona a análise ao questionar a finalidade ética e política da educação superior. Suas reflexões permitem avaliar se a formação oferecida por meio do Prouni cumpre o papel de “formação humana integral”, entendida como o processo de

apropriação da cultura e do conhecimento histórico que visa à emancipação e ao desenvolvimento pleno das capacidades do sujeito.

Em oposição, investigou-se se a política fica restrita a uma lógica puramente instrumental e mercadológica. Esta última caracteriza-se pela redução do ensino ao treinamento para o mercado de trabalho e pela busca da eficiência técnica, tratando a educação como um insumo econômico em vez de um direito humano e social.

Esta tríade conceitual permitiu uma análise multidimensional do objeto de estudo. Por meio de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994), rastreou-se o percurso da política desde a influência e o texto até o discurso; o contexto da prática e os resultados/efeitos.

Por meio de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007; 2009), desvelam-se as dinâmicas de poder do campo expressas no *habitus* e na mobilização dos capitais. A análise buscou compreender como os sujeitos enfrentam a violência simbólica e o efeito de histerese, visando a conversão dos capitais como um caminho para a mobilidade social.

Por fim, o referencial de Paro (2023) possibilitou questionar a finalidade da formação recebida, tensionando a dualidade entre a dimensão humana integral e a lógica instrumental e mercadológica. Assim, a articulação desses autores fundamenta a investigação sobre como o Prouni impacta não apenas o acesso, mas a própria trajetória e a mobilidade social dos sujeitos.

Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratório-descritiva. A primeira etapa consistiu na construção do Estado do Conhecimento da produção acadêmica sobre o Prouni no período de 2014 a 2024. Foi empregada a análise de conteúdo (Bardin, 2016) para mapear, analisar e discutir a produção acadêmica recente. Em seguida, realizou-se a análise documental da legislação do Prouni, fundamentada na Abordagem do Ciclo de Políticas de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994), sistematizada através de Mainardes (2006). Além das legislações federais, normativas institucionais como a Portaria PROEPE 115/2024 da USF, que revelam o rigor burocrático-fiscalizatório imposto aos bolsistas. A pesquisa de campo foi realizada através de um questionário *online* com questões estruturadas, aplicado a 25 participantes.

A amostra abrange os três campi da Universidade São Francisco (Bragança Paulista, Itatiba e Campinas) e egressos da PUC-Campinas, contemplando cursos diversos como Direito, Medicina, Pedagogia, Administração, Filosofia, Turismo e Serviço Social. Essa diversidade é estratégica: no curso de Medicina, por exemplo, os desafios de permanência ganham contornos específicos devido à dedicação integral e à alta distinção social do campo.

Todo o material empírico que compôs o *corpus* de análise foi tratado rigorosamente pela análise de conteúdo (Bardin, 2016), percorrendo três fases fundamentais. A primeira é a pré-

análise, etapa em que se realiza a leitura flutuante, a organização do *corpus* e a definição das unidades de registro e de contexto.

A segunda fase consiste na exploração do material, momento em que ocorre a codificação dos depoimentos em categorias temáticas. Estas categorias são estabelecidas a priori, baseadas nos objetivos, e a posteriori, conforme emergem dos relatos.

A terceira fase compreende o tratamento, a inferência e a interpretação. Nesta etapa, realiza-se a articulação das categorias temáticas com os referenciais teóricos. Esse processo permite a inferência de conhecimentos sobre as contradições vivenciadas pelos sujeitos e a identificação dos efeitos de segunda ordem no contexto da prática (Ball, 1994). Assim, a metodologia garante o rigor necessário para compreender os impactos da política na trajetória dos bolsistas.

Para alcançar os objetivos propostos, esta dissertação está estruturada em seis Títulos e uma Introdução. o Título 2 apresenta o Estado do Conhecimento, mapeando a produção acadêmica sobre o Prouni entre 2014 e 2024. O Título 3 aprofunda o Referencial Teórico, detalhando a articulação entre Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball (1994), Bourdieu e Passeron (1992), Bourdieu (2007; 2009) e Paro (2010; 2023). O Título 4 dedica-se ao Percurso Metodológico e ao delineamento da Pesquisa de Campo. O Título 5 concentra-se na Análise e Discussão dos Resultados, momento em que os relatos dos bolsistas e egressos são categorizados e confrontados com a teoria. Por fim, o Título 6 traz as Considerações Finais, sintetizando as descobertas sobre a inclusão, a permanência e a mobilidade social no contexto estudado, além de apresentar proposições para o aprimoramento da política.

## 2 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO PROUNI

O Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096 de 2005, representa um marco nas políticas de acesso ao ensino superior no Brasil. Ao oferecer bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda, egressos da escola pública e particular, o Prouni buscou ampliar as oportunidades educacionais e promover a inclusão social.

Desde sua implementação, o programa tem sido alvo de intenso debate e acompanhamento pela comunidade acadêmica, que busca compreender seus alcances, limites e contradições. A análise da produção científica sobre uma determinada política pública é fundamental para identificar como ela tem sido interpretada, quais são os seus efeitos percebidos pelas pesquisas e quais lacunas ainda persistem no conhecimento.

Nesse sentido, revisões do Estado do Conhecimento<sup>1</sup> permitem mapear tendências, identificar consensos e dissensos e orientar futuras investigações. O objetivo central é analisar o *corpus* que compõe o estado do conhecimento sobre o Prouni, com base em teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período compreendido entre 2014 e 2024. Buscou-se, especificamente: caracterizar o panorama dessa produção acadêmica (distribuição temporal e metodológica); identificar os principais eixos temáticos abordados; e sintetizar os principais achados e conclusões recorrentes.

Para tanto, realizou-se um levantamento sistemático nas bases de dados da BDTD, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no repositório da Universidade São Francisco (USF). Foram selecionados 31 trabalhos que atendiam aos critérios de período e foco temático no Prouni em Programas da área de Educação. A análise desses documentos pautou-se na leitura e categorização de seus resumos, palavras-chave e, quando necessário para aprofundamento dos textos completos. Para realizar uma análise sistemática da produção científica, este capítulo utiliza como referencial metodológico a Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016) que a define não como uma única técnica, mas como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos

---

<sup>1</sup> Parte dos dados apresentados neste título, foram publicados no artigo: PROUNI (2014-2024): um estudo por meio do Ciclo de Políticas e Análise de Conteúdo. *Communitas*, Rio Branco, v. 10, n. 24, p. e9237, 2026. DOI: 10.29327/268346.10.24.

relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Em outras palavras, não buscamos apenas descrever o que os 31 estudos abordaram, mas realizar uma hermenêutica controlada para inferir (deduzir logicamente) quais são as tendências, os focos dominantes e, principalmente, as lacunas e não ditos desse campo de pesquisa. Para garantir o rigor metodológico, seguiremos as três fases cronológicas propostas por Bardin (2016):

1. Pré-análise e Leitura Flutuante: Nesta fase, realizou-se a organização do material e a leitura dos resumos e palavras-chave para a apropriação do conteúdo e formulação de hipóteses iniciais sobre as tendências da produção acadêmica;
2. Exploração do Material: Nesta etapa, aplicaram-se regras de codificação para categorizar os trabalhos. Dada a complexidade dos estudos, que frequentemente abordam múltiplos temas, realizou-se uma dupla categorização seguida pela definição de um foco primário para cada trabalho, garantindo a exclusividade necessária para a análise das tendências temáticas;
3. Tratamento dos Resultados e Inferência: Por fim, realizou-se a interpretação dos dados codificados, articulando as categorias temáticas para inferir as lacunas e os não ditos do campo de pesquisa.

## 2.1 Constituição do *Corpus*

A fase inicial da construção deste estado do conhecimento envolveu a pesquisa, organização e catalogação dos dados levantados, seguida pela leitura analítica dos resumos e das palavras-chave que compõem o *corpus* de análise. O *corpus* desta investigação é constituído por um conjunto de 31 trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) que pesquisam sobre o Prouni, defendidos em Programas de Pós-Graduação em Educação entre os anos de 2014 e 2024.

O levantamento, como mencionado anteriormente, foi realizado nas bases de dados da BDTD, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no repositório institucional da Universidade São Francisco (USF). Para a gestão e sistematização desses dados, utilizou-se uma planilha de controle intitulada “Estado do Conhecimento Pesquisas Prouni 2014-2024”, na qual foram indexados os seguintes campos fundamentais:

1. Título: O título completo da pesquisa;
2. Ano: O ano de defesa e conclusão;
3. Autor(a) / Orientador(a): Responsáveis pela produção e supervisão do estudo;
4. Instituição e Programa de Pós-Graduação: Local de defesa e vinculação acadêmica (conforme a área de avaliação da Capes);
5. Tipo de documento: Distinção entre (D) dissertação Mestrado ou (T) tese Doutorado;
6. Conteúdo Analítico: Resumo integral e palavras-chave para fins de categorização;
7. *Link* de acesso: Localizador para consulta ao texto completo.

O objetivo desta organização foi estabelecer um catálogo rigoroso que permitisse a aplicação das técnicas de codificação de Bardin (2016). A partir deste mapeamento, foi possível identificar não apenas a frequência das publicações, mas a origem geográfica e institucional da produção sobre o programa.

**Quadro 1 - Levantamento estado do conhecimento pesquisas Prouni 2014-2025**

| Autor(a) / Orientador(a)                       | Ano  | Dissertação (D) ou Tese (T) | Programa e Universidade                                                    | Título                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------|------|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Adriana Ap. de F. Alvarez / Adair M. Nacarato  | 2022 | D                           | Mestrado em Educação - Universidade São Francisco                          | Acesso ao ensino superior: narrativas de bolsistas Prouni do curso de Pedagogia de uma instituição comunitária do interior de São Paulo                                       |
| Amilton B. Peletti / Isaura M. S. Zanardini    | 2024 | T                           | Doutorado em Educação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná           | Políticas de expansão do ensino superior a distância no Brasil nas primeiras décadas do século XXI: democratização do acesso ou uma das estratégias para maximização do lucro |
| Ana C. F. Mascarenhas / Robert Verhine         | 2015 | T                           | Doutorado em Educação - Universidade Federal da Bahia                      | Análise do Prouni nas dimensões acadêmica e econômico-administrativa: estudo de caso de uma instituição de ensino no município de Salvador/Bahia                              |
| Andréa P. Schmoeller / Marcela N. Ferrario     | 2019 | D                           | Mestrado em Educação - Universidade Federal da Integração Latino-Americana | Programas Fies e Prouni: um estudo comparativo                                                                                                                                |
| Antonio M. dos Santos / Samuel Mendonca        | 2021 | D                           | Mestrado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas        | A desigualdade no Programa Universidade para Todos: revisão de literatura na plataforma Scielo                                                                                |
| Antônio A. Guimarães / Telmo Adams             | 2020 | T                           | Doutorado em Educação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos              | Prouni: possibilidades e desafios para a emancipação de bolsistas no atual contexto do mundo do trabalho                                                                      |
| Aurenice dos S. Leite / Elisabete F. E. Campos | 2021 | D                           | Mestrado em Educação - Universidade Metodista de São Paulo                 | A evasão no ensino superior: Prouni e Fies como políticas de acesso e redução da evasão: o que demonstram as pesquisas?                                                       |

|                                                  |      |   |                                                                 |                                                                                                                                                     |
|--------------------------------------------------|------|---|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Breno A. H. Junior / Denise M. Ziliotto          | 2021 | T | Doutorado em Educação - Universidade La Salle                   | Dimensões acadêmicas da trajetória de estudantes vinculados ao Prouni nos cursos de Engenharia                                                      |
| Christiane F. G. Pereira / Lúcia M. de Assis     | 2020 | D | Mestrado em Educação - Universidade Federal de Goiás            | Políticas neoliberais e acesso à educação superior: uma análise do Prouni                                                                           |
| Cleonice S. Rocha / Flávia O. C. Werle           | 2015 | T | Doutorado em Educação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos   | Por que eles abandonam? Evasão de bolsistas Prouni em licenciaturas                                                                                 |
| Denise A. de S. Ferreira / Ivanise Monfredini    | 2019 | D | Mestrado em Educação - Universidade Católica de Santos          | A universidade na formação dos sujeitos que participam de movimentos sociais e coletivos: dimensões, limites e possibilidades                       |
| Fernando O. Rodrigues / Isaura M. S. Zanardini   | 2016 | D | Mestrado em Educação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná | As políticas para a educação superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do Prouni e Fies                                                       |
| Iracema M. C. Sales / Lucinete M. Lima           | 2019 | D | Mestrado em Educação - Universidade Federal do Maranhão         | Programa Universidade para Todos e acesso ao direito à educação superior: base normativa e significados na visão de beneficiários                   |
| Jane K. de F. Santos / Julio C. G. Bertolin      | 2017 | D | Mestrado em Educação - Universidade de Passo Fundo              | Os fatores que podem influenciar o desempenho de bolsistas Prouni da educação superior brasileira: um olhar a partir da Nova Sociologia da Educação |
| Jean L. Lucrê / Luiz G. B. de Assis              | 2016 | D | Mestrado em Educação - Universidade de São Paulo                | Estado e governança educacional: um estudo de caso do Prouni                                                                                        |
| João F. N. Francisco / Sônia Ap. Siquelli        | 2022 | D | Mestrado em Educação - Universidade São Francisco               | Ciclo de políticas para ensino superior (2016-2021): conjunturas-rompimentos-conservações                                                           |
| João R. dos S. Filho / Vera L. J. Chaves         | 2016 | T | Doutorado em Educação - Universidade Federal do Pará            | Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais                                  |
| Juliana Milcharek / Berenice Corsetti            | 2020 | D | Mestrado em Educação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos    | O Programa Universidade para Todos (Prouni) e as trajetórias de discentes na formação avançada para educação brasileira                             |
| Karina S. Vieira / Ana M. F. Teixeira            | 2017 | D | Mestrado em Educação - Universidade Federal de Sergipe          | Estudantes universitários de uma instituição privada e suas relações com o saber: de espectadores a protagonistas                                   |
| Laiza P. R. S. Avelino / Júlio C. G. Bertolin    | 2017 | D | Mestrado em Educação - Universidade de Passo Fundo              | O desenvolvimento além do esperado dos bolsistas Prouni: um enfoque psicológico sob a luz das teorias motivacionais humanas                         |
| Leidiane S. L. Fernandes / Carlos A. S. Dublante | 2022 | D | Mestrado em Formação Docente - Universidade Federal do Maranhão | O Programa Universidade para Todos (Prouni): desafios e impasses para a democratização do ensino superior no município de Imperatriz – MA           |
| Leila M. C. Sousa / Fabíola B. G. Kato           | 2019 | D | Mestrado em Educação - Universidade Federal do Pará             | Financeirização da educação superior privado-mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A                   |

|                                                 |      |   |                                                                      |                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------|------|---|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lutiele da S. Ghelere / Alex S. da Silva        | 2014 | D | Mestrado em Educação - Universidade do Extremo Sul Catarinense       | O perfil do bolsista Prouni da UNESC: entre os limites e as possibilidades do ensino superior                                                  |
| Olivia C. de Oliveira / Celia R. Otranto        | 2021 | T | Doutorado em Educação - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | A democratização da educação superior e as ações de assistência estudantil na história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) |
| Renata de S. Pires / Andre Pires                | 2019 | D | Mestrado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas  | O Prouni sob a ótica de docentes e da direção do curso de pedagogia de uma instituição de ensino do interior do estado de São Paulo            |
| Sandra M. B. Silva / Juciley S. E. Freire       | 2020 | D | Mestrado em Educação - Universidade Federal do Tocantins             | Perfil dos bolsistas do Prouni no estado do Tocantins: democratização do acesso?                                                               |
| Suzanete Ap. de F. Vaz / Isaura M. S. Zanardini | 2017 | D | Mestrado em Educação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná      | As políticas para o ensino superior no governo Lula (2003 – 2010): análise dos pesquisadores                                                   |
| Sônia A. P. R. Ferreira / Ney C. M. de Oliveira | 2016 | D | Mestrado em Educação - Universidade da Amazônia                      | As repercussões do Prouni na vida profissional dos egressos da UNAMA                                                                           |
| Tatiane C. F. Basconi / Aurea de C. Costa       | 2014 | D | Mestrado em Educação - UNESP (Rio Claro)                             | O Programa Universidade para Todos (Prouni) e a expansão do ensino superior brasileiro                                                         |
| Victor M. Varollo / Andre Pires                 | 2021 | D | Mestrado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas  | Desafios e oportunidades no Prouni: uma análise das percepções dos bolsistas                                                                   |
| Wellington R. Alves / Waldemar Marques          | 2019 | D | Mestrado em Educação - Universidade de Sorocaba                      | Programa Universidade para Todos (Prouni): o olhar dos egressos de uma universidade comunitária no estado de São Paulo                         |

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025)

Para que o *corpus* seja válido, Bardin (2016) aponta quatro regras principais:

1. Exaustividade: Todos os 31 trabalhos identificados foram incluídos na análise.
2. Representatividade: O conjunto representa a produção acadêmica recente (2014-2024) sobre o tema nos repositórios consultados.
3. Homogeneidade: Os documentos são homogêneos, pois todos são teses ou dissertações da área de Educação e tratam do mesmo objeto central (Prouni).
4. Pertinência: Os documentos são adequados (pertinentes) para responder aos objetivos desta pesquisa.

As unidades de registro são os segmentos específicos do *corpus* que serão analisados, neste estudo estas unidades são os Resumos e as Palavras-chave de cada um dos 31 trabalhos, conforme disponíveis na planilha "Estado do Conhecimento Pesquisas Prouni 2014-2024".

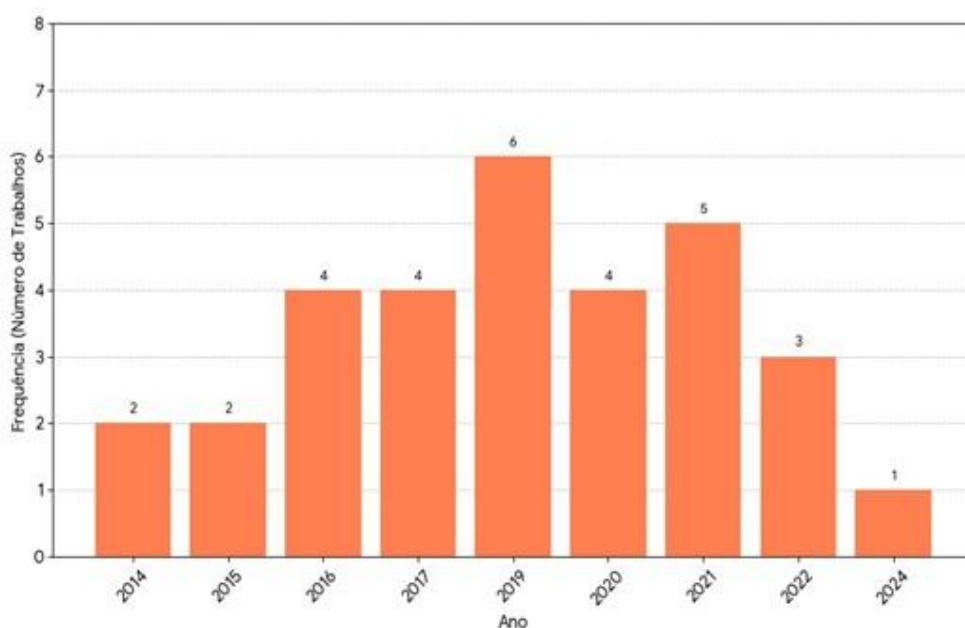
Para o detalhamento das coletas e sistematização visual dos dados, as informações extraídas do *corpus* como: tipos de documentos e instituições; geopolítica da produção e delineamento metodológico e concentrações temáticas foram tabuladas em gráficos e planilhas eletrônicas geradas pelo *software Microsoft Excel*.

## 2.2 Análise de Conteúdo: Fase 1 - Pré-análise e Leitura Flutuante, Panorama da Produção Acadêmica sobre o Prouni (2014-2024)

A pré-análise dos dados dos 31 trabalhos selecionados revela um interesse constante, embora com flutuações, da comunidade acadêmica pelo Prouni na última década. Observou-se uma produção distribuída ao longo do período, com picos nos anos de 2019 (6 trabalhos) e 2021 (5 trabalhos). Enquanto 2016, 2017 e 2020 registraram 4 produções anuais. Os anos de 2014 e 2015 apresentaram 2 trabalhos respectivamente. Nos anos mais recentes, 2022 (3 trabalhos) e 2024 (1 trabalho até o fechamento deste levantamento), os dados sugerem a continuidade da temática como objeto de investigação.

Essa oscilação quantitativa e a persistência das publicações não devem ser lidas como mero acaso estatístico, mas como um reflexo direto do contexto de influência, conforme proposto por Bowe, Ball, Gold (1992). Nota-se que os picos de produção (entre 2016 e 2021) sucedem momentos de ruptura e intensos debates no cenário político-educacional brasileiro. O Gráfico 1 ilustra essa distribuição temporal de forma sistemática:

**Gráfico 1 - Distribuição temporal das pesquisas sobre o Prouni (2014-2024)**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

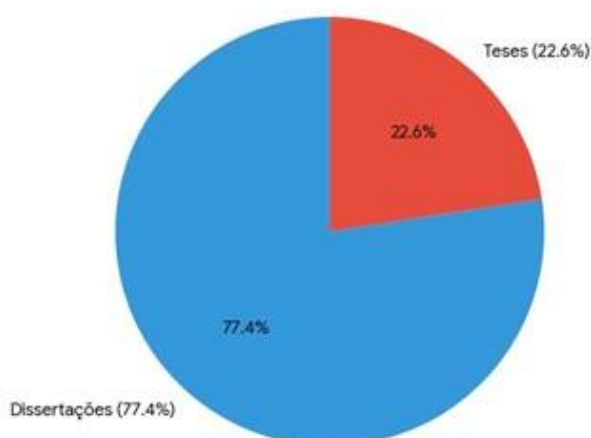
Como demonstra a análise de Francisco (2022), que investigou o ciclo de políticas entre 2016 e 2021, a academia reagiu às conjunturas e rompimentos do período, buscando compreender a sobrevivência e a continuidade do programa frente às crises institucionais. Além disso, a manutenção da produção acadêmica ao longo de uma década sugere que o Prouni transcende a condição de um programa governamental provisório.

Trabalhos como os de Santos Filho (2016) e Peletti (2024) indicam que a política se consolidou como um mecanismo estrutural de financiamento do setor privado, tornando-se indispensável para a governança educacional do Estado, independentemente das trocas de gestão. Assim, a pesquisa educacional mantém-se vigilante sobre o programa justamente por sua centralidade na manutenção da expansão do ensino superior brasileiro. Essa distribuição reflete, portanto, não apenas o ciclo natural de conclusão de pesquisas de mestrado e doutorado, mas os momentos de balanço da política e as mudanças em sua legislação.

### 2.2.1 Tipos de documentos e instituições: a análise quantitativa e geográfica

A análise tipológica do *corpus* revela uma predominância absoluta de dissertações de mestrado, que correspondem a 24 trabalhos (77,4%), contra apenas 7 teses de doutorado (22,6%). Essa disparidade sugere que o Prouni tem se consolidado como um tema recorrente na formação inicial de pesquisadores. O Gráfico 2 sintetiza essa distribuição:

**Gráfico 2 – Distribuição por tipo de documento (2014-2024)**



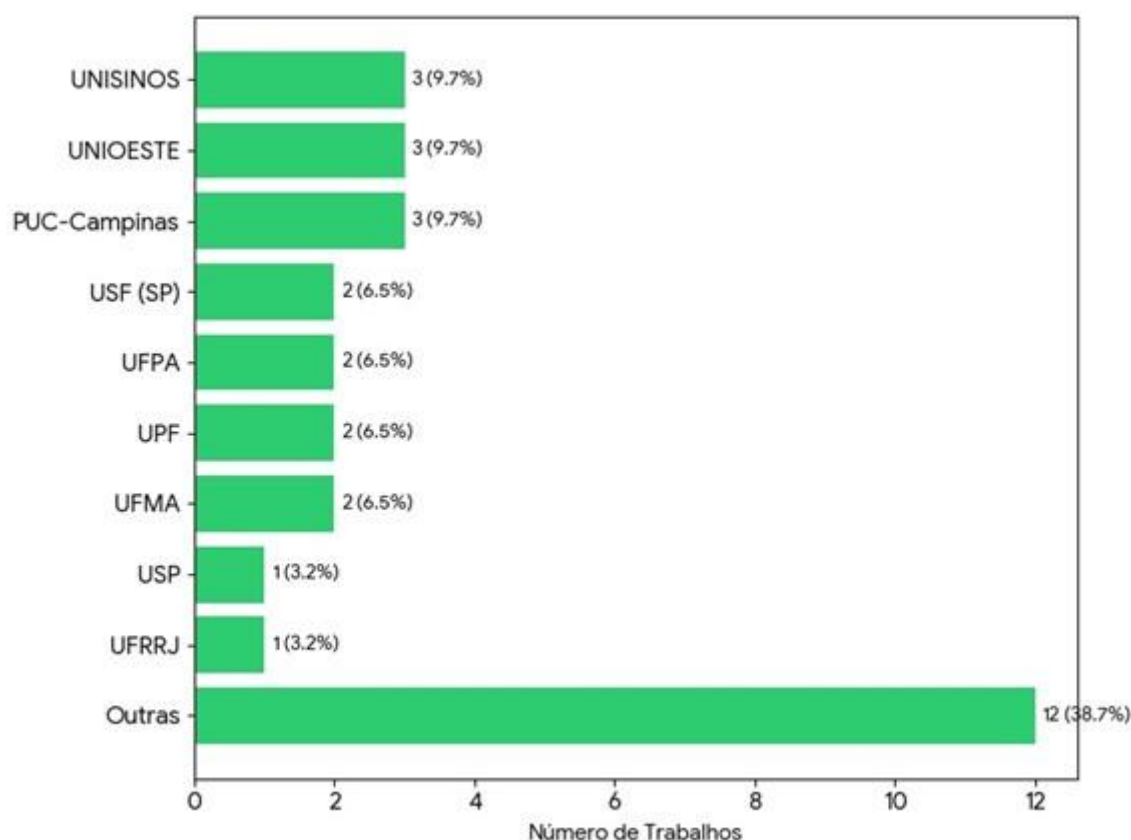
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Sob a lente de Ball (1994), essa concentração em dissertações indica um esforço da academia em compreender o contexto da prática. Essa tendência se materializa em estudos como os de Alvarez (2022), Fernandes (2022) e Ghelere (2014), que investigaram como a política é atuada (*enacted*) em contextos institucionais específicos, como no interior de São Paulo, no Maranhão e em Santa Catarina, respectivamente.

Tais pesquisas captam as microrrealidades e as tensões locais da implementação que as grandes análises macro, mais comuns em teses de doutorado, por vezes não alcançam. Contudo, a menor presença de teses pode sinalizar uma lacuna na produção de teorizações mais robustas sobre os impactos de longo prazo da política em escala nacional.

No que tange à distribuição institucional, observa-se uma dispersão por todas as regiões do país, mas com concentrações geográficas evidentes, conforme ilustra o Gráfico 3:

**Gráfico 3 – Distribuição por instituição de pesquisa**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Destacam-se instituições das regiões Sul e Sudeste, como a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a

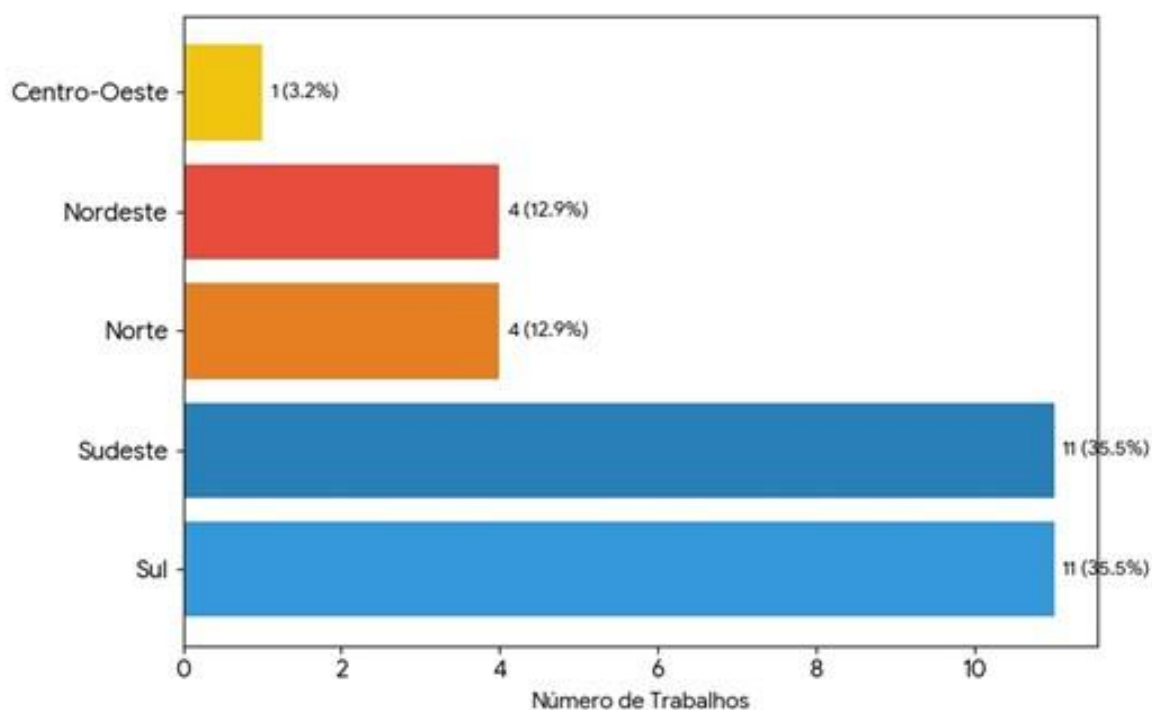
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), cada uma responsável por cerca de 9,7% da produção analisada. É relevante notar, também, a contribuição das universidades estaduais paulistas, representadas pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), que somam esforços à produção de universidades comunitárias, como a Universidade São Francisco (USF).

Essa configuração reforça o argumento de que a interiorização da pesquisa acompanha a expansão física do ensino superior, mas permanece ancorada em centros já consolidados no eixo Sul-Sudeste. Isso acaba por reproduzir, no campo científico, as assimetrias regionais que o próprio Prouni visa combater, deixando lacunas de investigação em contextos periféricos ou de fronteira.

### 2.2.2 Geopolítica da produção: a interiorização assimétrica

A geografia da produção acadêmica sobre o Prouni revela um cenário de contrastes que merece atenção crítica. Ao analisarmos a distribuição por macrorregiões, identifica-se uma hegemonia incontestável do eixo Sul-Sudeste, que concentra 71% das pesquisas (22 trabalhos), divididos equitativamente entre as duas regiões. Em contrapartida, as regiões Norte (12,9%), Nordeste (12,9%) e Centro-Oeste (3,2%) somam juntas apenas 29% da produção, conforme ilustra o Gráfico 4:

**Gráfico 4 – Distribuição da produção por macrorregiões**

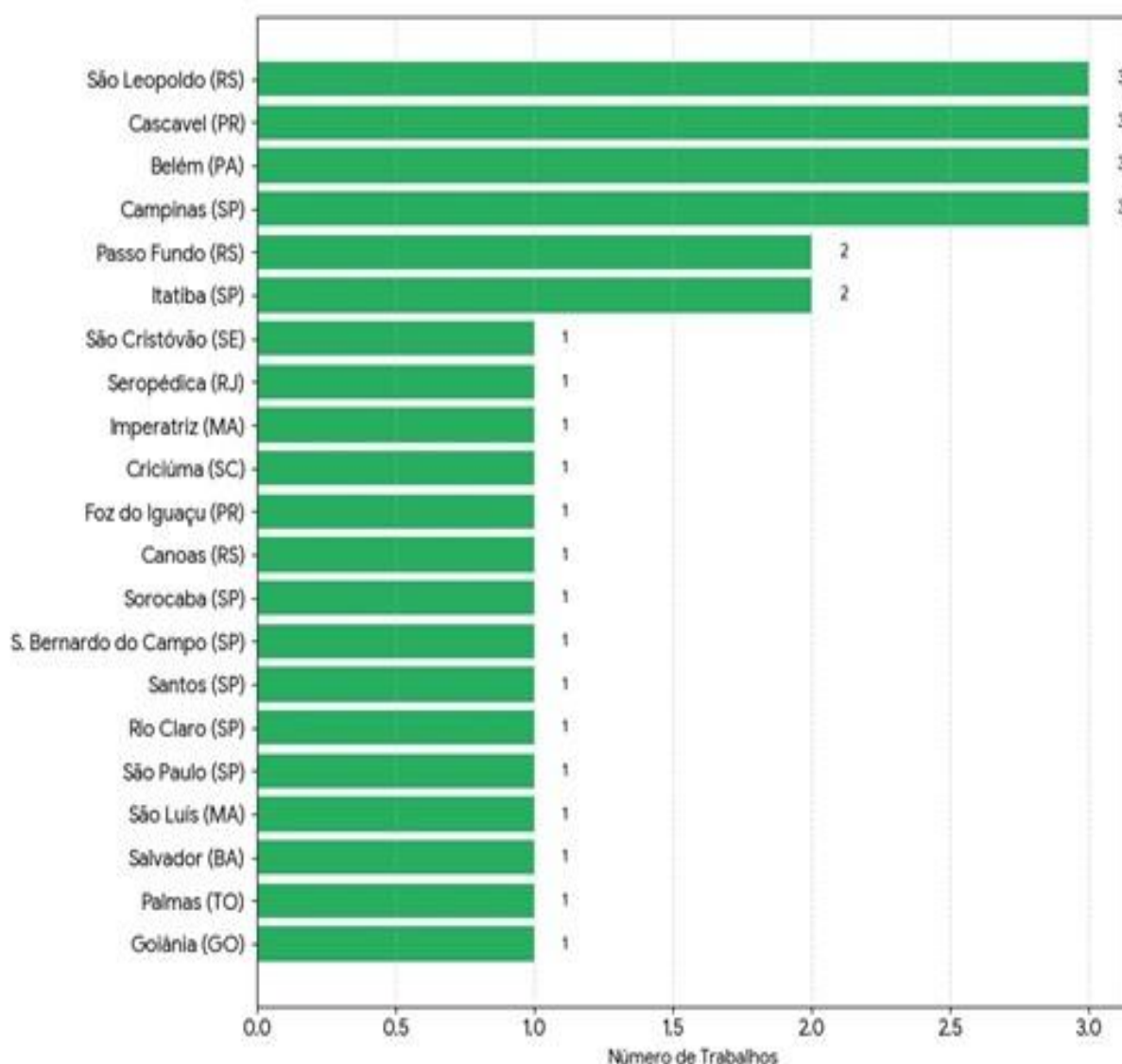


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Esses dados evidenciam uma escassez de investigações acadêmicas sobre como o Prouni opera em contextos onde as desigualdades educacionais são historicamente mais acentuadas.

Contudo, ao refinarmos a análise para a escala municipal, emerge o fenômeno da interiorização da pesquisa. Dos 31 trabalhos analisados, 74% (23 obras) foram defendidos em instituições localizadas fora das capitais estaduais, como demonstrado no Gráfico 5:

**Gráfico 5 – Distribuição da produção por cidades (capitais vs. interior)**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Polos regionais como Campinas (SP), Cascavel (PR) e São Leopoldo (RS) destacam-se com 3 trabalhos cada, equiparando-se à produção de capitais como Belém (PA). Interpretando

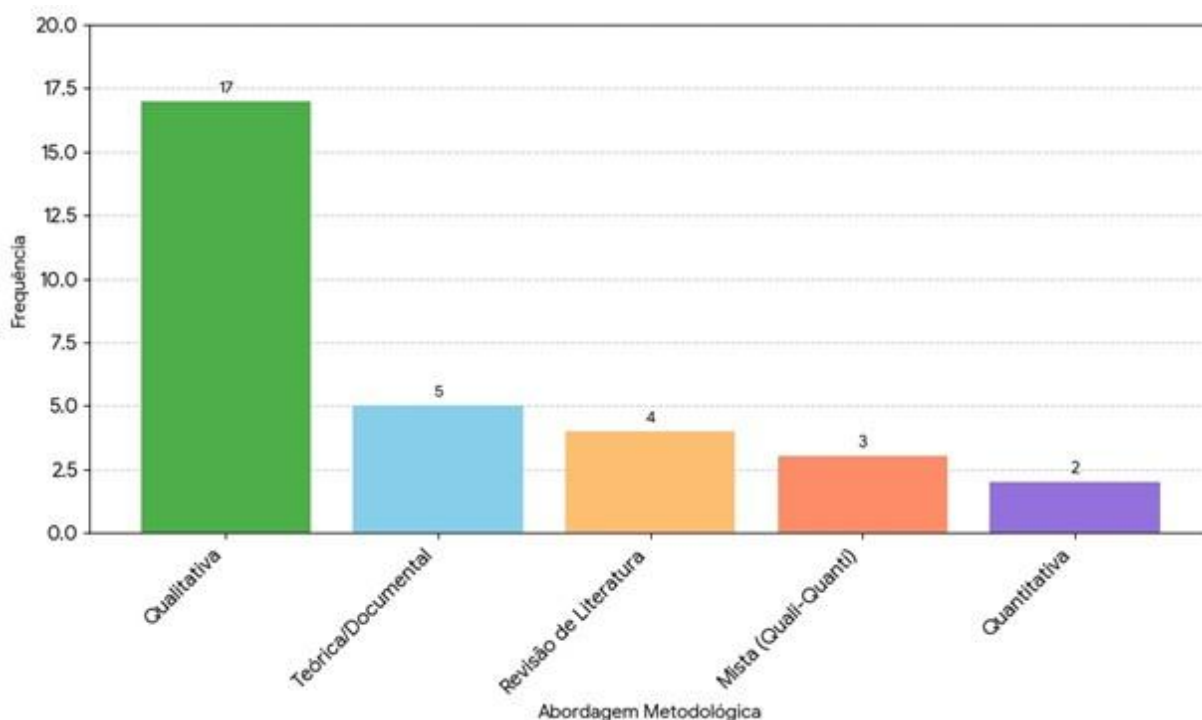
esses dados à luz do Ciclo de Políticas de Ball (1994), podemos inferir que a pesquisa sobre o contexto da prática do Prouni acompanhou a expansão física do ensino superior para o interior do país.

No entanto, essa interiorização é profundamente assimétrica: ela ocorre predominantemente no interior rico do país (SP, RS, PR). A escassez de estudos sobre o interior das regiões Norte e Nordeste sugere que, embora o Prouni tenha chegado a esses territórios enquanto política de acesso, a lupa da academia ainda não se voltou suficientemente para analisar as especificidades da permanência e das trajetórias de egressos nessas localidades. Esta revisão busca, portanto, denunciar essa lacuna, reforçando a necessidade de olhares científicos sobre os contextos de interiorização fora do eixo hegemônico.

### 2.2.3 Delineamento metodológico e concentrações temáticas

Ao observarmos o delineamento das pesquisas (Gráfico 6), constata-se a hegemonia da abordagem qualitativa, que fundamenta 17 das 31 investigações (54,8%).

**Gráfico 6 – Frequência de pesquisas por abordagem metodológica**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Trabalhos como os de Alvarez (2022) e Avelino (2017) exemplificam essa vertente qualitativa predominante ao privilegiarem instrumentos como entrevistas semiestruturadas e narrativas biográficas. Sob a ótica do Ciclo de Políticas de Ball (1994), essa predominância

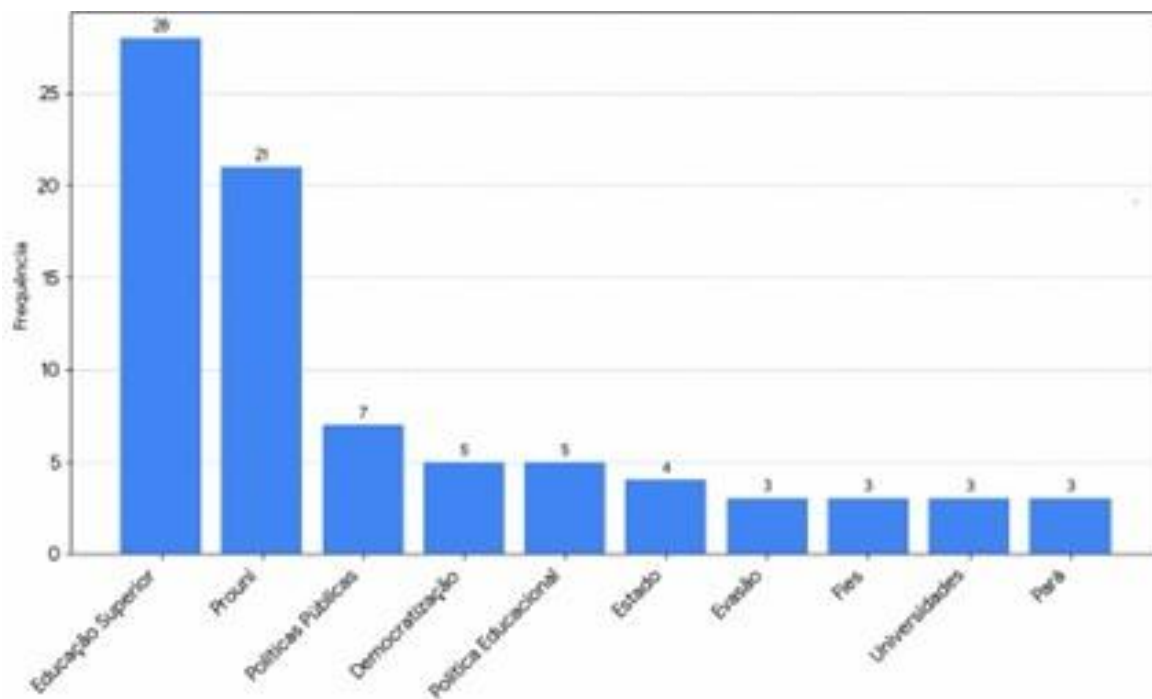
metodológica é coerente e necessária: se a política pública não é apenas um texto legal, mas um processo vivo sujeito à interpretação e encenação pelos atores no contexto da prática, somente abordagens sensíveis às subjetividades conseguem captar como o bolsista significa e vivência o Prouni no cotidiano universitário.

Em menor escala, identificam-se 2 estudos estritamente quantitativos (6,4%) e 3 abordagens mistas (9,6%). Nestes últimos, observa-se o esforço metodológico da triangulação, como no estudo de Mascarenhas (2015), que promove o cruzamento de indicadores estatísticos (microdados do INEP) com a percepção dos sujeitos para conferir maior densidade à análise sociológica.

A inferência reside na constatação de que, embora a abordagem qualitativa seja indispensável para dar voz aos sujeitos, o campo se beneficiaria de um maior investimento em métodos mistos. A complexidade do Prouni como política de massas exige que a compreensão das microrrealidades seja tensionada com os dados de macro resultados, evitando que a análise fique restrita a fragmentos locais.

A análise das palavras-chave funciona como um medidor das preocupações centrais do campo. Os descritores "Educação Superior" (29 ocorrências) e "Prouni" (22 ocorrências) consolidam o programa como objeto central, conforme o Gráfico 7:

**Gráfico 7 – Palavras-chave com maior frequência**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).



A leitura flutuante do conjunto das 31 teses e dissertações sobre o Prouni revela um panorama complexo e multifacetado. Mais do que um consenso monolítico, emergem convergências em certos diagnósticos, mas também divergências interpretativas e nuances que enriquecem o debate. Estas tendências, identificadas na fase de exploração do material, foram organizadas em cinco eixos temáticos fundamentais:

#### 2.2.4.1 O Prouni como via de acesso: consensos sobre a ampliação e debates sobre a efetividade

Há uma convergência notável no reconhecimento do Prouni como indutor da ampliação do acesso para camadas historicamente excluídas. Estudos de perfil, como os de Ghelere (2014) e Silva (2020), corroboram que o programa alcança estudantes de baixa renda e egressos da escola pública. Contudo, a discussão sobre a efetividade da democratização é diluída.

Enquanto Fernandes (2022) aponta a expansão de vagas, Pereira (2020) e Santos (2021) argumentam que o acesso, por si só, não supera as desigualdades estruturais, especialmente no recorte étnico-racial. Sob a ótica de Bowe, Ball, Gold (1992), observa-se aqui o sucesso do contexto do texto (a lei que abre vagas), mas um questionamento sobre se essa inclusão é plena ou apenas numérica, por vezes servindo a uma lógica de mercado que forma mão de obra específica, como denuncia Basconi (2014).

#### 2.2.4.2 A permanência em xeque: barreiras estruturais e as estratégias de enfrentamento dos estudantes

A literatura converge ao identificar a permanência como o desafio crítico. As barreiras financeiras são citadas quase unanimemente. Custos com transporte, alimentação e material didático impactam a trajetória mesmo com a isenção da mensalidade (Rocha, 2015; Ferreira, 2016). A dificuldade de conciliar estudo e trabalho emerge como o fator central da evasão.

Em contraste, emergem as estratégias de enfrentamento do estudante: Avelino (2017) e Santos (2017) destacam o desempenho superior de bolsistas, movidos por uma resiliência intrínseca. Varollo (2021) evidencia a criação de redes de apoio como estratégia de enfrentamento diante da insuficiência de políticas institucionais. O diagnóstico é comum: as IES e o programa falham ao não integrar políticas de apoio psicossocial e material robustas (Mascarenhas, 2015).

#### 2.2.4.3 O programa sob o olhar dos beneficiários: entre a oportunidade e a crítica

Os estudos que dão voz aos sujeitos (Alvarez, 2022; Sales, 2019; Alves, 2019) revelam uma percepção dual. O Prouni é valorizado como a única via para a realização de um sonho e mobilidade social. Contudo, essa gratidão coexiste com uma consciência crítica aguda. Os estudantes não são ingênuos, eles apontam a falta de suporte e o estigma. Como nota Pires (2019), a visão dos beneficiários reflete a complexidade de uma política que abre a porta, mas insere o sujeito num percurso repleto de obstáculos simbólicos e materiais.

#### 2.2.4.4 Efeitos a longo prazo: sinais de mobilidade e o silêncio sobre egressos

Embora este seja o campo com maior lacuna na literatura, estudos como os de Ferreira (2016) e Alves (2019) indicam repercussões positivas na vida profissional e inserção no mercado. Milcharek (2020) observa ex-Prounistas avançando para a pós-graduação, sinalizando uma reconfiguração do *habitus* (Bourdieu, 2009).

No entanto, a literatura sugere que a mobilidade não é automática, o prestígio da IES e do curso são variáveis que medem o impacto do diploma. O desafio persiste em compreender como o capital acadêmico se converte efetivamente em capital econômico e social no longo prazo, temática central desta dissertação.

#### 2.2.4.5 A tensão estrutural: inclusão social versus lógica de mercado

Este é o ponto de maior tensão interpretativa. De um lado, foca-se nos resultados individuais positivos (Guimarães, 2020); de outro, uma parcela robusta da produção (Peletti, 2024; Santos Filho, 2016; Sousa, 2019) analisa o programa como uma ferramenta de financeirização do ensino superior.

Questiona-se se o modelo de isenção fiscal não prioriza a sustentabilidade de grandes conglomerados educacionais em detrimento do setor público. Peletti (2024) problematiza a expansão da Educação a Distância (EAD) neste contexto, questionando se o objetivo é a democratização ou a maximização do lucro. Esta tensão entre o direito à educação e as forças de mercado é a conclusão transversal que situa o Prouni num campo de permanentes disputas e contradições.

#### 2.2.5 Resultados da leitura flutuante e formulação de hipóteses

A leitura "flutuante", que consistiu no contato inicial e exaustivo com o *corpus* para "deixar-se invadir por impressões e orientações" (Bardin, 2016), permitiu identificar tendências preliminares e formular as hipóteses (H) que guiam este Estado do Conhecimento:

1. H1 (Metodológica): A produção acadêmica sobre o Prouni privilegia abordagens qualitativas e estudos de caso, com foco nas subjetividades e na atuação da política no contexto da prática (Ball, 1994). Supõe-se que essa escolha metodológica visa dar voz aos sujeitos frente à rigidez do texto legal.
2. H2 (Temática): Os eixos dominantes na literatura concentram-se na dicotomia: acesso versus permanência. Acredita-se que a pesquisa educacional tem se voltado prioritariamente para os obstáculos imediatos da trajetória acadêmica (barreiras financeiras e simbólicas) e para os riscos de evasão.
3. H3 (Lacunas e Originalidade): Existe uma lacuna significativa de pesquisas que investigam, de forma longitudinal, as trajetórias dos egressos (impacto socioeconômico pós-formação) e que analisem as especificidades de contextos regionais, como o interior paulista. Esta hipótese reforça a necessidade da presente dissertação como campo de produção de novos conhecimentos.

## **2.3 Análise De Conteúdo: Fase 2 – Exploração Do Material, Codificação e Categorização**

Nesta fase, aplicamos sistematicamente as regras de classificação aos 31 resumos que compõem o *corpus*, codificando-os em categorias analíticas. Para verificar as hipóteses levantadas na fase anterior, definimos os códigos (elementos de busca no texto) e as categorias de análise.

Segundo Bardin (2016), a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento, segundo o gênero (analogia). A análise será dividida em duas grandes operações de categorização: uma focada na abordagem metodológica e outra nos eixos temáticos.

### **2.3.1 Primeira categoria: abordagem metodológica**

Para verificar a H1 (Hipótese Metodológica), classificamos os trabalhos conforme a metodologia descrita em seus resumos. A unidade de registro foi a menção explícita da

abordagem (ex: "pesquisa qualitativa", "estudo de caso", "análise documental", "análise quantitativa"). O Quadro 2 sintetiza a frequência e o percentual das abordagens identificadas.

**Quadro 2 – Frequências de pesquisas por abordagem metodológica**

| Categoria Metodológica | Frequência (N=32) | Percentual | Trabalhos de Exemplo (Fonte)                 |
|------------------------|-------------------|------------|----------------------------------------------|
| Qualitativa            | 17                | 54,80%     | (Alvarez, 2022; Ferreira, 2016; Rocha, 2015) |
| Teórica/Documental     | 5                 | 16,10%     | (Pereira, 2020; Santos Filho, 2016)          |
| Revisão de Literatura  | 4                 | 12,90%     | (Varollo, 2021; Leite, 2021)                 |
| Mista (Quali-Quant)    | 3                 | 9,70%      | (Fernandes, 2022; Sales, 2019)               |
| Quantitativa           | 2                 | 6,50%      | (Junior, 2021; Schmoller, 2019)              |
| Total                  | 31                | 100,00%    |                                              |

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

### 2.3.2 Segunda categoria: eixos temáticos

Para verificar as hipóteses H2 (Temática) e H3 (Lacunas), realizamos uma análise temática, que, segundo Bardin (2016), consiste em "descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação". A unidade de registro definida foi o tema, identificado a partir do foco principal de cada investigação. A análise de conteúdo dos resumos, palavras-chave e, quando necessário, dos textos completos das 31 teses e dissertações permitiu identificar cinco grandes eixos temáticos que concentram as discussões sobre o Prouni:

1. Eixo 1: Acesso e Democratização – Trabalhos focados no ingresso e no papel do Prouni como política de inclusão social e racial (ex: Sales, 2019; Santos, 2021).
2. Eixo 2: Permanência, Evasão e Desafios – Pesquisas voltadas à trajetória durante o curso, analisando desempenho, dificuldades (financeiras, pedagógicas, sociais), estratégias de permanência e motivos de evasão (ex: Rocha, 2015; Varollo, 2021; Junior, 2021; Gherele, 2014).

3. Eixo 3: Percepções dos Atores Envolvidos – Foco na compreensão da experiência a partir da perspectiva de seus atores (bolsistas, docentes e gestores). Alvarez (2022) e Varollo (2021) são exemplos diretos do uso de entrevistas para entender o significado do programa.
4. Eixo 4: Trajetórias e Impactos (Egressos) – Estudos centrados no pós-formação, analisando o impacto do programa na vida profissional, inserção no mercado de trabalho e continuidade acadêmica (ex: Ferreira, 2016; Milcharek, 2020; Guimarães, 2020).
5. Eixo 5: Análises Críticas: Mercantilização e Financeirização – Trabalhos focados na política em si, analisando seu papel na expansão do setor privado-mercantil, no contexto neoliberal e na governança estatal (ex: Pereira, 2020; Santos Filho, 2016; Peletti, 2024; Lucri, 2016).

### 2.3.3 Justificativa da categorização: múltipla ocorrência e exclusividade

A essência da análise de conteúdo (Fase de Exploração do Material) reside em transformar dados brutos em unidades classificáveis (categorias). O desafio metodológico imposto por este levantamento é a complexidade transversal das pesquisas sobre o Prouni, que frequentemente transitam por mais de um eixo temático. O Quadro 3 representa a Frequência Bruta (Múltipla Ocorrência), evidenciando que um único trabalho pode, e deve, ser codificado em mais de um eixo. A soma total de ocorrências (46) ultrapassa o número absoluto de trabalhos (31), demonstrando a densidade do debate acadêmico.

**Quadro 3 – Múltipla ocorrência e frequência bruta de temas**

| Eixo Temático (Categoria)                                                           | Frequência Bruta (Ocorrências) | Percentual de Ocorrência (sobre N=46) |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| Eixo 2: Permanência, Evasão e Desafios                                              | 11                             | 23,90%                                |
| Eixo 5: Análises Críticas: Mercantilização, Financeirização e Políticas Neoliberais | 10                             | 21,70%                                |
| Eixo 4: Trajetórias e Impactos (Egressos)                                           | 9                              | 19,60%                                |
| Eixo 3: Percepções dos Atores Envolvidos                                            | 8                              | 17,40%                                |
| Eixo 1: Acesso e Democratização                                                     | 8                              | 17,40%                                |

|                                                                                                                                       |    |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|---------|
| Total de Ocorrências                                                                                                                  | 46 | 100,00% |
| Nota: A soma de frequências ultrapassa 31, pois cada trabalho foi classificado em todas as categorias pertinentes (multicodificação). |    |         |

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Contudo, conforme Bardin (2016), um sistema de categorias deve buscar, idealmente, a qualidade da exclusão mútua. Para evitar a ambiguidade no cálculo de frequência primária e determinar com exatidão onde reside o maior investimento acadêmico, adotou-se o procedimento de refinamento analítico (*cutting*), estabelecendo-se um foco primário para cada pesquisa a partir de dois critérios:

1. **Priorização Metodológica:** A prioridade classificatória foi conferida ao objetivo principal e ao instrumento metodológico central do trabalho (ex: se uma pesquisa discute criticamente a permanência, mas sua metodologia centraliza-se em entrevistas com egressos, o foco primário foi definido no Eixo 4).
2. **Exclusividade Semântica:** Cada trabalho foi reavaliado para identificar seu núcleo de sentido preponderante. Trabalhos que tangenciavam a "Permanência", mas dedicavam sua fundamentação à denúncia da "Crítica Neoliberal", foram alocados no Eixo 5, respeitando o peso do enquadramento teórico.

A aplicação rigorosa destes critérios permitiu chegar à distribuição exclusiva apresentada no Quadro 4:

**Quadro 4 – Frequência de eixos temáticos por foco primário exclusivo**

| Eixo Temático (Categoria)                                   | Frequência Final | (%)    |
|-------------------------------------------------------------|------------------|--------|
| Eixo 2: Permanência, evasão e desafios                      | 10               | 32,25% |
| Eixo 5: Análises críticas: mercantilização e neoliberalismo | 10               | 32,25% |
| Eixo 1: Acesso e democratização                             | 4                | 12,90% |
| Eixo 3: Percepções dos atores envolvidos                    | 4                | 12,90% |

|                                           |    |         |
|-------------------------------------------|----|---------|
| Eixo 4: Trajetórias e impactos (egressos) | 3  | 9,67%   |
| Total de Trabalhos (N)                    | 31 | 100,00% |

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

### 2.3.4 Análise dos principais eixos temáticos identificados

A distribuição dos trabalhos por foco primário evidencia uma polarização nítida no campo investigativo: os estudos concentram-se majoritariamente no Eixo 2 (Permanência e Evasão) e no Eixo 5 (Análises Críticas), ambos com 10 trabalhos (32,2%) cada.

Sob a ótica do Ciclo de Políticas de Bowe, Ball, Gold (1994), essa divisão reflete o esforço simultâneo da academia em decifrar, de um lado, o contexto de Influência e de texto, denunciando a financeirização que sustenta a política (como em Santos Filho, 2016 e Peletti, 2024); e, de outro, o contexto da prática (Ball, 1994), investigando as dificuldades materiais e simbólicas reais de permanência vivenciadas pelos bolsistas (como em Rocha, 2015 e Leite, 2021). Em um patamar intermediário de frequência encontram-se o Eixo 1 (Acesso e Democratização) e o Eixo 3 (Percepções dos Atores), com 4 trabalhos (12,9%) cada.

No Eixo 1, pesquisas como as de Basconi (2014) mantêm vivo o debate sobre a democratização, mas o menor volume sugere que o campo superou a fase de apenas contar matrículas e passou a investigar a qualidade e o custo dessa inserção. O Eixo 3 merece destaque por trazer à tona as micropolíticas da inclusão. O trabalho de Pires (2019), ao analisar a ótica de docentes e gestores, confirma a premissa de Ball (1994) de que a política é constantemente interpretada e recriada pelos atores da prática no cotidiano escolar.

A análise destes dados revela, contudo, a principal lacuna do campo: o Eixo 4 (Trajetórias e Impactos de Egressos) é o menos explorado, com apenas 3 trabalhos (9,7%), representados pontualmente por autores como Ferreira (2016) e Alves (2019). A inferência sociológica extraída desta fase exploratória é que a escassez de investigações sobre o depois do diploma constitui um ponto cego crítico na avaliação da eficácia do programa.

Sabemos muito sobre como o estudante entra (Acesso), como ele luta material e subjetivamente para ficar (Permanência), como os gestores o veem (Percepções) e quem lucra financeiramente com a sua vaga (Mercantilização). No entanto, sabemos muito pouco sobre o impacto efetivo dessa formação na inserção profissional e na mobilidade social do egresso. É justamente nesta lacuna, a intersecção entre o acompanhamento de egressos e as assimetrias do

desenvolvimento regional (a interiorização) que a presente investigação ancora sua justificativa e ineditismo.

### 2.3.5 Detalhamento dos eixos temáticos

A partir da distribuição estabelecida pelo foco primário (Quadro 3B), detalha-se a seguir como a literatura tem abordado cada uma das categorias analíticas:

**Eixo 1: Acesso e Democratização (12,9%)** Este eixo, embora represente o ponto de partida temporal da política, apresenta menor volume de pesquisas com foco primário exclusivo. Os estudos aqui alocados analisam predominantemente os mecanismos de ingresso e o perfil dos estudantes beneficiados. Pesquisas como as de Ghelere (2014) e Silva (2020) investigam o perfil socioeconômico dos bolsistas em Santa Catarina e no Tocantins, respectivamente, destacando que o programa atinge majoritariamente estudantes de camadas populares.

Contudo, a discussão sobre a efetividade dessa democratização ganha novas nuances. Alvarez (2022) revela que o conhecimento sobre o Prouni muitas vezes não chega pelas vias institucionais formais (escolas), mas por redes informais, e que a escolha do curso é frequentemente condicionada pela disponibilidade financeira, e não pela vocação.

Em uma análise mais ampla, Pereira (2020) e Santos (2021) reconhecem o mérito inclusivo do programa quanto à renda e a cor/raça, mas argumentam que o acesso isolado não altera as desigualdades estruturais, ressaltando a interdependência com as políticas de permanência.

**Eixo 2: Permanência, Evasão e Desafios (32,2%).** Este é o eixo de maior investimento investigativo do campo. As dificuldades financeiras são apontadas como o entrave mais agudo, mesmo com a concessão da bolsa. Rocha (2015), ao estudar a evasão em licenciaturas, identifica a impossibilidade de custear transporte, material e alimentação como causa principal de desistência, agravada pela dificuldade de conciliar os estudos com a jornada de trabalho. Mascarenhas (2015) e Varollo (2021) corroboram esse cenário, apontando a ausência de políticas institucionais efetivas e a exclusão simbólica como vetores de evasão.

Em contrapartida, estudos como o de Avelino (2017) e Santos (2017) exploram as estratégias de enfrentamento do estudante, investigando os fatores de resiliência, como a forte motivação intrínseca e o apoio familiar, que explicam o bom desempenho acadêmico de bolsistas frente às adversidades estruturais.

Eixo 3: Percepções dos Atores Envolvidos (12,9%) O foco deste eixo reside na compreensão da experiência subjetiva do programa. Trabalhos como os de Sales (2019) e Varollo (2021) utilizam entrevistas para decodificar os significados que o bolsista atribui ao Prouni, revelando uma gratidão pela oportunidade que frequentemente silencia a crítica à infraestrutura das instituições privadas.

A inovação neste eixo é trazida por Pires (2019), que desloca o olhar do estudante para investigar a ótica de docentes e diretores de curso no interior de São Paulo. Esses profissionais da educação, embora reconheçam a importância social do programa, apontam sérias fragilidades na preparação de base desses estudantes e na falta de suporte psicopedagógico oferecido pelas IES para garantir a inclusão real em sala de aula.

Eixo 4: Trajetórias e Impactos de Egressos (9,7%) A análise dos impactos pós-formatura representa a principal lacuna da literatura educacional sobre o tema. As raras pesquisas deste eixo, como as de Ferreira (2016) e Alves (2019), indicam que o programa exerce um papel positivo na mobilidade social, contribuindo para a ascensão econômica e a inserção em mercados de trabalho qualificados.

Milcharek (2020) amplia esse escopo ao focar em ex-Prounistas que alcançaram a pós-graduação *stricto sensu*, evidenciando o programa como um degrau de ruptura intergeracional. Apesar desses achados otimistas, o baixo volume de estudos aponta que o campo ainda carece de dados longitudinais robustos para atestar se a conversão do diploma em capital econômico é uma regra ou uma exceção estatística.

Eixo 5: Análises Críticas: Mercantilização e Financeirização (32,2%) Compondo, ao lado da permanência, o núcleo duro das preocupações acadêmicas, este eixo adota uma postura sistêmica e macroestrutural. Autores como Basconi (2014) e Pereira (2020) situam o programa nas políticas educacionais de matriz neoliberal que transformaram a educação superior em um modelo de negócios rentável.

A relação do Prouni com a financeirização é explorada a fundo por Santos Filho (2016) e Peletti (2024), que denunciam como a renúncia fiscal estatal tem servido para alavancar fusões e aquisições de grandes oligopólios educacionais (especialmente na modalidade EAD).

Lucri (2016) e Vaz (2017) concluem que, embora a política entregue a inclusão como produto social, sua essência regulatória favorece o ganho financeiro privado com baixa supervisão de qualidade pelo Estado, revelando o Prouni como uma arena de confronto entre o direito público e o interesse mercantil.

## 2.4 Análise de Conteúdo: Fase 3 - Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação

Esta seção aprofunda a Exploração do Material (Fase 2 da Análise de Conteúdo), utilizando as categorias metodológicas e temáticas previamente definidas. Segundo Bardin (2016), a terceira fase consiste em tratar os resultados brutos de maneira a torná-los significativos e válidos, permitindo ao pesquisador propor inferências e adiantar interpretações a respeito dos propósitos previstos.

O objetivo desta etapa é, portanto, transcender a mera descrição quantitativa dos 31 trabalhos que compõem o *corpus*. Busca-se realizar inferências sociológicas e educacionais sobre as tendências dominantes e os silêncios da literatura, respondendo diretamente às hipóteses formuladas no início deste levantamento e fundamentando a pertinência desta dissertação.

### 2.4.1 Inferências temáticas: as contradições do Prouni sob a lente da literatura

#### Inferência sobre o Eixo 1: Acesso e Democratização.

Este eixo agrupa as pesquisas que focam prioritariamente no impacto do Prouni na ampliação de vagas e na inclusão de grupos historicamente marginalizados. A análise interpretativa evidencia que, apesar do inegável avanço na inserção de estudantes de baixa renda e da população negra, parda e indígena (via ações afirmativas), o debate acadêmico mantém um tom crítico e de cautela.

Inferi-se que o acesso é frequentemente decodificado pela literatura como uma inclusão incompleta ou seletiva. Sob a ótica do Ciclo de Políticas (Bowe; Ball; Gold 1992; Ball 1994), o foco exclusivo no discurso do acesso (contexto do texto) tende a camuflar as barreiras materiais e simbólicas impostas pela desigualdade social que se manifestam no cotidiano (contexto da prática). O exame crítico deste eixo revela, portanto, uma das maiores contradições estruturais apontadas pela pesquisa educacional: o Prouni consolida-se como uma política de democratização de oportunidades (o ingresso), mas falha em garantir a democratização de resultados (a permanência e a formação equitativa).

#### Inferência sobre o Eixo 2: Permanência, Evasão e Desafios.

Este é um dos eixos de maior proeminência no *corpus* analisado, consolidando-se como a preocupação central da produção acadêmica na última década. A análise interpretativa revela que as causas da evasão são multifacetadas e raramente se restringem ao desempenho

estritamente pedagógico. Infere-se que os fatores de risco para a permanência operam em uma estrutura tripla de exclusão:

1. Fatores Econômico-Financeiros: Referem-se à incapacidade de arcar com os custos invisíveis da universidade (transporte, alimentação, material didático) e à pressão pela inserção precoce no mercado de trabalho. Aqui, a carência de capital econômico gera uma vulnerabilidade que a isenção da mensalidade, isoladamente, não supre.
2. Fatores Acadêmicos e Culturais: Manifestam-se no choque com uma cultura acadêmica elitista e na defasagem da formação básica. Sob a lente de Bourdieu e Passeron (1992), identifica-se aqui uma forma de violência simbólica, onde a dificuldade em assimilar os códigos e a linguagem do Ensino Superior é interpretada como um fracasso individual, e não como fruto da desigualdade de capital cultural prévio.
3. Fatores Psicossociais: Compreendem o sentimento de não-pertencimento. O efeito de histerese, gerado pela dissonância do *habitus* (Bourdieu, 2009) e a exaustão física e mental decorrente da necessidade de conciliar jornadas de trabalho e estudo.

Inferência da Lacuna: A ênfase esmagadora da literatura nestas barreiras (Rocha, 2015) reforçam a pertinência e o ineditismo desta dissertação. Enquanto o campo já exauriu o mapeamento dos obstáculos, esta investigação busca avançar para o dia seguinte: analisar as estratégias de enfrentamento e as ferramentas de conversão de capital (Varollo, 2021) mobilizadas pelos bolsistas.

Trata-se de deslocar o olhar do estudante enquanto vítima do sistema para o estudante enquanto ator social que interpreta e ressignifica a política no contexto da prática (Ball, 1994). Assim, a pesquisa propõe investigar não apenas o que impede o bolsista de ficar, mas o que o faz resistir e permanecer.

Inferência sobre o Eixo 3: Percepções dos Atores Envolvidos.

Esta categoria de inferência concentra as investigações que priorizam as lentes subjetivas dos atores: estudantes, egressos, coordenadores e docentes. Dada a hegemonia da abordagem qualitativa no *corpus*, este eixo revela-se crucial para a compreensão da experiência vivenciada para além dos indicadores estatísticos.

Infere-se que as pesquisas de percepção confirmam a centralidade do Prouni como um divisor de águas nas trajetórias de vida, onde o acesso ao Ensino Superior é decodificado como a realização de um projeto familiar intergeracional. Contudo, a análise aprofundada dos relatos

revela tensões estruturais nas micropolíticas das IES, que podem ser sintetizadas em dois polos de percepção:

1. Docentes e Coordenadores: Embora reconheçam o programa como uma política de inclusão necessária, estes atores frequentemente apontam falhas na atuação da política no cotidiano. Suas críticas concentram-se na carência de suporte pedagógico e na gestão institucional, sugerindo que a inclusão do bolsista muitas vezes ocorre sem o devido acompanhamento que garanta a equidade no processo de aprendizagem.
2. Estudantes e Egressos: Relatam uma complexa carga de gratidão pelo benefício, frequentemente percebido como um "dom" ou oportunidade única. No entanto, essa gratidão coexiste com sentimentos de isolamento e com a percepção de uma luta constante e solitária pela permanência. Sob a ótica de Bourdieu e Passeron (1992), essa dualidade pode refletir a violência simbólica de um sistema que acolhe o estudante, mas o mantém em uma posição de eterna "vigilância" e autoafirmação.

Inferência da Lacuna e Posicionamento Regional: O aprofundamento interpretativo deste eixo evidencia que a literatura carece de estudos que integrem, de forma dialógica, a percepção do estudante (Alvarez, 2022) com a dos demais atores institucionais dentro de um mesmo território.

Esta constatação justifica o desenho metodológico desta dissertação, que se propõe a investigar o interior paulista como um campo social específico, onde as redes de apoio e as percepções de sucesso e fracasso são moldadas por lógicas regionais próprias.

Inferência sobre o Eixo 4: Trajetórias e Impactos (Egressos).

Esta categoria agrupa os trabalhos que transcendem a análise da vida universitária, deslocando o foco para o período pós-formação e para os resultados concretos da política na vida dos beneficiários. A análise interpretativa demonstra que o impacto do Prouni abrange múltiplas dimensões.

O efeito na trajetória profissional e na consequente mobilidade social dos egressos consolida-se como tema central nas investigações de Ferreira (2016) e Alves (2019). Milcharek (2020) amplia esse horizonte ao mapear trajetórias de ex-Prounistas que alcançaram a formação avançada (mestrado e doutorado), evidenciando o papel do programa como um degrau capaz de provocar rupturas intergeracionais e impulsionar a continuidade dos estudos.

Neste eixo, o desempenho acadêmico final dos bolsistas é investigado como um indicador direto de impacto e sucesso da política. Estudos como os de Avelino (2017) e Santos

(2017) buscam explicar o fenômeno de bolsistas do Prouni apresentarem, por vezes, desempenho superior aos colegas não bolsistas. Infere-se que fatores como alta motivação, esforço intrínseco e configurações familiares operam como motores de superação.

Essa premissa é estatisticamente corroborada por Schmoeller (2019), que, ao comparar estudantes do Fies e do Prouni no Enade, encontra resultados favoráveis aos Prounistas em diversas áreas. Somado a isso, Junior (2021) e Guimarães (2020) concluem que o programa não apenas potencializa a diplomação (em cursos de alta exigência, como Engenharia), mas também cumpre, ainda que parcialmente, seu papel na emancipação social e na preparação para o mundo do trabalho.

**Inferência da Lacuna e Conversão de Capitais:** A análise deste eixo revela uma contradição no campo da pesquisa: embora existam fortes indícios de sucesso acadêmico e profissional, a literatura sobre egressos ainda é fragmentada e numericamente ínfima quando comparada ao volume massivo de estudos sobre evasão e permanência (Eixo 2). A inferência central é que o Prouni atua como um potente catalisador de oportunidades, mas há uma carência severa de estudos empíricos que conectem a promessa de mobilidade social com as reais condições do território.

É exatamente nesta lacuna que a presente dissertação se insere: investigar o processo de conversão do capital cultural institucionalizado (o diploma) e a experiência universitária em capital econômico e social (Bourdieu, 2007) no mercado de trabalho. Busca-se verificar se a emancipação citada pela literatura se sustenta de fato no cenário geopolítico do interior paulista, ou se as desigualdades regionais impõem novos tetos de vidro à trajetória desses egressos.

**Inferência sobre o Eixo 5: Análises Críticas, Mercantilização e Financeirização.**

Este eixo, fortemente representado no *corpus* (com 32,2% das pesquisas de foco primário), adota uma perspectiva macroestrutural, analisando o Prouni não apenas como um mecanismo de acesso, mas como parte de um pacote de políticas de matriz neoliberal que reconfigurou o Ensino Superior brasileiro na última década. A análise interpretativa aponta para o caráter intrinsecamente dual da política, evidenciando o que se infere como a dupla face do Prouni:

1. **Face Social (O Direito):** Representada pela inclusão de camadas populares e pela efetivação de ações afirmativas. Trata-se da face legitimada pelos discursos oficiais e sentida pelos estudantes como uma oportunidade de ruptura social.

2. Face Econômica (O Mercado): Caracterizada pela garantia de sustentabilidade e expansão do setor privado-mercantil mediante o uso indireto de recursos públicos (via renúncia fiscal) e pela inserção do estudante em uma lógica de financeirização.

A pesquisa crítica, ancorada em autores como Pereira (2020) e Santos Filho (2016), demonstra que a formulação da política não pode ser dissociada da lógica de acumulação de capital e do aumento exponencial do lucro dos grandes grupos educacionais.

Inferire-se, sob a ótica de Bowe, Ball, Gold (1992), que no contexto de influência, os interesses mercantis operaram fortemente para garantir que a educação fosse consolidada não apenas como um bem público, mas como um ativo financeiro rentável. Assim, a literatura atesta que a expansão do Prouni resolve, simultaneamente, um déficit histórico de vagas para as classes subalternas e uma necessidade de capitalização e ocupação de vagas ociosas pelo mercado privado.

Inferência da Lacuna: Embora a crítica macroestrutural seja exaustiva e extremamente bem documentada no campo, percebe-se um distanciamento entre a denúncia da financeirização e a investigação de como essa mesma lógica mercadológica afeta a formação integral e a transição para o mercado de trabalho do egresso em contextos locais.

Esta dissertação propõe preencher este espaço: tensionar se essa "face econômica", que transforma a graduação em produto, impossibilita ou limita a conversão do diploma em uma verdadeira emancipação socioeconômica no interior paulista.

#### 2.4.2 Verificação das hipóteses e a justificativa da pesquisa

A culminância da análise de conteúdo permitiu o confronto direto dos dados organizados com as hipóteses formuladas na fase de pré-análise, consolidando o diagnóstico do campo de pesquisa sobre o Prouni:

1. Confirmação da Hipótese 1 (Metodologia): A H1 foi integralmente confirmada. A análise tipológica (Quadro 2) revela a predominância absoluta da abordagem qualitativa, que fundamenta 17 trabalhos (54,8%). Se somados a esse montante os estudos de métodos mistos, que possuem um forte componente qualitativo, o contingente sobe para 20 trabalhos (64,5%). A inferência extraída é que o campo de pesquisa consolidou o interesse em decifrar a experiência do sujeito. Há uma necessidade epistemológica de captar as narrativas, os significados e as lutas diárias dos

bolsistas no contexto da prática, postura metodológica com a qual está dissertação se alinha.

2. Confirmação da Hipótese 2 (Eixos Temáticos): A H2 também se confirmou. O Quadro 4 demonstra que os Eixos 2 (Permanência e Evasão) e 5 (Análises Críticas) concentram a maioria da produção, somando 20 dos 31 trabalhos de foco primário exclusivo (64,5% da produção analisada). Infere-se que o campo opera focado em duas grandes frentes tensionadas: de um lado, o olhar sociológico "micro", voltado aos percalços da trajetória do estudante durante a graduação; de outro, o olhar político "macro", que denuncia o papel do programa na arquitetura de mercantilização do ensino superior.
3. Confirmação da Hipótese 3 (As Lacunas e o Ineditismo): A confirmação da H3 representa o achado mais estratégico deste Estado do Conhecimento, pois atesta a originalidade desta investigação. A escassa frequência de trabalhos no Eixo 4 (Trajetórias de Egressos), com apenas 3 estudos exclusivos (9,7%), comprova que a academia domina a compreensão de como o sujeito ingressa e de como ele luta para não evadir, mas padece de um ponto cego sobre a realidade empírica pós-diplomação. Essa constatação válida a essência desta dissertação: investigar os impactos do programa e a conversão de capitais na trajetória de egressos.

Adicionalmente, a análise confirmou outra lacuna estrutural que justifica o recorte da pesquisa: a invisibilidade analítica dos territórios regionais. Dos 31 trabalhos, apenas três mencionam explicitamente o "interior" como lócus de análise primária (Alvarez, 2022; Pires, 2019; Vieira, 2017).

A vasta maioria das investigações fixa-se em capitais e cidades metropolitanas ou em dados macro-agregados nacionais. As dinâmicas socioeconômicas, as redes de apoio e as assimetrias próprias de regiões interioranas, como o interior paulista, constituem, portanto, um terreno fértil e inexplorado para compreender como a política opera longe dos grandes centros.

## **2.5 Síntese Conclusiva do Estado do Conhecimento e Posicionamento da Pesquisa**

A revisão da produção acadêmica no período de 2014 a 2024, materializada na análise de 31 teses e dissertações, demonstra a vitalidade e a relevância do tema. Este Estado do Conhecimento evidenciou que o Prouni se consolidou como um objeto de pesquisa complexo, permeado por tensões que se refletem na diversidade de abordagens. Emergiu como consenso

a constatação de que o programa desempenhou um papel inegável na ampliação do acesso para estudantes de baixa renda, diversificando o perfil discente nas IES privadas.

Contudo, essa expansão coexiste com um intenso debate sobre a efetividade da democratização. As dificuldades financeiras e as defasagens na formação básica são obstáculos recorrentemente apontados (Rocha, 2015; Ghelere, 2014).

A voz dos estudantes e egressos (Alvarez, 2022; Varollo, 2021) revela a importância subjetiva do programa como oportunidade de transformação, mas expõe as angústias do percurso acadêmico.

Uma das tensões mais salientes (Pereira, 2020; Peletti, 2024) é a dualidade entre o objetivo social meritório e a lógica de mercado que fortalece o setor privado via renúncia fiscal. Essa dualidade é a principal chave analítica para compreender os limites do programa.

A metodologia de Bardin (2016) permitiu formalizar a base do diálogo entre a teoria e a produção acadêmica analisada. A análise categorial evidencia que a literatura sobre o Prouni é vasta na discussão sobre o acesso e os percalços da permanência, mas se estreita criticamente quando o foco se volta para os resultados efetivos na vida dos egressos.

Cabe ressaltar que esta revisão possui limitações metodológicas inerentes a um Estado do Conhecimento, como a análise baseada predominantemente em resumos, palavras-chave e metadados, com aprofundamento vertical apenas em textos completos selecionados. Ainda assim, a aplicação das técnicas de Bardin (2016) permitiu ir além da descrição, chegando a inferências que validam as premissas deste trabalho:

1. Metodologia: Predominância qualitativa (64,5%, incluindo estudos mistos), com foco na atuação da política e na experiência do sujeito (confirma H1).
2. Temas Centrais: Alta concentração na polarização entre Permanência/Evasão e Análises Críticas da Financeirização, que somam 64,5% do foco primário (confirma H2).
3. Lacunas e Originalidade: A produção é criticamente escassa no Eixo de Egressos (apenas 9,7%) e invisibiliza recortes de contexto regional específico, como o interior paulista. Tais ausências validam o ineditismo e a urgência temática desta dissertação (confirma H3).

O diálogo com os interlocutores-chave consolida o posicionamento estrutural desta pesquisa, que se propõe a:

1. Aprofundar a discussão sobre a mobilidade social de egressos (em diálogo com Ferreira, 2016);
2. Contextualizar as estratégias de enfrentamento e os desafios da permanência (avanzando as perspectivas de Rocha, 2015 e Varollo, 2021);
3. Constituir o olhar crítico-estrutural sobre o mercado (Pereira, 2020) à realidade micro de instituições do interior (em linha com Alvarez, 2022).

Conclui-se que a produção acadêmica tem sido uma ferramenta indispensável para o monitoramento crítico do Prouni. Os achados aqui sintetizados reforçam a necessidade de investigações que não se limitem a avaliar o acesso, mas que tensionem as estratégias de permanência e a qualidade da formação humana e profissional ofertada.

É com base neste terreno literário pavimentado que o próximo título se dedica a aprofundar o referencial teórico-metodológico, articulando Bowe, Ball, Gold (1992) e Ball (1994) sistematizado por Mainardes (2006), Bourdieu (1992, 2007, 2009) e Paro (2010, 2023) como as lentes definitivas para a leitura da nossa pesquisa de campo.

Para tanto, inicia-se o mergulho na arquitetura documental e discursiva do programa. Antes de observar a política em ação no cotidiano dos bolsistas e egressos, faz-se estritamente necessário compreender como ela foi tecida enquanto norma legal e quais disputas de sentido justificaram a sua criação. Sob a luz do Ciclo de Políticas (Bowe; Ball; Gold 1992, Ball, 1994), passamos a desvelar o Prouni a partir de sua camada mais basilar: as intenções, os discursos e o contexto histórico que o materializaram.

### 3 O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AÇÃO AFIRMATIVA: TEXTO, DISCURSO E CONTEXTO

Este título dedica-se à construção do arcabouço teórico-analítico que fundamenta a investigação sobre os desafios, a permanência e as trajetórias de estudantes e egressos do Programa Universidade para Todos (Prouni) em uma IES no interior paulista. A fundamentação aqui apresentada não é meramente descritiva; ela constitui uma resposta direta às lacunas identificadas no Título 2 (Estado do Conhecimento). A análise sistemática da produção acadêmica da última década revelou uma carência de estudos focados em egressos e nas especificidades regionais de contextos não metropolitanos.

Portanto, a escolha dos referenciais teóricos visa dialogar com esses silêncios da literatura, aprofundando a crítica estrutural e a análise sociológica das trajetórias. A principal articulação ancora-se no pensamento de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007; 2009), mobilizado para compreender a mobilidade social e a conversão de capitais, em diálogo com o foco em egressos destacado pelo trabalho de Ferreira (2016). Para dar conta da complexidade desta política e das experiências dos sujeitos, a pesquisa articula três eixos teóricos centrais:

1. A Abordagem do Ciclo de Políticas (Bowe; Ball; Gold, 1992, Ball, 1994): utilizada para a análise documental e discursiva da legislação, permitindo rastrear a trajetória da política desde a sua formulação (texto) até a sua reinterpretação na realidade institucional;
2. A Sociologia da Prática de Pierre Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007; 2009): que oferece as ferramentas conceituais (campo, *habitus*, capital, violência simbólica e histerese) para desvelar as dinâmicas de poder e as lutas que estruturam as trajetórias individuais dentro da universidade;
3. A Perspectiva Crítica da Educação de Vitor Henrique Paro (2010; 2023): que tensiona a análise ao questionar a finalidade ética da experiência universitária, situando-a no embate entre uma instrução puramente instrumental e uma formação humana integral.

O argumento central e orientador é que a experiência do bolsista não pode ser compreendida de forma isolada. Pelo contrário, ela situa-se na intersecção entre a estrutura da política (nível macro), as dinâmicas institucionais do contexto da prática (Ball, 1994) (nível

meso) e as estratégias individuais e coletivas (nível micro) mobilizadas pelos estudantes a partir de suas disposições capitais e *habitus* (Bourdieu, 2009).

Dessa forma, apresentamos as lentes analíticas nas quais as narrativas dos sujeitos serão interpretadas com o objetivo de conectar o texto formal da política às realidades vividas, explicando como os sujeitos navegam, resistem e reconfiguram suas trajetórias em um ambiente que é, simultaneamente, uma promessa de ascensão e um espaço de reprodução de desigualdades (Bourdieu; Passeron, 1992).

### **3.1 Contextualização Histórica e Política: A Dupla Face do Prouni**

Para analisar o Programa Universidade para Todos (Prouni) em sua complexidade, é preciso situá-lo não apenas como um programa educacional de inclusão, mas como uma resposta política e social, produto de um contexto histórico específico e portador de múltiplos significados. Historicamente, sua criação não pode ser compreendida apenas como um gesto isolado de democratização. O programa surge, na verdade, como a resolução de um duplo problema estrutural: a crescente demanda por acesso ao ensino superior por parte de egressos da escola pública e a severa crise de vagas ociosas enfrentada pelas IES privadas.

Na primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (iniciada em 2003), observava-se uma confluência de pressões sociais e imperativos econômicos que marcaram o cenário educacional brasileiro no início do século XXI. Por um lado, o Brasil enfrentava um déficit histórico de acesso à educação superior, caracterizado por um sistema público de extrema excelência, porém altamente seletivo, e um setor privado oneroso e inacessível para a vasta maioria da população. A demanda por democratização do acesso, impulsionada por movimentos sociais e por uma crescente consciência sobre as profundas desigualdades educacionais do país, constituía uma pauta política inadiável.

Por outro lado, a criação do Prouni foi o resultado de uma trajetória marcada por intensas disputas e, notadamente, pela forte influência dos interesses do setor privado de ensino. Esse setor, que havia se expandido vertiginosamente nas décadas anteriores, começava a enfrentar uma grave crise de sustentabilidade. O modelo de expansão atingira um ponto de esgotamento, resultando em um grande número de vagas ociosas (Catani; Hey; Gilioli, 2006).

Instituições privadas, especialmente as de menor porte e prestígio, viam-se com uma capacidade instalada subutilizada e uma crescente dificuldade em atrair estudantes pagantes. Nesse cenário, o Estado foi convocado a intervir. A solução política encontrada foi a criação de um mecanismo de renúncia fiscal: o Estado incentiva as IES privadas a oferecerem bolsas a

estudantes de baixa renda em troca de amplas isenções de impostos. Assim, o governo respondeu à demanda social por inclusão, mas também atuou para garantir a "sustentação financeira dos estabelecimentos existentes" (Catani; Hey; Gilioli, 2006, p. 126).

É neste contexto conjuntural que a lógica do Prouni se revela em sua dualidade fundamental, atendendo simultaneamente a duas agendas distintas. Para a sociedade, oferecia a promessa de inclusão e mobilidade social através do ingresso na universidade; para o mercado educacional, convertia-se em um mecanismo de subsídio estatal indireto, transformando vagas que seriam ociosas em fontes de receita garantida. Diante disso, Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 126) questionam de forma contundente se o programa é, de fato, "um instrumento de democratização da educação superior no Brasil ou um mero programa de estímulo à expansão das IES privadas".

Essa análise crítica é amplamente corroborada pela produção acadêmica recente. Como evidenciado no Estado do Conhecimento, o trabalho de Pereira (2020), representativo do eixo de Análises Críticas e Estruturais, alerta que o Prouni deve ser rigorosamente compreendido sob a ótica do neoliberalismo e da financeirização do ensino.

A autora infere que a expansão do acesso, mediada pelo subsídio fiscal, atende primordialmente a uma lógica de mercado e, por si só, não altera desigualdades estruturais, tensionando o discurso oficial do programa. O Prouni insere-se, portanto, em uma racionalidade que, em vez de fortalecer a expansão do setor público, opta por regular e subsidiar o mercado privado como principal via de massificação do acesso (Pereira, 2020).

Portanto, qualquer análise das experiências dos estudantes deve partir do reconhecimento inegociável desta dupla natureza. O Prouni é, ao mesmo tempo, um veículo para a promoção da equidade e um instrumento de política econômica para a salvaguarda do setor de serviços educacionais. É exatamente essa tensão estrutural inerente, entre o objetivo social da formação e a lógica utilitária do mercado, que produz e molda muitas das contradições, barreiras e violências simbólicas que os bolsistas e egressos vivenciam no cotidiano de suas trajetórias.

### **3.2 O Prouni como Ciclo de Políticas: Das Influências, Texto ao Contexto da Prática**

Compreender a dupla natureza do Prouni, exige um referencial teórico que recuse a visão linear das políticas públicas, aquela que enxerga a lei apenas como uma ordem emanada do Estado e passivamente executada pelas instituições. Para analisar o programa em sua totalidade, não basta ater-se exclusivamente à letra da lei; é imperativo compreender sua

trajetória complexa, desde a formulação das agendas até a sua materialização no cotidiano acadêmico.

Para essa tarefa, esta pesquisa adota a Abordagem do Ciclo de Políticas (*Policy Cycle Approach*), formulada originalmente pelos sociólogos britânicos Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold (1992) e amplamente sistematizada na pesquisa educacional brasileira por Jefferson Mainardes (2006). Esse referencial analítico é robusto justamente porque compreende a política pública não como um documento estático, mas como um processo contínuo, dinâmico e sujeito a permanentes embates e reinterpretações.

Conforme propõe Bowe, Ball, Gold (1992) e Ball (1994), uma política é muito mais do que seu escopo jurídico; ela opera simultaneamente como texto e como discurso. Enquanto o "texto" é a manifestação material e codificada da lei, o "discurso" consiste no conjunto de narrativas, valores e significados que legitimam essa norma, tornando-a socialmente aceitável e politicamente desejável.

O discurso que sustenta o Prouni é historicamente poderoso e persuasivo. Ele articula-se em torno de conceitos-chave de alto apelo moral, como democratização, inclusão, igualdade de oportunidades e justiça social. Contudo, a teoria do Ciclo de Políticas adverte que esse discurso oficial e emancipatório raramente opera de forma intacta quando aterrissa no "chão" das instituições de ensino. Para desvelar como a promessa discursiva se traduz em realidade institucional, torna-se necessário decompor a política em suas diferentes arenas de atuação, conforme detalhado a seguir.

### 3.2.1 A abordagem do ciclo de políticas e seus contextos analíticos

Esta abordagem oferece um modelo analítico que concebe a política não como um evento único, mas como um processo contínuo e contestado que se desdobra em diferentes estágios. Segundo Mainardes (2006), que expande a tríade original de Bowe, Ball, Gold (1992) e Ball (1994), a análise integral da trajetória de uma política envolve a investigação de cinco contextos inter-relacionados:

1. Contexto de Influência: Arena onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos são construídos. É um espaço de disputa acirrada entre diferentes grupos de interesse que buscam impor suas agendas e definições sobre qual é o problema a ser resolvido. No caso do Prouni, como visto na seção anterior, este contexto foi historicamente marcado pela colisão de duas forças: a imensa pressão dos movimentos sociais por

democratização do acesso e o lobby mercadológico pela sustentação financeira do setor privado de ensino superior.

2. Contexto da Produção do Texto: Momento em que a política é traduzida em uma forma oficial, materializando-se em leis, decretos e documentos normativos (como a Lei nº 11.096/2005). O texto político não é neutro; ele representa uma solução de compromissos. Consequentemente, carrega as cicatrizes, as ambiguidades e as contradições das tensões não resolvidas no contexto de influência.
3. Contexto da Prática: Este é o foco de análise empírica primária da presente pesquisa. É o local (a instituição de ensino) onde a política é recebida, interpretada e, fundamentalmente, recriada pelos atores que a vivenciam no cotidiano, neste caso, gestores, professores e os estudantes bolsistas da IES investigada. Para Ball (1994), os atores locais não são meros executores, mas sujeitos que atuam (*enact*) a política. Aqui, o Prouni deixa de ser um texto abstrato e torna-se uma realidade vivida, negociada e frequentemente marcada por resistências e violências simbólicas (Bourdieu; Passeron, 1992).
4. Contexto dos Efeitos/Resultados: Refere-se às consequências reais da política, abrangendo tanto as intencionais quanto as imprevistas. Para este estudo, esta é uma arena analítica crucial, pois transcende os indicadores estatísticos de acesso ou evasão. Ela abarca os impactos estruturais do Prouni nas trajetórias de vida, na mobilidade social, nas identidades e nas relações sociais de seus egressos, tensionando o quanto o diploma se converte efetivamente em emancipação.
5. Contexto da Estratégia Política: Envolve as respostas políticas e sociais desenvolvidas a partir da avaliação dos efeitos da política implementada. Consiste na articulação de novas demandas, como a atual urgência por políticas de permanência material e acompanhamento de egressos, retroalimentando e influenciando futuras mudanças no ciclo político.

### 3.2.2 O contexto da produção do texto: análise documental das legislações do Prouni

A constituição do *corpus* documental que fundamenta a análise do Contexto da Produção do Texto (Bowe; Ball; Gold, 1992) é composta por quatro legislações federais que

articulam a criação, as estratégias de permanência e as sucessivas reconfigurações do Prouni ao longo do tempo.

O percurso metodológico de levantamento de dados ocorreu por meio de consulta ao portal oficial de Legislação Federal do Palácio do Planalto. Utilizando as palavras-chave "Prouni" e "Lei nº 11.096", identificaram-se a lei fundante do programa e as principais normativas subsequentes que alteraram significativamente seu escopo, seus critérios de elegibilidade e seus mecanismos de isenção e financiamento. O Quadro 5 sistematiza as legislações selecionadas, suas respectivas ementas e a articulação direta com os eixos teóricos que guiarão a análise discursiva nesta dissertação:

**Quadro 5 – *Corpus* documental: as leis do Prouni e o foco analítico-teórico**

| Documento Legal    | Ementa / Descrição (Resumo)                                                                                                          | Foco da Análise Crítica e Teórica na Dissertação                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lei nº 11.096/2005 | Institui o Prouni. Define os critérios de acesso (renda, escola pública) e o mecanismo de isenção fiscal para as IES.                | Texto Fundador. Revela a tensão originária entre a busca pela Formação Humana Integral (demanda popular) e a Racionalidade Mercadológica (subsídio estatal). Ao instituir o acesso puramente financeiro, a lei silencia sobre as exigências de Capital Cultural, abrindo margem para o efeito de histerese e violência simbólica no ingresso. |
| Lei nº 11.180/2005 | Autoriza a concessão de bolsas de permanência aos estudantes beneficiários do Prouni (focada na melhoria da qualidade da graduação). | Permanência e o Choque de <i>Habitus</i> . Evidencia a lacuna objetiva no Contexto da Prática. A instituição do auxílio comprova a insuficiência da política de mero acesso. É uma tentativa estatal de mitigar o risco de Inclusão-Excludente e garantir a sobrevivência do bolsista no Campo universitário.                                 |
| Lei nº 12.431/2011 | Altera a Lei nº 11.096 e outras, refinando a relação entre a concessão de bolsas e a receita bruta das IES.                          | Financeirização. Consolidação da Racionalidade Mercadológica. A legislação aprofunda a visão da educação como transação contábil. A métrica de isenção fiscal e eficiência financeira da IES sobrepõe-se ao compromisso ético com o desenvolvimento pleno do humano-histórico.                                                                |
| Lei nº 14.350/2022 | Altera a Lei nº 11.096, flexibilizando os critérios de elegibilidade (ex: incluindo egressos de escolas privadas sem bolsa).         | Desvio do Foco Social. A política dilui seu foco original para evitar a ociosidade do setor privado. Ao inserir estudantes com níveis desiguais de herança cultural na mesma disputa, sob uma igualdade formal ilusória, a lei aprofunda a exclusão e legítima privilégios de classe.                                                         |

**Fonte:** Elaboração do Autor (2025) com base na Legislação Federal (Brasil, 2005, 2011, 2022).

Como demonstra o quadro acima, a evolução textual do Prouni não representa um mero aprimoramento administrativo. Cada alteração na lei carrega as marcas das disputas do Contexto de Influência, revelando como o Estado brasileiro tem operado na gestão dos

interesses mercadológicos em detrimento, ou em conflito direto, com as necessidades estruturais de inclusão, permanência e conversão de capital dos sujeitos atendidos.

A trajetória da legislação do Prouni, analisada através da Abordagem do Ciclo de Políticas (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994 apud Mainardes, 2006), revela como as tensões entre a inclusão social e a racionalidade de mercado foram sendo resolvidas, textualmente, em favor da segunda. A análise a seguir não se limita a descrever as leis, mas busca desvelar como essas normativas refletem as disputas de poder nos diferentes contextos do ciclo:

#### A) O Contexto de Influência: A Arena de Disputas da Lei nº 11.096/2005

Este é o estágio embrionário da política, o espaço onde as agendas são formadas e os discursos são construídos. Para compreender a formulação da Lei de criação do Prouni, é preciso olhar para as forças que operavam nos bastidores. Segundo Mainardes (2006, p. 51):

É nesse contexto que os grupos de interesse disputam a influência na definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. [...] Atuam nesse contexto as redes sociais, políticas e espaciais que circulam ideias e fazem empréstimos de políticas.

O Contexto de Influência que antecede a Lei nº 11.096/2005 (Brasil, 2005) foi, portanto, uma verdadeira arena de embates. De um lado, a sociedade civil e os movimentos sociais exerciam forte pressão pela democratização do acesso ao ensino superior, historicamente restrito às elites. De outro, o setor privado de ensino superior enfrentava uma grave crise de sustentabilidade com um alto índice de vagas ociosas, demandando intensos subsídios estatais. A política nasce dessa complexa negociação entre a garantia do direito à educação e a garantia de sobrevivência e capitalização do mercado educacional.

#### B) O Contexto da Produção do Texto: A Lei nº 11.096/2005 como Mosaico de Compromissos

O Contexto da Produção do Texto representa a materialização formal e escrita de uma política pública; é o conjunto de leis, decretos e portarias que definem suas regras, objetivos e mecanismos. No caso do Prouni, o texto fundador é a Medida Provisória nº 213/2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096/2005 (Brasil, 2005). Segundo a abordagem de Bowe, Ball, Gold (1992) os textos políticos não são logicamente coerentes ou semanticamente claros, mas sim o resultado de disputas. Conforme sistematiza Mainardes (2006, p. 52):

Os textos políticos são, normalmente, articulados na linguagem do interesse público. [...] No entanto, tais textos não são necessariamente internamente

coerentes e claros, e podem ser também o resultado de disputas e compromissos, pois os grupos que participam da construção dos textos (na elaboração da política) lutam para que suas preocupações sejam representadas.

Dessa forma, a Lei nº 11.096/2005 pode ser lida como um mosaico de compromissos que reflete essa luta por representação. O Art. 1º cumpre o papel discursivo da inclusão ao prever a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, atendendo diretamente à demanda social por democratização. Contudo, o Art. 5º revela a engrenagem central da política: a troca dessas bolsas por uma ampla isenção de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

A análise deste texto revela a engenharia de um contrato tripartite: o Estado renuncia à arrecadação, as IES ocupam vagas ociosas e os estudantes obtêm o acesso. O público-alvo é definido por critérios rígidos de renda e trajetória escolar (egressos da escola pública), embora legislações recentes, como a Lei nº 14.350/2022, tenham flexibilizado esses critérios, permitindo a entrada de egressos da rede privada sem bolsa, o que dilui o foco social original, em prol da manutenção da ocupação de vagas no setor privado.

Ao estabelecer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério seletivo, o texto político adiciona um componente de mérito individual à seleção socioeconômica. Constrói-se, assim, uma narrativa de oportunidade conquistada por aqueles que demonstraram potencial acadêmico. Essa narrativa é fundamental para a legitimação do programa, mas carrega um efeito colateral crítico: ela individualiza o sucesso e o fracasso, obscurecendo as barreiras estruturais que persistem no cotidiano universitário.

O Prouni é, em sua essência textual, uma política que utiliza a inclusão social como justificativa para um robusto mecanismo de subsídio ao mercado. Esta dualidade, onde a racionalidade capitalista invade a esfera educacional, torna-se um subtexto crucial que influenciará diretamente a qualidade da inclusão oferecida e os severos desafios de permanência que serão discutidos no próximo contexto.

### C) O Contexto dos Efeitos/Resultados: A Consolidação da Lógica de Mercado

O Contexto dos Efeitos/Resultados transcende a leitura das intenções originais da política para avaliar o seu impacto real na estrutura social e as assimetrias que ela, inevitavelmente, consolida ou ignora. Na matriz teórica de Ball (1994) este é o momento analítico de tensionar as promessas do texto com a realidade dos fatos. Conforme sistematiza Mainardes (2006, p. 54-55):

O contexto dos resultados/efeitos preocupa-se com as questões de justiça, igualdade e liberdade individual. [...] As políticas devem ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com as desigualdades existentes. [...] É necessário analisar que impacto a política tem sobre as desigualdades (se ela as aprofunda, as minimiza ou as ignora).

Ao aplicar esta lente interpretativa ao Prouni, os resultados revelam qual dos polos da disputa de influência original (direito social versus sustentação do mercado) tornou-se, de fato, dominante na condução do programa pelo Estado. A promulgação da Lei nº 12.431/2011 (Brasil, 2011) é emblemática nesse sentido.

Ao alterar a Lei nº 11.096/2005 para refinar as regras de isenção fiscal, vinculando estritamente a proporção de bolsas à receita bruta da instituição de ensino, o texto legal explicita a verdadeira prioridade governamental. Observa-se que a ênfase legislativa se desloca do sujeito da aprendizagem (a finalidade social) para a eficiência contábil (a sustentabilidade financeira da IES).

Essa mutação nos efeitos da política aprofunda a crítica seminal de Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 126), demonstrando de forma contundente que o Prouni é gerido, primariamente, como um mecanismo de subsídio estatal ao mercado privado. A democratização e a justiça social, embora presentes no discurso de legitimação, tornam-se subprodutos ou justificativas operacionais para a expansão e financeirização de grandes conglomerados educacionais.

#### D) O Contexto da Estratégia Política: Manobras e Novas Demandas

O Contexto da Estratégia Política constitui a arena onde se articulam as reações do Estado e dos demais atores aos efeitos práticos e às novas pressões geradas pela política em andamento. Na sistematização de Mainardes (2006, p. 55), este contexto é o espaço de formulação de respostas ativas frente aos desdobramentos da implementação:

O contexto da estratégia política envolve a identificação de um conjunto de estratégias sociais e políticas que possam ser delineadas para lidar com as desigualdades identificadas na política investigada. [...] Envolve a articulação de táticas para lidar com as contradições e os efeitos das políticas.

Aplicando esta lente à trajetória do Prouni, a promulgação da Lei nº 14.350/2022 (Brasil, 2022) emerge como a evidência mais clara dessa manobra de repactuação estratégica. Ao alterar os critérios de elegibilidade para flexibilizar o acesso notadamente permitindo a inclusão de estudantes egressos de escolas privadas, mesmo aqueles que não eram bolsistas integrais, a política afasta-se de seu cerne social original.

Lida sob o referencial do Ciclo de Políticas, esta é uma nítida estratégia política do Estado para solucionar um problema do mercado, e não uma desigualdade social. Ao diluir o foco no segmento historicamente excluído (o estudante de baixa renda estrito da rede pública), a legislação garante que o mecanismo mercadológico, o preenchimento de vagas ociosas necessário para justificar a manutenção da isenção fiscal das IES, continue operando plenamente. Dessa forma, a estratégia política adotada não busca corrigir a desigualdade original que motivou o programa, mas sim assegurar a perenidade da sua face econômica.

#### E) O Contexto da Prática: A Arena da Atuação e o Prouni Real

O Contexto da Prática assume uma centralidade analítica neste título por constituir o espaço onde a política pública deixa de ser uma abstração jurídica para se tornar uma realidade vivida. Segundo a abordagem do Ciclo de Políticas, a implementação não é um processo mecânico, mas sim um ato interpretativo. Conforme sublinha Mainardes (2006, p. 53):

No contexto da prática, a política está sujeita à interpretação e recriação e, onde quer que seja, ela produz efeitos e consequências que podem representar mudanças significativas na política original.

Ao investigar a realidade de estudantes e egressos numa IES específica, percebe-se que a política é atuada (*enacted*) por sujeitos dotados de estratégias de enfrentamento. Como salienta Mainardes (2006, p. 53), apoiado em Bowe et al. (1992), os profissionais que operam na ponta do sistema, gestores e docentes, possuem bagagens subjetivas que moldam a execução da norma:

Os profissionais que atuam no contexto da prática (como os professores) não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos; eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos.

Portanto, o Prouni real não se esgota no texto da Lei nº 11.096/2005; ele manifesta-se nas práticas administrativas, nas culturas acadêmicas e, sobretudo, nas experiências quotidianas dos bolsistas. É nesta arena que os sujeitos interpretam, negociam e recriam a política, e onde os desafios de permanência se materializam de forma crua. A forma como a IES acolhe os bolsistas, as redes de apoio que disponibiliza e as interações entre pares são a tradução final da política.

A entrada dos estudantes no contexto prático universitário expôs rapidamente a insuficiência da política original de acesso. Se a bolsa cobria a mensalidade, ela ignorava a escassez de recursos para a sobrevivência material. Nesse sentido, a Lei nº 11.180/2005, que

institui a Bolsa Permanência, surge como um reconhecimento estatal das falhas do texto original perante a realidade da prática.

Todavia, para compreender por que a prática universitária se apresenta como um ambiente de tamanha resistência para o bolsista, é fundamental recorrer à teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (1992).

Desta forma, estabelece-se uma ponte teórica: o contexto da prática de Ball (1994) pode ser compreendido sociologicamente como um Campo, na ótica de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007, 2009). O espaço universitário não é um terreno neutro, mas uma arena estruturada por relações de poder, onde diferentes agentes, munidos de diferentes volumes de capital, lutam pela legitimação dos seus valores.

As interpretações e traduções da política descritas por Ball (1994) são, na linguagem de Bourdieu (1992, 2007, 2009), as estratégias que os agentes mobilizam nas suas lutas internas no campo. Esta articulação permite que os conceitos da sociologia bourdieusiana sejam aplicados para explicar as dinâmicas sociais no interior da prática, movendo a análise de uma descrição fenomenológica para uma explicação sociológica sobre a reprodução das desigualdades no ensino superior.

### 3.3 O Campo Universitário e a Luta por Capital: Na Visão de Pierre Bourdieu

Para desvelar as dinâmicas subjacentes às experiências de acesso, permanência e trajetória dos bolsistas do Prouni, Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007; 2009) oferecem um conjunto de ferramentas conceituais de inestimável valor analítico.

Sua teoria permite transcender as explicações simplistas baseadas apenas em fatores estritamente econômicos ou no voluntarismo individual, revelando como as estruturas sociais são internalizadas pelos agentes e como estes, por sua vez, atuam e disputam posições dentro de espaços sociais estruturados.

Nesta perspectiva, o sistema de ensino é compreendido como uma engrenagem que transcende a instrução técnica, atuando na manutenção das estruturas de poder. Conforme pontuam Bourdieu e Passeron (1992, p. 1):

A reprodução do sistema de ensino como instituição relativamente autônoma permite a reprodução da cultura dominante e essa reprodução cultural reforça como poder simbólico, a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade.

A articulação desta pesquisa sustenta-se num tripé ou "*trié*" conceitual indissociável: campo (o espaço de lutas), capital (os recursos em disputa) e *habitus* (o sistema de disposições

incorporadas). Contudo, para compreender a profundidade das barreiras enfrentadas pelos estudantes, é preciso integrar a estes conceitos o mecanismo da violência simbólica e o fenômeno da histerese. Conforme postulam Bourdieu e Passeron (1992, p. 19) "Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbítrio cultural."

Sob esta ótica, a universidade deixa de ser vista como um ambiente neutro de transmissão de saber para ser compreendida como um campo: um microcosmo social onde os agentes lutam pela detenção do monopólio da competência científica e da legitimidade cultural.

A violência simbólica manifesta-se, portanto, na imposição silenciosa dos códigos das classes dominantes como os únicos válidos, levando o bolsista a internalizar a sua própria exclusão ou dificuldade como uma "falha pessoal", e não como um produto da desigualdade estrutural.

Essa dinâmica produz o que Bourdieu (2009) identifica como o efeito de histerese do *habitus*. Como o bolsista é portador de disposições forjadas em condições de escassez, ao ingressar no campo universitário, regido por uma lógica de abundância de capital cultural, ele vivencia um desajuste entre as suas estruturas internas e as exigências externas. Conforme explica Bourdieu (2009, p. 102) em O Senso Prático:

O *habitus* é este princípio [...] que faz com que as práticas não possam ser diretamente deduzidas das condições presentes [...], mas apenas da colocação em relação das condições sociais em que se constituiu o *habitus* que as gerou e das condições sociais de funcionamento desse *habitus*.

Nesta intersecção, as trajetórias dos egressos ganham uma explicação sociológica profunda: a luta por capital no interior da IES é, em última análise, uma luta contra a violência simbólica e um esforço constante para superar o efeito de histerese. É este o arcabouço que permitirá interpretar as narrativas dos sujeitos, revelando como eles negociam a sua presença e procuram converter o diploma em verdadeira mobilidade social.

### 3.3.1 As espécies de capital: cultural, social e econômico

Para Bourdieu (2007), a sociedade é interpretada como um espaço de lutas constantes, onde os agentes competem pela apropriação de diferentes formas de poder, ou capitais. Embora o autor identifique diversas espécies, três são pilares fundamentais para a análise do campo educacional e das trajetórias de ascensão social:

A) Capital Cultural: Segundo Bourdieu e Passeron (1992, 2007), é o capital mais decisivo no campo educacional, operando como o principal motor de reprodução das desigualdades escolares. Ele manifesta-se em três estados distintos:

1. Estado Incorporado: É a forma mais profunda e invisível, internalizada sob a forma de disposições duradouras (*habitus*). Refere-se à familiaridade com a cultura legítima, ao domínio da linguagem culta e aos modos de portar-se. É o capital herdado da família que a universidade pressupõe como base. Sobre a sua transmissão, Bourdieu (2007, p. 74) destaca em A Distinção:

O capital cultural incorporado, verdadeira herança fixada ao corpo, exige um trabalho de assimilação que, por ser uma incorporação, custa tempo, e um tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor.

2. Estado Objetivado: Compreende os bens culturais materiais (livros, obras de arte). Embora o acesso físico dependa do capital econômico, a sua apropriação simbólica: o saber o que fazer com o objeto, depende estritamente do capital cultural incorporado prévio.
3. Estado Institucionalizado: Refere-se ao reconhecimento oficial através de títulos. O diploma universitário é a forma por excelência desta espécie, conferindo um valor legalmente garantido que permite a conversão do capital cultural em capital econômico.

B) Capital Social: Consiste na rede de relações que um indivíduo pode mobilizar. É o conjunto de recursos ligados à posse de uma rede durável de relações de interconhecimento. Como aponta Bourdieu (2007), esse capital não é natural, mas fruto de um trabalho de instituição e manutenção de laços.

Muitos estudantes do Prouni ingressam com um capital social limitado ao mundo acadêmico. Contudo, a universidade oferece a chance de construir um novo capital social. A mobilização dessas redes, como aponta Varollo (2021), é uma estratégia de sobrevivência e ferramenta vital para a inserção profissional pós-graduação.

C) Capital Econômico: Refere-se aos recursos financeiros. No Prouni, a bolsa soluciona o custo da mensalidade, mas a escassez deste capital permanece uma barreira para transporte, alimentação e livros. A necessidade de trabalhar para suprir essa falta tensiona a permanência. Em A Reprodução, os autores são enfáticos sobre como a carência econômica se desdobra em desvantagem cultural:

A influência das condições econômicas só se exerce [...] através da mediação das condições culturais: as dificuldades econômicas podem, com efeito, impedir que se prolongue a escolaridade ou que se assegurem as condições de êxito. (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 32).

Dessa forma, observa-se que as diferentes espécies de capital não operam de maneira isolada; elas se articulam para definir a posição do bolsista no jogo acadêmico. A carência de capital econômico frequentemente limita o tempo necessário para a incorporação do capital cultural, enquanto a falta de capital social restringe o acesso a redes de apoio estratégicas.

Essa distribuição desigual de recursos torna-se o terreno fértil para que o sistema de ensino exerça sua função de reprodução das desigualdades sociais, transformando diferenças de origem em desigualdades de destino por meio de mecanismos que serão detalhados a seguir, a começar pela lógica da violência simbólica.

### 3.3.2 O campo educacional e a violência simbólica: a lógica da reprodução

A distribuição desigual das espécies de capital entre os agentes não é um dado estático, mas o combustível que alimenta a engrenagem de exclusão do sistema escolar. Para compreender as barreiras invisíveis enfrentadas pelos bolsistas do Prouni, é imperativo desvelar as regras que regem a arena onde eles ingressam.

Embora tenhamos definido a Ação Pedagógica (AP) como violência simbólica, é crucial compreender como essa força é exercida sem que pareça uma coerção. Em *A Reprodução*, Bourdieu e Passeron (1992, p. 26) aprofundam essa análise:

A AP implica necessariamente, enquanto comunicação, a autoridade pedagógica e a autonomia relativa da instância encarregada de a exercer [...] a relação de comunicação pedagógica em que se realiza a AP deve a sua eficácia específica ao fato de que ela oculta a sua verdade de violência simbólica.

O Sistema de Ensino, portanto, está longe de ser uma instituição neutra ou puramente meritocrática. Ele exerce a função latente de reproduzir a cultura da classe dominante e, consequentemente, legitimar as relações de força que a sustentam na estrutura social. A eficácia dessa ação depende diretamente da distância entre o arbítrio cultural que a universidade inculca e o arbítrio cultural previamente inculcado pela primeira educação no seio familiar.

O espaço acadêmico, especialmente em sua modalidade tradicional, pressupõe e consagra sem jamais exigí-lo expressamente e sem transmiti-lo metodicamente um determinado volume e qualidade de capital cultural.

Esse capital exigido inclui não apenas o acúmulo de informações, mas uma relação muito específica com a linguagem e com a cultura legítima, adquirida de forma precoce, contínua e insensível no ambiente das elites. Sobre essa herança, Bourdieu (2007, p. 73) esclarece em *A Distinção*:

A parte mais consistente da herança cultural [...] é essa relação de familiaridade com a cultura que só pode ser produzida pelo contato prolongado com os objetos e as pessoas capazes de os transmitir [...] no seio da família.

Os estudantes oriundos das classes dominantes: os herdeiros, possuem essa familiaridade que lhes permite decodificar com naturalidade as exigências implícitas do sistema superior. Em contrapartida, para os estudantes das classes populares e médias (público-alvo do Prouni), a cultura universitária representa uma verdadeira aculturação.

A pedagogia tradicional, ao pressupor competências que não se propõe a transmitir, produz objetivamente a eliminação adiada ou a autoeliminação. É essa lógica que explica os desafios de permanência: o bolsista ingressa em um campo cujas regras lhe são estranhas, configurando um choque simbólico que ultrapassa a mera restrição financeira.

### 3.3.3 O *habitus* e a dissonância: o sentido do jogo na universidade

Se a lógica da reprodução e a violência simbólica estabelecem as barreiras estruturais do campo, os conceitos de *habitus* e senso prático explicam como essas estruturas são processadas na subjetividade e na ação dos estudantes. O *habitus* é a pedra angular da sociologia de Bourdieu (2009), funcionando como a mediação dialética entre as estruturas sociais e as estratégias de enfrentamento individuais. O *habitus* não deve ser compreendido como um destino biológico ou mecânico, mas como um sistema de disposições incorporadas. Em *O Senso Prático*, o autor o define como:

[...] sistemas de disposições duráveis e transpositoras, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los. (Bourdieu, 2009, p. 87).

Em termos práticos, trata-se de esquemas de percepção, pensamento e ação que os indivíduos incorporam ao longo da vida, a partir de suas experiências em determinadas posições no espaço social. É o "senso do jogo" que permite ao agente antecipar o que é "razoável" ou "ajustado" em um determinado campo. O estudante, guiado por esse senso prático, acaba muitas vezes por "fazer da necessidade virtude", ajustando suas esperanças subjetivas às suas probabilidades objetivas de sucesso.

No contexto do Prouni, este conceito é crucial para compreender os desafios de adaptação. Os bolsistas chegam à universidade portando um *habitus* forjado em condições de existência marcadas pela escassez material, enquanto o campo universitário opera com base em um *habitus* dominante que valoriza códigos típicos das classes privilegiadas (Bourdieu; Passeron, 1992). Essa defasagem gera o que Bourdieu (2009) chama de efeito de histerese, um desajuste temporal e estrutural entre as disposições do agente e as novas exigências do campo:

O *habitus* é este princípio [...] que faz com que as práticas não possam ser diretamente deduzidas das condições presentes [...], mas apenas da colocação em relação das condições sociais em que se constituiu o *habitus* que as gerou e das condições sociais de funcionamento desse *habitus*. (Bourdieu, 2009, p. 102).

O estudante pode, portanto, sentir-se um "peixe fora d'água", estranhando a linguagem acadêmica e as regras não escritas do jogo. Essa dissonância manifesta-se em barreiras simbólicas que afetam a autoconfiança e o desempenho, revelando que a permanência exige um esforço de reconfiguração do próprio "sentido do jogo".

Essa tensão entre o *habitus* de origem e as exigências do campo torna-se ainda mais evidente quando analisamos como as inclinações subjetivas dos estudantes colidem com a cultura acadêmica legítima, manifestando-se na oposição entre o pragmatismo da sobrevivência e a erudição desinteressada, como veremos a seguir.

### 3.3.4 O gosto de necessidade e a urgência da prática

A dissonância vivida pelo bolsista no campo universitário manifesta-se com particular vigor na clivagem entre as expectativas acadêmicas e as urgências da vida material. Em *A Distinção*, Bourdieu (2007) demonstra que as escolhas e inclinações dos agentes não são frutos de um livre arbítrio abstrato, mas reflexos da posição ocupada no espaço social. Para o estudante oriundo das classes populares, o *habitus* é marcado pelo que o autor denomina "gosto de necessidade".

Este gosto é uma adaptação a condições de existência privadas do supérfluo, onde a preferência recai invariavelmente sobre o que é "prático", "útil" e "necessário". Conforme explica Bourdieu (2007, p. 350):

O gosto de necessidade só pode gerar um estilo de vida que é o que é visto que é definido por uma forma de adaptação à necessidade, ou melhor, de adesão à necessidade, aceitação do que é necessário e submissão à urgência.

Em contrapartida, a universidade tradicional valoriza a "disposição estética", que pressupõe uma distância das urgências econômicas, permitindo uma relação com o saber que é puramente teórica e "desinteressada". O conflito surge porque o bolsista do Prouni, muitas vezes pressionado pela necessidade de retorno financeiro e pela inserção no mercado de trabalho, tende a imprimir um sentido pragmático à sua formação.

Essa "submissão à urgência" mencionada pelo autor explica por que o estudante muitas vezes prioriza o conteúdo instrumental em detrimento da erudição acadêmica desinteressada. A instituição, contudo, tende a ler esse pragmatismo como uma "falha" de capital cultural, quando, na verdade, trata-se de uma estratégia de sobrevivência ditada pelo peso da origem social.

Compreender essa inclinação para o prático é fundamental para analisar, a seguir, como esse estudante tentará gerir seus escassos recursos para alcançar o objetivo final da graduação: a conversão de seus títulos em mudança efetiva de vida.

### 3.3.5 A lógica do campo e a dinâmica de conversão de capitais

A trajetória do estudante do Prouni dentro do campo universitário pode ser analisada como um complexo processo de gestão e conversão de capitais (Bourdieu, 2007), o que corrobora a hipótese central desta dissertação.

O estudante ingressa no campo com uma dotação inicial de recursos geralmente assimétrica em relação às exigências do jogo acadêmico. Sua luta pela permanência é, em essência, um esforço para acumular os capitais necessários para sobreviver e obter êxito: adquirir o capital cultural específico do seu curso, construir um capital social de apoio e gerir a escassez crônica de capital econômico.

O objetivo final, que define o sucesso da trajetória pós-formação, é a conversão bem-sucedida do capital cultural institucionalizado (o diploma) em outras formas de poder. É fundamental compreender que o diploma, por si só, não garante a mobilidade social automática. Como adverte Bourdieu (2007, p. 126) em *A Distinção*:

O título escolar [...] é um título de propriedade que rende um direito de propriedade. É um capital que, como o capital econômico, permite extrair um lucro [...], mas o valor do título depende da sua raridade relativa e da sua capacidade de ser trocado por posições no mercado de trabalho.

Portanto, o valor real do certificado depende de sua capacidade de ser "trocado" no mercado por capital econômico (empregabilidade e renda) e por capital social (acesso a redes profissionais de prestígio). A reconfiguração da trajetória de vida do egresso está diretamente ligada à eficácia deste processo de conversão, que pode ser facilitado ou dificultado tanto pelas características da IES quanto pelo *habitus* e pelo capital social que o sujeito consegue mobilizar durante e após a graduação.

Dessa forma, a análise dos egressos proposta nesta pesquisa busca identificar em que medida o Prouni permitiu não apenas o acesso a um título, mas a efetiva transformação desse título em novos ativos sociais e econômicos capazes de romper com o ciclo de reprodução das desigualdades sociais ou efeitos de “segunda ordem” a partir da lente de Ball (1994).

### 3.3.6 Analisando os efeitos da política (Ball) através da conversão de capitais (Bourdieu)

A etapa final deste referencial teórico consiste em sintetizar os aportes da análise de políticas públicas e da sociologia de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007, 2009) para construir um modelo dinâmico capaz de analisar os impactos do Prouni. Este modelo busca ir além da constatação do acesso, investigando a qualidade da permanência e o significado real da diplomação na trajetória dos beneficiários. Para tanto, articula-se o conceito de "efeitos da política" de Stephen Ball (1994) com a teoria da conversão de capitais de Bourdieu (2007), tensionando essa análise com a reflexão crítica sobre a finalidade da educação.

Ao analisar o contexto dos resultados de uma política, Stephen Ball (1994), conforme sistematizado por Mainardes (2006), propõe uma distinção crucial entre os impactos imediatos e as transformações sociais profundas. Essa trajetória dos resultados pode ser compreendida através de dois níveis:

1. Efeitos de Primeira Ordem: São as mudanças mais imediatas, visíveis e estruturais. No caso do Prouni, o principal efeito de primeira ordem é o acesso quantitativo. A política altera a estrutura de oportunidades, permitindo o ingresso de estudantes de baixa renda em instituições privadas. Conforme aponta Mainardes (2006, p. 55):

Os efeitos de primeira ordem são mudanças na prática ou na estrutura e são comuns naquelas políticas cujos textos são muito específicos ou que se referem a mudanças legais e burocráticas.

2. Efeitos de Segunda Ordem: Referem-se ao impacto de longo prazo nos "padrões de acesso social, oportunidade e justiça social" (Ball, 1994). Aqui, a questão central desloca-se do ingresso para o que esse acesso significou em termos de redução das desigualdades reais.

Este referencial argumenta que a análise dos efeitos de segunda ordem do Prouni pode ser operacionalizada de forma rigorosa através da teoria da conversão de capitais de Bourdieu (2007). O verdadeiro impacto da política sobre a égide da justiça social não reside apenas no ato do ingresso, mas na capacidade dos egressos de efetivamente converterem o capital cultural institucionalizado (o diploma) em capital econômico e social. A eficácia da política é posta à prova no momento em que o título escolar precisa demonstrar sua rentabilidade no mercado de trabalho. Como adverte Bourdieu (2007, p. 126):

O valor do título depende da sua raridade relativa e da sua capacidade de ser trocado por posições no mercado de trabalho que, por sua vez, dependem da relação de forças entre as classes.

Se o diploma obtido através do Prouni não se traduz em melhores oportunidades de emprego, aumento de renda e acesso a novas redes sociais, a política pode incorrer no que se denomina "exclusão no interior", garantindo o acesso, mas falhando em seu objetivo de reconfigurar as trajetórias e quebrar os ciclos de reprodução da desigualdade.

Esta abordagem permite uma avaliação nuançada, deslocando o foco da "inclusão" como ponto de partida para a "mobilidade social" como ponto de chegada, revelando as tensões entre a democratização do acesso e a conservação das distâncias sociais. Contudo, limitar a análise do Prouni apenas à eficácia da conversão de capitais no mercado de trabalho correria o risco de reduzir a experiência universitária a uma transação meramente mercantil.

Para que a investigação não se encerre em uma visão puramente instrumental do diploma, é fundamental tensionar esses resultados com uma lente que questione a própria finalidade ética e política da educação. Nesse sentido, as contribuições de Paro (2010, 2023) tornam-se o terceiro pilar deste referencial, permitindo avaliar se a inclusão promovida pela política alcança a dimensão da subjetividade e da liberdade, ou se permanece restrita à lógica do adestramento para o setor produtivo.

### 3.4 A Finalidade da Educação: Para Além da Lógica Mercadológica

A análise da conversão de capitais, embora poderosa para explicar a mobilidade socioeconômica, corre o risco de adotar uma visão excessivamente instrumental da educação, na qual o diploma é visto apenas como uma "moeda de troca" no mercado.

Para complexificar essa perspectiva, é fundamental introduzir uma dimensão ética e normativa sobre a finalidade do processo educativo. É nesta lacuna que a obra de Vitor Henrique Paro (2023) se torna indispensável, permitindo questionar se a experiência universitária do bolsista se limita ao pragmatismo ou se alcança a dimensão da subjetividade e da liberdade.

O autor tece uma crítica contundente a uma concepção "pobre" de educação, cuja razão de ser se resume a objetivos mercadológicos, como o simples "preparar para o mercado de trabalho". Essa visão reduz a educação à mera transmissão de informações, o que ele identifica como um equívoco ontológico. Conforme afirma Paro (2023, p. 143):

A educação ou é integral ou não é educação. Por isso, a expressão educação integral, embora muito usada, é um pleonasmo, pois não se pode conceber uma educação que não seja integral, isto é, que não atenda a todas as dimensões do ser humano.

Em oposição ao reducionismo tecnicista, o autor defende que a verdadeira finalidade da educação é a formação do humano-histórico através da apropriação da cultura em seu sentido mais amplo. Educar, sob esta ótica, não é treinar para o setor produtivo, mas sim criar as condições para que o educando se aproprie do saber produzido historicamente para constituir-se como sujeito autônomo. O saber não é algo que se "passa" ou "vende", mas algo que se reconstrói no ato educativo.

O obstáculo central a essa concepção, no contexto do Prouni, é a transposição da racionalidade empresarial para o campo educativo. Paro (2023) adverte que a administração escolar ou no caso do Prouni a universitária, não pode ser um fim em si mesma, mas uma mediação para a realização de fins pedagógicos. Quando a lógica do lucro das IES privadas se sobrepõe ao projeto formativo, ocorre uma inversão: a educação torna-se o meio para o lucro da instituição, e não o lucro um meio para sustentar a educação. Sobre essa tensão entre gestão e finalidade, Paro (2023, p. 145) é enfático:

[...] o que se tem, no mais das vezes, não é educação, mas adestramento, treinamento, instrução, ou qualquer outra coisa que signifique a simples passagem de conhecimentos e informações, sem a preocupação com a formação do sujeito humano.

Para Paro, a administração é a "utilização racional de recursos para a realização de fins determinados" (Paro, 2010, p. 765). O perigo reside na adoção de métodos de administração capitalista, focados na eficiência e no controle de custos, que ignoram que o "produto" da educação é a consciência do estudante. Ao tratar o bolsista como "insumo" ou "cliente", a IES pode negligenciar o caráter emancipatório da universidade.

Essa perspectiva estabelece uma tensão produtiva com a análise desta pesquisa: a experiência universitária viabilizada pelo Prouni tende a reforçar uma relação puramente instrumental com o conhecimento, onde o diploma é o fim último? Ou, apesar das pressões estruturais e da necessidade de conversão de capitais (Bourdieu, 2007), ela também abre espaços para a formação de um sujeito crítico?

Essa é a contradição que os bolsistas vivenciam no epicentro da política. Suas estratégias de sobrevivência, embora orientadas para o sucesso no mercado, podem carregar sementes de transformação subjetiva que transcendem o cálculo utilitarista. A análise das percepções dos estudantes ganha, assim, a camada de profundidade necessária para investigar se a universidade foi, além de um passaporte para o emprego, um espaço de constituição do sujeito em sua plenitude histórica e social.

### **3.5 Matriz Teórico-Analítica: Operacionalizando o Olhar Sociológico**

Em síntese, o referencial teórico aqui construído propõe uma análise integrada da experiência dos bolsistas do Prouni. A articulação desses três pilares teóricos permite, assim, analisar a trajetória do Prouni desde sua formulação (legislações) sob o prisma crítico das políticas neoliberais, conforme assinala Pereira (2020), passando pelos mecanismos estruturais de desigualdade que ela busca enfrentar, pelas estratégias e disposições dos sujeitos Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007, 2009) onde se manifestam as barreiras à permanência (Rocha, 2015) e as redes de apoio para a superação (Varollo, 2021) e, finalmente, pelos resultados e finalidades dessa formação (Paro, 2010, 2023).

Parte-se da compreensão do programa como uma política pública de dupla face (social e de mercado), cuja trajetória é analisada através do ciclo de políticas de Bowe, Ball, Gold (1992), Ball (1994) e sistematizada por Mainardes (2006). O contexto da prática é aprofundado como um campo bourdieusiano, onde os estudantes, com seus *habitus* e dotações de capital, lutam pela permanência e pela diplomação.

O sucesso dessa trajetória é avaliado não apenas pelo acesso (efeito de primeira ordem), mas pela capacidade de conversão do capital cultural em capital econômico e social (efeito de

segunda ordem), um efeito que a produção científica, embora escassa, demonstra ser promotor de mobilidade social (Ferreira, 2016).

Por fim, essa análise é tensionada pela perspectiva crítica de Paro (2010, 2023) que será contextualizada pela percepção dos estudantes e a realidade de gestão em contextos regionais, em diálogo com Alvarez (2022) questionando se a experiência promove uma formação meramente instrumental ou uma formação humana integral. Para operacionalizar este arcabouço na análise dos dados empíricos, apresenta-se a seguinte matriz teórico-analítica:

**Quadro 6 – Matriz teórico-analítica: análise trajetórias dos bolsistas e egressos do Prouni**

| Categoria Analítica                        | Autores de Referência                                 | Indicadores Empíricos (O que observar nos relatos)                                                                                  | Objetivo Correspondente                                        |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Contexto da Prática e Discurso             | Bowe, Ball, Gold (1992) Ball (1994); Mainardes (2006) | Percepções sobre a IES (empresa vs. escola); entendimento das regras da bolsa; influência do discurso de "mérito" e "oportunidade". | Analisar a implementação e eficácia da política.               |
| Dissonância de <i>Habitus</i> e Histerese  | Bourdieu (2009); Bourdieu; Passeron (1992)            | Sentimento de "peixe fora d'água"; dificuldades com a linguagem acadêmica; choque cultural entre a origem e a universidade.         | Identificar barreiras sociais e culturais.                     |
| Escassez e Gestão de Capitais              | Bourdieu (2007); Varollo (2021)                       | Dificuldade com transporte, alimentação e livros (Econômico); Importância de redes de apoio e mentoria (Social).                    | Identificar barreiras econômicas e estratégias de permanência. |
| Conversão de Capital (Efeitos de 2ª Ordem) | Bourdieu (2007); Ball (1994)                          | Uso do diploma no mercado de trabalho; mudança de renda; acesso a novas redes profissionais; mobilidade social intergeracional.     | Investigar os impactos da política na trajetória de egressos.  |
| Formação Humana vs. Instrumental           | Paro (2023)                                           | Discursos focados apenas no salário vs. relatos sobre "abertura de mente", consciência crítica e cidadania.                         | Investigar a percepção sobre o significado da formação.        |

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

A matriz teórico-analítica apresentada no Quadro 6 consolida o esforço de integração realizado ao longo deste título. Ao articular a análise das políticas de Bowe, Ball, Gold (1992) e Ball (1994) com a sociologia dos campos de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007, 2009) e a ética da formação humana de Paro (2023), este referencial deixa de ser um conjunto de teorias isoladas para se tornar um instrumental robusto de investigação. Por meio deste, foi possível decifrar como a macroestrutura da política, o Prouni como texto e discurso, se materializa nas microestratégias de sobrevivência e conversão de capitais dos bolsistas.

Em suma, os conceitos aqui discutidos como *habitus*, violência simbólica, efeitos de segunda ordem e formação humana integral, não são apenas categorias abstratas, mas chaves de leitura para os dilemas reais enfrentados pelos estudantes. A partir desta base teórica, o estudo avança agora para o campo empírico. No título seguinte, a voz será dada aos protagonistas desta política: os bolsistas e egressos de Bragança Paulista e região, cujas trajetórias e percepções permitirão confrontar a teoria com a complexidade da prática educativa.

## 4 PESQUISA DE CAMPO: PROCEDIMENTOS E DESENHO METODOLÓGICO

A construção do conhecimento científico exige um rigoroso delineamento dos caminhos percorridos. Este capítulo descreve o percurso empírico da investigação, detalhando o fazer científico apresentando o desenho metodológico, o contexto institucional e os procedimentos éticos e analíticos que permitiram a transição do referencial teórico para a coleta e análise das percepções dos “Prounistas” dando voz a realidade vivida pelos sujeitos. O rigor aqui exposto visa garantir a replicabilidade e a validade dos achados.

A pesquisa foi realizada no contexto de uma IES comunitária localizada no interior do estado de São Paulo. A escolha deste cenário justifica-se pela necessidade, apontada no estado do conhecimento, de descentralizar os estudos sobre o Prouni, investigando as dinâmicas específicas de estudantes e egressos do programa em contextos regionais não-metropolitanos.

O universo da pesquisa compreendeu bolsistas integrais e parciais do programa. A amostra final foi constituída por 25 participantes, divididos em dois grupos estratégicos que permitiram atingir o critério de saturação dos dados, mapeando o fenômeno em sua diversidade e profundidade:

1. Grupo 1: Estudantes em Curso (16 participantes): Discentes ativos matriculados em diversos cursos de graduação da instituição pesquisada vivenciando atualmente os desafios da permanência e as tensões do campo acadêmico local.
2. Grupo 2: Egressos (9 participantes): Ex-bolsistas já formados, cujas trajetórias permitem analisar os efeitos de segunda ordem (Ball, 1994), observando o impacto do programa na inserção profissional e na mobilidade social pós-diplomação.

A composição do grupo de egressos apresenta uma heterogeneidade relevante para o estudo regional. Embora a maioria tenha se formado na instituição foco, houve a participação de três egressos graduados em outra IES da região (PUC-Campinas). Desses, dois mantêm vínculo atual com a instituição pesquisada como estudantes de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado), e uma participante foi captada através da técnica "bola de neve" (indicação). Essa diversidade fortalece a análise das trajetórias do bolsista Prouni no contexto ampliado do interior paulista.

#### 4.1 O Instrumento de Coleta: O Questionário Narrativo Estruturado

O principal instrumento de produção de dados foi um questionário online estruturado com abordagem narrativa, hospedado na plataforma *Google Forms*. O instrumento foi composto por 27 questões, sendo 11 dissertativas, focadas na experiência vivida. A escolha por este formato "assíncrono" foi estratégica para respeitar a rotina intensa de trabalho-estudo dos bolsistas e para garantir o alcance de egressos que não residem mais na região.

O formato online favoreceu o anonimato e a expressão livre de temas sensíveis, como dificuldades financeiras e culturais, gerando respostas dissertativas densas que funcionaram como "entrevistas em profundidade assíncronas". O formulário foi organizado em cinco seções lógicas:

- 1ª Seção - Ética e Consentimento: Apresentação do TCLE, garantindo o anonimato e a voluntariedade.
- 2ª Seção - Perfil e Capital de Origem: Coleta de dados demográficos e perguntas abertas sobre a situação familiar pré-universitária (focada no capital cultural pregresso).
- 3ª Seção - Desafios e Permanência: Foco nas barreiras financeiras, sociais e pedagógicas, incluindo o sentimento de acolhimento (escala de 1 a 5) e a construção de redes de apoio (capital social).
- 4ª Seção - Percepções e Impactos: Reflexões sobre o significado do diploma, transformações subjetivas e a conversão de capital cultural em econômico.
- 5ª Seção - Encerramento e Devolutiva: Espaço para contato futuro e agradecimentos.

#### 4.2 Local, Universo e Amostra: A Capilaridade Regional

A pesquisa foi realizada de forma *online* e assíncrona a partir da Universidade São Francisco (USF), abrangendo seus três campi: Bragança Paulista, Itatiba e Campinas. O papel dos coordenadores dos cursos de Direito, Administração, Medicina e Pedagogia da USF foram fundamentais como mediadores de confiança, potencializado pela técnica "bola de neve", onde os próprios participantes indicaram novos sujeitos de suas redes de contato.

A amostra de 25 participantes foi composta de forma aleatória e por conveniência dos pesquisados. O acesso ao instrumento foi disponibilizado pelos coordenadores dos respectivos

cursos entre 01 de outubro de 2025 a 14 de novembro de 2025 via *QR Code* e *links* enviados por e-mail e grupos de mensagens instantâneas (*WhatsApp*), garantindo o alcance de egressos e estudantes com jornadas intensas de trabalho e estudos.

O mesmo *link* e *QR Codes* foi compartilhado, com a devida autorização da representante discente, nos grupos de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) dos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da USF, o objetivo foi captar a participação dos discentes do programa que são egressos do Prouni na graduação. A amostra é marcada por uma rica heterogeneidade de cursos, permitindo olhares plurais sobre a política:

1. Direito (10 participantes): Essencial para analisar a mobilidade social e a inserção em carreiras jurídicas de prestígio.
2. Medicina (4 participantes): Curso de alta dedicação integral, onde os desafios de permanência e as barreiras socioeconômicas são mais agudos.
3. Pedagogia (3 participantes): Oferecem uma visão duplamente qualificada: como beneficiários e como futuros educadores que analisam a política pública.
4. Administração (3 participantes): Foco na conversão do diploma em cargos de gestão e liderança corporativa e empreendedorismo.
5. Outros Cursos: Turismo (2), Filosofia (1), Matemática (1) e Serviço Social (1), cursos não delineados a princípio, mas que surgiram através do método de indicação (bola de neve), trazendo para a pesquisa uma diversidade de experiências no campo acadêmico.

#### **4.3 Procedimentos Éticos e Gestão de Dados**

A pesquisa seguiu rigorosamente a Resolução nº 466/2012 do CNS, sob aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade São Francisco Parecer nº 7.867.827. adotando protocolos rígidos de segurança na codificação e contextualização dos sujeitos. Para preservar o sigilo absoluto e a privacidade dos envolvidos, os participantes são identificados nesta dissertação pela nomenclatura "Prounista 1" a "Prounista 25", respeitando a ordem cronológica de resposta no instrumento de coleta.

Contudo, para que o rigor ético não esvaziasse a densidade analítica das trajetórias, optou-se pela criação de um "padrão de contexto" multidimensional para cada citação direta. Este padrão reúne variáveis fundamentais para a interpretação sociológica sob as lentes de

Bourdieu (2007, 2009), Ball (1994) e Paro (2023), tais como: perfil demográfico (gênero e idade), modalidade de acesso (tipo de bolsa), capital cultural prévio (origem escolar), mobilidade territorial (deslocamento geográfico) e a dimensão subjetiva de acolhimento.

Assim, sempre que a fala de um Prounista for mobilizado na discussão dos resultados (Título 5), ele será apresentado sob a seguinte estrutura exemplificativa: (Prounista 1, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: São Paulo-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Segurança Digital: Os dados foram armazenados em pasta digital criptografada no *Google Drive* do pesquisador, com acesso restrito apenas ao mesmo e à orientadora.

#### **4.4 A Dimensão Normativa: Análise Documental da Política na IES**

Para compreender a operacionalização do Prouni na instituição pesquisada e o chamado contexto da prática formulado por Ball (1994), tornou-se imperativa a realização de uma análise documental prévia. O objetivo desta etapa não foi apenas descrever as regras institucionais, mas desvelar a lógica de controle que fundamenta a recepção e a manutenção do bolsista na universidade.

A constituição do *corpus* desta análise documental deu-se por meio de uma busca sistemática no portal eletrônico oficial da Universidade São Francisco (USF), especificamente na seção destinada às normas, editais e regulamentos institucionais. Utilizando a palavra-chave Prouni como descritor de busca, procedeu-se ao mapeamento e à seleção de documentos que regulamentam a interface burocrática, financeira e pedagógica entre o estudante bolsista e a IES. A partir deste levantamento, foram selecionados três dispositivos centrais que compõem o *corpus* analítico desta seção:

1. O Roteiro Institucional (Relação de Documentos Renovação Bolsa Prouni 2024): Documento que estabelece a malha fina de exigências comprobatórias para a concessão e manutenção do benefício;
2. A Portaria PROEPE 115/2024: Normativa interna da Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão que regulamenta o Regime Excepcional para afastamento de atividades acadêmicas e compensação de ausências;

3. O Informativo de Acesso (ProUni na USF: Bolsas de Estudo de até 100%): Material de divulgação referente ao 1º semestre letivo de 2026, que expõe o cronograma oficial de ingresso.

A análise articulada desses três documentos revela que, no plano da gestão universitária, o ingresso e a permanência do bolsista não são concebidos apenas como processos administrativos neutros. Pelo contrário, eles se materializam como mecanismos de vigilância e controle que tensionam a relação entre o sujeito e a instituição. Antes mesmo de vivenciar os desafios acadêmicos, o estudante é submetido a uma engrenagem normativa que exige capitais específicos para ser superada.

#### 4.4.1 A malha fina documental: prova de pobreza e violência simbólica

O documento Relação de Documentos Renovação Bolsa Prouni 2024 revela o que Bourdieu e Passeron (1992) classificam como o peso do arbítrio cultural, entendido como o processo onde a cultura de uma classe dominante é imposta como universal, legítima e natural, escondendo sua origem arbitrária, na qual as normas, gostos e saberes dominantes são aceitos por todos como o padrão de "qualidade", reproduzindo desigualdades. Embora as exigências primárias de comprovação sigam as rigorosas normativas das legislações vigentes do Prouni, a instituição possui certa agência e autonomia na operacionalização destas regras, sobretudo no que se refere à periodicidade da renovação e da comprovação documental.

Para o bolsista a burocracia do Prouni exige uma comprovação exaustiva da condição socioeconômica que ultrapassa a simples declaração de renda. São exigidos holerites, extratos bancários, declarações de casa cedida com reconhecimento em cartório e até a comprovação de despesas habitacionais condizentes com o padrão de vida declarado.

Sob a ótica de Bourdieu e Passeron (1992), essa exigência impõe uma violência simbólica ao Prounista, está “violência” conforme os autores é uma forma invisível, sutil e não física de coerção, que impõe os valores, normas e visões de mundo de um grupo dominante sobre subordinados. Ela é internalizada pelas vítimas como natural, gerando uma dominação consentida que perpetua desigualdades sociais, culturais sem o uso da força física. Ao expor sua intimidade financeira de forma minuciosa, ou seja, para ter o direito ao acesso garantido, deve comprovar de forma contundente e sistemática que é “pobre”. Além disso, a obrigatoriedade de digitalizar documentos (com a sugestão institucional de uso de aplicativos específicos como o *CamScanner*) e realizar assinaturas digitais via portal GOV.BR pressupõe

um capital cultural e digital que nem sempre está incorporado no *habitus* (Bourdieu, 2009) do estudante oriundo das classes populares. A burocracia atua, assim, como um filtro: o erro no envio de um PDF ou a falta de um selo de autenticidade pode resultar na exclusão precoce do candidato ou na não renovação do benefício do bolsista em pleno curso.

#### 4.4.2 O descompasso dos calendários: análise portaria PROEPE 115/2024

A análise da Portaria PROEPE 115/2024, que regulamenta o Regime Excepcional para afastamento de atividades acadêmicas, evidencia a rigidez das normas de permanência. Embora o documento vise garantir o abono de faltas em casos específicos (como o Decreto-Lei nº 1.044/69), ele reforça, no quadro de seu Art. 2º, as situações de excepcionalidade amparadas pelo regulamento, listando expressamente o “Ingressante via Prouni”. Essa inclusão prevê que, em caso de ingresso tardio devido à assincronia entre o calendário de matrícula do programa e o da instituição, o estudante deverá realizar atividades de compensação de ausências amparado pela referida portaria.

É imperativo pontuar que tais prazos de seleção são definidos pelo calendário oficial do Prouni divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), ao qual a instituição de ensino precisa se adequar. Emerge aqui uma crítica estrutural ao desenho da política pública: as datas de ingresso estabelecidas pelo Prouni raramente coincidem com o início do calendário acadêmico regular das IES privadas. Como consequência direta dessa assincronia, os bolsistas, especialmente aqueles aprovados em segunda chamada ou lista de espera, frequentemente ingressam com o semestre letivo já em andamento. Esse descompasso faz com que o Prounista inicie sua trajetória já em desvantagem acadêmica, acumulando faltas e conteúdos atrasados antes mesmo de seu primeiro dia de aula.

Consequentemente, esses estudantes tornam-se imediatamente dependentes de normativas internas, como a Portaria PROEPE 115/2024, para a realização de trabalhos e atividades de compensação de ausência, lutando contra a reprovação por faltas nos seus primeiros dias na universidade.

Essa tensão entre o discurso da democratização do acesso e a rigidez do contexto da prática (Ball, 1994) confirma a hipótese de que o Prouni opera em uma dupla face. Por um lado, oferece a inclusão formal, por outro, impõe um custo simbólico, burocrático e pedagógico elevado. O sucesso na permanência depende não apenas do esforço intelectual, mas da capacidade do sujeito de navegar com eficácia por sistemas digitais complexos, exigências

cartoriais e normativas compensatórias, evidenciando que a política pública é constantemente reinterpretada e tensionada pela realidade da instituição privada de ensino.

A partir de Paro (2023), observa-se que essa estrutura administrativa corre o risco de transformar a mediação (a gestão dos registros de comprovação da “pobreza”) em um fim em si mesma. Para o bolsista, que muitas vezes enfrenta jornadas de trabalho extenuantes, a rigidez do controle acadêmico pode se tornar uma barreira invisível. A gestão, sob uma lógica puramente racional e fiscalizatória, pode negligenciar as especificidades da trajetória do bolsista Prouni, reduzindo sua experiência acadêmica ao cumprimento estrito de normas e prazos, distanciando-se da finalidade da formação humana integral.

Por fim, esse estrangulamento temporal não se restringe às aulas, mas afeta o próprio processo de matrícula e renovação da bolsa Prouni. A análise do calendário de comprovação de informações para renovação de bolsa e matrícula, revela janelas temporais curtas, o que exige do candidato uma prontidão logística e documental imediata, reforçando a lógica de que o acesso demanda um capital prévio de articulação que muitos Prounistas ainda não possuem.

#### **4.5 O Tratamento dos Dados: A Análise de Conteúdo em Bardin (2016)**

Para o tratamento do material empírico produzido pelos 25 participantes, esta pesquisa adota a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), que garante o rigor científico e a profundidade inferencial em 3 etapas:

1. Pré-Análise: Realizou-se a leitura flutuante do *corpus* (as respostas dos questionários), seguida da organização do material e da escolha das unidades de registro. Nesta etapa, os dados foram preparados para a codificação, garantindo que a análise documental prévia (seção 4.4) servisse como o contexto da prática (Ball, 1994) para a interpretação dos relatos.
2. Exploração e Categorias Temáticas: Esta fase consistiu na aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise. Os depoimentos foram fragmentados e agrupados em categorias temáticas. Tais categorias foram definidas *a priori* (baseadas nos objetivos e na fundamentação teórica de Bourdieu, Ball e Paro) e *a posteriori* (emergentes da singularidade dos relatos dos estudantes).
3. Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação: A etapa final ultrapassa a mera descrição. Aqui, as falas dos sujeitos são confrontadas com os referenciais teóricos e

com a dimensão normativa da IES simultaneamente com a fase de exploração e codificação do *corpus* empírico. Busca-se desvelar as contradições, as estratégias de sobrevivência e os significados da mobilidade social, permitindo inferir como a política pública é, de fato, vivida e reinterpretada pelos atores no interior paulista em toda sua trajetória desde o pré-ingresso até o pós-formação.

A articulação desses procedimentos permite que o próximo capítulo não seja apenas uma apresentação de dados, mas uma construção teórica que deu escuta aos sujeitos, respeitando suas trajetórias e os custos simbólicos de sua permanência. A escolha pelo instrumental de Bardin (2016) justifica-se, portanto, pela necessidade de realizar uma alquimia metodológica: transformar as trajetórias marcadas pela precariedade em um diagnóstico sociológico.

Diferente da lente estatal, que reduz a inclusão a resultados binários (acesso versus não acesso) e porcentagens controláveis, esta investigação recusa a visão superficial. O objetivo central é demonstrar como o rigor qualitativo expõe o que os dados agregados ocultam: a persistência da desigualdade simbólica mesmo após a garantia do acesso formal.

O rigor aqui exposto funciona como uma "peneira de garimpo": a leitura flutuante não é um mero passar de olhos, mas um exercício de escuta silenciosa que permite ao material empírico falar antes de ser rotulado. Ao transitar para as unidades de registro (o relato cru dos Prounistas) e para as Inferências (a identificação da violência simbólica e dos efeitos de segunda ordem), busca-se desvelar o que ocorre quando o texto da política pública colide com a realidade crua dos corredores das IES. O que se apresenta a seguir, no Título 5, não é apenas uma tabulação de respostas, mas a análise de como a presença desses corpos marginalizados tensiona a lógica instrumental do ensino superior e força, pela resistência, uma possibilidade de formação humana integral.

## 5 ESCUTAS DO INTERIOR PAULISTA: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE SOCIAL DOS PROUNISTAS

A obtenção de uma bolsa integral pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) é frequentemente percebida no imaginário social como um "bilhete dourado" definitivo para a ascensão social, uma aparente validação de que o sistema funciona e recompensa o esforço individual. Contudo, ao adentrar as narrativas dos bolsistas, essa promessa inicial ganha contornos de extrema complexidade.

Metaforicamente, o acesso ao ensino superior privado por meio da política pública assemelha-se ao ganho de um passe para um espaço elitizado onde, embora a entrada seja franqueada pelo Estado, o custo de "sobrevivência" no interior desse ambiente supera, muitas vezes, a renda total do núcleo familiar do estudante.

A premissa central deste capítulo reside na análise do tensionamento estrutural que ocorre quando uma macropolítica de inclusão social colide com a implacável lógica de mercado das instituições privadas, especificamente no cenário do interior paulista.

Por meio de relatos qualitativos densos de estudantes e egressos de cursos historicamente restritos e elitizados<sup>2</sup> como Direito e Medicina, na área dos negócios onde há uma forte instrumentalização e direcionamento para a lógica de mercado como Administração e Turismo, áreas essências como Serviço Social e de licenciaturas como Pedagogia e Filosofia, o material empírico desvela uma realidade pesada e complexa.

Sob as lentes de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007, 2009), Ball (1994) e Paro (2023), as histórias documentadas revelam uma tensão latente entre a concepção teórica da política e sua materialização. Na teoria, o programa carrega a função social de integrar, formar cidadãos e promover mobilidade social. Na prática, a execução dá-se em um campo regido prioritariamente por lógicas mercadológicas e historicamente elitizadas.

Essa fricção levanta uma questão transversal a todos os relatos: a experiência universitária tem se reduzido a um passaporte instrumental para o mercado de trabalho, ou a instituição consegue oferecer a formação humana integral preconizada por Paro (2023)?

O senso comum e a narrativa meritocrática tradicional sugerem que, ao demonstrar excelência acadêmica e garantir o ingresso por meio de notas elevadas, o discente teria o jogo

---

<sup>2</sup> Este termo além de aparecer na fala dos Prounistas 6, 10 e 24, já é um vocabulário do senso comum assimilado pela sociedade brasileira.

social "nivelado". Em tese, o mérito deveria assegurar a permanência. Todavia, a realidade do campo impõe que o capital cultural (Bourdieu, 2007) materializado no esforço intelectual e nas altas pontuações do ENEM seja abruptamente neutralizado quando desprovido de capital econômico mínimo para a subsistência. O domínio intelectual não custeia moradia, transporte ou alimentação.

A literatura tradicional por vezes romantiza as dificuldades financeiras como meros "obstáculos" superáveis pela perseverança. Para os bolsistas desta pesquisa, no entanto, a vulnerabilidade financeira não é um percalço contornável, mas uma barreira absoluta. Como os relatos demonstrarão a seguir, o Prouni atua em uma "margem de erro zero". Estamos lidando com sujeitos que podem ser oriundos de contextos de estrita subsistência, cujas trajetórias expõem a urgência de pensar a permanência estudantil para além do mero ato da matrícula.

## 5.1 Perfil Sociodemográfico e Acadêmico da Amostra

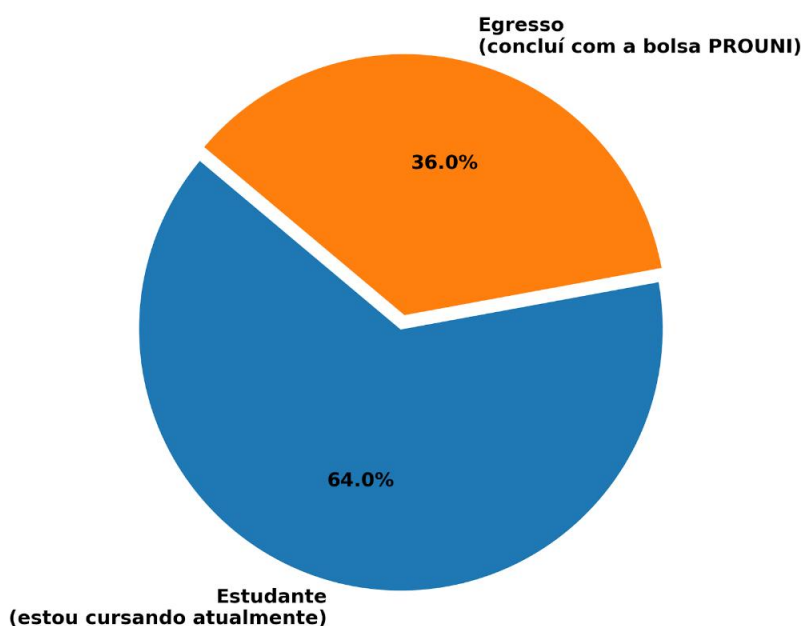
Antes de adentrarmos as fases descritivas e inferenciais da análise de conteúdo (Bardin, 2016), é fundamental estabelecer o panorama sociodemográfico e acadêmico dos 25 Prounistas que compõem o *corpus* desta pesquisa. A apresentação quantitativa inicial atende ao propósito de materializar o perfil dos respondentes e mapear a distribuição prévia dos seus capitais estruturais (Bourdieu, 2007), contextualizando e conferindo concretude às narrativas que serão exploradas ao longo deste capítulo.

Para o detalhamento das coletas e sistematização visual dos dados, as informações categorizadas extraídas do *corpus* como: situação acadêmica e distribuição de gênero, perfil etário e matriz disciplinar, modalidade da bolsa e trajetória de acesso, origem geográfica e o peso do deslocamento, base escolar e a trajetória prévia e o vínculo institucional: risco de evasão e sentimento de pertencimento, foram tabuladas em gráficos e planilhas eletrônicas geradas pelo *software Microsoft Excel*.

### 5.1.1 Situação acadêmica e distribuição de gênero

A amostra da pesquisa foi desenhada para capturar tanto as urgências do pré-ingresso e da permanência em curso, quanto a perspectiva de conversão do diploma pós-formatura. Conforme ilustra o Gráfico 8, a maior parcela do *corpus* é composta por estudantes atualmente matriculados (64%, n=16), enquanto os egressos do programa representam uma parcela significativa de 36% (n=9).

**Gráfico 8 – Distribuição da amostra por situação acadêmica (estudantes e egressos)**

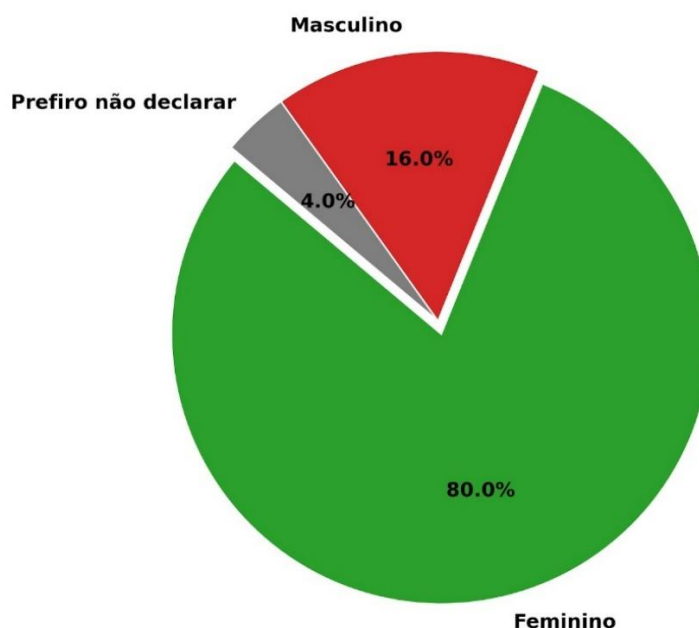


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

Sob a ótica da abordagem do ciclo de políticas (Ball, 1994), esta dupla temporalidade da amostra é estratégica, pois, permite-nos avaliar tanto o contexto da prática (as tensões diárias e as táticas de sobrevivência para a manutenção do vínculo institucional), quanto o contexto dos resultados (a eficácia real da conversão do diploma em capital econômico e social no mercado de trabalho) e os efeitos de segunda ordem (mobilidade social dos egressos). A presença de egressos fornecerá as provas empíricas essenciais sobre as concretizações e os limites da mobilidade social prometida pela política.

No que tange à composição de gênero (Gráfico 9), evidencia-se uma esmagadora predominância feminina. As mulheres representam 80% (n=20) dos respondentes, contra apenas 16% (n=4) de homens (e 4% que preferiram não declarar n=1). Este dado não é meramente ilustrativo, mas reflete o cruzamento das desigualdades estruturais no acesso ao ensino superior, ressoando intensamente com os achados da pré-análise, que posteriormente revelarão a alta prevalência da chefia familiar feminina e de mães solo na sustentação destas trajetórias acadêmicas.

**Gráfico 9 – Perfil sociodemográfico: distribuição por gênero**



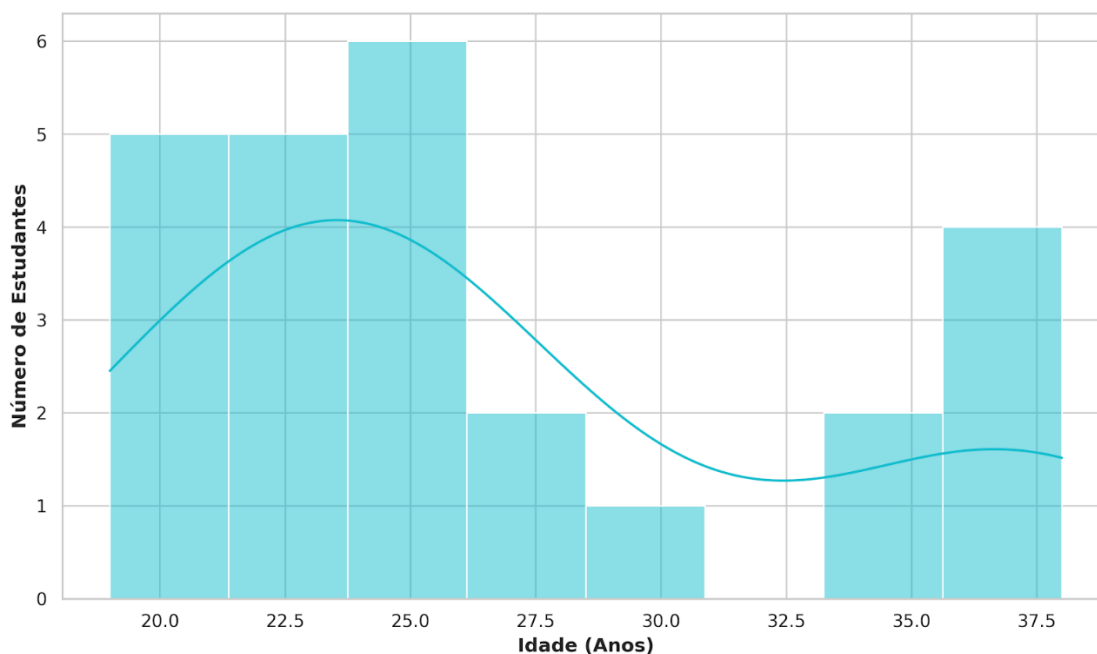
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

A perspectiva sociológica de Bourdieu (2009) orienta a leitura destes 80% femininos não como um mero acaso estatístico, mas como um reflexo dinâmico da tentativa de superação de classe. Para estas mulheres, a universidade atua como a ferramenta principal para romper com uma dupla subalternidade (socioeconômica e patriarcal). Neste contexto, a exigência por uma formação humana integral (Paro, 2023) ganha ainda mais peso, surgindo como um projeto de emancipação não apenas financeira, mas profundamente identitária.

### 5.1.2 Perfil etário e matriz disciplinar

A idade dos participantes varia entre 19 e 38 anos, concentrando-se numa média etária de 26,7 anos (Gráfico 10). Essa dispersão etária indica que, para muitos bolsistas, o acesso ao Ensino Superior não ocorreu no fluxo contínuo e imediato após a conclusão do Ensino Médio, apontando para trajetórias marcadas pela inserção precoce no mercado de trabalho ou pela necessidade de acúmulo financeiro prévio.

**Gráfico 10 – Perfil sociodemográfico: distribuição etária da amostra**

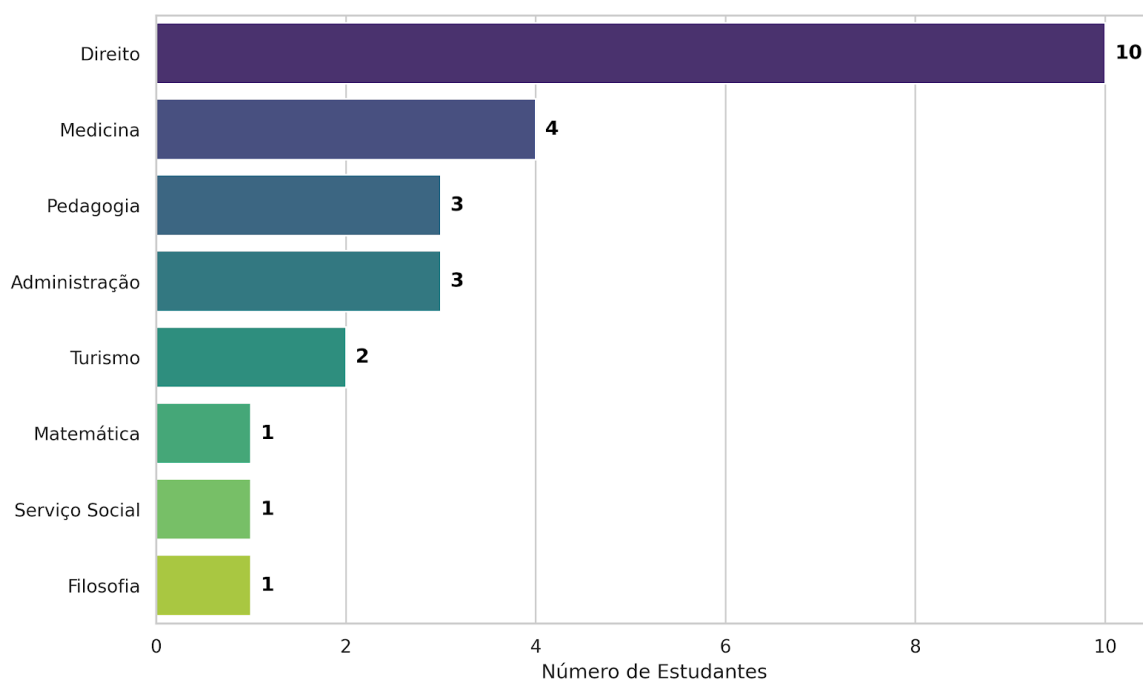


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

Teoricamente, esta assimetria etária desvela a ausência do tempo livre ou *skholè* que conforme Bourdieu, (2009, p. 45) é entendido como o privilégio de dispor de um tempo livre das urgências econômicas e das necessidades práticas para dedicar-se exclusivamente à formação intelectual. Para o Prounista, o tempo é um recurso escasso, o *habitus* de grande parte desta amostra foi forjado na urgência do mercado de trabalho precário, muito antes do acesso à academia, o que ajudará a explicar, nas fases analíticas posteriores, a forte prevalência de um pragmatismo instrumental e o sentimento crônico de "atraso" face aos colegas pagantes.

Em relação ao campo de estudo (Gráfico 11), a pesquisa alcançou uma pluralidade disciplinar enriquecedora. O curso de Direito desponta como o mais representativo (n=10), seguido por Medicina, ambos os cursos são historicamente elitizados, portanto, de suma importância para a análise sociológica desta dissertação, completa a amostra um grupo variado oriundo de cursos de Administração, Filosofia, Matemática, Pedagogia, Serviço Social e Turismo, permitindo captar também as nuances de inserção via Estado (Filosofia, Matemática, Pedagogia e Serviço Social) e o empreendedorismo (Administração e Turismo).

**Gráfico 11 – Matriz disciplinar: frequência de bolsistas por curso de graduação**



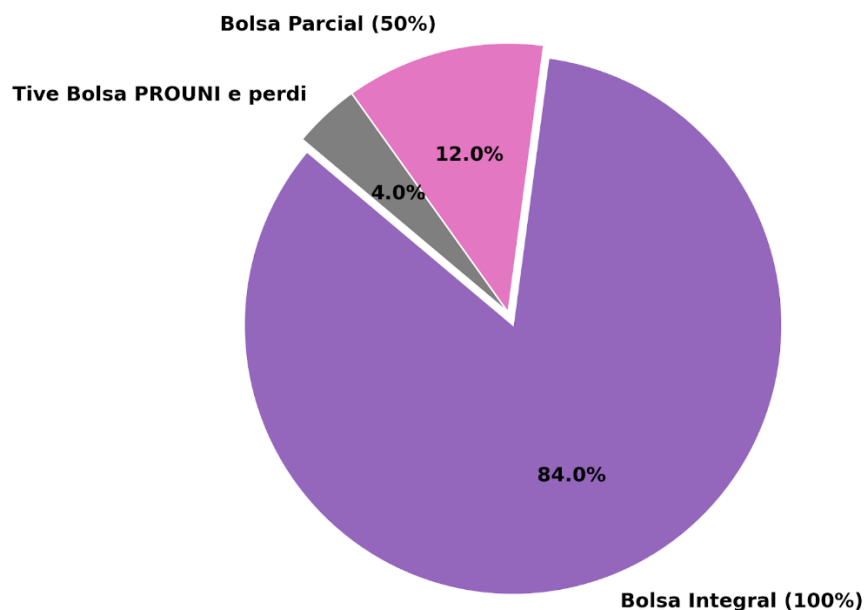
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

A importância para a análise sociológica desta dissertação da forte presença de bolsistas em graduações historicamente elitizadas (Direito e Medicina) ilustra que a procura por estes "campos" (Bourdieu, 2009) reflete o anseio pela máxima mobilidade social. Contudo, as regras tácitas destas áreas pressupõem a posse prévia de redes de influência (capital social) e repertórios eruditos (capital cultural) (Bourdieu, 2007). É exatamente nestes cursos de alto prestígio que o efeito de histerese (o descompasso entre o *habitus* de classe trabalhadora e as exigências do campo) e a violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992) se manifestarão com maior severidade, tensionando a promessa de equidade formativa.

### 5.1.3 Modalidade da bolsa e trajetória de acesso

O critério econômico de concessão do benefício define diretamente o nível de sufocamento material vivenciado pelo estudante. Como demonstra o Gráfico 12, a quase totalidade da amostra (84%, n=21) é composta por bolsistas integrais (100%), ou seja, estudantes cuja renda familiar *per capita* não ultrapassava 1,5 salário mínimo no momento do ingresso e nas renovações posteriores. A fatia de bolsistas parciais de 50% (12%, n=3) representa um grupo frágil na "zona cinzenta" da classe média baixa, vivendo sob o limiar do risco constante de ruína orçamentária devido à necessidade de copagamento das mensalidades. A amostra inclui ainda o relato de perda do benefício (4%, n=1).

**Gráfico 12 – Distribuição da amostra por modalidade de bolsa Prouni**



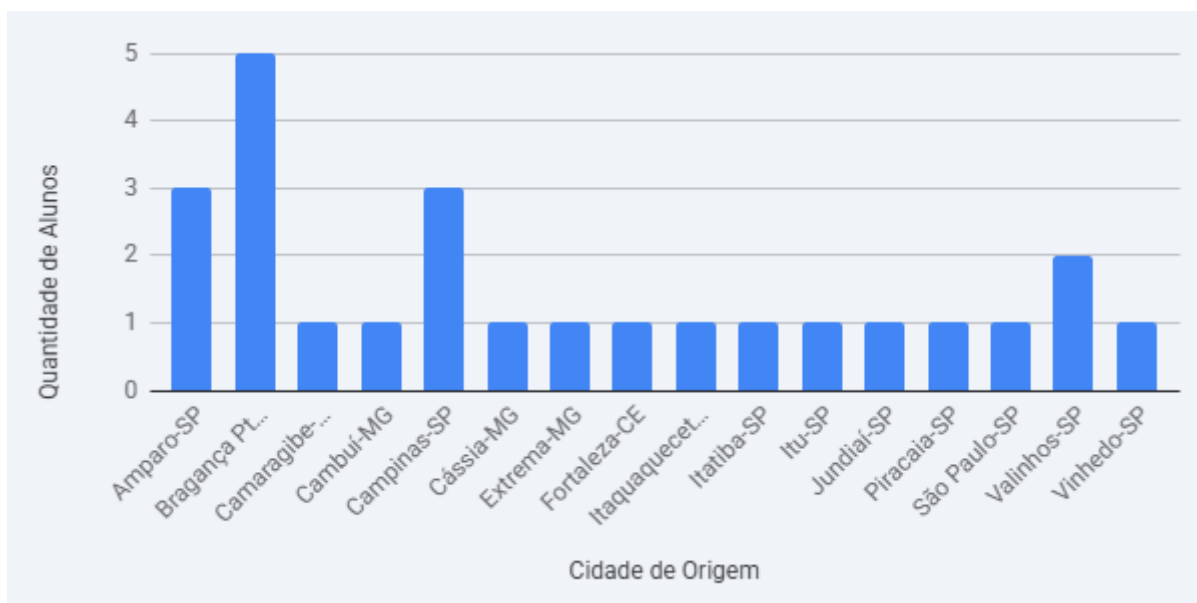
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

A esmagadora prevalência de bolsas integrais evidencia um capital econômico quase nulo no momento do ingresso (Bourdieu, 2007). À luz do contexto da prática de Ball (1994), o texto normativo da política assegura a vaga e remove o obstáculo da mensalidade, porém, na prática diária, expõe este estudante altamente vulnerável ao peso esmagador dos custos invisíveis (transporte, alimentação, moradia e materiais). Este gráfico antecipa e justifica o diagnóstico central da nossa pesquisa: uma política de acesso desacompanhada de infraestrutura robusta de permanência material, empurra o bolsista para o limite da exaustão.

#### 5.1.4 Origem geográfica e o peso do deslocamento

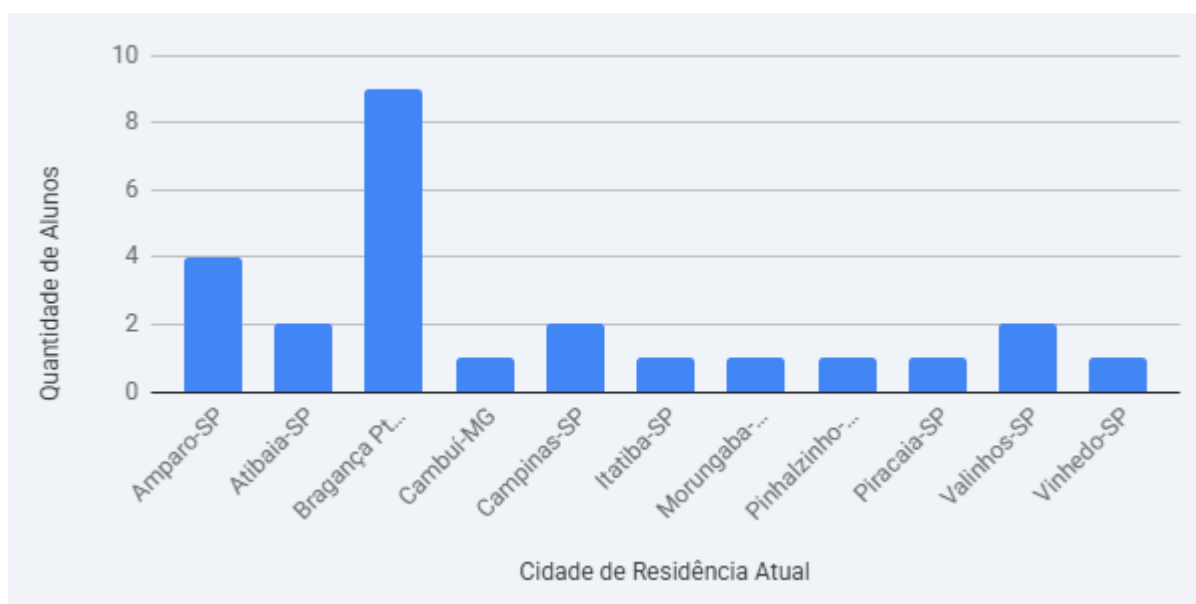
A dimensão territorial é um elemento central para compreender as trajetórias dos sujeitos desta pesquisa. A fim de mapear a origem dos bolsistas, os dados das cidades de nascimento e residência atual foram agrupados em microrregiões (Gráficos 13 e 14). Embora a maioria da amostra seja natural de cidades do Interior do estado de São Paulo (Bragança Paulista, Campinas, Atibaia, Itatiba, entre outras), nota-se um fluxo migratório: estudantes oriundos da região Nordeste (Ceará e Pernambuco) e do Sul de Minas Gerais.

**Gráfico 13 – Perfil sociodemográfico: distribuição por cidade de origem**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

**Gráfico 14 – Perfil sociodemográfico: distribuição por cidade de residência atual**



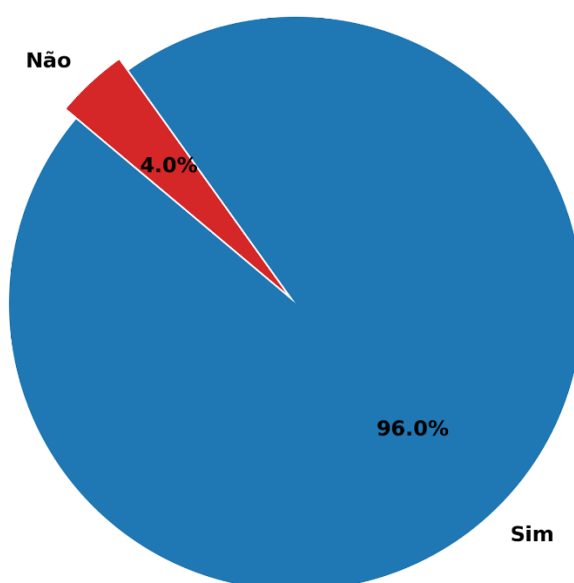
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

Este mosaico geográfico materializa o que a nossa pré-análise qualitativa identifica como o capital geográfico negativo (Bourdieu, 2007). Para os estudantes oriundos do Nordeste ou do Sul de Minas Gerais, a conquista da vaga não esgota as dificuldades do acesso ela inaugura o peso brutal do deslocamento. A política do Prouni concede a bolsa, mas o estudante necessita custear moradia, transporte intermunicipal (vans/ônibus) e suportar a perda da sua rede de apoio primária (família). A geografia atua, portanto, como um pedágio contínuo e silencioso que encarece o "custo de existir" na universidade.

### 5.1.5 Base escolar e a trajetória prévia

A análise da trajetória escolar prévia confirma que o Prouni atinge o seu público-alvo prioritário na matriz desta IES. Quando questionados sobre a origem no Ensino Médio (Gráfico 15), a esmagadora maioria (96%, n=24) declarou ser proveniente exclusivamente de escolas públicas. Apenas um estudante (4%) realizou o Ensino Médio em instituição privada sob condição de bolsista integral.

**Gráfico 15 – Trajetória prévia: origem escolar no ensino médio**



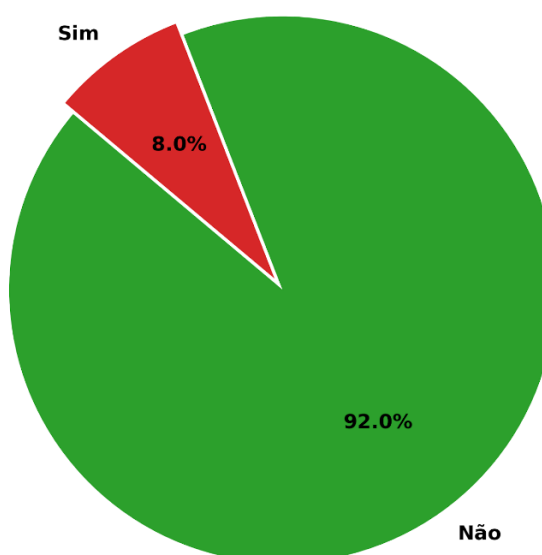
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

Esta homogeneidade de origem escolar pública não representa apenas um critério legal cumprido, ela também pode sinalizar uma desvantagem crônica na acumulação do capital cultural institucionalizado (Bourdieu, 2007). Ao ingressarem em cursos de elite como Direito e Medicina, estes estudantes competem com colegas pagantes que usufruíram de sistemas privados de ensino de excelência. Este descompasso de base escolar estará no cerne da tensão formativa e das angústias relatadas na análise qualitativa.

### 5.1.6 O vínculo institucional: risco de evasão e sentimento de pertencimento

As duas últimas métricas quantitativas avaliam a fragilidade do vínculo do estudante com a instituição. Primeiramente, questionou-se sobre o histórico de evasão reflexiva (Gráfico 16), isto é, se o estudante já havia trancado ou cancelado a matrícula. Embora 92% da amostra afirme não ter interrompido o curso, registra-se que 8% (n=2) já o fizeram. Como será explorado na Fase 2 de Bardin (2016), o baixo índice de trancamento absoluto não reflete uma jornada pacífica, mas sim o *habitus* de resistência (Bourdieu, 2009): o bolsista suporta condições extremas de exaustão mental e material porque perder a bolsa representa em suas perspectivas o fechamento irreversível da via de mobilidade social.

**Gráfico 16 – Risco de evasão: incidência de trancamento ou cancelamento de matrícula**



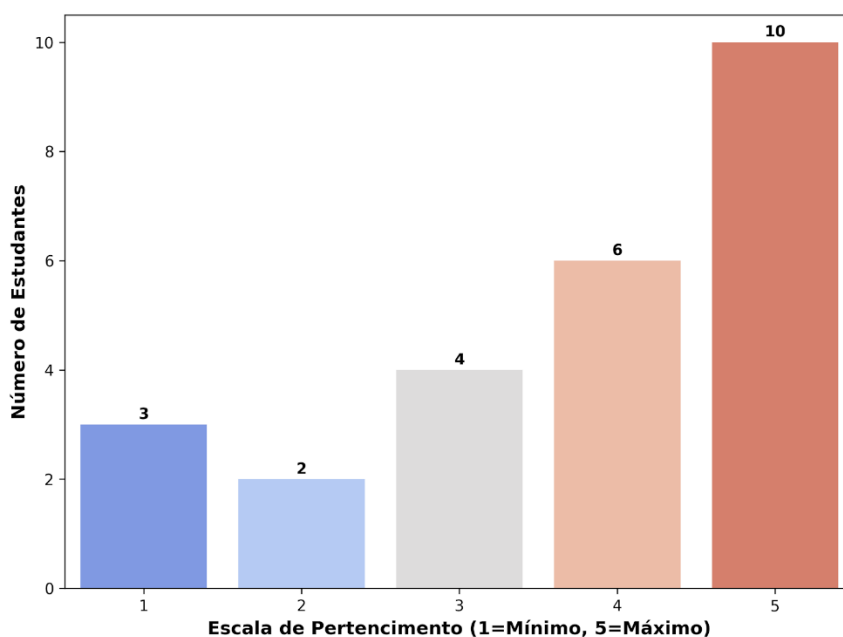
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

O Gráfico 16 revela a incidência de interrupções na trajetória acadêmica através do trancamento ou cancelamento de matrícula. Embora a esmagadora maioria da amostra (92%) declare nunca ter interrompido o curso, este dado deve ser interpretado com cautela sociológica. À luz de Bourdieu (2009), a baixa taxa de evasão absoluta entre os Prounistas não indica necessariamente uma jornada pacífica, mas sim o que denominamos de “*habitus* de resistência”.

Para o estudante de baixa renda, a bolsa representa um ativo social e simbólico raríssimo, o abandono do curso é percebido como o encerramento de uma janela de oportunidade histórica e de mobilidade social. Assim, a permanência ocorre, muitas vezes, sob condições de extrema exaustão, onde o sujeito suporta barreiras que causariam a evasão de estudantes com maior posse de capitais, evidenciando uma resiliência forjada na urgência.

Por fim, os Gráficos 17, 18 e 19 apresentam a autopercepção quantitativa do estudante quanto ao seu pertencimento à IES, explicitado na pesquisa por meio da escala de 1 a 5, onde 1 é: não me sinto acolhido/pertencente a IES e 5 é: me sinto totalmente acolhido/pertencente. Observa-se uma polarização sintomática: embora a maioria avalie positivamente o acolhimento (notas 4 e 5), existe um bloco expressivo de estudantes (n=5) que relatam níveis mínimos de pertencimento (notas 1 e 2).

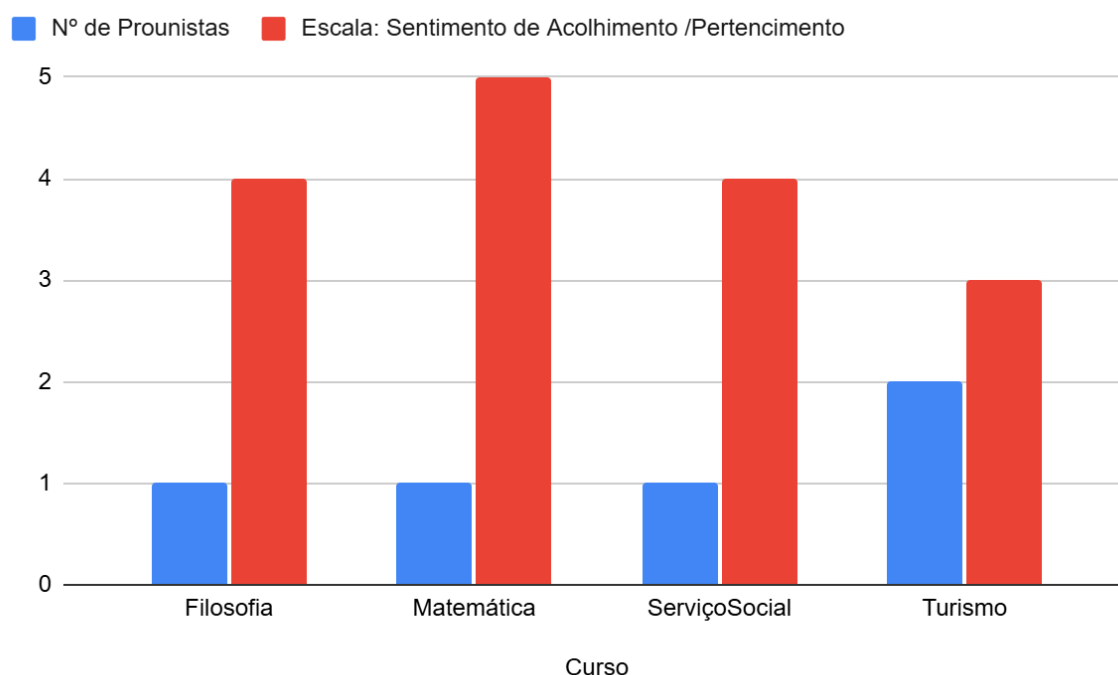
**Gráfico 17 – Escala subjetiva de acolhimento e pertencimento à IES**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

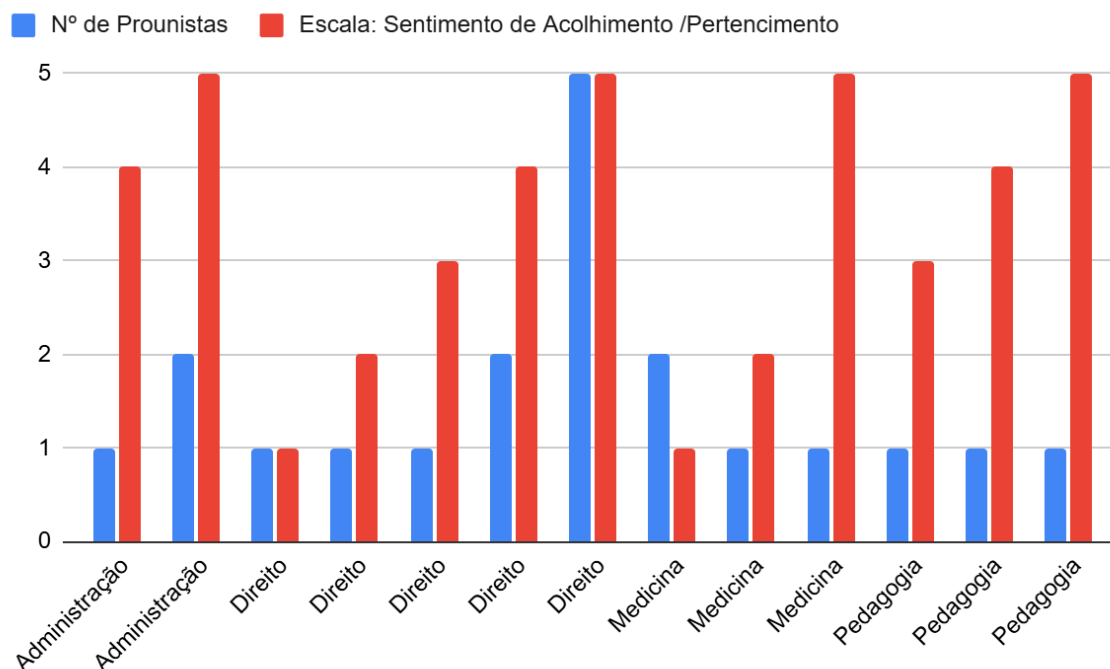
No contexto da prática (Ball, 1994), esta escala revela que a universidade não é um campo neutro. Os estudantes que pontuaram a escala máxima (5) frequentemente ancoram esta resposta na sólida construção de redes de apoio com pares (outros bolsistas) ou na mediação empática de alguns docentes e coordenadores de curso. Por outro lado, as notas mais baixas alertam para o que Paro (2023) e Bourdieu e Passeron (1992) denunciam: a violência simbólica de uma instituição-empresa que fornece a credencial (instrução), mas falha na dimensão do amparo e da formação humana, deixando o bolsista em condição de deslocamento estrutural perante a hegemonia dos pagantes.

**Gráfico 18 – Escala subjetiva de acolhimento e pertencimento à instituição por curso**



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Gráfico 19 – Escala subjetiva de acolhimento e pertencimento à instituição por curso



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Para a correta leitura dos Gráficos 18 e 19, deve-se observar a dinâmica entre as duas variáveis apresentadas. No eixo horizontal, estão listados os cursos de graduação dos participantes. Acima de cada curso, as informações estão organizadas em pares de colunas: a

barra em azul quantifica o número absoluto de estudantes Prounistas (o tamanho do grupo respondente), enquanto a barra em vermelho, posicionada imediatamente ao lado, indica a pontuação atribuída por esse grupo na escala de sentimento de acolhimento e pertencimento, que varia de 1 a 5. Dessa forma, a estrutura visual permite identificar, de forma simultânea, a escala de acolhimento e o volume exato de bolsistas que compartilham dessa mesma percepção dentro de cada área de formação.

Ao desagregar os dados de acolhimento pelos respectivos cursos de graduação (Gráficos 18 e 19), a pesquisa desvela um padrão sociológico contundente: há uma relação inversamente proporcional entre a elitização do curso e o sentimento de pertencimento do Prounista. Em carreiras historicamente dominadas e desenhadas para as classes economicamente privilegiadas, como Medicina e Direito, as notas de acolhimento tendem a despencar, concentrando-se com maior frequência nos níveis críticos (1 e 2).

Sob a lente teórica de Bourdieu (2007), este fenômeno ocorre porque esses cursos operam como "campos" de altíssima distinção e exclusividade. Neles, o abismo entre o *habitus* de origem do bolsista (frequentemente forjado na escassez) e o *habitus* elitizado dos pares pagantes, manifestada no vocabulário, nas roupas, nas viagens, atividades extracurriculares e no consumo em geral é abissal. Esse descompasso gera um severo efeito de histerese, onde o sujeito sente-se permanentemente como um "estrangeiro" no espaço acadêmico.

Em contrapartida, em cursos como Administração, Pedagogia ou Serviço Social, onde a composição de classe social tende a ser mais heterogênea e próxima da realidade popular, a hostilidade do campo é atenuada, refletindo-se em índices maiores de integração. Esses gráficos antecipam numericamente a principal dor que emergirá nas categorias qualitativas: o Prouni democratizou a cadeira na sala de aula, mas não neutraliza a violência simbólica inerente aos espaços de elite.

Em síntese, o perfil traçado nesta seção materializa uma amostra predominantemente feminina (80%), de origem escolar pública e marcada por fluxos migratórios e deslocamentos geográficos acentuados. Estes dados quantitativos fornecem a estrutura sobre a qual as trajetórias dos 25 Prounistas se sustentam, revelando um grupo que ingressa no campo universitário com um déficit prévio de capitais econômicos e geográficos. Contudo, para compreender as subjetividades, as tensões e as táticas de sobrevivência que os números apenas sinalizam, torna-se imperativo dar voz aos sujeitos.

Desta forma, encerra-se o mapeamento sociodemográfico inicial para dar início ao tratamento qualitativo do material empírico. A seção seguinte detalha a Fase 1 da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), apresentando o processo de pré-análise e leitura flutuante que

permitiu a emergência dos eixos temáticos que guiarão a exploração profunda das narrativas desses estudantes.

## 5.2 Análise de Conteúdo Fase 1: Pré-análise e Leitura Flutuante do *Corpus*

De acordo com Bardin (2016), a fase de pré-análise constitui o período de intuição e organização, tendo como procedimento primordial a leitura flutuante. Trata-se de um exercício de escuta silenciosa e de contato exaustivo com o material empírico. A imersão preliminar nas respostas dos 25 participantes desta pesquisa, permitiu que as impressões iniciais e as recorrências temáticas emergissem do material bruto sem a imposição imediata de filtros rígidos.

Ao "deixar-se invadir" pelas narrativas, foi possível identificar que as vivências dos bolsistas no interior paulista não se fragmentam em dados isolados, mas se articulam em trajetórias de resistência que confirmam, tensionam e/ou expandem os referenciais teóricos de Bourdieu e Passeron (1992), Bordieu (2007, 2009), Ball (1994) e Paro (2023). O objetivo central desta primeira etapa foi organizar o volume denso de dados narrativos, estruturando-os em um mapa analítico que refletisse tanto a vivência dos estudantes quanto os conceitos dos referenciais teóricos mobilizados.

Buscou-se mapear os contornos gerais do *corpus* e a repetição de padrões, sem, contudo, extrair precocemente as unidades de registro (citações diretas dos sujeitos), procedimento reservado à fase 2 de exploração do material conforme etapas propostas por Bardin (2016).

Para garantir a sistematização analítica, alinhada aos blocos de questões dissertativas do instrumento de coleta, que guiaram a pré-análise e a leitura flutuante das 11 perguntas dissertativas realizadas no questionário online, o *corpus* empírico foi organizado em cinco grandes eixos temáticos ou unidades de contexto delineados a seguir:

5.2.1. Perfil Socioeconômico, *Habitus* e Capitais de Origem (pré-ingresso): Eixo guiado pela pergunta dissertativa 1, destinada a mapear a situação familiar, as privações materiais e acúmulo de capitais (social, econômico e institucional) prévios no ingresso na universidade privada (momento pré-ingresso).

5.2.2. Descoberta do Acesso, Estratégias de Escolha e a Dimensão Geográfica: Guiado pelas perguntas dissertativas 2 e 3, este eixo organiza as narrativas sobre a descoberta da política pública, as estratégias de escolha institucional e o peso do fator geográfico no interior paulista.

5.2.3. Permanência em Tensão, O *Habitus* da Resistência e o Risco da Exclusão: Estruturado a partir das perguntas dissertativas 4 e 5, este eixo concentra-se no mapeamento

das vulnerabilidades contínuas, abarcando o risco de evasão (trancamento/cancelamento) e as múltiplas barreiras financeiras, sociais e de adaptação enfrentadas durante a graduação.

5.2.4. O Tênuo Fio do Pertencimento: Construção de capital social, redes de apoio e a dimensão do amparo institucional: Guiado pelas perguntas dissertativas 6a, 6b e 7, este eixo explora a dimensão relacional, a construção de capital social entre pares e a percepção (quantitativa e qualitativa) sobre o acolhimento oferecido pela IES para além da concessão financeira da bolsa.

5.2.5. A Lógica Dual do Prouni: Tensão Formativa, Conversão de Capitais e a Perspectiva de Mobilidade Social: Eixo final e de maior complexidade teórica, amparado pelas perguntas dissertativas 8, 9, 10 e 11. Organiza as percepções sobre as contradições da política, as transformações de perspectiva de futuro e a conversão do diploma, tensionando se a trajetória resultou em emancipação crítica ou adaptação instrumental às demandas mercadológicas.

Estes eixos funcionaram como as unidades de contexto que guiaram a leitura flutuante e a posterior exploração detalhada do material. A definição destas cinco unidades de contexto garante a sistematicidade necessária para o tratamento dos resultados. Para materializarmos estas inferências teóricas nas trajetórias singulares captadas no interior paulista, faz-se necessário apresentar os atores cujas vozes conduzirão as discussões analíticas deste capítulo.

O quadro 7, a seguir, consolida o perfil e o "padrão de contexto" dos 25 participantes, estruturado em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas na seção metodológica (4.3). Este inventário descritivo reúne as coordenadas biográficas e acadêmicas essenciais de cada sujeito tais como Identificação (Prounista 1 a 25), estudante (ES) ou egresso (E), sexo feminino (F), masculino (M) e não declarado (ND), idade (anos), ano de ingresso (na graduação), bolsa integral (100%), parcial (50%) e deslocamento geográfico através da origem-residência atual.

**Quadro 7 – Caracterização e contexto sociológico dos participantes (Prounistas)**

| Identificação | Estudante (ES) /Egresso (E) | Curso /Instituição | Sexo | Idade | Ano de Ingresso | Tipo de Bolsa | Ensino Fund /Médio          | Origem /Residência Atual    |
|---------------|-----------------------------|--------------------|------|-------|-----------------|---------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Prounista 1   | ES                          | Direito (USF)      | F    | 23    | 2020            | Integral      | Escola Pública              | São Paulo-SP - Atibaia-SP   |
| Prounista 2   | ES                          | Direito (USF)      | F    | 21    | 2023            | Integral      | Escola Pública              | Campinas-SP - Valinhos-SP   |
| Prounista 3   | ES                          | Direito (USF)      | F    | 25    | 2023            | Integral      | Escola Pública e Particular | Camaragibe-PE - Campinas-SP |
| Prounista 4   | ES                          | Direito (USF)      | F    | 29    | 2022            | Integral      | Escola Pública              | Jundiaí-SP - Amparo-SP      |

|              |    |                          |    |    |      |          |                             |                                     |
|--------------|----|--------------------------|----|----|------|----------|-----------------------------|-------------------------------------|
| Prounista 5  | ES | Medicina (USF)           | F  | 23 | 2022 | Integral | Escola Pública              | Campinas-SP - Bragança Paulista-SP  |
| Prounista 6  | ES | Medicina (USF)           | F  | 23 | 2021 | Integral | Escola Pública e Particular | Fortaleza-CE - Bragança Paulista-SP |
| Prounista 7  | ES | Medicina (USF)           | F  | 26 | 2022 | Integral | Escola Pública              | Cássia-MG - Bragança Paulista-SP    |
| Prounista 8  | ES | Direito (USF)            | F  | 25 | 2021 | Parcial  | Escola Pública              | Bragança Paulista-SP                |
| Prounista 9  | E  | Pedagogia (USF)          | M  | 37 | 2009 | Integral | Escola Pública              | Bragança Paulista-SP                |
| Prounista 10 | ES | Medicina (USF)           | ND | 25 | 2020 | Integral | Escola Pública              | Campinas-SP - Bragança Paulista-SP  |
| Prounista 11 | ES | Administração (USF)      | F  | 20 | 2023 | Integral | Escola Pública e Particular | Vinhedo-SP                          |
| Prounista 12 | ES | Pedagogia (USF)          | F  | 19 | 2025 | Integral | Escola Pública              | Amparo-SP                           |
| Prounista 13 | E  | Turismo (USF)            | F  | 38 | 2008 | Parcial  | Escola Pública              | Bragança Paulista-SP                |
| Prounista 14 | E  | Turismo (USF)            | M  | 38 | 2005 | Integral | Escola Pública e Particular | Bragança Paulista-SP                |
| Prounista 15 | E  | Matemática (USF)         | F  | 38 | 2005 | Integral | Escola Pública              | Bragança Paulista-SP                |
| Prounista 16 | E  | Administração (USF)      | F  | 23 | 2021 | Parcial  | Escola Pública              | Cambuí-MG                           |
| Prounista 17 | E  | Serviço Social (USF)     | F  | 23 | 2021 | Perdida  | Escola Pública              | Itaquaquecetuba-SP - Atibaia-SP     |
| Prounista 18 | ES | Direito (USF)            | F  | 24 | 2022 | Integral | Escola Pública              | Extrema-MG - Pinhalzinho-SP         |
| Prounista 19 | ES | Direito (USF)            | F  | 20 | 2023 | Integral | Escola Pública              | Itu-SP - Morungaba-SP               |
| Prounista 20 | ES | Direito (USF)            | F  | 28 | 2023 | Integral | Escola Pública              | Piracaia-SP                         |
| Prounista 21 | ES | Administração (USF)      | F  | 19 | 2025 | Integral | Escola Pública e Particular | Amparo-SP                           |
| Prounista 22 | E  | Filosofia (PUC-Campinas) | M  | 27 | 2016 | Integral | Escola Pública e Particular | Amparo-SP                           |
| Prounista 23 | ES | Pedagogia (USF)          | M  | 24 | 2019 | Integral | Escola Pública e Particular | Itatiba-SP                          |
| Prounista 24 | E  | Direito (PUC-Campinas)   | F  | 35 | 2011 | Integral | Escola Pública              | Valinhos-SP - Campinas-SP           |
| Prounista 25 | E  | Direito (PUC-Campinas)   | F  | 35 | 2011 | Integral | Escola Pública              | Valinhos-SP                         |

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

### 5.2.1 Perfil socioeconômico, *habitus* e capitais de origem (pré-ingresso)

Guiado pelas respostas da pergunta dissertativa 1 do questionário de pesquisa:

*Você poderia nos contar um pouco sobre sua situação familiar e socioeconômica antes de ingressar na universidade?*

Este eixo busca compreender o terreno prévio dos Prounistas. A leitura flutuante do material empírico revela, de imediato, que o perfil socioeconômico, o *habitus* e os capitais de origem (Bourdieu, 2007, 2009) no pré-ingresso não constituem apenas um pano de fundo descritivo, mas uma estrutura limitante e determinante que condiciona todas as possibilidades de acesso e impactará na permanência. A escassez atravessa a materialidade e a subjetividade destes sujeitos antes mesmo de sonharem com a universidade. Com base estritamente na imersão preliminar nos relatos, o cenário pré-ingresso organiza-se no *corpus* em cinco dimensões observacionais:

1. A mensalidade como barreira absoluta e intransponível: A forma mais direta e evidente da barreira de capital econômico (Bourdieu, 2007) captada nas leituras, é a incapacidade categórica de custear a educação privada por meios próprios sem o Prouni. Os estudantes utilizam expressões literais recorrentes para descrever essa impossibilidade (como "sem condições", "jamais teriam" ou "inviável"). Em cenários de desemprego familiar severo, a barreira é descrita de forma tão intransponível que mesmo o trabalho assalariado regular não seria suficiente para arcar com os custos integrais de uma graduação. A leitura identificou extremos de vulnerabilidade onde o luto e a ausência de rede de proteção forçaram famílias a dependerem inteiramente do Estado, com relatos marcantes de estudantes que utilizaram extratos de aplicativos de transferência de renda (como o Auxílio Emergencial) como único comprovante de renda viável, evidenciando um capital econômico não apenas frágil, mas nulo (Bourdieu, 2007).
2. A precariedade extrema e a batalha pela subsistência diária: Para muitos bolsistas, a leitura indicou que a barreira pré-ingresso não se restringe à educação, mas à luta primária para garantir o básico. O material traz relatos sensíveis de lares compostos por mulheres chefes de família (mães solas) que enfrentam desafios contínuos para o fechamento das contas. A pré-análise dos arranjos familiares revelou uma alta taxa de dependência material, sendo o perfil mapeado dominado por ocupações estritamente da classe operária ou de serviços

básicos (porteiros, empregadas domésticas, trabalhadores de limpeza, mecânicos). O contexto de pré-ingresso ditado por essas narrativas é de urgência: a universidade aparece não apenas como ambiente acadêmico, mas como a ferramenta de ruptura absolutamente necessária contra um histórico enraizado de privações, ancorada na esperança de mobilidade social.

3. Os custos invisíveis e o ônus do deslocamento geográfico: A escuta silenciosa das narrativas evidenciou que a barreira econômica não se resume ao boleto da instituição. Mapeou-se o peso do capital geográfico (Bourdieu, 2007): estudantes que migraram de estado ou que dependem de locomoção intermunicipal (do interior paulista ou do Sul de Minas Gerais) relatam perdas de rede de apoio (capital social) e custos invisíveis altíssimos (capital econômico). A necessidade de transporte privado (vans ou ônibus intermunicipais) atua como um pedágio contínuo que, em algumas descrições, quase dobra o peso econômico dos estudos. Essa logística complexa força, em alguns casos, arranjos de moradia precários (como viver "de favor") apenas para viabilizar a permanência na cidade da IES.
4. A frágil zona cinzenta da classe média baixa (bolsistas parciais): Em outro polo, observou-se a fragilidade das famílias que vivem na "formalidade econômica". Seus salários garantem um sustento básico, mas, pelas regras de concessão do Prouni, frequentemente os colocam acima da linha de 1,5 salário mínimo *per capita* exigida para a bolsa integral (100%), esbarrando violentamente no custo do copagamento. Para os bolsistas parciais (50%), a pré-análise revela uma altíssima vulnerabilidade a imprevistos. A viabilidade do projeto educacional depende de um equilíbrio frágil da renda combinada entre pais e filhos; qualquer crise, como o adoecimento ou a demissão de um provedor, evidencia uma condição em que a renda é muito baixa para absorver o choque, ameaçando de ruína todo o projeto universitário.
5. A mobilização do tempo e as estratégias de enfrentamento precoce: A leitura atenta demonstra que o contexto social e econômico do Prounista no pré-ingresso forja um *habitus* (Bourdieu, 2009) de extrema resiliência. Muitos Prounistas não inauguram sua jornada de trabalho na universidade, a leitura revelou uma naturalização da jornada trabalho-estudo desde o ensino médio,

com jovens assumindo uma postura de “coprovedores” para “dividir as contas”. Diante da ausência de capital financeiro, o *corpus* mostra que as famílias entregam seu recurso mais abundante: o tempo. Nas famílias em que o jovem não trabalha precocemente, observa-se a tática do sacrifício protetivo: o núcleo familiar vive no limite da subsistência para blindar o estudante e focar sua rotina exclusivamente na preparação (de um filho, por vez) para o vestibular. Paralelamente, identificou-se a internalização da violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992) sofrida pelos pais: genitores submetidos a regimes exploratórios que culminaram em graves adoecimentos (como *burnout*). Diante dessa violência, a obtenção do diploma pelo filho transforma-se no grande marco aguardado para a “aposentadoria” e libertação dos pais, funcionando como a grande “salvação” da família, o que os motiva, mas ao mesmo tempo pressiona ainda mais o desempenho do bolsista.

### 5.2.2 Descoberta do acesso: estratégias de escolha e a dimensão geográfica

Este eixo é guiado pelas respostas às perguntas dissertativas 2 e 3:

*2: Como você conheceu o Prouni e o que o levou a optar pelo programa para ingressar na universidade? Havia outras opções em vista?*

*3: Por que você escolheu este curso e esta instituição especificamente? A localização foi um fator decisivo na sua escolha?*

A leitura flutuante revela que a descoberta da política pública e as subseqüentes tomadas de decisão não ocorrem num vácuo de livre-arbítrio, mas são profundamente condicionadas pelos capitais prévios dos sujeitos (Bourdieu, 2007). Observou-se uma racionalidade prática onde os estudantes adaptam as suas vocações às restrições materiais, geográficas e informacionais do seu contexto. O material empírico organiza-se em quatro dimensões observacionais:

1. A descoberta da política: O conhecimento sobre o Prouni atinge os estudantes por diferentes vias de “tradução”. A leitura das narrativas evidenciou o papel vital do capital social institucional (Bourdieu, 2009), especificamente a figura institucional das escolas públicas e individual do professor, que atua como ponte. Em muitos relatos, estes professores foram responsáveis por quebrar a inércia da

autoexclusão, incentivando estudantes que não acreditavam na viabilidade do ensino superior a realizarem o ENEM. Por outro lado, quando a instituição escolar se omitiu, o capital social informal (a rede de pares) tornou-se o recurso supremo. A validação do programa chegou via amigos ou familiares (muitas vezes irmãos já bolsistas), que funcionaram como modelos de sucesso. Em casos de maior isolamento social e escolar, a descoberta deu-se de forma massificada pela televisão, ilustrando como o texto da política (Ball, 1994) alcança indivíduos desprovidos de redes informacionais.

2. A "escolha" pelo Prouni: As respostas sugerem que a opção pelo Prouni raramente é uma preferência eletiva, mas uma virtude da necessidade (Bourdieu, 2007) imposta pela carência de recursos. A descoberta sociológica mais contundente nesta etapa da análise foi o fenômeno do abandono forçado da universidade pública. Diversos estudantes relataram possuir o capital cultural validado (aprovação em instituições federais ou estaduais via SISU), contudo, a falta de capital econômico para custear a mudança de cidade, moradia e alimentação invalidou a aprovação pública. Nestas trajetórias, o estudante adota um *habitus* de pragmatismo calculista: abdica do alto capital simbólico da universidade pública em favor da bolsa privada local, única via onde a sobrevivência material está garantida (Bourdieu, 2007, 2009).
3. O fator geográfico como critério eliminatório e ancora local para os estudantes: No interior paulista, a geografia atua de forma implacável na escolha da instituição. A localização não aparece como conveniência, mas como um fator decisivo e eliminatório. Sem recursos para grandes deslocamentos, a política atua como um mecanismo de ancoragem local. A escolha da IES frequentemente limitou-se à existência de infraestrutura viável de transporte (como a disponibilidade de "vans universitárias") ou à proximidade que não sobrecarregasse a renda familiar com custos intermunicipais. A dimensão geográfica define, portanto, o "campo do possível" do estudante, restringindo as suas opções às fronteiras da sua capacidade de locomoção diária.
4. A tensão entre a formação vocacional e a lógica instrumental: Através da lente de Paro (2023), identificou-se na leitura flutuante uma negociação constante entre o desejo vocacional e a lógica instrumental de sobrevivência. Enquanto

algumas trajetórias são impulsionadas pelo sonho (como o desejo antigo pela Medicina ou pelo Direito), onde o Prouni é a ferramenta a serviço de um projeto de vida, outras operam sob um pragmatismo radical de “passabilidade”, ou seja, o importante é apenas “passar”. Nestes casos, o estudante escolhe o curso ou a instituição estritamente com base nas notas de corte e na viabilidade de aprovação, anulando preferências pessoais. O objetivo central passa a ser a garantia da inserção no ensino superior a qualquer custo, subjugando a afinidade vocacional à urgência da oportunidade de mobilidade social.

### 5.2.3 Permanência em tensão, o *habitus* da resistência e o risco da exclusão

Guiado pelas respostas referentes ao trancamento de matrícula pergunta dissertativa 4:

*4: Se já trancou/cancelou alguma vez poderia nos contar o que motivou a opção pelo trancamento/cancelamento? Se nunca trancou/cancelou já pensou em ter que trancar/cancelar? Por qual motivo?*

E aos maiores desafios enfrentados na jornada universitária pergunta dissertativa 5:

*5: Pensando na sua jornada na universidade, quais foram (ou têm sido) os maiores desafios que você enfrentou como bolsista Prouni? (Você pode citar desafios financeiros, sociais, culturais, de adaptação, de aprendizagem, etc.)*

Este eixo foca no mapeamento das vulnerabilidades contínuas dos bolsistas. A leitura flutuante do material empírico revela que a conquista da bolsa não encerra a luta do estudante; ela apenas inaugura uma nova fase de tensões. No contexto da prática (Ball, 1994), a universidade deixa de ser apenas o sonho do acesso para se tornar um campo de provações diárias. O *corpus* demonstra que a permanência do Prounista é assombrada por um risco constante de exclusão e evasão, exigindo a mobilização de um *habitus* de resistência (Bourdieu, 2009) que se organiza, preliminarmente, em quatro dimensões observacionais:

1. A burocracia da manutenção e a "vigilância da pobreza": O contato inicial com os dados aponta que o primeiro grande desafio mapeado não é pedagógico, mas devido as regras do contexto do texto (Ball, 1994). A exigência de comprovar sistematicamente a condição de baixa renda atua como uma violência simbólica burocrática (Bourdieu; Passeron, 1992). As narrativas descrevem a angústia semestral para provar a manutenção da carência financeira, o que consolida a "armadilha da renda". A leitura revelou um paradoxo cruel relatado por alguns

bolsistas: a necessidade de rejeitar propostas de emprego com melhor remuneração pelo medo de perder a bolsa. Para manter a viabilidade de conquista do capital cultural institucionalizado (o diploma) (Bourdieu, 2007), o estudante é forçado pelas regras do programa a abdicar da sua própria mobilidade econômica imediata.

2. O efeito de histerese, violência simbólica e o não-pertencimento: A imersão nos relatos sobre a entrada no campo universitário, especialmente em cursos de alto prestígio, como Direito e Medicina, evidencia um profundo choque de culturas. É neste ponto que a leitura identifica o que Bourdieu (2009) classifica como o efeito de histerese: um descompasso doloroso entre o *habitus* de origem do estudante e as exigências tácitas do novo campo acadêmico. O bolsista sente o peso da sua defasagem de capital cultural (Bourdieu, 2007), traduzindo esse choque num sentimento de atraso e inadequação. Em narrativas mais extremas, o *corpus* aponta para a existência de uma violência simbólica declarada (Bourdieu; Passeron, 1992), com relatos de hostilidade aberta por parte de docentes contra estudantes bolsistas, culminando num sentimento agudo de não-pertencimento e deslocamento que tensiona o vínculo com a instituição.
3. A exaustão material e as dificuldades de sobrevivência (custos ocultos): A leitura flutuante reforça que a permanência exige um capital econômico (Bourdieu, 2007) de manutenção que a bolsa da mensalidade não supre. Os custos invisíveis (transporte, moradia, alimentação e materiais) impõem uma exaustão física e financeira. Há relatos de despesas logísticas que chegam a equivaler a metade do valor do curso, forçando rotinas enlouquecedoras de conciliação com o trabalho. Destaca-se, nas leituras, o choque material e disciplinar quando o bolsista recorre a estratégias de sobrevivência do seu *habitus* de origem (como a venda informal de alimentos nos corredores) e encontra uma lógica institucional punitiva (Bourdieu, 2009). A universidade, em alguns casos relatados, ao invés de acolher a vulnerabilidade, criminaliza a estratégia de sobrevivência do estudante, proibindo as vendas e forçando a clandestinidade.
4. O colapso da saúde mental e a concretização da evasão: Por fim, a pré-análise indica que o acúmulo de pressões logísticas, burocráticas e simbólicas ameaça severamente a saúde mental dos Prounistas, transformando a ideia de desistência

numa sombra constante. O medo punitivo de perder a bolsa por insuficiência de rendimento acadêmico ou aumento “substancial” de renda (acima de 1,5 salário mínimo *percapta*) gera quadros de ansiedade e depressão. O risco de exclusão materializa-se em trancamentos efetivos quando a política pública falha em fornecer suporte e o estudante é esmagado por crises sobrepostas (como luto, incompatibilidade de horários de trabalho e perda repentina do benefício). Nesses momentos de ruptura, a permanência só é viabilizada quando há uma mobilização emergencial da rede de apoio no capital social familiar (Bourdieu, 2007).

#### 5.2.4 O tênue fio do pertencimento: construção de capital social, redes de apoio e a dimensão do amparo institucional:

Guiado pela pergunta quantitativa:

*6a: Pensando nas suas relações dentro da universidade, como você descreveria seu sentimento de acolhimento e pertencimento à instituição? (escala 1 a 5 sendo 1 = Nada acolhido / Não me sentia pertencente e 5 = Muito acolhido / Me sentia totalmente pertencente)*

E pelas perguntas dissertativas 6b e 7:

*6b: Você construiu redes de amizade e apoio com outros colegas, bolsistas ou não? Como você descreveria sua relação com a instituição e o sentimento de pertencer a ela?*

*7: Além da bolsa, a universidade ofereceu algum outro tipo de suporte (pedagógico, psicossocial, material) que foi importante para sua permanência? Em sua opinião, o que a instituição poderia fazer para apoiar melhor os estudantes do Prouni?*

Este eixo explora a dimensão relacional do bolsista, a construção de redes entre pares e a percepção sobre o acolhimento oferecido pela IES para além da concessão financeira da bolsa. Para mensurar essa vivência, a pesquisa introduziu (Pergunta 6a) numa escala quantitativa de 1 a 5, onde o nível 1 representa o isolamento total ("Nada acolhido / Não me sentia pertencente") e o nível 5 representa a integração plena ("Muito acolhido / Me sentia totalmente pertencente") o quadro 8 ilustra as respostas dos Prounistas.

**Quadro 8 – Escala sentimento de acolhimento pertencimento Prounistas (pergunta 6a)**

| Identificação | Estudante (ES)<br>/Egresso (E) | Curso/Instituição | Origem /Residência Atual | Escala:<br>Sentimento de<br>Acolhimento<br>/Pertencimento |
|---------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------------|
|---------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------------|

|              |    |                             |                                     |   |
|--------------|----|-----------------------------|-------------------------------------|---|
| Prounista 1  | ES | Direito (USF)               | São Paulo-SP - Atibaia-SP           | 3 |
| Prounista 2  | ES | Direito (USF)               | Campinas-SP - Valinhos-SP           | 5 |
| Prounista 3  | ES | Direito (USF)               | Camaragibe-PE - Campinas-SP         | 5 |
| Prounista 4  | ES | Direito (USF)               | Jundiaí-SP - Amparo-SP              | 4 |
| Prounista 5  | ES | Medicina (USF)              | Campinas-SP - Bragança Paulista-SP  | 5 |
| Prounista 6  | ES | Medicina (USF)              | Fortaleza-CE - Bragança Paulista-SP | 1 |
| Prounista 7  | ES | Medicina (USF)              | Cássia-MG - Bragança Paulista-SP    | 2 |
| Prounista 8  | ES | Direito (USF)               | Bragança Paulista-SP                | 1 |
| Prounista 9  | E  | Pedagogia (USF)             | Bragança Paulista-SP                | 5 |
| Prounista 10 | ES | Medicina (USF)              | Campinas-SP - Bragança Paulista-SP  | 1 |
| Prounista 11 | ES | Administração (USF)         | Vinhedo-SP                          | 5 |
| Prounista 12 | ES | Pedagogia (USF)             | Amparo-SP                           | 4 |
| Prounista 13 | E  | Turismo (USF)               | Bragança Paulista-SP                | 3 |
| Prounista 14 | E  | Turismo (USF)               | Bragança Paulista-SP                | 3 |
| Prounista 15 | E  | Matemática (USF)            | Bragança Paulista-SP                | 5 |
| Prounista 16 | E  | Administração (USF)         | Cambuí-MG                           | 5 |
| Prounista 17 | E  | Serviço Social (USF)        | Itaquaquecetuba-SP - Atibaia-SP     | 4 |
| Prounista 18 | ES | Direito (USF)               | Extrema-MG - Pinhalzinho-SP         | 5 |
| Prounista 19 | ES | Direito (USF)               | Itu-SP - Morungaba-SP               | 5 |
| Prounista 20 | ES | Direito (USF)               | Piracaia-SP                         | 5 |
| Prounista 21 | ES | Administração (USF)         | Amparo-SP                           | 4 |
| Prounista 22 | E  | Filosofia<br>(PUC-Campinas) | Amparo-SP                           | 4 |
| Prounista 23 | ES | Pedagogia (USF)             | Itatiba-SP                          | 3 |
| Prounista 24 | E  | Direito<br>(PUC-Campinas)   | Valinhos-SP - Campinas-SP           | 2 |
| Prounista 25 | E  | Direito<br>(PUC-Campinas)   | Valinhos-SP                         | 4 |

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

A leitura flutuante das justificativas qualitativas (Perguntas 6b e 7) revela que a inclusão formal garantida pelo texto da política pública não se traduz automaticamente em inclusão subjetiva e material no contexto da prática (Ball, 1994). A experiência universitária demonstra que o pertencimento é um "fio tênue" que, frequentemente, se sustenta muito mais pelas estratégias de enfrentamento dos próprios estudantes do que por políticas de permanência

estruturadas pela IES. Com base na imersão preliminar no material empírico, a dimensão do acolhimento e do amparo organiza-se em cinco frentes observacionais:

1. O capital social homogêneo como refúgio (a força da rede de pares): A pré-análise demonstra que o sentimento de pertencimento do Prounista está visceralmente ligado à formação de um capital social restrito aos seus pares socioeconômicos (Bourdieu, 2009). Para suportar o choque cultural em cursos elitizados (como Medicina e Direito), os relatos apontam para uma busca por "identidade de classe", em que os bolsistas formam bolhas de proteção, unindo-se e criando laços que frequentemente são descritos como familiares. Em contrapartida, quando essa rede homogênea não se consolida no interior do curso, o *corpus* revela um isolamento esmagador, forçando os estudantes a buscarem apoio em coletivos externos, uma vez que a identificação ocorre com a "condição de bolsista" e não com a universidade em si.
2. A omissão e a "neutralidade" institucional: Quando questionados sobre o suporte estrutural oferecido pela IES além da isenção da mensalidade, a resposta esmagadora identificada na leitura é a negativa. As instituições são predominantemente percebidas como agentes que fornecem as vagas, mas que o estudante se sente legado à própria sorte na garantia de sua sobrevivência material e psicológica. Em narrativas extremas, essa omissão converte-se em hostilidade ativa: o material empírico registra um caso na fala do Prounista 22, em que a universidade (PUC) proibiu e criminalizou táticas informais de sobrevivência dos estudantes (como a venda de alimentos no campus para custear transporte), evidenciando a desconsideração institucional perante a vulnerabilidade.
3. O papel ambivalente dos atores da prática docentes e coordenação: No plano cotidiano, a leitura indica que o acolhimento varia drasticamente conforme a postura individual dos agentes institucionais. Em trajetórias de alto pertencimento (níveis 4 e 5 na escala), professores e coordenadores assumem o papel de âncoras, fornecendo conselhos, flexibilidade e suporte decisivo contra a evasão. No polo oposto, a violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992) também emana destes mesmos atores: a pré-análise mapeou denúncias de insensibilidade na comunicação e, inclusive, de preconceito aberto de docentes

contra a presença de estudantes bolsistas em sala de aula, gerando distanciamentos irreparáveis.

4. A burocracia da pobreza e a desinformação: O processo burocrático de manutenção da bolsa emerge novamente no *corpus* como um fator de forte desgaste psicológico, atuando como um gerador ativo de não-pertencimento. A exigência contínua de comprovação documental da carência é relatada como motivo de intenso nervosismo semestral. Soma-se a isso a percepção de abandono informacional e logístico provocado pelo descompasso entre o calendário de convocações do Prouni (Governo Federal) e o calendário letivo da IES. O material revela que muitos bolsistas ingressam semanas após o início das aulas, perdendo o período de acolhida dos calouros e iniciando a graduação sob severo estresse avaliativo e desorientação institucional. A gravidade desse atraso cronológico é tamanha que exige a formulação de mecanismos internos de mitigação por parte da IES, exemplo da Portaria PROEPE nº 115/2024 (já contextualizada no Título 4), que regulamenta o processo de compensação de ausências numa tentativa de reparar o déficit acadêmico imposto aos ingressantes do programa.
5. As demandas por equidade e o clamor por formação humana integral: As sugestões de melhoria formuladas pelos estudantes compõem um diagnóstico preciso de alguns aspectos que faltam para que a mera instrução avance para uma formação humana plena (Paro, 2023). Durante a leitura, as demandas agruparam-se em três urgências vitais:
  - a. Apoio material básico: Reivindicação de suporte não coberto pela isenção fiscal, como auxílio-transporte para viabilizar estágios, moradia e acesso subsidiado a refeitórios (bandejeões), visando combater a insegurança alimentar em cursos de período integral.
  - b. Amparo psicológico sensível à classe: O *corpus* demanda não apenas atendimento clínico genérico, mas espaços de apoio psicossocial conduzidos por profissionais que compreendam as particularidades

da privação financeira, além da criação de coordenações exclusivas para o acolhimento de bolsistas.

- c. Equidade pedagógica e profissional: Os Prounistas demonstram consciência de que o capital cultural ultrapassa a sala de aula. Exigem paridade de acesso aos bens que os estudantes pagantes consomem com facilidade, sugerindo o fornecimento de materiais de alto custo (como o *Vade Mecum* no Direito), bolsas para cursos de idiomas/extensão e fomento garantido para atividades de iniciação científica.

Em síntese, a leitura flutuante das fontes indica que o acolhimento institucional não atende as expectativas básicas como dito pelos Prounistas, portanto a política pública do Prouni, ao não ser acompanhada por robustas políticas integradas de permanência material, pedagógica e psicossocial no interior das instituições privadas, obriga o estudante a mobilizar exaustivas táticas de sobrevivência em rede com seus pares, convertendo a promessa de um ambiente educacional integrador num verdadeiro campo de resistência diária.

#### 5.2.5 A lógica dual do Prouni: tensão formativa, conversão de capitais e a perspectiva de mobilidade social

Eixo final e de maior complexidade teórica, este segmento é amparado pelas respostas às perguntas dissertativas 8; 9; 10 e 11:

8: *A experiência na universidade, viabilizada pelo PROUNI, transformou suas perspectivas de futuro e suas relações sociais? (Você sente por exemplo, que adquiriu novos conhecimentos e habilidades que vão além do diploma?)*

9: *O Prouni é apresentado como uma política social, mas funciona dando benefícios fiscais para instituições privadas. Na sua vivência, você percebeu alguma contradição nisso? Por exemplo, a qualidade do curso, a infraestrutura ou o tratamento oferecido pela IES pareciam ser diferentes para bolsistas e pagantes?*

10: *Formação para o mercado ou para a vida? Pensando em toda a sua experiência, você diria que a universidade te preparou mais para as exigências do mercado de trabalho ou ela também contribuiu para sua formação como um cidadão mais crítico e consciente? Houve espaço para os dois? Como você percebe isso?*

11: *O diploma é a conquista final da graduação. Pensando no período após a formatura (ou em suas expectativas) Como foi (ou como você imagina que será) o processo de 'converter' esse diploma em um bom emprego e em novas oportunidades?*

O objetivo é organizar as percepções dos estudantes sobre as contradições da política, as transformações de perspectiva de futuro e a tentativa de conversão do diploma, tensionando se a trajetória resultou em emancipação crítica ou adaptação instrumental às demandas mercadológicas.

Com base nos referenciais de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu (2007, 2009) mobilizando os conceitos de capitais, *habitus* e violência simbólica, Ball (1994) por meio dos efeitos de 2ª ordem do contexto da prática do ciclo de políticas e de Paro (2023) analisando a formação humana integral vs. lógica instrumental, a leitura flutuante traça um panorama profundo sobre a lógica dual do programa.

O *corpus* revela uma política pública que vive uma tensão estrutural constante: nascida de uma demanda social por democratização, mas operada através de renúncia fiscal que subsidia o mercado educacional privado. A imersão preliminar demonstra como essa macro-contradição aterrissa no "chão" da universidade, exigindo dos estudantes manobras complexas de adaptação e resistência, organizadas em três dimensões centrais:

1. A tensão formativa, emancipação crítica ou adaptação instrumental: A leitura das narrativas revela um profundo embate vivenciado pelos bolsistas entre a adoção de uma lógica estritamente instrumental: o estudo focado exclusivamente na obtenção da credencial para o mercado, e a vivência de uma formação humana integral: educação para a emancipação e cidadania (Paro, 2023). Por meio da escuta atenta dos relatos dos Prounistas, mapeou-se que a dureza da sobrevivência material esvazia o sentido emancipatório da universidade; a urgência financeira converte a IES num mero rito de passagem desumanizado. Em contrapartida, o material empírico aponta para trajetórias onde ocorrem poderosos efeitos de segunda ordem (Ball, 1994). Identificaram-se relatos de reconfiguração radical do *habitus* de origem, onde o espaço universitário proporcionou o desconstruir de preconceitos estruturais e a ampliação da consciência política e social do país, evidenciando instâncias puras de formação cidadã.
2. A contradição da política na prática, a violência da instituição-empresa: Ao investigar se os estudantes percebem a contradição de o Prouni operar via

benefícios fiscais em IES privadas e se notam distinções de tratamento (Pergunta 9), a leitura flutuante identificou o fenômeno da "falsa igualdade". A vasta maioria dos estudantes relata não notar diferenças estruturais diretas. Contudo, sob a ótica de Bourdieu (2007), essa "igualdade formal" (mesma sala, mesmos professores) mascara a desigualdade real, pois ignora que o bolsista não possui o capital econômico necessário para usufruir pacificamente dessa estrutura. Aquelas narrativas que conseguem decodificar a contradição denunciam a violência simbólica da "instituição-empresa". O *corpus* traz críticas incisivas à "indiferença às diferenças", ou seja, ao aplicar regras neutras de mercado e modificar estruturas apenas para satisfazer o estudante-cliente (pagante), a IES ignora sua função social de acolhimento. Tratar como iguais sujeitos que partem de classes sociais brutalmente desiguais emerge, na pré-análise, como um mecanismo velado de violência simbólica ao bolsista (Bourdieu; Passeron, 1992).

3. A perspectiva de mobilidade social e a conversão de capitais: A conquista final, materializada no diploma, representa a tentativa do egresso (ou futuro egresso) de converter conforme Bourdieu (2009) o capital cultural institucionalizado em capital econômico (renda) e social (prestígio). A pré-análise das expectativas pós-formatura revela que o horizonte de mobilidade varia dependendo da área escolhida e da posse prévia de redes de apoio:
  - a. O diploma como trunfo (reserva de mercado): Em campos de alta liquidez e forte corporativismo (como Medicina e Administração), a conversão é vista com elevado otimismo, refletindo um *habitus* confiante de que o título, por si só, garantirá a inserção (Bourdieu, 2009).
  - b. A angústia e a falta de capital social: Em cursos tradicionais elitizados (como o Direito), onde o sucesso depende visceralmente de redes de herança e contatos influentes, o *corpus* transborda angústia. O mercado é percebido como um ambiente hostil, um “mar de tubarões”

para o qual o bolsista se sente desprovido de "padrinhos"<sup>3</sup> ou preparo emocional.

- c. A inserção via Estado: Para os estudantes de licenciaturas, o Estado surge como o grande validador da política. A leitura mapeou que o diploma frequentemente se converte em estabilidade por meio de concursos públicos, atuando como um escudo contra a falta de contatos no mercado privado.
- d. A subversão da credencial: Destacam-se, por fim, narrativas de agência onde o diploma não é usado para subserviência corporativa, mas subvertido. Estudantes planejam utilizar a credencial como um "passaporte" para adentrar espaços de elite e disputar poder, promovendo mudanças estruturais ou retornando aos seus territórios de origem para empreender.

Em síntese, o eixo 5 consolida a constatação fundamental desta Fase 1: o texto da política (a concessão da bolsa) é o gatilho inicial de inclusão. No contexto da prática (Ball, 1994), a trajetória do Prounista no interior paulista é uma negociação ininterrupta. A lógica de mercado das IES impõe barreiras e violências silenciosas, forçando uma adaptação instrumental voltada à sobrevivência material.

Todavia, através das estratégias de enfrentamento, da resistência e da formação de redes, os sujeitos tencionam o sistema, buscando extrair da universidade privada não apenas uma credencial de mercado, mas a promessa de uma verdadeira emancipação crítica. Este ordenamento permitiu que a voz de cada Prounista seja ouvida não como um dado estatístico, mas como um sintoma de uma estrutura social complexa que o programa se propõe a democratizar.

### **5.3 Análise de Conteúdo Fases 2 e 3: Exploração do Material, Categorização e Inferências**

Nesta etapa, o *corpus* deixa de ser um objeto de leitura flutuante para se tornar um material de operação técnica e analítica. Conforme Bardin (2016), a exploração do material Fase 2, consiste em operações de codificação, decomposição e enumeração, em função de

---

<sup>3</sup> Na cultura brasileira, o "padrinho" designa alguém em posição de poder que, através de sua rede de contatos, facilita o acesso e a permanência do recém-formado em espaços profissionais elitizados.

regras previamente formuladas por meio das quais as falas dos Prounistas foram sendo codificadas em duas camadas: (I) Códigos Descritivos (O que foi dito) e (II) Códigos Teóricos/Conceituais (Os conceitos dos referenciais teóricos que dialogam com o que foi dito).

Durante este processo, as respostas brutas dos Prounistas foram fragmentadas em Unidades de Registro (UR) com os recortes de significado extraídos diretamente das falas, que foram posteriormente agrupadas em múltiplas categorias temáticas de análise. Para a construção dessas categorias, adotou-se um movimento metodológico duplo, essencial para preservar o rigor da pesquisa qualitativa.

Primeiramente, operou-se com categorias a Priori (Dedutivas), fundamentadas nos objetivos gerais e específicos deste estudo, bem como nos referenciais teóricos previamente estabelecidos. Em um segundo momento, a escuta atenta aos dados permitiu a emersão de categorias a Posteriori (Indutivas), revelando temáticas não previstas inicialmente, mas que se impuseram com urgência nas narrativas dos sujeitos (Bardin, 2016).

Essa estratégia evitou o engessamento analítico, garantindo que o material empírico, em sua totalidade e contradição, guiasse a construção do conhecimento. A arquitetura elaborada para esta análise desdobra-se em 8 categorias, detalhadas a seguir, que unem e organizam as descobertas a priori e a posteriori da investigação perpassando todas as trajetórias dos Prounistas desde o pré-ingresso até o pós-formação.

**Quadro 9 – Categorias temáticas das trajetórias Prounistas**

| Categoria | Título do Eixo Analítico                                                     | Natureza     | Conceitos Mobilizados                                                                                                                                                                   | Autor Base (Ano)                                                            |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| 1         | A Escolha do Necessário: Restrição de Capital e Agência no Pré-Ingresso.     | a priori     | Capital Econômico; Capital Geográfico; Capital Informacional; <i>Habitus</i> ; Realismo Prático; Gosto de Necessidade; Ativismo de Sobrevivência; Contexto da Prática; Formação Humana. | Bourdieu (2007, 2009); Bourdieu & Passeron (1992); Ball (1994); Paro (2023) |
| 2         | O Ônus do Capital Geográfico: A Logística Oculta da Permanência no Interior. | a posteriori | Capital Geográfico; Capital Econômico; Contexto da Prática; Violência Simbólica; <i>Habitus</i> ; Capital Social (Exílio e Adaptação Espacial); Educação Emancipadora.                  | Bourdieu (2007, 2009); Ball (1994); Paro (2023)                             |

|   |                                                                                           |              |                                                                                                                                                                                                        |                                                                             |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| 3 | A Burocracia como Violência Simbólica: A "Armadilha da Renda" e o Controle Institucional. | a priori     | Violência Simbólica; Contexto do Texto vs. Contexto da Prática; <i>Habitus</i> de Contenção; Arbítrio Cultural; Capital Informacional; Formação Humana Integral.                                       | Bourdieu & Passeron (1992); Bourdieu (2007, 2009); Ball (1994); Paro (2023) |
| 4 | O Efeito Histerese: Choque de <i>Habitus</i> e a (Des)Integração Acadêmica                | a priori     | Efeito Histerese; Choque de <i>Habitus</i> ; Violência Simbólica (Isonomia de Fachada); Capital Cultural Institucionalizado; Inclusão Excludente; Homologia de <i>Habitus</i> .                        | Bourdieu (2007, 2009); Bourdieu & Passeron (1992); Ball (1994); Paro (2023) |
| 5 | O <i>Habitus</i> de Resistência e a Formação de Redes de Apoio.                           | a priori     | <i>Habitus</i> de Resistência; <i>Habitus</i> de Persistência; Capital Social de Refúgio; Sentido do Jogo; Conversão de Capitais; Mediação Ética; Formação Humana Integral.                            | Bourdieu (2007, 2009); Ball (1994); Paro (2023)                             |
| 6 | A Agência Propositiva: As Vozes e as Demandas dos Prounistas                              | a posteriori | Agência Propositiva; Sujeito; Contexto da Prática; Capital Simbólico; Capital Cultural; Violência Simbólica por Omissão; Educação Integral.                                                            | Paro (2023); Ball (1994); Bourdieu (2007, 2009)                             |
| 7 | A Tensão Formativa: Instrução Instrumental x Formação Humana Integral.                    | a priori     | Instrução Instrumental vs. Formação Humana Integral; Apropriação Histórico-Cultural; Contexto da Prática; Efeitos de Segunda Ordem; Reconfiguração do <i>Habitus</i> ; Conversão de Capitais.          | Paro (2023); Ball (1994); Bourdieu (2007, 2009); Bourdieu & Passeron (1992) |
| 8 | Efeitos de Segunda Ordem e Mobilidade Social: A Conversão do Diploma.                     | a priori     | Efeitos de Segunda Ordem; Contexto da Prática; Sucesso do Resultado ( <i>Outcome</i> ); Conversão e Reconversão de Capitais; Taxa de Conversão; Subversão do Campo; Passaporte Simbólico; Emancipação. | Ball (1994); Bourdieu (2007, 2009); Bourdieu & Passeron (1992); Paro (2023) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O processo analítico desta investigação foi estruturado a partir de um esforço exaustivo de análise dos dados das 11 perguntas dissertativas aplicadas aos 25 participantes, que geraram um total de 275 registros de falas individuais. A codificação desses registros não ocorreu de

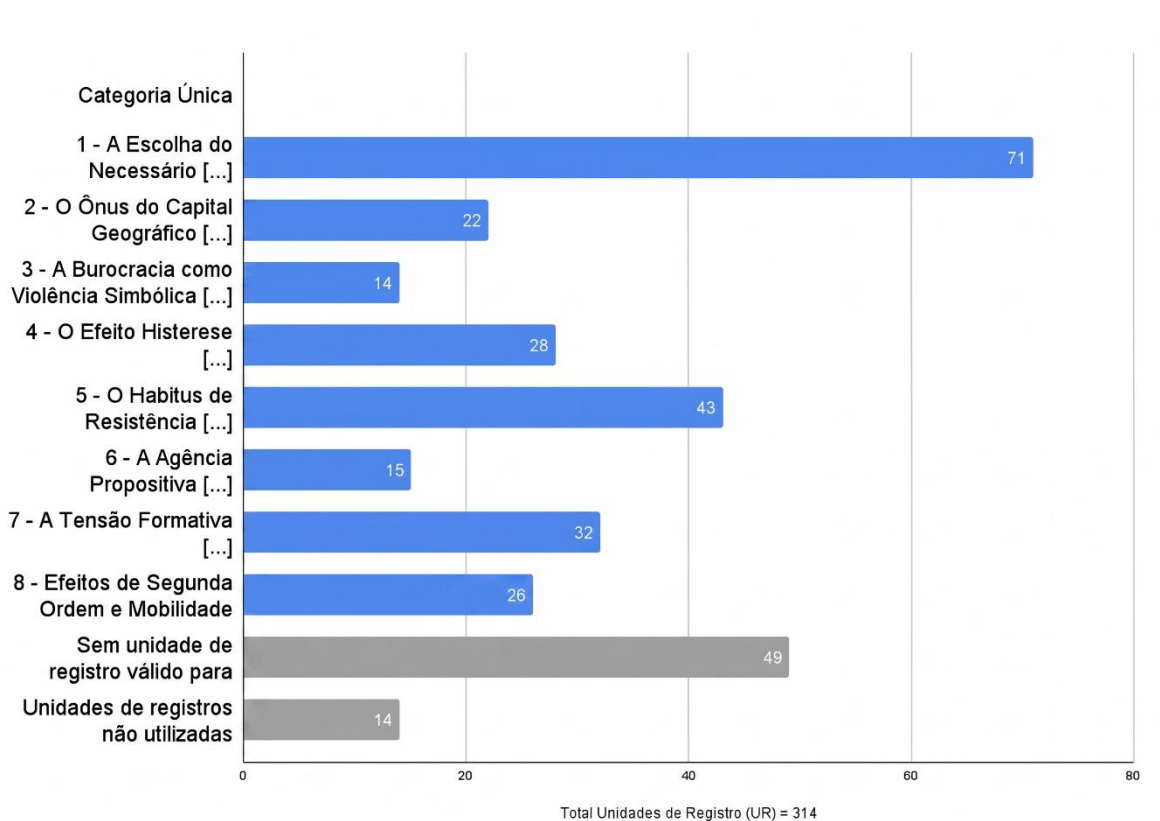
forma linear, mas sim em camadas sociológicas com base nos códigos descritivos e nos códigos teóricos conceituais.

Inicialmente, realizou-se uma múltipla categorização, na qual cada fala foi tensionada simultaneamente pelas diferentes categorias temáticas apresentadas (quadro 9), resultando em um mapeamento primário de 314 unidades de significação.

Para garantir o rigor estatístico e a clareza analítica exigida pela análise de conteúdo conforme Bardin (2016), aplicou-se, em seguida, a regra da exclusão mútua. Este refinamento permitiu que cada um dos 314 registros fosse ancorado em sua "tensão primordial", ou seja, na categoria que melhor representava o núcleo do fenômeno relatado pelo Prounista.

Consolidando a distribuição final foram identificadas 251 (UR), pois, 63 (UR) foram classificadas como: “Sem unidade de registro válido para análise” sendo 49 (UR) “Unidades de registros não utilizadas” e 14 (UR), que são respostas monossilábicas (sim, não), em branco, repetitivas ou que os Prounistas optaram livremente por não responder, as 251 unidades de registros consolidadas, foram distribuídas e catalogadas nas 8 categorias analíticas desta dissertação conforme ilustrado (gráfico 20) a seguir.

**Gráfico 20 – Distribuição das unidades de registro por categoria única**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2026).

A leitura atenta do Gráfico 20 revela que a distribuição das 251 unidades de registro consolidadas e catalogadas não é aleatória, mas reflete as principais tensões e os gargalos estruturais vivenciados pelos estudantes Prounistas. Ao observar as frequências, destacam-se três blocos de incidência que confirmam e aprofundam as hipóteses centrais desta pesquisa.

O primeiro grande destaque recai sobre as três categorias mais volumosas: a Categoria 1 (A Escolha do Necessário, com expressivas 71 UR), a Categoria 5 (O *Habitus* de Resistência e a Formação de Redes de Apoio, com 43 UR) e a Categoria 7 (A Tensão Formativa, com 32 UR). A liderança isolada da Categoria 1 atesta que, na origem desses sujeitos, a restrição de capital econômico que torna o Prouni não uma "opção de consumo" no mercado educacional, mas a estrita materialização do "gosto de necessidade" e do realismo prático (Bourdieu, 2007) para subverter o destino de classe.

Em resposta a essa privação, a alta incidência da Categoria 5 evidencia que a permanência não é um dado pacífico garantido pelo Estado, exigindo a forja de um forte *habitus* de resistência e a criação de um capital social de refúgio entre os pares para sobreviver às hostilidades do campo. Em paralelo, a força da Categoria 7 demonstra que a disputa entre a instrução puramente instrumental e a formação humana integral (Paro, 2023) não é apenas uma abstração teórica, mas uma inquietação pulsante na vivência dos estudantes inseridos na lógica de mercado das IES.

Um segundo bloco de relevância agrupa os desafios de integração, os resultados da política e as barreiras territoriais, composto pela Categoria 4 (O Efeito Histerese, com 28 UR), a Categoria 8 (Efeitos de Segunda Ordem, com 26 UR) e a Categoria 2 (O Ônus do Capital Geográfico, com 22 UR). A Categoria 4 retrata de forma aguda o choque de *habitus* e a violência simbólica vivenciada na (des)integração à cultura acadêmica dominante.

A Categoria 2, por sua vez, valida o foco territorial desta pesquisa: no contexto do interior paulista, a distância intermunicipal e o custo logístico atuam como um pedágio severo. Para enfrentar essa engrenagem e garantir a futura conversão do diploma e a mobilidade social no mercado de trabalho materializada na Categoria 8 como o real "efeito de segunda ordem" da política (Ball, 1994), os sujeitos precisam reconfigurar profundamente suas táticas de vida.

Por fim, as Categorias 6 (A Agência Propositiva, 15 UR) e 3 (A Burocracia como Violência Simbólica, 14 UR), embora apresentem menor frequência absoluta, carregam uma densidade qualitativa fundamental. Elas denunciam as violências silenciosas do sistema, como o pavor de perder a bolsa devido à "armadilha da renda" imposta pelo Estado (Categoria 3), e revelam o amadurecimento político do bolsista (Categoria 6). O estudante abandona a condição

passiva de beneficiário e passa a demandar ativamente por uma educação mais ética, estruturada e equitativa no contexto da prática (Ball, 1994).

Diante desta radiografia geral, as subseções seguintes dedicam-se a explorar cada uma destas oito categorias temáticas em profundidade. Por uma escolha metodológica que visa garantir a fluidez e a densidade sociológica do texto, optou-se por apresentar as categorias por meio de uma estrutura analítica tripla, como uma estratégia de redação qualitativa que articula, de forma indissociável, o dado empírico e a interpretação teórica. Esta estrutura organiza cada eixo em três movimentos contínuos: (I) a afirmação analítica inicial; (II) a apresentação da prova empírica (a unidade de registro na voz do participante); e (III) a inferência teórica imediata.

Dessa forma, a Fase 3: Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação (Bardin, 2016) ocorrerá simultaneamente. Isso significa que cada categoria empírica revelada pela codificação será imediatamente tensionada com o referencial da pesquisa: Bourdieu e Passeron (1992), Bourdieu (2007, 2009), Ball (1994) e Paro (2023). Assegura-se, assim, que a prova material seja analisada como sintoma das estruturas sociais e do contexto da prática da política. O foco recairá sobre os seus efeitos de segunda ordem (Ball, 1994), que, nesta dissertação, são compreendidos como a efetivação (ou frustração) da mobilidade social, entendida como o verdadeiro ponto de chegada da ação estatal. Questiona-se, por fim, se as narrativas dos Prounistas apontam para a conquista de uma formação humana integral (Paro, 2023) ou se denunciam uma instrução meramente instrumental e mercadológica.

### **5.3.1 Categoria 1 – A Escolha do Necessário: Restrição de Capital e Agência no Pré-Ingresso**

A experiência com o Prouni revela-se como um fenômeno que antecede o ingresso institucional, enraizando-se nas estruturas de privação das classes populares. Esta categoria, composta por 71 unidades de registro<sup>4</sup>, analisa o ponto de partida dos sujeitos, onde a escassez material molda os horizontes de possibilidade. Para conferir densidade à análise, o percurso será investigado em três movimentos: a gênese da escassez familiar (5.3.1.1); o pragmatismo do realismo prático frente à universidade pública (5.3.1.2); e a emersão das estratégias de enfrentamento juvenil mediadas pelo capital informacional (5.3.1.3).

---

<sup>4</sup> As unidades de registro (UR) correspondem a transcrições literais das respostas fornecidas pelos Prounistas no questionário da pesquisa, preservando fielmente a redação original dos participantes.

### 5.3.1.1 A gênese da escassez: a renda precária como barreira absoluta

O mergulho nas trajetórias empíricas permite desmistificar o contexto do texto da Lei nº 11.096/2005 (Brasil, 2005) que, ao instituir o programa, foca na isenção tributária e na renda *per capita* dos beneficiários como métricas absolutas, no entanto, na realidade do contexto da prática (Ball, 1994), é a restrição de capital econômico (Bourdieu, 2007) que se manifesta também, como uma barreira absoluta, que exaure não apenas as finanças, mas a saúde física e mental das famílias. Como apontado no estado do conhecimento por Varollo (2021) e Rocha (2015), as dificuldades financeiras de origem são o preditor primário das angústias do percurso. A precariedade atinge o seu ápice quando cruzada com eventos externos catastróficos, revelando como a "malha fina" institucional, discutida na análise documental institucional deste trabalho (seção 4.4.1), muitas vezes ignora a face crua da pobreza:

Minha família sempre foi muito humilde, recebíamos bolsa família e meu pai trabalhava como vendedor ambulante. Quando entrei na faculdade, minha mãe tinha acabado de falecer de COVID e meu pai estava sem trabalhar, vivíamos basicamente do auxílio emergencial, tanto que quando tive que comprovar minha renda não havia como, já que meu pai estava desempregado e não tinha nada de dinheiro em conta, usei o extrato do "caixa tem" para comprovar a renda. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

O uso do extrato do aplicativo bancário "Caixa Tem" como prova documental é um sintoma do descompasso entre a norma estatal e o contexto da prática (Ball, 1994). Para a burocracia do Prouni, a pobreza deve ser "comprovável" por meio de holerites e outros comprovantes formais de renda, entretanto, para o sujeito que migrou ou é do interior paulista, a pobreza é a informalidade do vendedor ambulante e a dependência de bolsa família e auxílios emergenciais em tempos de luto.

Outro relato denso sobre superexploração do trabalho e a dependência humilhante de patrões surge na trajetória de uma Prounista de Medicina. A narrativa descreve uma forma perversa de violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992), onde a autonomia financeira da família era controlada pelo empregador:

Em minha casa nossa fonte de renda era somente do meu pai, ele sempre trabalhou como mecânico de automóveis numa mesma oficina. [...] O que marcou por um tempo foi que meu pai não recebia seu salário [...] os patrões tinham todas as nossas contas e eles que pagavam as contas, e caso quiséssemos comprar algo tínhamos que pedir pro meu pai e meu pai ia pedir para seu patrão. Era uma situação muito chata, me recordo bem disso, qualquer coisa que precisávamos, uma roupa, por exemplo, tínhamos que esperar meu pai falar com o patrão. [...] ele percebeu que tudo isso era muito

estranho e que estava exausto, teve um burnout, ficou 1 mês em casa, precisou tomar medicações, fazer terapia, e foi voltando a trabalhar aos poucos. [...] Hoje meu pai espera minha formatura para que possa parar de trabalhar, e eu espero muito que isso aconteça, porque sei que ele já se desgastou demais, felizmente ainda não apresentou outros problemas de saúde além da situação mental, mas sei que existe muitos riscos, pois infelizmente ele não teve possibilidade de se cuidar nesses anos todos. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Nestes cenários de extrema vulnerabilidade, o diploma é investido de uma missão “messiânica”. Sob a ótica de Paro (2023), a educação deixa de ser apenas a apropriação da cultura para se tornar o único bilhete de resgate e salvação de um corpo familiar exausto pelo “*burnout*” e pela exploração, a faculdade particular em curso de Medicina, cujas mensalidades são fora da realidade para famílias de baixa renda, surge como o dispositivo de ruptura desse ciclo e promessa de ascensão social para que a família ou, no caso da Prounista 10 o pai possa “parar de trabalhar”.

Essa aspiração de redenção familiar e de vida também motiva a Prounista 5, que vincula sua escolha profissional ao impacto transformador da educação em sua realidade: “*Desde do ensino fundamental eu já queria fazer medicina. Vejo o curso não só como uma oportunidade de mudar a minha vida e a realidade de onde eu vim, mas também uma forma de fazer a diferença na vida de outras pessoas*”. Esta busca por “mudar a minha vida e a realidade de onde eu vim” é um fator que motiva, mas ao mesmo tempo pressiona ainda mais o desempenho acadêmico do Prounista.

Contudo, para o rigor desta análise sociológica, é fundamental estabelecer um contraponto que evite a homogeneização e a vitimização absoluta da classe trabalhadora. A restrição de capital nem sempre se materializa apenas na miséria extrema, no luto ou na exploração. Em muitas trajetórias, a família possui uma estabilidade digna e laços laborais contínuos, porém rigorosamente limitados ao custo da sobrevivência básica. Nestes casos, a exclusão manifesta-se não pela falta do essencial, mas pela diferença financeira em que se encontra os custos com a educação privada superior, em relação ao “poder de compra” de serviços educacionais pela classe trabalhadora como ilustram os relatos a seguir:

Meu pai é porteiro e minha mãe empregada doméstica, eles não recebem muito até hoje, então eles jamais teriam condições de pagar uma faculdade particular e como eu estudava de manhã e de noite, não tive oportunidade trabalhar cedo. (Prounista 2, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Não temos condições de pagar a mensalidade, então as únicas alternativas eram ProUni, SISU ou vestibulares próprios das federais/estaduais. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Sinceramente foi porque o custo da mensalidade condizia com minha realidade isso com 50% de bolsa, pois se eu tivesse que pagar 100% da mensalidade, eu não teria condições de ingressar na graduação. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Mesmo quando a vulnerabilidade não é extrema, ela se manifesta na impossibilidade de pagar por serviços educacionais de ensino superior privado conforme afirma objetivamente o Prounista 1: “*Sem condições de pagar a mensalidade*” e de forma técnica a Prounista 4 do Direito: “*Hipossuficiente*” termo jurídico que define a pessoa que não possui recursos financeiros suficientes para sustentar a si mesma ou arcar com custos processuais sem comprometer sua subsistência, onde qualquer gasto com educação comprometeria a "simplicidade" da sobrevivência:

Venho de uma família simples, com renda limitada e composta por trabalhadores que sempre priorizaram o essencial. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1.)

Na época meu pai era aposentado e minha mãe trabalhava na limpeza de uma clínica médica. Eu estava desempregado e, devido ao alistamento e realização do serviço militar, não conseguia emprego. Embora minha família tivesse uma condição econômica baixa, vivíamos sem muitas necessidades e apertos financeiros, dava para viver bem na simplicidade, embora fosse impossível eles me ajudarem com qualquer valor para ajudar em qualquer curso universitário. (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Não havia outras opções. A única forma de uma pessoa pobre, como eu, de entrar na faculdade é através de programas governamentais. O Prouni, no caso, ofertou uma bolsa de 100%. (Prounista 18, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Extrema-MG. Escala de Acolhimento: 5).

A gênese da trajetória nesta categoria é caracterizada pela escassez de escolha, a renda limitada, as estruturas familiares de mães solo e o trabalho informal da família, conforme os relatos dos(as) Prounistas:

Quando consegui a minha aprovação morava integralmente com apenas com a minha mãe, que era única a contribuir com a renda. Ela é secretária em uma oficina mecânica e recebe cerca de 2 mil reais líquido. Eu não trabalhava para me dedicar aos estudos do vestibular. (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Sou mãe solteira, sendo a chefe de família minha situação financeira é

vulnerável, a cada mês é um desafio para o fechamento das contas (Prounista 20, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Piracaia-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Minha mãe vendia doces (pão de mel e bolo no pote) para complementar os gastos. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

O Prouni se consolida não como uma vantagem, mas como a única condição de possibilidade para que o gosto de necessidade entendido por Bourdieu, (2007) como à moldagem das preferências, escolhas e consumos culturais pelas condições materiais de existência, principalmente as das classes populares, não se transforme em exclusão escolar definitiva.

Esta nuance é analiticamente importante, pois, unifica a trajetória de diferentes frações da classe trabalhadora do pai desempregado à mãe secretária. Ela denuncia que a financeirização da educação superior privada (Ball, 1994; PEREIRA, 2020) inflacionou o custo do diploma a tal ponto que ele se tornou inacessível mesmo para famílias estruturadas de “*Classe média baixa*” (Prounista 13).

Isso é evidenciado pela Prounista 24 que sentencia: “*mesmo que estivéssemos empregadas, não teríamos condições financeiras de arcar com o pagamento*”. A mensalidade não representa um mero aperto financeiro que poderia ser resolvido com cortes no orçamento doméstico, mas uma barreira estrutural intransponível como no relato do Prounista 7: “*Além do PROUNI, as opções eram SISU e Fies como última opção., já que uma faculdade particular não estava nos nossos orçamentos devido ao algo [alto] valor.*”

Fica constatado, portanto, que a restrição de capital econômico (Bourdieu, 2007) não atinge apenas os sujeitos à margem da sociedade, mas bloqueia o acesso à cultura elaborada (Paro, 2023) de toda uma classe que, sem a isenção estatal do Prouni, estaria sumariamente excluída do campo acadêmico nas IES privadas, restando como opção o ensino técnico conforme destacado como possibilidade pelo Prounista 23: “*Outra opção era não fazer faculdade, e sim um técnico no Senai como meu irmão fez.*”

### 5.3.1.2 O realismo prático e a ilusão da escolha: o Prouni como alternativa à universidade pública

O debate em torno do Prouni, conforme discutido na revisão de literatura no Título 2, frequentemente esbarra na crítica à mercantilização do ensino superior, questionando o

direcionamento de recursos estatais para o setor privado. Contudo, ao dar escuta aos estudantes do interior paulista, a pesquisa empírica revela que a inserção desses jovens nas IES privadas não decorre de uma preferência mercadológica ou de uma "livre escolha" pelo modelo particular. Pelo contrário, ela é o resultado de um cálculo logístico e financeiro rigoroso, no qual o programa atua como a única via de acesso diante da inacessibilidade geográfica das universidades públicas.

Para compreender esse fenômeno, é necessário acionar os conceitos de realismo prático e gosto de necessidade formulados por Bourdieu (2007). Segundo o autor, o realismo prático é a forma como o *habitus* (sistema de disposições incorporadas) opera no dia a dia. Não é fruto de uma reflexão racional ou inata, mas uma adaptação imediata e inconsciente às condições materiais de existência. É a incorporação da necessidade material na forma de um "sentido de realidade". Faz com que os agentes ajam de acordo com o que é possível ou razoável para a sua posição social, antecipando o futuro com base nas experiências passadas (ex: saber o que é "para o seu bico" ou o que é "muito caro").

Já o gosto de necessidade é o oposto do "gosto de liberdade" (típico das classes dominantes). Ele é a expressão estética do realismo prático nas classes populares. É uma disposição para a apropriação de objetos e práticas que priorizam a função, a utilidade e a substância em detrimento da forma, da futilidade ou da estética "pura" valorizando o que é prático, sólido e útil. Como ilustra a fala da Prounista 1: *“Direito sempre foi o meu sonho, me escrevi no prouni na unifaat e na USF pois eram as cidades que eu conseguiria cursar sem ser necessário eu me mudar.”*

Neste contexto os sujeitos das classes populares ajustam as suas esperanças e escolhas àquilo que lhes é objetivamente acessível, rejeitando o inacessível para evitar a frustração. O Prounista 10 explicita esse cálculo pragmático onde a viabilidade supera a preferência institucional: *“A instituição eu escolhi pela nota que estava conseguindo melhor posição no ProUni, não tinham motivos específicos, estava tentando onde a nota era suficiente”*. Neste contexto, o Prouni materializa esse realismo prático de forma incontestável. A dor da "renúncia" à universidade pública por falta de recursos econômicos e logísticos é um traço marcante nesta categoria, evidenciado de maneira cristalina no relato a seguir:

Faculdades particulares estava 100% fora de realidade para mim, fiz o ENEM 2 vezes para tentar entrar em uma faculdade pública na região. Acabei passando em uma federal fora do estado, mas não pude ir pois não tinha como me sustentar tão longe assim. Me inscrevi no PROUNI em faculdades mais próximas e tive a felicidade de passar em 2º lugar nas vagas disponíveis na USF... (Prounista 21, estudante de Administração - USF. Mulher. Bolsa

Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A fala da Prounista 21 é a materialização sociológica de um veto estrutural. A estudante possuía o capital cultural necessário, comprovado pela aprovação na universidade federal, mas foi barrada pela absoluta ausência de capital econômico (Bourdieu, 2007) para custear a própria subsistência (moradia e alimentação) longe de casa. É neste exato vácuo de infraestrutura estatal que a política do Prouni opera.

Este gargalo empírico dialoga diretamente com a análise documental realizada no Título 3. A Lei nº 11.096/2005 (Brasil, 2005), ao instituir o Prouni, construiu um texto político focado quase exclusivamente no acesso via isenção de mensalidade. O legislador ignorou as bases materiais da permanência, falha que tentou ser mitigada, de forma ainda muito restrita, pela Lei nº 11.180/2005 (Bolsa Permanência). Contudo, o Estado, ao não prover moradia e assistência adequadas nas federais, empurra o estudante brilhante de baixa renda para a instituição privada da sua própria região. A frustração com essa dinâmica também ecoa em outras trajetórias:

Era uma opção sem custo e eu poderia permanecer na minha cidade. Tinha passada em 2 outras universidades estaduais. (Prounista 14, egresso de Turismo - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

foi minha única opção, porque eu não podia ir pra outra cidade estudar pelo SISU, também não podia pagar um curso particular. (Prounista 3, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Camaragibe-PE. Escala de Acolhimento: 5)

Tentei universidades públicas, mas não obtive a nota necessária nos anos que prestei. Confesso que sempre tive comigo que a minha oportunidade viria do Prouni mesmo (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

O prouni sempre foi uma opção, mas eu queria ter feito em uma universidade pública no meu estado mesmo. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

me interessei, pois, somente meu padrasto trabalhava na casa então não conseguiria pagar uma faculdade ou tentar entrar em uma federal em outra cidade/estado, não tinha outra opção. (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Inicialmente a ideia era cursar uma universidade pública, mas com os benefícios do programa Prouni e como me enquadrava nos critérios, bem como, a possibilidade de permanecer na minha cidade e próximo dos meus pais, foram fatores que me levaram a ingressar na univervdade dessa forma.

(Prounista 25, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 4).

O "querer" a pública e "ficar" na privada financiada pelo Prouni demonstra que a escolha do bolsista é moldada pela necessidade. Como apontado no estado do conhecimento deste trabalho, as análises de Varollo (2021) e Alvarez (2022) já alertavam para essas angústias do percurso, evidenciando que a democratização do acesso não se sustenta sem a democratização das condições materiais de existência.

No contexto regional investigado, o capital geográfico ou espacial (Bourdieu, 2007) é a valorização de um determinado local (espaço físico) em função do capital (econômico, cultural, social) que os agentes possuem e da sua capacidade de apropriar-se desse espaço.

O espaço físico é, portanto, socialmente marcado e construído, refletindo a estrutura do espaço social que atua como uma moeda de troca implacável. As distâncias no interior e a dependência de rodovias transformam a logística no fator decisivo da escolha, sufocando as vocações originárias:

As universidades públicas não tinham o curso que eu queria perto da minha cidade. Como não teria condições de me mudar e me manter em outro município, optei pelo PROUNI que tinha opções perto. (Prounista 17, egressa de Serviço Social - USF. Mulher. Bolsa Perdida. Escola Pública. Origem: Itaquaquecetuba-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A localização também foi um fator, apesar que na minha cidade ou estudamos em Pouso Alegre - MG ou em Bragança Paulista - SP, pois são as cidades onde tem transporte universitário. Escolhi a USF pois eu teria oportunidade de conseguir um trabalho em Extrema - MG ou até mesmo em Bragança e caso eu precisasse poderia morar na casa da minha avó que mora em Itapeva - MG que é mais perto que Cambuí. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher, 23 anos. Ingresso: 2021. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Sob as lentes do ciclo de políticas (Ball, 1994), observa-se que o Prouni não é lido pelo estudante apenas como uma "bolsa do governo", mas como uma engrenagem que deve caber na rota do ônibus fretado "onde tem transporte universitário". A política pública é, portanto, submetida ao crivo da realidade territorial.

Em síntese, as falas confirmam que o Prouni não insere o estudante no campo educacional como um "consumidor", mas o acolhe como um "sobrevivente" acadêmico. A agência desses jovens reside, brilhantemente, na capacidade de adaptar o sonho (a universidade pública) à realidade material (a bolsa na IES regional), utilizando o Prouni como uma tática de resistência para garantir que o seu capital cultural (Bourdieu, 2007) não seja desperdiçado pela falta de dinheiro para a passagem de ônibus ou para o aluguel.

Contudo, para evitar a generalização de que o ingresso na IES privada via Prouni é vivenciado invariavelmente como um prêmio de consolação ou uma mera fatalidade logística, é imprescindível destacar um contraponto presente nos dados. Para uma parcela dos sujeitos, a universidade privada regional não representa o "plano B" frente à impossibilidade da educação pública, mas sim uma escolha afirmativa, pautada pela identificação com o histórico, o prestígio da instituição e do curso por vocação, como descrito em diversos relatos concisos: Prounista 12: *"Eu queria fazer pedagogia em uma universidade que tivesse nota boa pelo MEC"*; Prounista 3: *"A USF é uma das melhores instituições."*; Prounista, 19: *"Moro na cidade ao lado e sabia que a universidade era boa"*; Prounista 25: *"notoriedade da instituição de ensino"*. Este fenômeno fica melhor evidente nos relatos mais densos a seguir:

Escolhi o curso de Medicina porque sempre gostei da área e acredito que nessa área poderei ajudar inúmeras pessoas e ao mesmo tempo me sentir realizada na vida. [...], Mas, claro, escolhi a USF sendo longe sabendo que era uma boa universidade e que iria me formar sendo uma boa profissional da área. (Prounista 7, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Cássia-MG. Escala de Acolhimento: 2).

Escolhi o curso de Direito por vocação e pelo desejo de seguir carreira pública. Optei pela Universidade São Francisco por sua credibilidade, corpo docente qualificado e proximidade da minha residência, o que facilita conciliar estudos e trabalho. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1.)

Conheço o Prouni desde muito nova, pois minha mãe sempre me incentivou a estudar, prestar o Enem e conquistar uma bolsa de estudos. Sinceramente, nunca tive uma faculdade específica em mente, mas sabia bem em quais não queria ingressar. Quando conheci a USF, me identifiquei e decidi iniciar minha trajetória acadêmica nela. (Prounista 11, estudante de Administração - USF. Mulher; Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Vinhedo-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Eu já tinha um técnico em Administração e sempre amei a área, também trabalho com essa parte e tenho interesse em crescer. A escolha de entrar na USF levei muito em conta o que ex alunos diziam sobre a faculdade, como era a estrutura do campus e localização foi importante para minha decisão. (Prounista 21, estudante de Administração - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Confesso que eu fiquei bastante surpreso por minha nota ser suficiente para eu conseguir passar na PUC Campinas, considerada entre as melhores presenciais de filosofia no nosso estado (e no Brasil). Eu havia feito o Enem somente para conseguir vaga no cursinho popular da minha cidade que a inscrição é baseada na nota do Enem. A localização influenciou, visto que eu conseguiria ir de ônibus e não teria condições de me manter sem um trabalho em outra cidade. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas.

Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular/SESI. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

[...] eu fiz o ENEM e fiz o vestibular da PUC também, fiquei bem colocada, mas não fiz a matrícula, por que sabia que não teria condições de pagar. Quando abriu as inscrições, eu me candidatei para todas as possibilidades de curso e horário e consegui a segunda opção, que era direito noturno na PUC. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2)

Estas narrativas adicionam uma camada de complexidade à análise do gosto de necessidade. Ela demonstra que instituições privadas tradicionais e comunitárias do interior paulista, como a USF e a PUC, detêm um expressivo capital simbólico (Bourdieu, 2007) perante a comunidade local. Para a Prounista 11, a agência não operou pela renúncia, mas pelo poder de veto "sabia bem em quais não queria ingressar" e pela posterior escolha identitária "me identifiquei e decidi".

Neste cenário específico, o Prouni atinge o seu potencial máximo de política pública: ele não apenas impede a exclusão, mas confere ao estudante da classe trabalhadora o poder de escolha ativa no mercado educacional. Embora esta escolha seja fortemente limitada pela influência do capital geográfico e econômico, o Prouni permitiu que o candidato acesse a instituição superior de excelência de qualquer região também por desejo e não apenas por necessidade.

#### 5.3.1.3 O despertar das estratégias de enfrentamento juvenil e o capital informacional

Se as subseções anteriores evidenciaram o peso das estruturas (renda e geografia) para a "escolha" pelo Prouni, este último movimento analítico foca na capacidade de resposta dos sujeitos. Para Bourdieu (2007, 2009), o sucesso em um campo depende não apenas dos capitais econômico e cultural, mas também do capital informacional, entendido como o domínio das regras e oportunidades. A análise das unidades de registro revela que a agência desses jovens é despertada quando a informação sobre a política pública rompe a barreira da desinformação escolar e familiar.

O Estado, enquanto formulador da política (Ball, 1994), falha na comunicação institucional direta, transferindo o peso da informação para agentes de mediação. O papel transformador do professor de escola pública, enquanto detentor de capital social (Bourdieu, 2007), surge como o "fator faísca" que altera a trajetória do estudante:

Conheci o PROUNI no último ano do ensino médio, em 2005, quando um professor falou em sala que pelo ENEM seria possível cursar faculdade

gratuitamente. Aí no ano seguinte comecei a estudar para ir bem no ENEM. (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Eu já ouvia falar do PROUNI desde que me entendo por gente, no último ano da escola, eu não tinha intenção de fazer o ENEM ou ingressar direto na faculdade, porque pensei que não fosse conseguir, já que eu não tinha tempo pra estudar porque era o período de provas e trabalhos da escola e provas, trabalhos e TCC do curso técnico. Fui convencida pela minha professora de Língua Portuguesa na época a me inscrever e segui os conselhos dela, fiz a prova sem dar muito pra mim, duvidava muita da minha capacidade, fiz, fiquei com 583 se não me engano de nota no total e mais de 700 na redação... (Prounista 2, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

O relato do Prounista 9 é historicamente relevante por se situar no início do programa (ano de ingresso: 2009) e comprovar que as estratégias de enfrentamento não nascem de um traço de personalidade inato, mas uma construção mediada. O professor "traduz" o texto da política (Lei 11.096/2005) para o estudante, permitindo que este, saia da inércia e inicie um planejamento de longo prazo "no ano seguinte comecei a estudar".

Por sua vez, a narrativa da Prounista 2 adiciona uma camada sociológica ainda mais densa à análise: a mediação docente atua como um antídoto vital contra a violência simbólica e a autoexclusão (Bourdieu; Passeron, 1992). Esmagada pela sobrecarga de tempo (conciliando escola e curso técnico) e pela autodesvalorização: "pensei que não fosse conseguir"; "duvidava muito da minha capacidade", a estudante já havia naturalizado a sua exclusão do ensino superior universitário. É a professora de Língua Portuguesa quem rompe essa resignação, emprestando seu capital social e informacional para convencer a estudante a disputar o campo. Outros Prounistas embora não especifiquem os professores que os influenciaram citam a escola pública como fonte capital informacional sobre o Prouni:

Prounista 7: *“Conheci o Prouni quando ainda estava no ensino médio, porque fazia cursinho junto, então, ficava mais por dentro das notícias”;*

Prounista 13: *“Através da escola, não tinha outras opções a vista”;*

Prounista 15: *“Conheci na escola, opções de cursos faculdade publica”;*

Prounista 16: *“Eu conheci o PROUNI já no ensino médio e minha escola nos incentivava a utilizar nossa nota do ENEM. Se eu não tivesse conseguido a bolsa, eu teria que tentar outros meios (FIES, vestibular).”*

Prounista: 23: *“Conheci no ensino médio o prouni através do Enem”.*

Todas estas falas evidenciam que as instituições públicas do Estado como as escolares são um ente presente e fonte de capital informacional para os futuros Prounistas, nestes casos é preciso destacar que a comunicação institucional atingiu sua eficácia normativa. É o caso da Prounista 8, que vivenciou o fluxo informacional idealizado pela política pública: *“Conheci o Prouni por meio das divulgações do MEC e das escolas públicas”*

Neste cenário específico, o Estado cumpre seu papel de difusor do próprio texto (Ball, 1994), informando o sujeito sem a necessidade de um capital informacional individual. Entretanto, os dados evidenciam que essa eficácia institucional é fragmentada. Quando as campanhas diretas do Ministério da Educação (MEC) não chegam e a mediação pedagógica da escola falta, o Estado volta a ser um ente distante.

Nesses casos de falta de capital informacional institucional, o vácuo deixado pela pelas instituições do Estado, é preenchido por redes alternativas de mediação: a mídia, a família e os laços de amizade. Historicamente, quando a política falha na comunicação direta e a fundamental mediação escolar está ausente, a mídia televisiva atua como o primeiro substituto informacional de massa, como relata a Prounista 20: *“Conheci o Prouni através das propagandas na televisão, optei pelo programa pois este seria meu único meio”*

Para além da televisão, a ausência da escola como agente mobilizador transfere o peso da informação inteiramente para o capital social (Bourdieu, 2007) construído pelo jovem em sua comunidade. A denúncia da omissão escolar é explícita e contundente na fala da Prounista 19, que encontra no "boca a boca" a sua rota de acesso: *“Conheci o programa através de amigos, minha antiga escola nunca nos falou sobre, nunca prestaram nenhum apoio nesse sentido”*

A estratégia de enfrentamento autônoma e emergencial do estudante é, portanto, impulsionada pelo espelhamento em seus pares. O sucesso de membros da mesma classe social no campo universitário, serve como prova viva de que o ingresso é possível, como aponta de forma pragmática a Prounista 4: *“Amigos já cursaram dessa forma”*

Essa transmissão do "sentido do jogo" ocorre de maneira orgânica também no núcleo familiar, criando um efeito cascata de mobilidade intergeracional. A experiência de um membro da família quebra a barreira da desinformação para os demais, convertendo o capital informacional individual (Bourdieu, 2007) em um recurso coletivo:

Eu e minha irmã tivemos a oportunidade e a felicidade de estudar em colégios técnicos em Campinas no ensino médio (Etecap e Cotuca). Ela conheceu através do colégio e entrou no programa primeiro e eu acabei conhecendo

através dela e da escola também. (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Esses contrapontos constatarem que, na ausência de uma política de Estado universal e equitativa para a difusão da Lei nº 11.096/2005, a democratização do acesso sobrevive graças à rede de contatos dos sujeitos. A solidariedade entre amigos, a experiência dos irmãos e o alcance da mídia compensam a negligência institucional, revelando que a informação que transforma vidas no interior paulista circula, muitas vezes, nas margens e nas brechas do sistema oficial.

Uma vez munidos da informação, os sujeitos demonstram um apurado sentido do jogo (Bourdieu, 2009). O sentido de jogo é um produto do *habitus* que se refere a um senso prático ou uma compreensão intuitiva que os agentes possuem sobre as regras e a lógica interna de um determinado campo social. É a capacidade de entender não apenas as regras formais, mas também as regras implícitas, reconhecendo os alvos e os mecanismos de concorrência dentro do jogo. Neste contexto, os Prounistas não são candidatos passivos, são estrategistas que calculam riscos e multiplicam chances. A agência manifesta-se na busca tática por instituições e no uso exaustivo das ferramentas de seleção:

[...] então fui fazer testes com SISO, PROUNI E FIES pra ver se daria em algo, eu sempre sonhei com meu curso, mas como é muito disputado não pensei conseguir, então coloquei como segunda opção no PROUNI e passei na primeira chamada, em 4 de 5 vagas, então não perdi tempo e já me inscrevi. Fora Direito, também passei em com bolsa 100% para Psicologia na USF e 50% para Jornalismo na PUC, mas eu sempre quis Direito. (Prounista 2, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Eu não conhecia a USF e na verdade não conhecia bragança paulista, mas quando abriu a seleção do prouni eu entrei em cada estado e vi a nota em cada universidade, eu teria nota para outras universidades porém em locais com difícil acesso (interior da Bahia, Tocantins) então escolhi a USF por ser uma região central e uma faculdade reconhecida. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1)

A fala da Prounista 6 é exemplar da agência mediada pelo capital digital e informacional: ela realiza uma mineração de dados em nível nacional "entrei em cada estado" para encontrar a brecha onde o seu capital cultural (nota) seria suficiente para conquistar o acesso, além da localização "central" evidenciando mais uma vez a importância do capital geográfico para o candidato Prounista. Essa racionalidade pragmática corrobora o que Alvarez (2022) descreve no estado do conhecimento como a "importância subjetiva do programa como oportunidade de

transformação". Em alguns relatos o sonho vocacional (Paro, 2023) sobrevive em meio ao cálculo:

Era o meu sonho fazer universidade, e eu havia ficado muito bravo por ter trocado meus estudos por ter ido trabalhar. Como eu trabalhava manhã e fazia técnico a tarde (há 40km de casa), não conseguia muito tempo ou disposição para os estudos. Mas, felizmente, mesmo não conseguindo estudar, não vi muita dificuldade na prova do Enem e consegui passar de primeira com bolsa 100% na PUC Campinas. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A "braveza" do Prounista 22 pela interrupção forçada dos estudos transformou-se em estratégia de enfrentamento motora. Fica evidente, portanto, que no pré-ingresso o Prounista é marcado por um ativismo da sobrevivência, entendido por Bourdieu, (2007) como uma forma de resistência ou adaptação, não necessariamente política no sentido tradicional, onde o objetivo principal é garantir a reprodução da vida e a dignidade diante de estruturas de dominação. Essas ações ativistas são moldadas pelo *habitus* (disposições práticas) e pelo campo social, onde agentes desprovidos de capital cultural ou econômico utilizam o que têm para sobreviver, transformando a luta pela sobrevivência em uma forma de "militância" cotidiana, neste ativismo de sobrevivência, as estratégias de enfrentamento juvenil não é entendida como uma liberdade absoluta, mas sim como uma capacidade de ação situada e limitada pela estrutura social que compensa a restrição material por meio de um esforço persistente de pesquisa e resistência, provando que o bolsista chega à universidade com um *habitus* de luta já consolidado (Bourdieu, 2009).

No entanto, a análise das trajetórias revela que esse despertar da agência não depende apenas de estímulos externos, ele é consolidado por uma proatividade individual marcada pelo sentido do jogo. Mesmo diante de um cenário de incertezas, o futuro Prounista assume o protagonismo na investigação das regras do campo acadêmico, convertendo o desejo em um plano de ação tático, a fala da Prounista 1 demonstra um cálculo estratégico de viabilidade: *“Pesquisei sobre o programa PROUNI, prestei, e prestei também o SISU, pois eram as duas opções viáveis para mim.”*

A agência individual atua aqui como um filtro de realidade: a pesquisa autônoma permite que o sujeito mapeie as brechas do sistema e multiplique suas frentes de disputa. Esse reconhecimento da política pública como uma janela de oportunidade real é um traço subjetivo que impulsiona o esforço de ingresso, conforme relata a Prounista 10: *“Eu não me recordo*

*exatamente quando conheci, mas desde que entendi o que era o ProUni vi como uma oportunidade mesmo.”*

Ao classificar o programa como uma "oportunidade", o estudante realiza uma operação cognitiva de valorização da trajetória escolar. Sob a ótica de Paro (2023), essa proatividade é o primeiro passo para que o estudante deixe de ser um objeto da política pública e se torne o sujeito de sua própria formação. A estratégia de enfrentamento individual, portanto, amarra as pontas soltas da comunicação institucional, garantindo que o potencial de mobilidade social contido no "texto" da lei (Ball, 1994) seja efetivamente capturado por quem mais necessita dele. Para além da busca por capital informacional, a agência no pré-ingresso ganha contornos ainda mais materiais e dramáticos quando analisada sob a ótica da sobrevivência estrita. A transição do status de "candidato" para "universitário" exige uma mobilização imediata de recursos logísticos e físicos, como evidencia o relato de migração da Prounista:

Só consegui mudar pra faculdade no primeiro ano por que fiquei de favor na casa de uma colega de sala, no segundo ano eu fui dividir casa com outras pessoas e a situação foi melhorando desde então. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

A expressão "ficar de favor" é sociologicamente contundente. Ela escancara o hiato entre o "texto" da política pública, que garante a isenção da mensalidade e o contexto da prática (Ball, 1994), que ignora as bases materiais da existência do estudante deslocado. O Estado concede o direito ao acesso à cultura elaborada (Paro, 2023), mas omite-se quanto ao direito à moradia, forçando a estudante a acionar um capital social (Bourdieu, 2007) emergencial, ancorado na solidariedade de uma colega de sala, para evitar a perda da vaga no elitizado curso de Medicina. A moradia provisória não é apenas um improviso logístico, é uma tática extrema de resistência material.

Fica evidente, portanto, que o acesso ao Prouni não ocorre em um vácuo burocrático, mas está profundamente entrelaçado com urgências vitais. Seja na disputa por um teto provisório (como na migração regional da Prounista 6), ou na batalha ininterrupta pela geração de renda para o sustento diário, o ativismo de sobrevivência revela duas frentes estruturais de mobilização frente à escassez: a inserção precoce do próprio estudante no mercado de trabalho (estratégias de enfrentamento 1) e a complexa engenharia de sacrifício familiar (estratégias de enfrentamento 2).

Estratégias de enfrentamento 1: O *Habitus* de Trabalho e o Esgotamento Precoce:

Para uma parcela significativa dos bolsistas, a chegada à universidade é antecedida por um choque de realidade laboral, forjando um *habitus* de trabalhador (Bourdieu, 2009) que se sobrepõe ao *habitus* de estudante. O esforço para romper a barreira do acesso ocorre em meio à necessidade urgente de compor a renda familiar, como relata concisamente a Prounista 25: “*Morava com meus pais e meu irmão, apenas meu pai e eu trabalhávamos*” e com mais detalhes os Prounistas:

Antes de ingressar na universidade, eu conciliava estudo e trabalho para ajudar em casa, o que tornava inviável arcar com uma mensalidade integral sem apoio financeiro. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1.).

Sou filha de mãe solteira que não trabalha, antes de ingressar na faculdade apenas o meu padrasto trabalhava então ele era a única fonte de renda da casa, posteriormente consegui um emprego e passamos a dividir as contas. (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Na verdade, minha primeira opção era direito no Mackenzie, mas só tinha vaga de manhã (e eu precisava trabalhar) e era fora de mão para mim. Então, a localização foi um fator decisivo. Há época, direito na PUC era no Campus Central, o que facilitaria a utilização do transporte público. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2)

Esta realidade é levada ao extremo quando as jornadas se multiplicam, expropriando o jovem do tempo livre como condição elementar para o acúmulo de capital cultural escolar. Essa restrição obriga o Prounista a uma maturidade precoce, marcada por jornadas de trabalho que consomem o tempo dos mais jovens que deveria ser destinado ao capital cultural (Bourdieu, 2007):

Eu trabalhei praticamente todo meu ensino médio como menor aprendiz de mecânica de usinagem. Não estudei muito, já que durante dois anos do ensino médio eu trabalhava de manhã, fazia técnico de mecânica de usinagem em Itatiba a tarde e a noite fazia o ensino médio. Eu saía às 6 de casa e chegava depois das 23. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A tríplice jornada (trabalho, curso técnico e escola) evidencia que o tempo, para o futuro Prounista, não é um recurso para o acúmulo de saber livre, mas um capital de sobrevivência que tem de ser convertido em capital econômico (Bourdieu, 2007). Ao ingressar na

universidade, este sujeito já traz consigo um *habitus* (Bourdieu, 2009) marcado pela fadiga acumulada pela rotina trabalho-estudo desde o ensino médio.

Da mesma forma, as contingências da vida adulta impactam a trajetória educacional, como no caso do Prounista 9: "*Eu estava desempregado e, devido ao alistamento e realização do serviço militar, não conseguia emprego*". Nesses cenários, a aprovação no Prouni não é o resultado de anos de dedicação exclusiva aos livros, mas um triunfo da resiliência sobre a exaustão.

#### Estratégias de enfrentamento 2: A Engenharia de Sobrevivência e o Sacrifício Familiar:

Em contrapartida, é imperativo analisar as trajetórias que destoam do ingresso precoce no mercado de trabalho. A ausência de vínculo empregatício formal no pré-ingresso de alguns bolsistas não denota "privilegio", mas revela uma profunda e dolorosa estratégia de investimento familiar (Bourdieu, 2007). Em lares de baixa renda, a família opta por concentrar o peso da sobrevivência no pai, mãe e avós, operando um sacrifício coletivo e todo capital social da família (Bourdieu, 2007) para "blindar" o jovem, permitindo-lhe focar no vestibular:

Apenas meu pai trabalhava na época, meu irmão tinha saído do exército e minha mãe estava em casa comigo. (Prounista 3, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Camaragibe-PE. Escala de Acolhimento: 5)

Meu pai era a única fonte de renda. Minha mãe estava separada do meu pai e desempregada, eu e meu irmão também não trabalhávamos na época. (Prounista 14, egresso de Turismo - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Moro com 3 familiares em uma casa alugada. Antes de iniciar na graduação, apenas dois deles estavam empregados. (Prounista 17, egressa de Serviço Social - USF. Mulher. Bolsa Perdida. Escola Pública. Origem: Itaquaquecetuba-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Meus pais sempre me destacaram a importância dos estudos, no fundamental me colocaram em uma escola particular porém ao passar dos anos letivos a mensalidade, materiais e uniformes ficaram muito caros para sustentar e tive que me transferir para uma escola pública. Sempre fomos uma família com renda classe média-baixa. (Prounista 21, estudante de Administração - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Morava eu, minha [mãe], meu irmão. Somente minha mãe trabalhava como recepcionista de hospital 12/36. Morávamos na casa cedida pelo nosso avô. Meu irmão recebia pensão e eu não. (Prounista 23, estudante de Pedagogia - USF. Homem. Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Itatiba-SP. Escala de Acolhimento: 3).

A engenharia familiar é calculada nos detalhes como evidência a menção ao suporte de moradia Prounista 23: "*Morávamos na casa cedida pelo nosso avô. Meu irmão recebia pensão e eu não*" ou o risco do colapso financeiro caso o segundo filho entrasse numa IES particular:

Meu irmão também fazia faculdade na época, sendo que se tivesse que pagar mais uma teríamos dificuldades na família. (Prounista 15, egressa de Matemática - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Sociologicamente, este contraponto é vital. O estudante que não trabalha chega à universidade carregando o peso do sacrifício da família, o que confere ao diploma um sentido de retribuição. A dimensão ética da educação (Paro, 2023) torna-se, então, inseparável do projeto de sobrevivência e cuidado:

Escolhi medicina basicamente por causa da minha mãe, que sofria de dependência química e agravos de saúde decorrentes a ela e que me fizeram passar vários anos em hospitais à acompanhando. Acho que no começo eu só queria poder dar uma qualidade de vida pra minha mãe, e hoje como ela não está mais aqui eu quero poder dar qualidade de vida ao meu próximo. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

O relato pungente da Prounista 6 sintetiza o núcleo desta categoria. O projeto educacional das classes populares raramente é uma jornada individualista de realização pessoal. Ele nasce na escassez, opera por meio de sacrifícios coletivos ou rotinas de trabalho exaustivas, e visa a redenção material e humana do grupo familiar. O Prouni, portanto, converte-se no instrumento legal (o texto de Ball, 1994) que viabiliza essa emancipação, marcando a transição da escolha do necessário para a agência transformadora (BURDIEU, 2009).

Em suma, a Categoria 1 fecha-se demonstrando que, se o Estado oferece o texto da isenção (Lei 11.096/2005), são as estratégias de enfrentamento dos sujeitos, alimentadas por professores, mídia, pesquisa autônoma e, principalmente, os sacrifícios das famílias que transforma esse texto em prática de vida desde o pré-ingresso dos Prounistas, portanto, o Prouni no interior paulista, não é apenas um programa de Estado, é a plataforma onde a vontade de ser “sujeito” entendida por Paro, (2023) como à capacidade e o desejo do indivíduo, de tornar-se ator de sua própria história e protagonista de suas ações sociais, pode enfrentar e vencer, mesmo que temporariamente, o veto da classe social.

### 5.3.2 Categoria 2 – O Ônus do Capital Geográfico: A Logística Oculta da Permanência no Interior

A democratização do acesso, formalizada pelo "texto" da Lei nº 11.096/2005, encontra no interior paulista e no sul de Minas Gerais uma barreira que transpassa a questão financeira chegando à distância física. Esta categoria, composta por 22 unidades de registro, analisa como o capital geográfico, ou a falta dele, impõe um ônus severo aos bolsistas, transformando a logística intermunicipal em um dos maiores gargalos da permanência. A expressão “capital geográfico” é aqui mobilizada como um desdobramento analítico das formas de capital propostas por Bourdieu, (2007), dialogando estreitamente com a noção de “efeitos de lugar”, discutida pelo sociólogo, onde, o lugar que alguém ocupa no espaço geográfico (onde mora, onde circula) é a tradução visível do seu capital econômico e cultural. No cenário específico do interior paulista, este capital não se refere apenas à posse de bens, mas à vantagem ou desvantagem estratégica da localização da moradia em relação ao *campus* universitário onde a distância física reforça o estigma e a exclusão.

Para os bolsistas do Prouni, a ausência deste capital geográfico impõe um elevado custo financeiro, físico e temporal associado à deslocação, convertendo a logística intermunicipal num dos principais obstáculos estruturais à sua permanência no ensino superior. A análise desdobra-se no custo financeiro do transporte (5.3.2.1), na expropriação do tempo, cansaço físico e nos custos *in loco* (5.3.2.2) e nas táticas de exílio regional e perda de capital social (5.3.2.3).

#### 5.3.2.1 A fatura invisível do acesso: o custo intermunicipal e a dependência de auxílios

Um dos achados mais críticos desta investigação reside na desconstrução da "gratuidade" da bolsa de estudos. Para o estudante do interior, a isenção da mensalidade não elimina o custo da universidade, ela apenas desloca o peso financeiro para o transporte “*pagava transporte pra outra cidade*” (Prounista 15). Sob a ótica de Ball (1994), o contexto da prática revela que a política pública silencia sobre as condições materiais de chegada do estudante à IES. O custo do deslocamento intermunicipal atua como uma "fatura invisível", conforme exposto no relato:

[...] moro em outra cidade, o valor que pago de van é equivalente a 50% do valor da mensalidade do curso”. (Prounista 4, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Origem: Jundiaí-SP. Residência: Amparo - SP. Escala de Acolhimento: 4).

A fala da Prounista 4 é matematicamente reveladora, o Estado abre mão da arrecadação tributária para cobrir a mensalidade, mas o mercado privado de transportes consome o equivalente a metade desse valor diretamente do bolso da estudante. Essa dinâmica corrobora a tese de Pereira (2020) sobre a lógica de mercado que permeia as engrenagens adjacentes ao programa. Quando o estudante não consegue arcar com esse custo contínuo, a trajetória é interrompida ou manchada pela inadimplência. Essa vulnerabilidade ganha contornos ainda mais dramáticos quando o custo do deslocamento (o ônus do capital geográfico) colide com a armadilha da bolsa parcial (50%). O relato da Prounista 16 escancara a fragilidade da engrenagem familiar necessária para sustentar a permanência no interior em meio a essa dupla tarifação:

No meu terceiro e último estágio, tive que me mudar para Extrema pois não tinha fretado e não davam vale transporte intermunicipal, e o custo de vida em Extrema era alto! Minha “sorte” é que a prefeitura de Extrema tinha transporte universitário 100% gratuito. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Origem: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Nesse vácuo de assistência estudantil direta nos âmbitos federal e estadual, emerge o papel dos municípios, as prefeituras locais no material empírico aparecem como agentes imprevistos de mediação da política. A permanência do Prounista no interior torna-se, muitas vezes, dependente de auxílios e subsídios municipais, criando uma hierarquia de "sorte" geográfica.

Esta dependência de auxílios municipais demonstra que o Prouni, enquanto política nacional de Estado é infra estruturalmente incompleta. O direito à educação emancipadora (Paro, 2023) fica refém da contingência das políticas de transporte público do município de residência do estudante. Sem o ônibus da prefeitura, o gosto de necessidade (Bourdieu, 2007) imposto pela falta de renda, ditaria o fim imediato da trajetória. Como aponta Rocha (2015) no estado do conhecimento, as defasagens de apoio material são obstáculos recorrentes que a estrutura estatal insiste em tratar como questões individuais de resiliência, ignorando a infraestrutura regional precária que pune o estudante da classe trabalhadora do interior do país onde a infraestrutura logística é historicamente mais limitada.

#### 5.3.2.2 A geografia da escolha como tática de permanência e os custos "in loco"

Para o rigor desta análise, é imperativo destacar que o ônus geográfico se manifesta antes mesmo do ingresso como discutido na Categoria 1 (5.2.2 - Descoberta do Acesso: Estratégias de Escolha e a Dimensão Geográfica), atuando como um filtro implacável que "poda" as aspirações do estudante.

Diferente do herdeiro, que goza da liberdade espacial (capital geográfico) para escolher centros universitários distantes baseando-se em prestígio, o Prounista do interior paulista ou do sul de Minas Gerais opera sob a lógica do realismo prático (Bourdieu, 2007). A escolha da IES é, em larga escala, uma decisão tática de defesa para evitar o colapso financeiro ou o esgotamento físico prematuro, permitindo a conciliação vital entre a jornada de estudos e o vínculo laboral. A fala da Prounista 8 ilustra com exatidão essa tática: "*A proximidade da minha residência, o que facilita conciliar estudos e trabalho*".

A localização geográfica surge nos dados empíricos como um fator determinante e absoluto, muitas vezes sobrepondo-se e redimensionando o desejo vocacional originário, o Prouni é acionado, portanto, como a ferramenta possível que viabiliza a permanência do sujeito em seu próprio território:

Eu queria ser professor. Eu tentei Pedagogia na USF e História na UNIFIA (Amparo). E aí o fator localização foi determinante, por ser na minha cidade, devido aos custos do transporte. (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

[...] a localização foi um fator decisivo, pois moro em Valinhos e meu campus é no Cambuí em Campinas, mas no primeiro semestre tive um pouco de dificuldade para conseguir me manter, pois era de manhã, então me transferi pra de noite. (Prounista 2, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Este movimento pragmático de "escolha pelo mais próximo" é reforçado por um autêntico coro de vozes que sintetiza a localização como o verdadeiro fiel da balança. Expressões como buscar a instituição "*mais próxima da minha casa*" (ProunistaS 3, 15 e 19), a que fica na "*mesma cidade que moro*" (Prounista 23), ou o cálculo logístico exato de que "*a USF fica a 30 min da minha casa*" (Prounista 18), demonstram um padrão. A localização é taxada de "*fator decisivo*" (Prounistas 13 e 14) não apenas pela comodidade, mas porque "*gerou uma economia por não ter custos de moradia e alimentação*" (Prounista 14).

Sob as lentes de Ball (1994), o contexto da prática do Prouni no interior é indissociável da malha rodoviária. A política pública é reinterpretada pelo Prounista como uma chance que só é efetiva se for acessível em termos de minutos e quilômetros de fretado.

Contudo, a pesquisa revela uma exceção estratégica importante em um campo de altíssimo capital simbólico, como a Medicina. Para a Prounista, o desejo de inserção no campo de elite subverte a tática da proximidade, levando o bolsista a aceitar o "exílio geográfico" e de capital social de origem (família) como preço do acesso. O relato da Prounista 7 é emblemático dessa transição: *“Não, a localização não foi um fator, porque escolhi USF por ser uma opção que dava pra passar, mesmo sendo longe de casa, estava já há 4 anos e meio no cursinho e não aguentava mais a rotina.”*

Entretanto, esta pesquisa revela que a proximidade física é uma blindagem apenas parcial. Mesmo residindo na cidade da IES ou em municípios próximos, o estudante é confrontado com os custos invisíveis da permanência institucional. A entrada no "campo" universitário (Bourdieu, 2007) exige um capital econômico para a subsistência acadêmica que a bolsa de estudos, focada estritamente na mensalidade, não supre:

A universidade oferece biblioteca e computadores apenas para uso dentro da biblioteca, porém tudo na universidade é muito caro. (Prounista 1, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: São Paulo-SP. Escala de Acolhimento: 3).

O lado financeiro pesava muito, tinha o valor para a mensalidade e a maioria das vezes não tinha para as atividades que eram exigidas pela grade. (Prounista 13, egressa de Turismo - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança-Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Essa tensão denuncia que a universidade privada, imersa em uma racionalidade mercadológica (Paro, 2023; PEREIRA, 2020), cria um ambiente de consumo que segrega o bolsista "dentro de casa", não poder acompanhar o padrão de gastos diários exigido pelas dinâmicas da IES. Mesmo sem o custo do fretado, o estudante sofre com a violência simbólica.

A disparidade torna-se palpável quando o bolsista intermunicipal observa o *habitus* de seus pares pagantes. O esforço contínuo para equilibrar a sobrevivência básica evidencia a desvantagem estrutural, conforme relata a Prounista 16:

Acho que na minha sala eu era a única mineira que morava depois de Extrema (se tinha algum mineiro, provavelmente era de Extrema) e minha realidade comparado a alguns colegas eram bem diferentes, enquanto alguns os pais pagavam mensalidade, moradia e alimentação, a minha eu tinha que batalhar pra conseguir manter os 3 sozinha. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Portanto, a geografia da escolha é uma faca de dois gumes: ela protege o estudante da exclusão logística extrema externa, mas o expõe a uma exclusão material interna. O Prouni

garante o portão de entrada, mas a estrutura mercadológica do entorno da IES e as exigências curriculares impõem barreiras silenciosas que testam, diariamente, a resiliência do sujeito (Paro, 2023).

### 5.3.2.3 O tempo expropriado, a adaptação espacial e o exílio do capital social

Quando a geografia da escolha falha e o estudante é obrigado a cruzar fronteiras intermunicipais diariamente, a política pública cobra um pedágio físico e temporal severo. O tempo, na economia do campo escolar (Bourdieu, 2007), é o recurso basilar para o acúmulo de capital cultural: é ele que permite o estudo extraclasse, a pesquisa e a imersão intelectual. Para o Prounista do interior paulista e do sul de Minas Gerais, no entanto, esse tempo é sumariamente expropriado pela rodovia, transformando a permanência acadêmica em um exercício de resistência à pura exaustão biológica:

Já pensei [trancar]... minha rotina de estudos e trabalho eram corridos e cansativos... meu primeiro estágio tinha fretado da minha cidade até a empresa, mas era às 06h da manhã e eu entrava no estágio às 10h, ou seja, eu tinha que ir até a empresa e ficava esperando meu horário. [...] No meu segundo estágio eu tive que me mudar para minha avó em Itapeva pois não tinha fretado da empresa para Cambuí. [...] Era difícil, peguei algumas DPs mas não desisti. (Prounista 16, egressa de Administração – USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Origem: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

O relato da Prounista 16 desarticula completamente o discurso meritocrático descontextualizado. A reprovação disciplinar (DPs) não se justifica por incapacidade cognitiva, mas pelo colapso logístico. A espera extenuante de quatro horas na porta de um estágio apenas pela dependência de um fretado demonstra que a assistência estudantil, ao focar quase exclusivamente na isenção tributária (Ball, 1994), abandona o corpo do estudante à própria sorte. A educação e a formação humana integral almejadas por Paro (2023) entram em atrito imediato com a necessidade elementar de sobrevivência física.

Diante do esgotamento insustentável das viagens diárias, a tática de exílio regional: a mudança definitiva para a cidade universitária ou para municípios vizinhos, apresenta-se como alternativa. Contudo, essa adaptação espacial impõe, conforme Bourdieu (2007), um novo estrangulamento financeiro e a abrupta perda do capital social de apoio (a rede de familiares e amigos originários). Ao migrar, o estudante descobre que a cidade universitária possui um custo de vida inflacionado pela própria presença da IES:

Com certeza a questão financeira é uma coisa complicada, ainda mais por Bragança ser uma cidade cara na minha visão e com aluguéis extremamente

abusivos na região da faculdade. Tive o prazer e a sorte de entrar em uma turma com muitos colegas bolsistas. Acabamos nos unindo e isso fez com que eu me adaptasse rapidamente. Porém, confesso que foi um pouco chocante me deparar com a realidade e pensamentos de alguns colegas pagantes, que vivem em um contexto completamente diferente. (Prounista 5, estudante de Medicina – USF. Mulher. Bolsa Integral. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A região da faculdade atua como uma fronteira demarcada. O mercado imobiliário opera com base na capacidade de pagamento dos estudantes de elite, inviabilizando a moradia digna para o bolsista migrante. Essa adaptação exige a formação emergencial de uma nova rede de solidariedade: a "união entre bolsistas" atua como um capital social compensatório essencial para mitigar o choque de *habitus* (Bourdieu, 2009) perante a realidade dos pagantes.

Esse exílio atinge contornos ainda mais drásticos e solitários na migração inter-regional, em que a distância se materializa em um isolamento identitário profundo. O caso da Prounista 6, que migrou do Ceará para cursar Medicina em Bragança Paulista - SP, ilustra a radicalidade do cálculo geográfico para validar a nota do ENEM, cobrando um altíssimo preço afetivo:

[...] eu teria nota para outras universidades porém em locais com difícil acesso (interior da Bahia, Tocantins) [...] Meus maiores problemas foram de adaptação, por ser nordestina e pobre eu não consigo me reconhecer nas pessoas do meu curso, então não tenho muitos amigos nele. Em outros cursos eu até consegui fazer mais amigos, meus melhores amigos aqui na cidade fizeram psicologia. Estar sozinha é pra mim o maior problema. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

A narrativa da Prounista 6 sintetiza a fratura do migrante. Ela efetua um cálculo instrumental brilhante no pré-ingresso, mas esbarra na barreira silenciosa da exclusão social interna. Ao relatar que "por ser nordestina e pobre não consigo me reconhecer nas pessoas", ela materializa a violência simbólica que ocorre quando a falta de capital geográfico se funde à dissonância de capital simbólico e cultural em um curso de elite histórica. O exílio, neste caso, não é apenas de quilometragem, é afetivo e de não pertencimento.

Conclui-se, portanto, que o ônus do capital geográfico desidrata o estudante em múltiplas frentes de batalha. Seja pagando a fatura extorsiva das vans, limitando preventivamente suas escolhas a um raio curto de quilômetros ou migrando para enfrentar aluguéis abusivos, exaustão física e a solidão aguda do desterro inter-regional, o Prounista interiorano comprova que adentrar os portões da IES não é habitá-la em igualdade de condições. O direito à educação com qualidade social (Paro, 2023) é diariamente mediado, tensionado e

corroído pela geografia da desigualdade e pela carência de políticas estatais integradas de permanência material.

### **5.3.3 Categoria 3 – A Burocracia como Violência Simbólica: A "Armadilha da Renda" e o Controle Institucional**

A garantia da permanência no ensino superior exige mais do que a superação das barreiras de capital econômico e capital geográfico (logística) analisados nas categorias anteriores. Ao adentrar a instituição, o Prounista depara-se com uma nova camada de tensão, desta vez de natureza administrativa e normativa. Esta terceira categoria analisa como a burocracia estatal e as exigências institucionais de manutenção da bolsa deixam de ser meros procedimentos e assumem o contorno de uma violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992). O Prouni, ao mesmo tempo em que viabiliza o acesso, instaura um regime de vigilância contínua sobre a condição de pobreza do estudante. A análise desdobra-se no paradoxo da estagnação financeira (5.3.3.1), no desgaste provocado pela malha fina documental (5.3.3.2) e no peso das normativas de desempenho e fragilidades sistêmicas (5.3.3.3).

#### **5.3.3.1 A incongruência econômica e a "Armadilha da Renda": o paradoxo do Prouni**

No contexto da Lei nº 11.096/2005, segundo Ball (1994) a exigência de comprovação de renda *per capita* máxima (de um e meio ou três salários mínimos) foi desenhada como um filtro de justiça social para o ingresso. Contudo, ao transpor essa métrica estática para o contexto da prática: cobrando a manutenção exata deste mesmo teto ao longo de cinco ou seis anos de graduação, a política pública cria um paradoxo estrutural.

O programa que tem como horizonte a mobilidade social passa a exigir, como condição de permanência, a estagnação absoluta do estudante na pobreza. Essa contradição atua como uma "armadilha da renda", evidenciada de forma contundente pela constatação de que o crescimento profissional precoce do sujeito atua contra a sua titulação educacional:

O maior desafio é a comprovação de renda. Eu concordo que no ingresso do programa cabe a comprovação, porém obrigar o estudante a se manter naquela mesma situação financeira durante 5 anos de graduação não faz sentido, sendo que o intuito da graduação é abrir oportunidades melhores, porém se o cenário financeiro mudar nem que seja por pouco perde a bolsa. Eu mesma já rejeitei propostas de emprego que ganharia mais, para não perder minha bolsa, pois se eu tivesse que pagar a mensalidade não compensaria o valor. (Prounista 1, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: São Paulo-SP. Escala de Acolhimento: 3).

O relato da Prounista 1 revela a miopia da métrica estatal no contexto do texto (Ball, 1994). A agência da estudante em recusar propostas de emprego mais rentáveis ilustra uma interrupção forçada do próprio desenvolvimento profissional pelo Estado. Sob as lentes de Bourdieu (2009), o sujeito é submetido a um *habitus* de contenção, onde a escolha do necessário obriga o cálculo do risco de melhorar de vida. Isso ocorre porque o ganho salarial que ultrapassa o teto legal é suficiente para cassar o benefício, mas é matematicamente insuficiente para arcar com mensalidades de cursos de elite (como Direito ou Medicina), cujos valores são inflacionados pela racionalidade mercadológica (PEREIRA, 2020) exigindo a pobreza contínua como moeda de troca pelo diploma.

Os dados de reajuste do salário mínimo (Brasil, 2025) em contraste com os dados dos custos das mensalidades educacionais conforme o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP) evidenciam o aprofundamento deste abismo no cenário do ensino superior no Brasil. Enquanto o reajuste do salário mínimo previsto pelo Decreto nº 12.797/2025 é de 6,79% (fixando-o em R\$ 1.621,00), a estimativa de reajuste médio das mensalidades no setor privado é de 9,8% (SEMESP, 2025). Essa diferença de 3,01 pontos percentuais acima da inflação salarial prova que o curso superior encarece em um ritmo superior ao poder de compra das famílias de baixa renda.

De acordo com dados do Semesp, (2025), embora a concorrência e a expansão do EAD tenham gerado quedas pontuais em alguns segmentos, a mensalidade média presencial em 2024 fixou-se em R\$ 1.132,00 (valor que consome quase 70% de um salário mínimo integral).

As instituições justificam tais aumentos com base na Lei nº 9.870/1999, que permite o repasse de custos operacionais, folha de pagamento de docentes qualificados (mestres e doutores) e investimentos tecnológicos. No entanto, para a classe popular, essa "planilha de custos" institucional é uma sentença de exclusão. A impossibilidade de arcar com o valor integral atinge mesmo as famílias com relativa estabilidade conforme evidenciado nas categorias anteriores.

Para compreender a magnitude deste fosso, é preciso confrontar a norma legal do contexto do texto conforme Ball (1994) com o contexto da prática: a realidade econômica brasileira de 2026. Com o salário mínimo estabelecido em R\$ 1.621,00 (Brasil, 2025), o teto para uma bolsa integral (1,5 salário mínimo) equivale a R\$ 2.431,50 *per capita*. Mesmo com a previsão legal de majoração de 20% via relatório de assistente social (o que adiciona uma nova camada de burocracia e dependência institucional) o teto chegaria a R\$ 2.917,80.

Este valor colide frontalmente com a estratificação social do país. Segundo dados do IBGE/PNAD de 2025, a renda domiciliar *per capita* média no Brasil é de aproximadamente R\$ 2.316,00. Famílias da "classe média baixa" (faixas C2/D) concentram rendimentos totais entre R\$ 1.580 e R\$ 3.980 mensais. Ou seja, existe uma incongruência econômica entre o valor real do serviço educacional no ensino superior com mensalidades que variam de 1 a 13 mil reais e a capacidade de subsistência de quem vive com R\$ 2.431,50 (1,5 salário mínimo atual) o Prouni opera no limite desta fronteira incongruente (R\$ 2.917,80 *per capita* para a bolsa 100% com 20% de majoração vs. R\$ 1.580 a R\$ 3.980 renda médias das classes C2/D), a consequência deste processo é que qualquer pequena conquista laboral como a efetivação de um estágio ou um bônus salarial do estudante ou dos pais, que eleve a renda *per capita* acima dos números citados, empurra o Prounista para fora da política pública, sem que ele tenha atingido um capital econômico (Bourdieu, 2007) capaz de sustentar a mensalidade privada, dado que os valores das mensalidades de cursos superiores vem sendo reajustados (9,8%, SEMESP, 2025) acima do reajuste do salário mínimo (6,79%, Brasil, 2025) evidenciando que o valor de base para o cálculo da concessão do benéfico está defasado em relação aos custos do ensino superior no Brasil.

Essa incongruência torna-se uma barreira para os estudantes da classe trabalhadora, aqueles que, a família possui vínculos formais de emprego, são classificados pelo contexto do texto, na atuação da política pública na prática (Ball, 1994) como aptos a arcar com 50% da mensalidade. O relato da Prounista 16 expõe a fragilidade matemática dessa lógica estatal:

Eu e meus pais trabalhávamos com carteira assinada, por isso só consegui 50% de bolsa. O custo da van (transporte) era em torno de 500/600 reais ou seja, era como se eu tivesse que pagar o custo da mensalidade de graduação por mês... eu e minha família só conseguíamos pagar pois nós três trabalhávamos, mas aconteceu da minha mãe perder o emprego por uma doença (ela trabalhava como costureira) e eu e meu pai nos viramos para conseguir manter a casa e pagar os custos de van + mensalidade. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

A vivência da Prounista 16 evidencia novamente a "fatura invisível" discutida na Categoria 2 revelando que o transporte intermunicipal gera um ônus econômico para o Prounista do interior, devido ao capital geográfico, anulando o benefício da bolsa parcial. No contexto da prática (Ball, 1994), a soma do custo da van com a metade da mensalidade equivale ao peso de uma mensalidade integral para o orçamento familiar. Sociologicamente, observa-se que o capital econômico dessas famílias opera no limite destas incongruências, a estabilidade do emprego com carteira assinada é insuficiente para gerar reserva financeira, tornando o

projeto educacional dependente da plena e constante saúde física e laboral de todos os membros do núcleo familiar.

A perda do emprego da mãe por doença evidencia que a permanência no Prouni não está ancorada apenas no mérito acadêmico ou na política pública, mas na resistência biológica e produtiva do corpo familiar. Para Paro (2023), essa pressão converte a busca pela cultura elaborada em uma jornada de sofrimento e privação, onde o estudante "se vira" para não ser excluído do campo acadêmico por uma métrica de renda criada em 2005 na Lei nº 11.096/2005 (revisada e mantida pela Lei nº 14.350/2022) que ignora a defasagem entre os custos do ensino superior privado no Brasil, a renda média das classes trabalhadoras, o custo de vida real e a precariedade do trabalho informal ou terceirizado (como o de costureira).

Essa lente binária do Estado que classifica os sujeitos estritamente entre "miseráveis elegíveis" e "pagantes com plenas condições" ignora as vastas zonas cinzentas da classe trabalhadora e da classe média-baixa. A impossibilidade de acessar a educação privada sem a bolsa não se restringe apenas aos perfis de extrema vulnerabilidade por falta de holerites para comprovar renda como mostrado na Categoria 1 ("usei o extrato do "caixa tem" para comprovar a renda", Prounista 6), mas atinge famílias que, embora possuam estabilidade básica, estão excluídas pela racionalidade mercadológica dos preços das mensalidades (PEREIRA, 2020; Paro, 2023):

A situação da minha família era bem mais controlada, no sentido de não faltar nada pra gente e morarmos em boas condições, temos carro e nunca nos falta nada. Meu pai trabalha bastante para manter a casa e todos nossos gastos, minha mãe ajuda com pouco, porque somente trabalha 2 vezes na semana. Uma vida relativamente boa. (Prounista 7, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Cássia-MG. Escala de Acolhimento: 2).

Tenho dois irmãos, uma irmã gêmea e um irmão de 8 anos. Moro em Vinhedo, no bairro da Capela. Nunca passei por grandes dificuldades econômicas, mas meus pais, minha mãe professora e meu pai gerente de lojas e restaurante, não têm condições de arcar com os custos da faculdade. Eu e minha irmã trabalhamos, porém nossos salários também não são suficientes para custear os estudos, já que contribuimos com as despesas da casa. (Prounista 11, estudante de Administração - USF. Mulher; Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Vinhedo-SP. Escala de Acolhimento: 5).

O contraste entre a "*vida relativamente boa*" da Prounista 7 e o fato de a Prounista 11 não passar por "*grandes dificuldades econômicas*" prova que o custo da universidade privada contemporânea (principalmente em campos elitizados) se descola da realidade salarial brasileira. A exclusão atinge também famílias com pais empregados (como o pai gerente e a mãe professora da Prounista 11).

A distorção gerada por essa métrica estatal é ainda mais agravada pelo fato de a legislação basear-se exclusivamente na "renda bruta" *per capita*, ignorando sumariamente o custo de vida real, o endividamento e o poder de compra das famílias. Essa desconexão entre a burocracia do papel e a vida material é denunciada de forma incisiva pela Prounista 19:

Não sei se depende da Universidade ou é do programa, mas algo que ajudaria é a respeito da análise sócio econômica, contam a renda bruta para aceitar no programa, porém temos gastos e é por conta desses gastos que não conseguimos pagar a faculdade, não é o meu caso, mas creio que muita gente possa perder a bolsa por conta de uma mudança na renda, e muitas vezes essa mudança não é o suficiente para permitir que custeie uma faculdade... (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A leitura analítica da estudante evidencia uma fratura estrutural no ciclo de políticas (Ball, 1994). O Estado ignora que a renda bruta não reflete a renda disponível. Para o sistema de renovação do Prouni, uma variação bruta na renda dessas famílias (como um bônus salarial ou a efetivação do estudante em um estágio remunerado) coloca o benefício na "zona de risco". Cria-se, assim, uma violência simbólica perversa: o jovem é tensionado entre o dever de contribuir para as "despesas da casa" (Agência 1, discutida na Categoria 1) e o pânico de que esse mesmo trabalho o expulse da universidade. O direito à instrução e à formação humana (Paro, 2023) torna-se condicional e vigiado, limitando a cidadania do estudante a um teto salarial imposto por decreto.

#### 5.3.3.2 A "Malha Fina" documental: o ritual da renovação como violência simbólica

A "armadilha da renda", discutida na seção anterior, não opera apenas como uma abstração legal imposta pela Lei nº 14.350/2022, ela se materializa na rotina acadêmica por meio de um rigoroso e extenuante processo de controle institucional. Para manter o benefício, o bolsista do Prouni é submetido, semestral ou anualmente, a uma auditoria documental que transcende a mera verificação administrativa. O ritual de renovação converte-se em um mecanismo de violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992), onde o estudante é obrigado a performar e comprovar repetidamente a sua condição de vulnerabilidade.

Essa exigência sistêmica dialoga diretamente com a análise documental institucional realizada nesta dissertação (Seção 4.4). O roteiro Relação de Documentos Renovação Bolsa Prouni 2024 revela o peso do "arbítrio cultural" (Bourdieu; Passeron, 1992). A burocracia do Prouni exige uma comprovação exaustiva que ultrapassa a simples declaração de renda, solicitando holerites, extratos bancários, declarações de casa cedida com reconhecimento em

cartório e a comprovação de despesas habitacionais condizentes com o padrão de vida declarado de todo o núcleo familiar. Além do volume de papéis, a obrigatoriedade de digitalizar documentos em formatos específicos (via aplicativos como o *CamScanner*) e realizar assinaturas pelo portal GOV.BR exige do bolsista um capital informacional e digital (Bourdieu, 2007) que nem sempre está consolidado no *habitus* familiar das classes populares.

A recorrência desse ritual probatório é sentida pelos estudantes como um fardo contínuo e invasivo. A obrigatoriedade de mobilizar toda a família para justificar a própria pobreza converte o ato de estudar em um exercício semestral de defesa burocrática, como ilustram os relatos:

O primeiro desafio seria quase todo semestre enviar os documentos para comprovar que não houve mudança na renda da família. Essa é a única parte ruim, eu diria. (Prounista 18, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Extrema-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Desafio na época que morava com minha mãe, fazer toda a burocracia semestral pra provar que a renda não mudou. Mas depois que fui morar sozinho ficou mais fácil renovar. (Prounista 23, estudante de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Itatiba-SP. Escala de Acolhimento: 3).

A fala do Prounista 23 expõe como a "malha fina" recai de forma opressora sobre o núcleo familiar primário. A complexidade de documentar a vida financeira da mãe evidencia a sobrecarga imposta pelo Estado à classe trabalhadora. O impacto subjetivo desse controle contínuo é o oposto do acolhimento acadêmico. A instituição, enquanto braço executor da política estatal, é percebida como uma entidade vigilante, gerando um estado de insegurança permanente, conforme relata a Prounista 24 ao ser questionada sobre o apoio da IES:

Não houve o fornecimento de nada, pelo contrário. Comprovar, todo ano, a renda e a necessidade de manutenção da bolsa, era sempre um grande período de nervosismo. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2).

O "grande período de nervosismo" descrito pela egressa é a tradução empírica da desumanização do processo. Sob a ótica de Paro (2023), o estudante deixa de ser visto como um "sujeito" de direitos em processo de formação humana integral e passa a ser tratado como um "objeto" de auditoria estatal. A educação perde seu caráter emancipatório e assemelha-se a uma concessão precária, sempre ameaçada de revogação.

Apesar da profunda fadiga gerada pela papelada, é imperativo observar a operação do realismo prático (Bourdieu, 2007) nas táticas de sobrevivência dos bolsistas. A violência burocrática é tolerada como um "mal menor" diante da absoluta impossibilidade de arcar com

as mensalidades mercantilizadas (PEREIRA, 2020), conforme sintetiza o Prounista 23: *"Somente a burocracia da renovação, mas nada que chegue a dificuldade de pagar um boleto por exemplo"*. O assujeitamento à burocracia é, portanto, o preço pago para fugir da exclusão financeira.

A gravidade desse labirinto documental não reside apenas na tensão psicológica, mas no seu poder de exclusão sumária. A burocracia atua como uma barreira onde o rigor formal sobrepõe-se à realidade material, punindo o estudante que possui o "direito", mas não possui o "papel", como denuncia a Prounista 1:

[...] e até amigos perderam a bolsa por não conseguir apenas 1 documento de comprovação mesmo que estava com os requisitos preenchidos, são muitos documentos, a burocracia é gigante, não são todos que estão dispostos e desistem. (Prounista 1, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Origem: São Paulo-SP. Escala de Acolhimento: 3).

A perda da bolsa por ausência de "apenas 1 documento" explicita a falha crônica no contexto da prática (Ball, 1994). A racionalidade legalista do Estado, operada pelas IES comunitárias privadas, ou somente privadas, ignoram que a pobreza, muitas vezes, não é documentável a exemplo do pai vendedor ambulante que depende do extrato do aplicativo "Caixa Tem" (relatado na Categoria 1). Ao exigir provas formais que a informalidade brasileira não fornece, a burocracia transforma-se em um filtro de exclusão. A desistência (evasão), apontada na fala da Prounista 1, não ocorre, portanto, por falta de capacidade acadêmica ou por ausência do requisito de renda, mas pelo esgotamento imposto por uma máquina administrativa que pune a vulnerabilidade com a exigência de uma hiper organização e desempenho irreais para o contexto do Prounista.

### 5.3.3.3 A rigidez normativa do estado e a gestão da insegurança: o peso do desempenho e a fragilidade sistêmica

A violência simbólica da burocracia governamental não se esgota no escrutínio da renda e na hiper documentação. Ela estende-se para a dimensão acadêmica por meio da rigidez normativa imposta pelo Estado para a manutenção do benefício. A legislação do Prouni (Lei nº 11.096/2005) estabelece o rendimento acadêmico mínimo de aprovação em 75% das disciplinas cursadas como critério até certo ponto negociável (é permitido o rendimento menor que 75% por duas vezes ao longo de todo o curso).

No contexto do texto (Ball, 1994), trata-se de uma métrica de controle de qualidade. No entanto, no contexto da prática, essa exigência desconsidera brutalmente o ponto de partida

material do bolsista. Um dos descompassos mais severos da execução do Prouni é o lapso temporal dos calendários oficiais. Devido aos atrasos na liberação das bolsas e nas chamadas de lista de espera pelo MEC, o estudante muitas vezes é inserido na IES com as aulas já em andamento, herdando um déficit imediato de conteúdo e faltas que ameaçam diretamente a meta dos 75% já no primeiro semestre de ingresso:

Pensei em trancar durante o primeiro semestre devido as dificuldades de aprendizado, pois os estudantes do prouni ingressaram praticamente no meio do semestre. (Prounista 20, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Piracaia-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A fala da Prounista 20 dialoga intimamente com a Portaria PROEPE 115/2024, analisada no Título 4. O documento institucional, ao prever um "Regime Excepcional para afastamento de atividades acadêmicas" especifica em sua cobertura o "Ingressante via Prouni", comprovando que a assincronia entre o calendário do Prouni e o da IES é uma falha estrutural sistêmica. O estudante que ingressa no "meio do semestre" é penalizado por um atraso pedagógico e torna-se imediatamente refém de rotinas exaustivas de compensação de ausências, para lutar contra a reprovação antes mesmo do seu primeiro dia de aula. Ainda assim, ele é submetido à mesma régua de cobrança quantitativa (75%) do estudante pagante que iniciou no primeiro dia útil.

Essa assincronia institucional penaliza o estudante por uma falha que é de planejamento do próprio Estado e das IES. O bolsista que ingressa no "meio do semestre" é submetido à mesma régua de cobrança de rendimento dos 75% de aproveitamento acadêmico. Esse cenário de desvantagem inicial agrava-se exponencialmente quando cruzado com o choque de *habitus* acadêmico e até neuro divergências. A iminência da reprovação (DP) transforma-se em um fantasma constante, como relata a Prounista 2:

Logo que entrei na universidade, fui diagnosticada com o famoso TDAH, então muitas coisas fizeram sentido na minha vida por dificuldades de aprendizado e hoje em dia sem duvida o meu maior desafio é manter constância de concentração, fatos que me prejudicam em provas e quando se é PROUNI, você tem um limite de DP's que se pode pegar se não perde a bolsa e meu maior desafio e me manter com uma nota boa, mesmo com as dificuldades e não perder minha bolsa, porque sei da minha capacidade para o mundo, ou tento reconhecer pelo menos, mas a sensação de que isso pode ser tirado de mim me assusta. (Prounista 2, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

O desabafo da estudante ("a sensação de que isso pode ser tirado de mim me assusta") expõe o núcleo da gestão pelo medo. Conforme analisado nas categorias anteriores, o Prounista

acumula desvantagens estruturais: o choque de *habitus* perante a cultura da academia de elite, o esgotamento físico decorrente das extenuantes jornadas intermunicipais (Categoria 2) e a necessidade imperativa do trabalho precoce (Categoria 1) além das dificuldades de aprendizado estruturais (defasagem da escola pública) ou laudos clínicos (TDAH). Exigir a excelência quantitativa ininterrupta de um sujeito que muitas vezes lida com essa métrica de forma inflexível, sob pena de exclusão do programa, é ignorar que a igualdade formal de acesso não garante a equidade material e pedagógica de permanência.

Para além do peso do rendimento acadêmico obrigatório, a fragilidade sistêmica atua como um gatilho constante de insegurança extrema conforme o relato da Prounista 14: “Comecei a estagiar cedo, tinha que manter 75% de aproveitamento e presença”. Em um cenário onde o capital econômico (Bourdieu, 2007) do estudante não beira o traço para o financiamento da educação privada, qualquer ruído ou erro de processamento automatizado nas plataformas de gestão gera um efeito cascata avassalador. Um erro sistêmico não é recebido pelo Prounista como um mero aborrecimento administrativo, mas como uma ameaça existencial à sua trajetória. O relato da Prounista 8 ilustra o impacto psicológico agudo dessa fragilidade:

Já pensei em trancar a matrícula por conta da cobrança indevida do valor deste mês, que veio muito acima do habitual. Sou bolsista do Prouni e não realizei nenhuma solicitação de inclusão de disciplinas, portanto, esse aumento inesperado gerou preocupação financeira e insegurança quanto à continuidade dos estudos. Como dependo integralmente do benefício para cursar a faculdade, qualquer alteração no valor da mensalidade compromete diretamente minha permanência na universidade, o que me fez considerar o trancamento até que a situação seja resolvida... (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A fala da estudante expõe a vulnerabilidade absoluta inerente à condição de bolsista. Uma inclusão de disciplina fora do planejado pelo Prounista é percebido como uma "cobrança indevida" sendo o suficiente para engatilhar o pensamento imediato de evasão "trancar a matrícula". Diferentemente do estudante pagante das classes dominantes, que pode absorver ou contestar um erro financeiro amparado por uma rede de proteção jurídica ou familiar, o Prounista vive no “fio da navalha”. A premissa de que "qualquer alteração compromete diretamente a permanência" escancara que não há margem temporal ou financeira para o erro.

A racionalidade do sistema de ensino superior privado, quando atrelada aos rígidos ditames do Estado, atua de forma punitiva. Ao delegar a operacionalização da política para a gestão mercadológica (PEREIRA, 2020; Paro, 2023), o Estado submete o bolsista a uma lógica fria de *compliance* (conformidade de regras). A estrutura administrativa transforma a mediação

(gestão dos registros) em um fim em si mesma (Paro, 2023), negligenciando a trajetória formativa do sujeito. Nesses momentos de crise burocrática, é fundamental mediações pedagógicas e administrativas que acolham o estudante como "sujeito" de direitos em formação (Paro, 2023), e não apenas como um número de matrícula atrelado a um cadastro único.

Em suma, a Categoria 3 evidencia que o Prouni, em sua arquitetura legal e burocrática contemporânea, cobra um alto pedágio psicológico. O Estado oferta a isenção, mas exige em contrapartida a submissão a um regime disciplinar, financeiro e documental implacável. A vivência universitária do bolsista transforma-se, lamentavelmente, em uma "gestão do medo": o medo de evoluir de renda, o medo de faltar um papel e o medo da dependência acadêmica (DP), reafirmando que o lugar do sujeito da classe trabalhadora na universidade ainda é tratado como um espaço de vigilância altamente condicionado.

#### **5.3.4 Categoria 4 – O Efeito Histerese: Choque de *Habitus* e a (Des)Integração Acadêmica**

Ultrapassadas as barreiras do ingresso, da logística intermunicipal e da hiper burocratização estatal, o estudante do Prouni adentra, de fato, o espaço do campo universitário, da sala de aula. Contudo, a presença física na IES privada não garante, por si só, a integração simbólica e acadêmica. Esta quarta categoria analisa o embate simbólico entre as disposições de classe do bolsista e a cultura historicamente elitizada das universidades.

Utilizando as escalas de acolhimento mensuradas nesta pesquisa, cruzadas com as narrativas de isolamento e adoecimento, esta categoria desdobra-se em quatro movimentos analíticos: a isonomia de fachada articulada à desidentificação institucional (5.3.4.1); o déficit do capital cultural originário e o estigma docente (5.3.4.2); o isolamento social evidenciado pela escala de não pertencimento (5.3.4.3); e, por fim, o impacto psíquico da permanência tensionado pelas redes de sobrevivência (5.3.4.4).

##### **5.3.4.1 A "Isonomia de Fachada" e a desidentificação institucional**

A abertura desta quarta categoria exige uma análise sobre como a IES privada, no contexto da prática (Ball, 1994), lida com a diversidade de classe por meio de uma suposta neutralidade. O discurso de que as universidades oferecem oportunidades iguais a todos os estudantes oculta a violência simbólica de ignorar que os pontos de partida são muitas vezes abissalmente desiguais. O Prounista 22 define essa contradição como um entrave à inclusão real:

Não havia um tratamento diferente, o que em muitos casos era algo ruim. Eles esperavam que um aluno que não tinha acesso financeiro tivesse que fazer as mesmas coisas que outros que tinham, por exemplo. Tratar igual pessoas que estão em classes sociais muito diferentes as vezes é um problema. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Essa aparente neutralidade e igualdade que podemos chamar de "isonomia de fachada" pune o estudante pela ausência de capital econômico (Bourdieu, 2007). Ao tratar o bolsista sob a mesma régua do "aluno-cliente" pagante, a IES exime-se da responsabilidade pedagógica de prover condições de permanência. Embora alguns Prounistas percebam que a estrutura é ofertada de forma igualitária:

Acredito que tudo que temos sendo oferecido aos pagantes dentro da universidade é igualmente ofertado aos bolsistas também. Já teve um momento que achei que houve um tratamento diferente em uma situação com uma colega, pontualmente. Mas nunca vivenciei. (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Nunca percebi nenhuma distinção no tratamento, pelo contrário, sempre fomos tratados muito bem.” (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A prática administrativa muitas vezes revela uma priorização implícita do capital sobre a inclusão. Embora a equalização da oferta material (laboratórios e infraestrutura) seja reconhecida e até celebrada por parte dos Prounistas, a vivência acadêmica transcende a ocupação física. A "isonomia de fachada" revela o seu caráter punitivo quando a Instituição iguala não apenas os acessos, mas também os critérios de tolerância burocrática, tratando as emergências do estudante periférico com a mesma rigidez aplicada ao pagante. O relato da Prounista 6 é cortante ao descrever a sua percepção sobre a disparidade no atendimento da coordenação:

[...] O tratamento sim, já que comigo e com outros bolsistas que tiveram problemas a coordenação fez pouco caso e quando os pagantes tinham o mesmo problema até a estrutura do curso foi modificada. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

Essa assimetria no tratamento institucional empurra o bolsista para uma posição de desidentificação institucional. O relato da Prounista 6 é o epicentro dessa denúncia: a afirmação de que a coordenação "fez pouco caso" dos problemas dos bolsistas, ao mesmo tempo em que

a "estrutura do curso foi modificada" para acomodar a vontade dos estudantes pagantes, estilhaça qualquer pretensão de neutralidade na percepção dos estudantes bolsistas. Na visão dos Prounistas o tratamento administrativo submete-se ao poder do capital econômico (Bourdieu, 2007). O pagante é lido pela instituição como o "cliente" detentor de direitos de consumidor, enquanto o bolsista é enquadrado como o beneficiário estatutário de quem se exige obediência cega ao regulamento.

Ao perceber que a universidade prioriza a demanda de quem possui capital, o Prounista adota uma relação puramente utilitária com o curso. Ele recusa o *habitus* de elite e encara a graduação como um rito de passagem doloroso e estrangeiro. O desabafo da Prounista 6 reflete essa ruptura:

Fiz amigos bolsistas, porém fora da medicina. Infelizmente, não vejo a USF como uma faculdade que liga para o bem estar dos seus alunos, principalmente com os mais pobres. Tudo é muito burocrático e não me senti acolhida e entendida quando precisei resolver assuntos com a coordenação. Não me sinto pertencente a universidade, e algumas vezes até pensei em largar o curso e tentar novamente em uma universidade pública, pois talvez eu fosse ser mais entendida, ouvida e teria pessoas parecidas comigo. Porém, depois eu entendi que o problema não é a USF, e sim o curso de medicina que é extremamente elitista e cruel. Hoje, dou meu máximo para ficar na média e manter minha bolsa, mas quando formar não quero ter ligações com a faculdade. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

A decisão do bolsista de "não ter ligações com a faculdade" após a formatura ilustra a falência da formação humana integral preconizada por Paro (2023). A IES atuou apenas como uma arena de dor e burocracia. Contudo, essa ruptura é acompanhada por uma profunda leitura sociológica elaborada pelo próprio discente, como evidenciado no segundo relato da Prounista 10, onde essa consciência política sobre a natureza do campo percebida é reforçada pelo choque de *habitus*:

O que reforço é que é muito difícil, conviver com pessoas de realidades tão diferentes das nossas não é uma tarefa fácil, não me sinto adaptado até hoje e nem quero, já entendi que isso não é o necessário, eu sou eu, eu tenho minhas raízes e identidades, não preciso mudar para me adequar, a faculdade é só uma parte, não o todo da minha vida, é um período e vai acabar. Tenho os meus, tenho minhas identidades, tenho a medicina que acredito e só estou esperando pegar o certificado da medicina acadêmica, branca, elitizada e capitalista, pra depois ser livre e poder ir aprender/reconhecer com os meus aquilo que eu realmente acredito. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Ao afirmar "eu tenho minhas raízes e identificações, não preciso mudar para me adequar", o estudante recusa o papel de colonizado cultural. Ele identifica a medicina como um campo estruturalmente "branco, elitizado e capitalista" e, num ato final de subversão (Bourdieu, 2009), apropria-se da lógica instrumental do sistema a seu favor: o objetivo é apenas "pegar o certificado" para, finalmente, ser "livre" e retornar às suas origens. O diploma, aqui, é despido de qualquer aura de prestígio e reduzido à sua função mais "bélica": é uma chave, arrancada à força, para destravar as portas que a desigualdade social havia trancado.

#### 5.3.4.2 O déficit de capital cultural e a violência pedagógica

O discurso meritocrático que por vezes sustenta as políticas de inclusão no ensino superior como o Prouni, frequentemente silencia sobre a abissal disparidade de base educacional entre os estudantes. No contexto da prática (Ball, 1994), o Prounista egresso ensino médio, em sua imensa maioria, vem de um sistema público de ensino historicamente precarizado. Ao ser inserido abruptamente em cursos de alta demanda e prestígio, ele colide com um currículo e um ritmo acadêmico historicamente melhor calibrados para o *habitus* de estudantes provenientes de escolas particulares de elite, pois, "*Para quem vem de escola pública algumas matérias são mais desafiadoras*" (Prounista 11). Essa defasagem e os desafios não são sentidos apenas como uma dificuldade técnica, mas como um abismo cognitivo e temporal, conforme relata de forma contundente a Prounista 18:

No que diz respeito a adaptação/aprendizagem, diria que foi um ponto que me pegou. Isto porque, estudei minha vida toda em escola pública e quando chegamos em uma universidade vindo de uma escola pública, é como se estivéssemos 1000x atrasados diante de outros estudantes. (Prounista 18, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Extrema-MG. Escala de Acolhimento: 5).

A expressão "1000x atrasados" sintetiza o déficit de capital cultural incorporado (Bourdieu, 2007). A universidade historicamente parte do pressuposto de que todos os estudantes dominam códigos de linguagem, metodologias de pesquisa e repertórios de leituras prévios, tratando essa bagagem invisível como um dom natural, quando, na verdade, é um privilégio de classe.

Essa assimetria transforma o espaço acadêmico em um ambiente hostil. Segundo Paro (2023), quando a instituição foca apenas na instrução conteudista e ignora as mediações pedagógicas necessárias para acolher a diversidade histórica de seus estudantes, ela falha na sua missão de educação democrática. A falha institucional torna-se ainda mais grave quando a

defasagem do estudante é criminalizada ou estigmatizada pelo próprio corpo docente convertendo-se em violência simbólica, como uma forma de dominação sutil e invisível que impõe valores culturais de um grupo dominante sobre outros, naturalizando desigualdades. (Bourdieu; Passeron, 1992) conforme no final do relato da Prounista:

[...] Outro fator importante foi a dificuldade de me adaptar aos estudos. O rito da faculdade já é diferente e demanda uma adaptação, no meu caso, tinha um déficit de aprendizado do ensino médio, eu sofri um pouquinho nos primeiros dois anos, até pega o ritmo. Além disso, da parte de alguns professores, era dito com todas as palavras que eles não gostavam de estudantes bolsistas... (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2)

Para a bolsista, os primeiros dois anos de graduação exigiram um esforço heroico para "pegar o ritmo", onde ela precisava decodificar não apenas o conteúdo da disciplina, mas o próprio "rito da faculdade". A declaração frontal de que educadores "não gostavam de estudantes bolsistas" expõe a fratura da política pública entre o contexto do texto (a lei que garante a vaga através da isenção fiscal) e o contexto da prática (Ball, 1994), evidenciando que nos cursos como no de Direito, há uma cultura historicamente elitista e excludente cristalizada na fala de "alguns professores" na IES privada. O professor que emite esse "juízo" atua como um guardião da distinção de classe, utilizando seu capital institucionalizado para tentar repelir o *habitus* popular.

Esse estigma docente, fundamentado na lógica da distinção (Bourdieu; Passeron, 1992) manifesta-se por vezes como um temor institucional pela "queda da qualidade", revelando o preconceito de que a excelência acadêmica seria um monopólio das elites. A narrativa da Prounista 25 expõe essa transição de percepção:

[...] por apenas uma vez, uma professora fez um comentário sobre os estudantes, dizendo que quando a universidade aderiu ao programa, ela ficou preocupada com a queda na qualidade/tradição da universidade, mas que ao final, ela percebeu que os alunos bolsistas eram mais empenhados do que os alunos pagantes e que a qualidade/tradição não caiu em razão da concessão das bolsas. (Prounista 25, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 4).

O relato da Prounista 25, embora culmine em um aparente final feliz onde a professora "percebeu que os alunos bolsistas eram mais empenhados", é sociologicamente revelador. Ele denuncia a presunção institucional de que a classe trabalhadora é, por natureza, um risco à "qualidade e tradição" do campo acadêmico de elite. O bolsista é recebido não como um sujeito de direitos, mas como um corpo sob suspeita. Para ser aceito e anular a profecia do fracasso

escolar (Bourdieu; Passeron, 1992), exige-se do Prounista que ele seja "mais empenhado do que os pagantes" um tributo silencioso e exaustivo pago apenas por aqueles desprovidos de capital econômico de origem. Essa pressão é exacerbada por falas pedagógicas que rotulam explicitamente a classe social, como relata a Prounista 8:

[...] Em alguns momentos, percebi certa contradição. Embora o Prouni seja uma política social essencial e transformadora, na prática ainda existe diferença de tratamento entre bolsistas e pagantes. Já ouvi de um professor que a sala "se dividia entre quem tinha condições de pagar e quem não tinha", o que evidencia um preconceito velado e uma falta de sensibilidade institucional. Apesar disso, continuo valorizando a oportunidade que o programa me deu, mas acredito que as universidades conveniadas deveriam reforçar ações de inclusão e igualdade, para que todos os alunos, independentemente da condição financeira, se sintam com o mesmo valor e respeito dentro da instituição. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1)

Essa pressão estrutural para o alto-rendimento convive com a exposição explícita à segregação de classe, como narra a Prounista 8, ao ouvir que a sala "se dividia entre quem tinha condições de pagar e quem não tinha", a estudante confronta-se com o preconceito não mais em sua forma velada, mas enunciada pela própria autoridade pedagógica. O professor, neste ato, atua não como um mediador do conhecimento, mas como um guardião das fronteiras do campo, reafirmando o capital econômico como um critério de pertencimento.

Na perspectiva de Paro (2023), tal postura aniquila a subjetividade do estudante, subvertendo o processo educativo numa mera ratificação de desigualdades econômicas. A reivindicação da estudante para que todos se sintam "com o mesmo valor e respeito" reflete o abismo entre o discurso legal de inclusão do Prouni (contexto do texto) e a crueza muitas vezes segregadora do contexto da prática (Ball, 1994).

Para o Prounista, enfrentar o currículo já seria um desafio extenuante devido à escola pública, no entanto, enfrentar o currículo enquanto lida com a rejeição explícita de quem deveria atuar como mediador do conhecimento (o professor) obriga o Prounista a desenvolver uma "casca" de resistência psíquica para não sucumbir à evasão logo nos semestres iniciais, os dados empíricos evidenciam que o Prounista mobiliza táticas de preservação, como a migração para modalidades de ensino que mitigam o embate presencial:

Antes, eu cursava Administração no formato presencial, mas por ter vindo de uma escola pública, tive dificuldade em me adaptar. Acabei me cobrando demais, fazendo muitas comparações e desenvolvendo inseguranças. Por isso, decidi mudar para o ensino online, o que tem sido muito melhor para mim. Agora consigo cuidar mais de mim, estar próxima da minha família e,

principalmente, me priorizar. (Prounista 11, estudante de Administração - USF. Mulher; Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Vinhedo-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A mudança de modalidade da Prounista 11 revela que o ensino online surge como um refúgio contra o choque de *habitus*. Ao retirar-se do campo físico da IES, a estudante interrompe o ciclo de comparações e a violência simbólica pedagógica, buscando no ambiente doméstico a proteção para sua formação, ainda que ao custo da perda de capital social (Bourdieu, 2007, 2009) e a sociabilidade acadêmica de forma presencialmente plena tendendo ao isolamento.

#### 5.3.4.3 O isolamento social e a escala de acolhimento: o sentimento de não pertencimento

Se o ingresso via Prouni representa uma vitória contra o veto estrutural da classe, a convivência diária no campus revela que a permanência simbólica é uma disputa de capitais ininterrupta. Este conceito refere-se ao esforço contínuo do bolsista para tentar converter seu capital cultural (esforço acadêmico) em legitimação social no campo universitário, um ambiente onde o capital econômico e o capital social de elite dominam as regras do jogo. A subseção analisa o sentimento de não pertencimento amparado pela Escala de Acolhimento e Pertencimento (1 a 5), que atua como um termômetro do choque de *habitus* (Bourdieu, 2009).

Os dados revelam que em cursos de elite, o bolsista é percebido como um corpo estranho. Sociologicamente para Bourdieu e Passeron (1992), o corpo estranho é aquele que habita um campo sem possuir as propriedades exigidas para tal: linguagem, vestuário e padrões de consumo, sendo constantemente lembrado de sua exterioridade:

Eu já tranquei, por um período pensei todos os dias em cancelar a matrícula. Tenho muita dificuldade em estar nesse espaço. Me sinto totalmente deslocado e não pertencente/não representado, como se não fosse o lugar que eu deveria estar. Por um período fui o único bolsista da minha sala, os demais estavam na turma B e dois amigos tinham mudado de faculdade durante a pandemia, então isso me fez se sentir muito isolado. Tinha muita dificuldade em me sentir à vontade para fazer amizade com as pessoas, sempre parecia que nossas realidades eram muito diferentes e que não estavam afim de me dar abertura para conversa/amizade, eu sei que uma parte da falta de abertura também era minha, ficava sempre na defensiva (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

O relato do Prounista 10 é a síntese do efeito histerese de Bourdieu, (2009): o sofrimento psíquico de um sujeito cujo *habitus* originário entra em colapso ao tentar operar em um campo cujas regras de consumo, linguagem e sociabilidade lhe são alheias. A "falta de abertura" relatada, denota uma forma sutil a segregação que Paro, (2023) denuncia como a negação do

estudante como sujeito histórico e social no processo educativo, embora a Prounista reconheça que a “falta de abertura também era minha, ficava sempre na defensiva” denota-se o efeito de histerese em ação, a dissonância entre os capitais cultural, social e principalmente econômico faz com que o próprio Prounista tenha dificuldade de se abrir e se relacionar com os pares de seu curso, impactando diretamente o seu sentimento de pertencimento e acolhimento no campo.

Os dados quantitativos revelam uma correlação direta entre o prestígio social do curso e o isolamento do bolsista. Enquanto em cursos como de Pedagogia e Administração predominam as notas 4 e 5, evidenciando uma maior homogeneidade de classe e por consequência um ambiente mais acolhedor, os cursos de Medicina e Direito concentram as avaliações mais baixas (notas 1 e 2). Esse fenômeno demonstra que, quanto mais elitizado é o campo, maior é a resistência simbólica à presença do "corpo estranho" da classe trabalhadora. Essa barreira é alimentada pela disparidade de oportunidades extracurriculares, que geram um sentimento de “atraso”:

[principais desafios de permanência?...]...em relação a oportunidades para estágio, atividades extracurriculares (passeios que fazem pra fora, cursos que compram) e etc, sei que não tenho condições e às vezes me sinto atrasada. (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

[principais desafios de permanência?...]...Adaptação com as diferenças de classe entre meus colegas, muitos tem vidas completamente diferentes da minha, acho que foi um choque de culturas também por estar vindo de outra cidade para estudar. (Prounista 21, estudante de Administração - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A percepção das Prounistas 19 e 21 não é apenas uma impressão subjetiva, mas a constatação da barreira de capital social (Bourdieu, 2007). As bolsistas não dispõem dos mesmos recursos de lazer, viagens ou tempo livre que seus pares pagantes, o que pode convergir na exclusão de redes de sociabilidade informais, onde circulam informações e relações sociais que são cruciais para o sucesso acadêmico e profissional. Sob a ótica de Bourdieu (2007), essa exclusão evidencia as dificuldades para os Prounistas na lógica de conversão de capitais. Para o autor, o capital econômico é a raiz que permite a acumulação de outras formas de capital (social, simbólico, informacional), uma vez que a conversão de um em outro exige um investimento de tempo e recursos financeiros.

Ao ser privado dos espaços de distinção e sociabilidade (jantares, festas, grupos de estudo em horários nobres), o Prounista é impedido de converter seu esforço acadêmico em conexões estratégicas. Enquanto o estudante de elite utiliza seu capital econômico para forjar

um capital social duradouro que garantirá sua inserção em postos de prestígio, o bolsista detém apenas um capital cultural institucionalizado (o diploma) "seco". Sem muitas vezes as redes de relações necessárias para convertê-lo em capital simbólico ou econômico no mercado de trabalho, o Prounista enfrenta o que se pode chamar de acumulação truncada: ele possui o título, mas tende a não ter as chaves sociais que permitem sua plena rentabilidade no campo profissional.

Essa distância é reforçada pela constatação de que a universidade privada regional, foi construída historicamente para um perfil de consumo que não se encaixa com o do Prounista. A permanência torna-se, então, uma sucessão de choques de realidade financeira que desgastam o pertencimento do estudante:

Acho que o maior desafio é se manter na faculdade financeiramente, morar em outra cidade gera muitos gastos e tem meses que é difícil, devido ser somente meu pai o bancador da casa. Em relação a outros desafios, por ser uma universidade particular, as coisas são muitas caras, mesmo em torno de universidade, além de muitos estudantes por não terem a nossa vivência não entendem muito e sempre existe um choque de realidade, mas nada que na não tenha acostumado já. No começo foi mais difícil, mas hoje está mais tranquilo e fácil... (Prounista 7, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Cássia-MG. Escala de Acolhimento: 2).

O fato de a Prounista 7 relatar ter se "acostumado" com o choque de realidade indica um processo de resignação ou de criação de um *habitus* de resistência, em Bourdieu (2009) este *habitus* não é um conceito estático, mas uma dimensão da sua teoria da prática que sugere a possibilidade de os agentes sociais agirem contra os condicionamentos impostos pela estrutura social. Embora o *habitus* seja geralmente conhecido por reproduzir estruturas sociais como uma "estrutura estruturada", ele também pode ser "estruturante", permitindo respostas novas e críticas as situações de dominação com uma "identidade de bolsista".

Já sob a lente da violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992), o ambiente universitário impõe ao bolsista a necessidade de esconder sua origem ou de lutar constantemente para provar seu valor, gerando um cansaço emocional que os estudantes pagantes com capital econômico e social de origem desconhecem.

A democratização do acesso falha ao não democratizar a convivência, resultando em uma "guetização" ou, nos termos de Bourdieu, (2009) uma "agregação por homologia de *habitus*" que se refere ao processo pelo qual indivíduos com trajetórias sociais, condições de vida e volumes de capital semelhantes desenvolvem disposições, gostos, estilos de vida e comportamentos compatíveis ou parecidos. Os bolsistas tendem a se sentirem menos acolhidos e pertencidos, de acordo com o prestígio e histórico de elitização social e econômica como nos

cursos de Direito e Medicina, conforme evidenciado pelos relatos, neste contexto, os Prounistas ao sentirem o isolamento, formam grupos entre eles para sobrevivência afetiva, convertendo as dificuldades do choque de *habitus* em capital social, protegendo-se da exclusão imposta pela diferença do capital econômico (Bourdieu, 2007), mas permanecendo periféricos na vida institucional. O isolamento, contudo, não advém apenas dos pares, mas de uma percepção de frieza administrativa. A Prounista 8 ressalta esta percepção por parte da instituição:

[...] Construí boas amizades e uma rede de apoio com alguns colegas, o que tem me ajudado a seguir com motivação. No entanto, não me sinto plenamente acolhida pela instituição. Em alguns momentos, percebo falta de sensibilidade no atendimento e na comunicação com os alunos, especialmente os bolsistas, o que gera certo distanciamento. Ainda assim, valorizo a formação que estou conquistando e reconheço a importância do Prouni em me permitir continuar estudando. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1.)

A fala da Prounista 8 expõe a dolorosa dicotomia entre a gratidão pelo acesso e a rejeição pela cultura institucional. A constatação de "falta de sensibilidade no atendimento" direcionada "especialmente aos bolsistas" revela que o isolamento não é apenas um fenômeno horizontal (entre estudantes), mas vertical, perpetrado por uma burocracia que opera sob uma racionalidade estritamente mercantil. Quando a coordenação e os setores de atendimento negligenciam a particularidade do bolsista, eles cristalizam a sensação de "distanciamento", alertando o estudante de que a sua presença é apenas um arranjo contratual tolerado:

Não tenho sentimento de pertencimento por esse espaço, sinto que estou apenas fazendo o que é preciso para me formar, não criei essa identificação com a instituição. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Essa dissonância continuada culmina na desidentificação voluntária e na recusa do pertencimento, um estágio extremo da exclusão documentado de forma cortante pela Prounista 10, que afirmou categoricamente: "não criei essa identificação com a instituição". Sociologicamente, esta fala indica que a *histerese* atingiu um plano de sobrevivência fria. O estudante compreende, que o custo psíquico para tentar forjar um pertencimento em um campo que o hostiliza é alto demais. A sua agência manifesta-se, então, não pela integração, mas por um pragmatismo radical: ele desiste de habitar simbolicamente o campo e passa a ocupar apenas a materialidade do espaço, reduzindo a universidade a um meio estrito para o alcance da certificação profissional, recusando-se a internalizar o *habitus* institucional.

#### 5.3.4.4 A patologização da permanência e as redes de sobrevivência

A "isonomia de fachada" (5.3.4.1) somada a violência pedagógica (5.3.4.1) e o isolamento social (5.3.4.2) não se traduzem apenas num desconforto passageiro, elas podem culminar numa profunda crise de saúde mental que ameaça diretamente a continuidade dos estudos. O embate diário com um campo elitizado exige do Prounista uma performance de excelência, sob condições materiais precárias, resultando no que a sociologia de Bourdieu, (2009) descreve como o efeito histerese, este efeito se manifesta no descompasso entre o *habitus* (disposições incorporadas) de um agente e o campo social atual como evidencia o relato da Prounista:

No começo foi mais difícil, mas hoje está mais tranquilo e fácil. Em relação a adaptação, por morar longe da família nos primeiros 6 meses sofri bastante, mas hoje já me encontro mais estabilizada emocionalmente. (Prounista 7, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Cássia-MG. Escala de Acolhimento: 2).

Quando as condições estruturais mudam rapidamente, mas os comportamentos, estratégias e gostos da pessoa, moldados no passado permanecem gerando a dissonância ou desajuste entre o sujeito e o ambiente, o estudante tende a se sentir “deslocado” como a Prounista 21: *“acredito que por ainda estar no 1 ano de faculdade ainda fico me sentindo deslocada, estou pegando o ritmo ainda.”*

Em outra Prounista evidencia-se este efeito no sofrimento agudo quando o *habitus* do sujeito está em total descompasso com as regras e expectativas do campo em que foi inserido (Bourdieu, 2009). Em casos mais graves, a pressão institucional e simbólica transborda para o adoecimento clínico, materializando a evasão ou permanência não apenas como uma escolha, mas como uma consequência do esgotamento, como ilustra o trágico relato da Prounista:

Já pensei em trancar em 2022, eu acho que deveria ter feito isso. Eu tive uma depressão bem severa que me fez pegar DP em várias matérias e me atrasou 1 ano no curso. Só me recuperei de verdade em 2024. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Fortaleza-CE - Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A "depressão severa" relatada pela estudante de Medicina evidencia o que descrevemos no título desta subseção como a “patologização da permanência”, entendida como “patologias” ou adoecimentos de ordem mental e psíquica que, em casos extremos como no relato da Prounista 6, tendem a impactar no rendimento acadêmico e na condição de permanência da

estudante de forma mais severa. A política pública de inclusão em seu contexto do texto (lei nº 11.096/2005) não prevê no contexto da prática (Ball, 1994) políticas integradas e robustas de acolhimento psicológico e pedagógico, fazendo com que a atuação da política, funcione como uma máquina de moer as subjetividades das classes populares.

O atraso de "1 ano no curso" devido às dependências (DPs) não reflete uma incapacidade cognitiva ou pedagógica da Prounista, mas aponta para a dicotomia de um sistema que cobra resultados e um *habitus* de elite a estudantes que foram submetidos a múltiplos desafios de capital geográfico, econômico, social e simbólico (Bourdieu, 2007, 2009) desde o seu pré-ingresso conforme discutido na Categoria 1 (A Escolha do Necessário: Restrição de Capital e Agência no Pré-Ingresso) e Categoria 2 (O Ônus do Capital Geográfico: A Logística Oculta da Permanência no Interior).

Esse adoecimento gerado pela máquina institucional, quando levado ao limite, esbarra na frieza das normativas acadêmicas. Contudo, a imersão na dor não aliena o estudante, pelo contrário, forja uma maturidade política que o impede de confundir o mero cumprimento do dever burocrático com benevolência institucional. A Prounista 10 elabora uma crítica feroz ao desmascarar a narrativa do "favor", ressignificando as concessões da IES à luz do direito:

[...] eu tinha apoio psicológico de fora, já fazia terapia antes de entrar, e continuei. Só em uma situação em que eu precisei me afastar por 9 dias, por questões de saúde mental, e a coordenação foi compreensiva, a coordenadora do módulo que eu estava também, me deixou repor as faltas que ultrapassaram o limite, mas, pra falar a verdade, não acho que o que fizeram foi uma super coisa, era o mínimo frente a situação e era o que estava no regimento, um direito meu mesmo de repor e tudo mais, então não acho que eles foram super bonzinhos, só fizeram o trabalho deles. Além disso, pensando que eu estava me afastando, justamente, pelo acúmulo de tantas coisas que passei no decorrer dos anos, não fizeram mais que o mínimo mesmo. A violência institucional está aí para todos os estudantes passarem, mas se você já for uma pessoa vulnerabilizada elas vão recheadas de ainda mais violência. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A recusa em achar que a coordenação foi "super boazinha" marca a quebra total da expectativa de subserviência frequentemente exigida do bolsista (Bourdieu, 2009). O estudante reconhece que o seu afastamento psiquiátrico foi gerado pelo próprio peso do sistema "pelo acúmulo de tantas coisas que passei" e, portanto, o abono de faltas não é um favor, mas a reparação tardia e mínima de uma "violência institucional" continuada.

O custo psíquico dessa dissonância que impacta na permanência do Prounista também se manifesta através do medo constante de perder a bolsa alimentado pela "armadilha da renda" e pelo rigor da renovação documental discutida na Categoria 3 (A Burocracia como Violência

Simbólica: A "Armadilha da Renda" e o Controle Institucional). O desastre material da perda do benefício é o ápice desta vulnerabilidade gerando auto cobrança desmedida e a crença internalizada de que não se é merecedor daquele espaço como no relato da Prounista 2: *“Nunca tranquei, mas já pensei nas vezes em que não me sentia boa o suficiente para usufruir da minha vaga”*. O desabafo da estudante revela a face perversa da violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992) na introjeção do sentimento de incapacidade. Ao questionar se é "boa o suficiente", o sujeito converte uma exclusão que é estrutural e histórica em uma falha de ordem pessoal. Essa insegurança subjetiva é retroalimentada pela percepção cotidiana das disparidades de classe, conforme aponta a Prounista 19:

Me cobro muito para ter notas boas e não ter risco de perder a bolsa (oque de certa forma é bom né?) Entrar em uma universidade sendo "pobre" e dar de cara com outras realidades financeiras é algo que me deixa insegura... (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Conforme apontado no relato, a Prounista 19 utiliza a pressão por notas altas como um mecanismo de defesa e vigília constante contra o risco da exclusão financeira. Para o bolsista, o desempenho acadêmico deixa de ser apenas um processo de aprendizagem e torna-se uma tática de sobrevivência sob tensão. A racionalidade do medo no contexto da teoria de Bourdieu, (2009) pode ser interpretada como a internalização de estruturas sociais e econômicas de insegurança que se transforma em um *habitus*, essa racionalidade não é um medo irracional, mas sim uma resposta calculada e previsível a um ambiente hostil, onde a ameaça de exclusão social e a precariedade geram comportamentos de conformidade e autocontrole.

A vulnerabilidade psíquica do bolsista é diretamente proporcional à insegurança da sua manutenção financeira. A ideiação de abandono é ativada no exato momento em que o suporte estatal é falho, como confirma o relato da Prounista 17: *"Já pensei em trancar quando perdi a bolsa do PROUNT"*. O medo da exclusão não é uma patologia individual, mas um efeito de segunda ordem (Ball, 1994) de uma política que não protege o estudante contra as oscilações de renda da classe trabalhadora. A racionalidade do medo contido no relato das Prounistas 2 e 19 não é infundado ou meramente psicológico ele possui um lastro na realidade material e concreta vivida pela Prounista 17:

O maior desafio que enfrentei enquanto foi quando perdi a bolsa. Meu salário era baixo, meu pai não estava trabalhando e minha mãe estava afastada do trabalho por doença. Tivemos que nos readequar e contei com a ajuda do meu irmão, que me dividiu a despesa comigo... (Prounista 17, egressa de Serviço Social - USF. Mulher. Bolsa Perdida. Escola Pública. Origem: Itaquaquecetuba-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A trajetória da Prounista 17 foi desestabilizada pela perda efetiva da bolsa em um momento de crise familiar múltipla (desemprego e doença). A experiência desta Prounista confirma que a precariedade da política pública não oferece margem para imprevistos da vida privada, transformando qualquer oscilação na renda ou na saúde em uma ameaça terminal ao projeto educacional.

Diante desta realidade, a permanência do bolsista só se viabiliza através de estratégias de enfrentamento ativas na construção de redes de sobrevivência. Excluídos dos círculos de sociabilidade dominantes ou punidos pelas regras de exclusão do Prouni, os Prounistas mobilizam o seu próprio capital social como o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações. Sob a ótica de Ball, (1994) quando os dispositivos legais previstos no contexto do texto (lei nº 11.096/2005) são ativados para cobrar ou punir o Prounista, os estudantes criam o que Bourdieu, (2007) chamaria de "estratégias de cooptação de pares" que nada mais é do que criar alianças alternativas com outros bolsistas e até funcionários da IES, escorando-se principalmente na rede familiar de forma tática, conectando-se quase exclusivamente com aqueles que demonstram empatia pela sua condição:

Acabo fazendo amizade com pessoas de outros anos, outros cursos e principalmente os funcionários, eles salvam muito os meus dias aqui, com eles eu me identifico muito e consigo conversar mais, a medicina é um lugar difícil para mim. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar genero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

[maiores desafios]. Financeiros não tive muitos, pois minha mãe arcava com todas as contas e pagava os custos da faculdade (alimentação, xerox, transporte). No fator social, não foi fácil estudar em uma universidade de elite, onde eu não acompanhava o padrão de vida da maioria dos meus colegas de turma. Tanto que, todos os meus amigos da faculdade também eram bolsistas. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2)

A figura da mãe que "arcava com todas as contas e pagava os custos" da Prounista 24 exemplifica o esforço coletivo e silencioso da classe trabalhadora para viabilizar a eficácia material da política pública conforme discutido na Categoria 2 (Agência 2: A Engenharia de Sobrevivência e o Sacrifício Familiar). A permanência do Prounista não é, portanto, um triunfo puramente individual, nem um sucesso exclusivo da isenção estatal, mas o resultado de uma engenharia familiar complexa de privações. Sob a ótica de Bourdieu (2007), a família atua como o principal "amortecedor" da ausência de capital econômico do estudante, operando uma transferência intergeracional de sacrifícios para garantir a acumulação do capital cultural

institucionalizado (o diploma). O Estado concede a bolsa, mas é o rendimento materno que "compra" o direito diário de frequentar o espaço.

Além do suporte material invisível, a fala da Prounista 24 evidencia a segregação interna ao afirmar que "todos os meus amigos da faculdade também eram bolsistas". Trata-se de uma agregação por homologia de *habitus*: ao ser repelida pela barreira do padrão de consumo dos estudantes pagantes, a estudante forja o seu capital social exclusivamente nas margens, num mecanismo de autodefesa contra a violência simbólica do espaço elitizado.

Em suma, a Categoria 4 revela que a universidade privada regional não está desenhada para o Prounista. Para sobreviver ao choque de *habitus* e ao peso dos desafios geográficos, econômicos e simbólicos acumulados desde o pré-ingresso, o estudante é forçado a tornar-se um ativista da sua própria permanência. A conclusão desta categoria aponta que a inclusão via Prouni é, paradoxalmente, uma inclusão excludente, este conceito associado à sociologia de Bourdieu e Passeron (1992) refere-se ao processo em que o sistema educacional permite o acesso de todas as classes sociais (inclusão formal), mas utiliza mecanismos culturais e simbólicos que favorecem os grupos dominantes, resultando na eliminação ou marginalização dos estudantes de classes populares (exclusão real).

Desta forma no contexto da prática (Ball, 1994) garante-se o assento na sala (efeito de primeira ordem do Prouni), mas nega-se o pertencimento ao campo principalmente nos cursos que são historicamente elitizados (Medicina e Direito) como evidenciado na correlação da escala de acolhimento dos estudantes. Exige-se dos Prounistas uma resiliência heroica que em muitos casos beira o esgotamento, não apenas para usufruir da instrução técnica, mas para convertê-la numa verdadeira formação humana (Paro, 2023) e fazer do diploma uma promessa tangível de mobilidade social futura.

### 5.3.5 Categoria 5 – O *Habitus* de Resistência e a Formação de Redes de Apoio

Se a análise do efeito histerese (Categoria 4) revelou as cicatrizes psíquicas e o sentimento de não pertencimento gerados pelo choque de classe, seria um equívoco sociológico reduzir a trajetória do Prounista a uma narrativa de vitimização e passividade diante do Estado e da IES. Esta quinta categoria opera como um contraponto necessário: nela, investigamos mais a fundo as estratégias de enfrentamento dos estudantes dentro do campo universitário.

Conforme evidenciado por Alvarez, (2022) no levantamento do estado do conhecimento desta pesquisa (Título 2), o ingresso via Prouni não encerra as dificuldades, mas inaugura uma nova fase de disputas de capital, sobre tudo o capital social (Bourdieu, 2007) onde a

permanência exige do estudante uma postura ativa e de constante enfrentamento. Como a permanência plena não lhes é entregue pelas vias oficiais no contexto da prática (Ball, 1994), os sujeitos a "arrancam" de dentro do sistema por meio de estratégias de sobrevivência.

Neste cenário, evidencia-se a dimensão inventiva e estruturante dos conceitos de Bourdieu, (2009), o que se observa é o desenvolvimento de um *habitus* de resistência: uma reconfiguração das disposições de classe que permite ao estudante converter a sua vulnerabilidade em estratégias de subversão das lógicas excludentes do campo acadêmico.

Ele recusa-se a ser apenas um número ou um intruso, lutando para afirmar-se como um "sujeito" em processo de formação humana (Paro, 2023). Esta categoria desdobra-se, portanto, na análise da construção do capital social de refúgio (5.3.5.1), nas estratégias materiais contra a lógica mercantil (5.3.5.2) e na importância das referências docentes como âncoras de persistência (5.3.5.3).

#### 5.3.5.1 A "Família Prouni" e o capital social de refúgio

Diante da hostilidade simbólica e do isolamento nos cursos de elite evidenciado na Categoria 4 (5.3.4.2 O Isolamento Social e a Escala de Acolhimento: O Sentimento de Não Pertencimento), o bolsista não se retira para o silêncio absoluto, ele busca os seus pares. Sob a ótica de Bourdieu (2009), ocorre aqui uma agregação por homologia de *habitus*: os excluídos do círculo de distinção da elite acadêmica unem-se pela semelhança de trajetória, origem e escassez. Essa união deixa de ser apenas uma convivência e transforma-se num capital social de “refúgio”, onde a rede de contatos funciona como um escudo psicológico e material.

Esta agregação por homologia de *habitus* (Bourdieu, 2009) relatada pelos estudantes, longe de ser um fenômeno puramente negativo, revela-se como uma estratégia vital de preservação da saúde mental e do fôlego acadêmico. O bolsista encontra no outro bolsista a validação que a IES e os colegas pagantes muitas vezes lhe negam:

(...) os outros bolsistas são as pessoas com quem eu mais converso, também passei a ir em congresso e encontros com estudantes de outras universidades, criando muitos contatos com pessoas de vivências semelhantes. Participo de coletivos que tem dado muito apoio e fôlego pra terminar a faculdade. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Eu tinha 1 amiga bolsista e a gente vivia quase na mesma realidade... a diferença é que ela morava e trabalhava em Bragança. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Essa tendência à segregação autoprotetora é reforçada pela disparidade do padrão de consumo e pelas barreiras culturais, que atuam como obstáculos invisíveis para a integração com a maioria pagante. A aproximação ocorre, de forma quase natural, com aqueles que partilham das mesmas privações materiais e simbólicas, como descreve o Prounista 22:

[...] por eu ser de Amparo, alguns estudantes não bolsistas costumavam me chamar de Amparense, por causa do meu sotaque caipira. Eu ficava bastante incomodado com boa parte da sala ao invés de ir pra aula ir para o bar e depois ficar querendo que eu passasse as coisas. No entanto, fiz bastante amizade com os outros estudantes que eram prounistas. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A violência simbólica expressa através das "brincadeiras" com o sotaque e a diferença de rotina (a sala que vai "para o bar" enquanto o bolsista se dedica à aula) escancaram a incompatibilidade de *habitus*. A eficácia desta homologia de *habitus* como escudo protetor é ampliada quando a configuração demográfica da sala de aula favorece o bolsista. Relatos como o da Prounista 15: "*em minha sala a maioria era bolsista*" e da Prounista 5 evidenciam que a densidade do grupo atenua a hostilidade da experiência dentro da instituição:

Como disse, minha turma tem muitos bolsistas. Nos unimos, nos entendemos e nos acolhemos muito no início da graduação e até hoje. Então, tenho me sentido sim pertencente e acolhida dentro da instituição. (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A fala da Prounista 16: "*a gente vivia quase na mesma realidade*", somada ao relato do Prounista 10 que encontra nos coletivos de bolsistas o "*fôlego pra terminar a faculdade*" demonstram que o capital social (Bourdieu, 2007) é a ferramenta de conversão primária desses sujeitos. A exclusividade dessa rede de apoio é confirmada reiteradamente por outras vozes da pesquisa como na da Prounistas 4: "*Construí (amizades), com estudantes de outras bolsas*" e nos relatos que se destacam por evidenciar que há uma ligação maior entre os estudantes bolsistas:

Tenho outros colegas, mas bolsistas da própria faculdade, e gosto muito deles. Desenvolvi ótimas amizades, embora sejamos bem diferentes, me senti muito acolhida por todos, mesmo vindo de realidades distintas. (Prounista 11, estudante de Administração - USF. Mulher; Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Vinhedo-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Sim. Com os estudantes bolsistas tinha uma ligação maior, com q universidade não muita. (Prounista 14, egresso de Turismo - USF. Homem. Bolsa Integral.

Escola Pública e Particular. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Sim, construí amizade com outros colegas bolsistas, com relação a instituição me sinto honrada em poder estudar na melhor faculdade da região. (Prounista 20, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Piracaia-SP. Escala de Acolhimento: 5

Ao criarem essa "identidade de bolsista", os estudantes subvertem o isolamento e transformam a margem institucional em um espaço de centralidade e suporte mútuo como compreendido afetuosamente pela Prounista 7:

Graças a Deus, quando eu entrei na minha turma várias outras pessoas também entraram sendo PROUNI, então nos unimos bastante, hoje somos melhores amigos e temos uma relação de família mesmo, também tenho relação ótima com outros prounistas. (Prounista 7, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Cássia-MG. Escala de Acolhimento: 2).

Contudo, mesmo nesses agrupamentos afetivos, a disparidade de capital econômico em relação aos não-bolsistas permanece como um "ruído". A convivência forçada com o oposto reafirma a função do capital social de refúgio: os bolsistas unem-se não apenas por afinidade, mas por uma necessidade de validação mútua perante a desigualdade. O Prounista 22 ilustra o abismo de forma contundente ao relatar a sua única interação mais próxima com a elite pagante:

Eu gostava bastante de algumas amizades que eu fiz com os bolsistas ao longo do caminho. Fiz apenas uma amizade fora dos bolsistas que eu gostava bastante porque ele costumava pagar salgado para mim nos intervalos. Era algo chocante a disparidade de renda: ele passou na PUC e os pais compraram uma casa para ele ficar lá, já que não queriam pagar aluguel. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular/SESI. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A amizade mediada pela carência alimentar “pagar salgado” escancara a violência estrutural do campo universitário privado. Quando o número de bolsistas na própria turma é escasso, cenário comum em cursos de altíssimo prestígio e concorrência, o *habitus* de resistência força o estudante a expandir as suas fronteiras de socialização. O bolsista passa a buscar acolhimento em instâncias periféricas à sua sala de aula, formando alianças que subvertem a hierarquia acadêmica tradicional:

Já participei de ligas acadêmicas, projetos, IFMSA, CART, mas nesses ambientes a relação com os estudantes fazia ver que tínhamos vivências semelhantes em certas situações, as maiores identificações eram majoritariamente com os bolsistas, com pouquíssimos não bolsistas eu consegui criar vínculo, e mesmo assim, mesmo participando desses espaços

eu me identificava com os espaços, não com a Universidade em si. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Essa identificação quase exclusiva com outros bolsistas, mesmo dentro de espaços extracurriculares de elite como as Ligas Acadêmicas, é um dado sociológico altamente revelador. O Prounista percebe que a ocupação de espaços de prestígio não apaga as fronteiras de classe. A universidade, para o bolsista em cursos que são historicamente elitizados como a Medicina, é um "lugar difícil", e o capital social de refúgio é construído através de uma solidariedade originária que transcende não apenas a grade curricular, mas resiste à homogeneização dos espaços dominantes.

A resistência, contudo, é alimentada pela identificação com referências que espelham a sua própria existência no campo. Quando o Prounista encontra um agente que quebra o padrão fenotípico ou social da elite, a esperança de pertencimento é ativada. O trágico encerramento do relato da Prounista 10 sobre a sua experiência na atlética ilustra como a permanência simbólica é frágil e dependente dessas pontes humanas:

[...] Em 2022-2023 quando voltamos da pandemia, eu tentei entrar para o Judo da Atletica do curso, por um período foi muito bom, nosso sensei era um homem negro, professor da rede estadual de Bragança e poeta, uma pessoa incrível, e ir aos treinos e conversar com ele era algo muito importante para mim, nesse período eu achei que as coisas iam começar a ser vistas de forma diferente por mim, mas ainda não tinha identificação com a maioria do time, até que o professor foi tirado, isso pra mim fez acabar o brilho, decidi sair. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A saída do professor negro de judô não representou apenas a perda de um instrutor técnico, mas a destruição de um espelhamento identitário. Para o Prounista, o docente negro e poeta era a prova viva de que o *habitus* popular poderia ocupar aquele espaço com dignidade e legitimidade. Sem essa referência, o "brilho acaba" e o campo volta a ser percebido como dissonante (Bourdieu, 2009). Assim, as alianças de margem consolidam-se como o único porto seguro onde o estudante é reconhecido em sua totalidade (Paro, 2023), permitindo que a resistência se sobreponha à tendência estatística de evasão.

É fundamental notar, entretanto, que a crítica severa ao elitismo e a percepção de ser um "corpo estranho" não anulam o valor simbólico de acessar um espaço de prestígio acadêmico. O *habitus* de resistência convive com um forte sentimento de conquista pessoal. Falas como a da Prounista 21: “*estar em uma faculdade sempre foi um sonho*” e da Prounista 25 “*Tenho muito orgulho de ter sido aluna da PUC e as amizades que fiz durante o curso, mantenho até hoje*”,

revelam que a experiência universitária e o diploma detêm um poder de legitimação social cobiçado. A Prounista 18 sintetiza essa percepção ao destacar: "*Meu sentimento com a instituição é de gratidão por está aqui. Gratidão por ter uma bolsa e por poder através dos estudos alcançar meus objetivos*". Esta dualidade, gratidão pela ascensão versus exclusão cultural, atinge a sua síntese analítica na fala da Prounista 24:

Eu construí laços de amizades, mas com amigos bolsistas. Tive ótimos professores, que eram acolhedores, mas tinham suas exceções. Apesar de ter orgulho de ter me formado na instituição, não me sinto pertencente a ela. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2)

Este relato reflete as múltiplas dualidades do Prouni que buscamos evidenciar: se, por um lado, o diploma confere o orgulho da mobilidade, por outro, a cultura reafirma os marcadores de classe como sinais de distinção que dificultam o sentimento pleno de pertencimento. Contudo, é fundamental destacar que a intensidade da segregação e a necessidade extrema desse "capital social de refúgio" variam drasticamente conforme o prestígio social do curso. Se em graduações historicamente elitizadas (Medicina e Direito) o choque de *habitus* é violento, nos cursos que já absorveram uma maior diversidade de classe (como Pedagogia e Administração), o ambiente revela-se consideravelmente mais poroso e integrado. O Prounista 23, de Pedagogia, é categórico:

Nunca vi amizades por serem bolsistas ou pagantes, não vi essa segregação em momento algum. Fiz colegas de trabalhos universitários que depois viraram colegas de trabalho mesmo." (Prounista 23, estudante de Pedagogia - USF. Homem. Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Itatiba-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Essa percepção de ausência de segregação é corroborada pelo Prounista 9, também da Pedagogia, que teve uma experiência classificada como "muito gratificante":

Fiz amizades com outros bolsistas, mas no geral o curso abrangia pessoas de uma classe social próxima a minha, então nunca percebi nada que nos segregassem ou coisa do tipo. Os professores/as e os alunos/as mantinham uma relação muito boa no geral. (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Não tive muitos desafios. Na minha turma tinham cerca de 8 ProunistaS, curiosamente, eram os melhores alunos da sala. O curso não exigia muitos custos, apenas os materiais que na época tinha que pegar/pagar no XEROX. Na época eu tinha uma vida bem desapegada. Minha experiência como aluno foi muito gratificante. (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem.

Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

O relato de que "o curso abrangia pessoas de uma classe social próxima à minha" valida estatística e sociologicamente a tese central de Bourdieu (2009): quando o *habitus* do estudante encontra homologia na estrutura geral do campo, ou seja, quando os pagantes também pertencem a classes médias ou trabalhadoras, a histerese é neutralizada. Além disso, a afirmação de que os "Prounistas eram os melhores alunos da sala" subverte o estigma da incapacidade, confirmando que, na ausência de barreiras materiais abusivas como "o curso não exigia muitos custos" e as violências simbólicas de campos historicamente elitizados, o estudante bolsista converte a sua oportunidade em excelência acadêmica sem a necessidade de isolamento.

O tratamento passa a ser lido como isonômico de fato, o que reverbera em percepções como a da Prounista 1: "*Não, não sentir diferença de tratamento por parte da universidade*", da Prounista 17: "*A universidade foi acolhedora, bem como os alunos*" e da Prounista 19 "*Nunca senti que o tratamento da Universidade comigo foi diferente em relação aos alunos pagantes*".

#### 5.3.5.2 Táticas de permanência e a micro-resistência material

As estratégias de enfrentamento dos Prounistas manifestam-se com maior contundência quando a barreira da permanência se materializa na escassez financeira imediata. Se a bolsa cobre a mensalidade, ela ignora os "custos ocultos" da graduação (transporte, alimentação, xerox, materiais). Para sobreviver à racionalidade mercadológica da IES, o estudante mobiliza o que Bourdieu (2009) define como estratégias de subversão: uma forma de atuação no campo onde o agente, sem possuir o capital dominante, utiliza as regras do próprio sistema para tentar subverter a sua exclusão ou garantir a sua sobrevivência.

A tática mais emblemática revelada pelos dados é o empreendedorismo voltado a sobrevivência, que surge como resposta direta à insuficiência material do auxílio estatal. O relato do Prounista 22 escancara a tensão entre a necessidade de gerar renda e a repressão institucional, que prioriza a reserva de mercado em detrimento da permanência do estudante:

eu vendia pão de mel da minha mãe nas aulas para poder pagar o ônibus (era um fretado que era mais barato que a van). No entanto, a PUC entrou com ação contra os estudantes que vendiam produtos porque não pagávamos impostos e isso fazia com que os outros estudantes não comprassem os produtos da cantina que eram mais caro. Tive de vender escondido, longe das câmeras, porque passou a ser algo ilícito, mesmo que fossem apenas pães de mel e cones trufados. Muitas vezes os estudantes pegavam e não me pagavam

depois. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Nenhum [apoio]. Pelo contrário, dificultou. Eu vendia os doces da minha mãe e eles me chamaram na reitoria para proibir. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A necessidade de "vender escondido, longe das câmeras" ilustra de forma dramática a clandestinidade a que o bolsista é empurrado. O estudante não aceita passivamente a impossibilidade financeira, ele "arranca" a sua permanência transformando o campus num campo de trabalho informal. No entanto, a ação da IES em "dificultar" judicializando a conduta dos estudantes revela a face mais perversa da lógica mercadológica (PEREIRA, 2020; Paro, 2023): no contexto da prática (Ball, 1994), a universidade atua como uma corporação que protege o lucro da cantina e criminaliza o *habitus* de resistência, além de o estudante ainda sofrer com a vulnerabilidade entre os próprios pares "pegavam e não me pagavam".

O peso financeiro que impulsiona este "empreendedorismo de sobrevivência" não advém apenas de necessidades básicas, mas frequentemente da própria estrutura curricular mercantilizada. O relato da Prounista 13 ilustra a tensão gerada por atividades obrigatórias que pressupõem um capital que o bolsista não possui:

As atividades de visita técnica eram pagas por fora, e não interessava se o estudante tinha dinheiro ou não para fazer, você simplesmente tinha que fazer. Isso era desgastante, muitas vezes procurava tendas [rendas] extras para conseguir concluir a atividade que valia nota" (Prounista 13, egressa de Turismo - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança-Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

A imposição de custos extracurriculares evidencia como a IES ignora a realidade socioeconômica do Prounista. Para não falhar no seu desempenho acadêmico, o estudante é obrigado a acionar as suas táticas de resistência, recorrendo a subempregos "rendas extras" para financiar a sua avaliação, expondo a falácia de que a bolsa, isoladamente, garante as condições materiais de formação. Este cenário estende-se para a alimentação e o transporte intermunicipal, onde a bolsa permite que o estudante canalize o seu salário para as próprias necessidades de permanência para continuar persistindo e estudando no curso que ama, como pontua a Prounista:

Até o momento nunca precisei pensar em trancar a faculdade pois amo o curso, e o meu único gasto é com a topic (empresa de transporte privada), mas trabalho desde que entrei então consigo pagar.". (Prounista 19, estudante de

Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Contudo, quando o Prounista não consegue arcar com as "*despesas não cobertas pela bolsa*" (Prounista 8), a agência de sobrevivência mobiliza a rede familiar. O Prounista 22 ilustra como a omissão institucional obriga a um esforço intergeracional para garantir o mínimo:

[...] meus pais e minha família me ajudaram muito em todo esse processo, porque a PUC não tinha nada para auxiliar na permanência dos estudantes bolsistas. No segundo ano, passei no pibid e passei a morar em Campinas. Quem pagava minhas contas do aluguel e alimentação era uma junção de pais e avós, visto que o salário do PIBID era de apenas 400 reais. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Essa contínua necessidade de cobrir falhas estruturais com sacrifícios familiares obriga o estudante a desenvolver um olhar clínico sobre as oportunidades oferecidas pelo sistema. A engenharia de sobrevivência exige do bolsista uma gestão dos poucos recursos disponíveis, convertendo o controle financeiro em uma disciplina rigorosa. A Prounista 10 detalha a matemática dessa permanência:

Na questão financeira, não vivo no luxo, mas não passo dificuldades, preciso fazer escolhas, não peço ifood, não saio, não fico comprando coisas, controlo o dinheiro da bolsa pra não precisar pedir mais dinheiro para os meus pais, mas se precisar eu falo com eles. Meus pais pagam o aluguel, e os demais gastos eu pago com a bolsa (internet, luz, mercado, etc), e a alimentação eu consigo trazer de Campinas pronta, então também não gasto, compro fruta ou algo que estiver com vontade, as vezes um salgado na faculdade, por exemplo. Como complemento também faço alguns free nos finais de semana ou durante a semana.. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar genero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Fazer escolhas como "não peço ifood, não saio" e trabalhar como *freelancer* durante ou aos finais de semana, são táticas de controle e abstenção que garantem a viabilidade material do curso de Medicina. Para mitigar esses custos, o estudante capitaliza ao máximo a infraestrutura institucional gratuita. A Prounista 25 e o Prounista 9 apontam o aproveitamento dessas brechas estruturais:

Os materiais eram compartilhados de forma eletrônica e a biblioteca dispunha de livros atualizados. Na minha experiência e considerando meu tipo de bolsa e curso, o que a universidade ofereceu foi o suficiente. (Prounista 25, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Tive a possibilidade de participar de programas como PIBID, que fornecia uma bolsa de incentivo, mas no geral, ao menos na minha época e para mim, não tive a necessidade de suporte, no geral a Universidade sempre me atendeu bem no que eu precisava. (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A capacidade de identificar e explorar essas estruturas evidencia que o bolsista não é apenas um sobrevivente passivo, mas um agente tático. Ao relatar que "o que a universidade ofereceu foi o suficiente" ou que "não tive a necessidade de suporte" além do Programa de Institucional de Bolsas Iniciação à Docência (PIBID), observa-se como o *habitus* de resistência age capitalizando os recursos gratuitos disponíveis para neutralizar a escassez privada. Essa ocupação tática do espaço universitário vai além da simples utilização e atinge uma dimensão de proteção institucional, o *habitus* de resistência leva o Prounista a ocupar espaços e serviços institucionais gratuitos de forma astuta para compensar a falta de capital econômico como ilustra a vivência da Prounista 19:

Quando necessário utilizo a biblioteca para realizar trabalhos com os computadores, pegar livros e etc, já teve vezes de atrasar uns dias para entregar o livro e custearem a multa oque foi ótimo pois não poderia pagar, aqui também tem outras iniciativa como psicólogos e o NPJ (inclusive tenho um processo ganho pelo npj que ingressei apos conversar com um professor). (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

O uso da biblioteca para evitar gastos com livros e internet, e o perdão de multas "custearem a multa", são exemplos de como a ocupação dos espaços institucionais é vital. O relato da Prounista 19 demonstra que a biblioteca deixa de ser apenas um espaço pedagógico e torna-se um porto seguro de capital informacional e material. Esta ocupação é uma forma de subversão do campo onde o estudante converte o seu tempo e presença em capital econômico garantindo que a falta de recursos para comprar livros não dite o fim da sua trajetória.

A agência de resistência também é acionada para resolver problemas que o Estado e a burocracia institucional criam. A transição da Prounista 19 de "objeto de auditoria" (conforme visto na Categoria 3) para alguém que "ganha um processo" através do NPJ (Núcleo de Prática Jurídica) simboliza a vitória da resistência. Sob a lente de Paro (2023), ao invés de aceitar a condição de passividade, o estudante age como sujeito que utiliza as ferramentas da própria universidade para se defender e garantir o seu direito à permanência. Conforme apontado por Alvarez (2022), a trajetória do bolsista é uma luta contínua onde cada livro emprestado, cada multa perdoada e cada pão de mel vendido é uma peça fundamental na manutenção de um projeto de vida que o sistema tenta, a todo o momento, inviabilizar.

Essas ações comprovam que o Prounista é um estrategista que mapeia as brechas do sistema. A permanência, portanto, não é um dado concedido, mas uma conquista materializada diariamente através de micro-resistências que desafiam a frieza dos calendários e das normas institucionais.

### 5.3.5.3 A mediação docente e o *habitus* de persistência

A formação de redes de apoio horizontais (entre pares) e as táticas materiais de sobrevivência são fundamentais, mas a permanência acadêmica não se sustenta apenas pela margem. Ela exige o engajamento com o centro do campo educativo: a sala de aula. Neste espaço, a figura do professor deixa de ser apenas um transmissor de currículo para se tornar um mediador decisivo na trajetória do Prounista.

A agência de resistência do estudante encontra respaldo no que Paro (2023) define como o papel ético do educador na formação humana integral. Quando o docente compreende a multiplicidade de capitais que falta ao bolsista, ele atua como uma "ponte", atenuando o choque de *habitus*. O relato das Prounistas 2 e 19 demonstra como além dos pares bolsistas o acolhimento pedagógico transforma a angústia inicial em persistência:

Quando entrei, demorei pra me adaptar, pois parecia que eu estava sozinha e perdida, depois fui me encontrando com meus colegas e com meus professores que sempre prestam o maior apoio para tudo que precisamos e nos aconselham muito. (Prounista 2, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Minha melhor amiga eu conheci aqui, entramos no mesmo dia pelo prouni, aí nos unimos, a faculdade sempre prestou apoio, principalmente quando entrei, pois entrei atrasada, tive apoio da coordenação para tirar dúvidas e dos professores também pois perdi conteúdos, atualmente me sinto bem aqui." (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Essa identificação mútua opera como um mecanismo de salvamento desde o primeiro dia de aula, a agregação não é apenas social, mas tática, a presença da “coordenação para tirar dúvidas” e dos professores que prestam "o maior apoio para tudo que precisamos" e oferecem aconselhamentos é o antídoto direto contra os desafios da permanência discutido na Categoria 4, diferentemente dos professores estigmatizantes, que repelem o *habitus* das classes populares, esses educadores não cobram apenas o desempenho frio dos 75%, mas validam o estudante enquanto "sujeito" de direitos (Paro, 2023). A união imediata entre os bolsistas "entramos no

mesmo dia pelo prouni, ai nos unimos" demonstra também como o capital social de refúgio é acionado instantaneamente para mitigar o desamparo do ingresso tardio.

A atuação do corpo docente e administrativo, quando orientada pela empatia, neutraliza as falhas sistêmicas do ingresso via Prouni, especialmente com relação ao descasamento de calendários discutido na Categoria 3. Diversos relatos evidenciam que o choque de entrar atrasado no semestre é contornado pelo acolhimento humano, como destacam as Prounistas:

No meu caso, tive dificuldade quando iniciei, porquê as aulas já tinham começado, mas os professores ajudaram muito [...] a coordenação do curso e da usf são muito atenciosos e estão sempre disponíveis. (Prounista 3, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Camaragibe-PE. Escala de Acolhimento: 5)

Os professores e a equipe da faculdade sempre se dispõem a tirar minhas dúvidas sobre o funcionamento da faculdade, acredito que esse suporte seja muito importante nesse 1 ano de universidade. (Prounista 21, estudante de Administração - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A magnitude dessa mediação atinge seu ápice quando os estudantes nomeiam os seus benfeitores, gravando-os na memória de sua trajetória, como fez a Prounista 16 ao relatar que: "*em específico, os professores Salgado e Jacimara me ajudaram MUITO me dando um apoio e conselhos*". O aconselhamento pedagógico, nesses casos, consolida a transição da exclusão para o acolhimento, operando a verdadeira formação humana integral (Paro, 2023).

Essa atuação do corpo docente, contudo, muitas vezes extrapola os limites da sala de aula e reverbera na própria sobrevivência material e jurídica do estudante. A proximidade e a abertura para o diálogo com esses mediadores abrem portas para instâncias de apoio institucional, como já demonstrado pela Prounista 19, que relata ter ganho um processo no NPJ "após conversar com um professor". O simples ato dialógico converte-se, assim, em uma mediação valiosa que redistribui capital informacional (Bourdieu, 2007).

Essa mediação docente, aliada ao esforço contínuo do estudante, gera o que podemos denominar de *habitus* de persistência. Segundo Bourdieu (2009), o *habitus* não é um destino fatal, mas um sistema de disposições abertas que pode ser reestruturado pela experiência. O estudante ao submeter-se a um árduo processo de alfabetização acadêmica reconfigura o seu *habitus* através da conversão de capitais (Bourdieu, 2007). O relato do Prounista 22 ilustra de forma magistral essa linha do tempo de reconfiguração do *habitus* através da conversão de capitais:

[...] no início eu me sentia analfabeto, por não saber ler textos, muito menos os filosóficos clássicos. Minhas notas eram relativamente baixas (em torno de 7) no início do curso, já que eu tinha dificuldade com a escrita. No entanto, depois de dois anos eu comecei a me habituar, e minhas notas foram melhorando para 9 e 10. Finalizei com a média em torno de 8.5. Peguei reprovação apenas em uma disciplina que era mais curta, em torno de 3 semanas aos sábados. Era chamada de projeto alguma coisa. Era muito ruim para mim ter de ir aos sábados e no meio tempo eu torci meu pé e faltei algumas semanas. Mas não tive problemas com isso, porque era uma disciplina que todos os cursos tinham que fazer e tinha todo semestre. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Este relato é a prova empírica de que o *habitus* popular pode assimilar os códigos da elite acadêmica através de um esforço heroico. O sentimento de sentir-se "analfabeto" diante de "textos filosóficos clássicos" não reflete uma deficiência cognitiva, mas a ausência inicial de capital cultural institucionalizado que se refere ao reconhecimento oficial e formalizado de competências culturais através de títulos, diplomas e certificações escolares, transformando o saber incorporado em um valor socialmente reconhecido (Bourdieu, 2007). O salto de notas baixas para médias "9 e 10" revela que, após o período de turbulência (frequentemente situado "depois de dois anos"), o bolsista domina a nova linguagem. A convergência de falas revela que o sentimento de estar "deslocado" é uma etapa estrutural e dolorosa, mas transitória, da expansão intelectual. Para que o estudante suporte esse tempo de adaptação sem evadir, o esforço exigido é dilacerante, especialmente porque a excelência acadêmica precisa coexistir com a exploração do trabalho diário e assalariado:

Um dos maiores desafios tem sido conciliar o trabalho com os estudos, já que preciso manter minha renda para ajudar em casa e custear despesas não cobertas pela bolsa. Também foi desafiador adaptar-me à rotina intensa do curso de Direito, que exige muita leitura e dedicação, mas, apesar disso, tenho me esforçado para manter um bom desempenho e seguir firme na formação que o Prouni tornou possível. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1.)

O esforço inegociável para "seguir firme na formação", mesmo precisando "manter a renda para ajudar em casa", evidencia que a adaptação não é natural, ela é conquistada. Esta persistência é frequentemente alimentada por uma forte motivação vocacional e pela percepção do curso como um projeto de vida. O *habitus* de persistência é a verdadeira musculatura acadêmica desenvolvida pelo bolsista para "pegar o ritmo", enfrentar a "muita leitura" e transpor as rotinas exaustivas. No entanto, este é um equilíbrio precário que possui limites materiais e psíquicos. Quando a pressão estrutural suplanta a capacidade de agência e as redes

de apoio falham, o *habitus* de resistência colapsa. O relato do Prounista 23 exemplifica a quebra dessa resiliência em um contexto de crise sistêmica:

Tranquei devido a pandemia, minha dupla pedagógica faleceu durante o isolamento o que desanimou demais e porque o curso virou EAD e eu não consegui acompanhar devido meu trabalho na época 12/36" (Prounista 23, estudante de Pedagogia - USF. Homem. Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Itatiba-SP. Escala de Acolhimento: 3).

A evasão, neste caso sombrio, ocorre quando a sobrecarga do trabalho (12/36) colide com a perda fatal do capital social de refúgio a “dupla pedagógica”, evidenciando que a permanência não depende apenas da vontade individual, mas dá sustentação das condições materiais e afetivas. A trajetória do Prounista não é, portanto, uma linha reta, mas uma curva de superação constantemente ameaçada.

A transição para essa "musculatura acadêmica" atinge o seu ápice quando o estudante transcende a mera sobrevivência e desenvolve uma consciência política sobre o seu lugar no campo. A Prounista 10 quando questionada pela pergunta dissertativa 8 da pesquisa: “A experiência na universidade, viabilizada pelo PROUNI, transformou suas perspectivas de futuro e suas relações sociais? (Você sente por exemplo, que adquiriu novos conhecimentos e habilidades que vão além do diploma?)” oferece uma das reflexões sociológicas mais densas da pesquisa ao desmistificar a aura romântica da academia e revelar como a mediação de um "orientador incrível" contribuiu para a sua leitura crítica da branquitude e do elitismo institucional:

Com certeza, mas não foi a instituição em sua extensa maioria. Além da iniciação científica que realizei com um orientador incrível que não é médico, os espaços que me proporcionaram novos conhecimentos foram externos aos muros acadêmicos. A instituição em si serviu para que eu entendesse que esse espaço realmente não foi pensado para pessoas de qualquer padrão fenotípico, que a academia não está disposta a receber pessoas que não estão em padrões específicos, e que ela não fará nada para mudar. Quando lemos Pacto da Branquitude de Cida Bento, entendemos o porquê disso. Realmente não é vantajoso para a instituição e eu não espero isso dela, hoje eu entendo que sou eu e os meus que precisamos ocupar espaços e propôr as mudanças, não é brigar com quem está fechado para as mudanças, é estar no lugar dessas pessoas e propor as mudanças, por isso eu não desisti e não cancelei minha matrícula. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar genero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A reflexão profunda do Prounista 10 expõe as entranhas do campo acadêmico e a falácia da inclusão meramente estatística. Sob a ótica de Bourdieu (2007), a universidade e especificamente cursos como o de Medicina, opera como um campo de preservação de

privilégios onde o *habitus* dominante é historicamente branco e elitizado. Quando o estudante afirma que o espaço "não foi pensado para pessoas de qualquer padrão fenotípico", ele denuncia a violência simbólica cultural e historicamente institucionalizada: as IES não precisam expulsar os bolsistas fisicamente, basta fazê-los sentirem-se como um "corpo estranho" que não se adequa aos padrões de distinção exigidos.

Contudo, é na mediação docente que a resistência se ancora. O "orientador incrível" atua como um provedor de capital social e cultural que a instituição, enquanto estrutura, disponibiliza para a emancipação do estudante. Essa mediação permite o que Paro (2023) define como a verdadeira educação: o despertar do "sujeito". Ao ler Cida Bento e compreender o "Pacto da Branquitude", o estudante deixa de ler sua dificuldade como uma falha individual (típica do discurso meritocrático) e passa a entendê-la como um projeto político de exclusão.

Aqui, o contexto da prática (Ball, 1994) subverte o contexto do texto: a lei do Prouni garante o acesso, mas é a consciência crítica adquirida "externa aos muros" que garante a permanência simbólica. A Prounista 10 não desiste porque compreendeu que sua presença representa um ato de insurgência política e de classe social, para além da questão racial que fica evidente.

Essa consciência de que o desajuste não reside no indivíduo, mas na estrutura do campo, impulsiona o estudante a uma ressignificação radical de sua trajetória. Se na primeira fala o foco é a decodificação da exclusão, na sequência, a Prounista 10 detalha a transmutação do sofrimento em estratégia de ocupação, revelando a face mais sofisticada do seu *habitus* de resistência:

Hoje eu entendo que eu não estou errado nesse lugar, é esse lugar que está todo errado, mas não vai ser do dia para noite que tudo vai mudar, é preciso ocupar os espaços de tomada de decisão e propor as mudanças, é preciso ter voz e, no momento, eu sou invisível nesse espaço. O diploma é só um papel que serve de passagem pra outros espaços, e conseguindo mais papéis como esse, a gente começa a ser ouvido, enquanto algumas pessoas só precisam nascer pra ser ouvidas outras precisam se provar 10 vezes antes de poder abrir a boca. Isso já me doeu muito, mas hoje estou organizando minha raiva, me organizando com os meus e, logo mais, veremos diferenças. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar genero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A afirmação "eu não estou errado, esse lugar que está todo errado" marca a ruptura definitiva com a subalternidade. Sociologicamente, o estudante opera uma subversão do campo (Bourdieu, 2009): ele aceita as regras do jogo (estudar, tirar notas, obter o diploma) não por submissão, mas para adquirir o capital cultural institucionalizado necessário para "destruir" o silenciamento que lhe é imposto. O diploma deixa de ser apenas uma instrução técnica para o

mercado e torna-se, na visão de Paro (2023), uma ferramenta de luta do "sujeito" pela sua própria humanidade e voz.

A denúncia de que uns "só precisam nascer para serem ouvidos" enquanto ela precisa "se provar 10 vezes" ilustra o ônus extra exigido de quem não herdou os capitais necessários para navegar na elite. Sob a lente de Ball (1994), evidencia-se aqui um efeito de segunda ordem da política: o Prouni produz estudantes e egressos que, atravessados pela tensão entre a face social e a mercadológica, transformam a instrução instrumental em um "passaporte de combate". Ao declarar que está "organizando a raiva", o estudante sintetiza o ápice do *habitus* de resistência: a raiva deixa de ser um afeto paralisante (que levaria à depressão ou evasão, como visto na Categoria 4) e também não significa "brigar com quem está fechado para as mudanças" mais sim converter-se em motor de agência coletiva "me organizando com os meus". A permanência, neste estágio, não é mais um esforço de adaptação, mas um projeto de poder e de transformação social e política das futuras relações deste Prounista dentro da sociedade paulista.

Em suma, a Categoria 5 revela que o sucesso do Prouni não pode ser creditado exclusivamente ao "texto" da política pública (Ball, 1994). A política isenta a mensalidade, mas quem "compra" e "arranca" a permanência de dentro do sistema todos os dias é o Prounista, através da sua rede de familiares, amigos bolsistas, do seu empreendedorismo de sobrevivência e da sua resistência psicológica, frequentemente escudado por educadores que se recusam a operar apenas sob a lógica mercadológica. O diploma do Prouni, ao final deste ciclo, não é apenas um certificado técnico, mas o troféu material de uma longa e exaustiva tática de guerrilha acadêmica.

### **5.3.6 Categoria 6 – A Agência Propositiva: As Vozes e as Demandas dos Prounistas**

Se as categorias anteriores mapearam as barreiras burocráticas (Categoria 3), a hostilidade do campo acadêmico (Categoria 4) e as exaustivas táticas de resistência desenvolvidas pelos estudantes para sobreviver à omissão institucional (Categoria 5), esta sexta categoria transita da análise da sobrevivência para a formulação de demandas estruturais dos Prounistas sob a perspectiva do futuro da política pública. Para evitar a saturação das narrativas de exclusão, o olhar analítico volta-se agora para a agência propositiva.

Os dados qualitativos revelam que os estudantes não são meros beneficiários passivos. Ao contrário, o enfrentamento diário das lacunas do Prouni forja neles uma agudíssima capacidade de diagnóstico. O bolsista abandona a condição de objeto de intervenção estatal e

assume-se como sujeito (Paro, 2023), decodificando as falhas do contexto da prática (Ball, 1994) e propondo políticas de permanência reais, viáveis e urgentes para as IES.

As propostas emergem não como lamentos, mas como um receituário administrativo e pedagógico desenhado por quem vivencia o sistema. Aglutinando essas reivindicações, a análise desdobra-se em três eixos centrais: o acolhimento estrutural e a adequação burocrática (5.3.6.1), a urgência da equidade material e da saúde mental (5.3.6.2) e, por fim, a disputa pelo capital simbólico no ensino, pesquisa e extensão (5.3.6.3).

#### 5.3.6.1 O acolhimento estrutural e a adequação burocrática

O primeiro grande eixo de reivindicação concentra-se na fase mais crítica da trajetória do bolsista: o ingresso. Os dados documentais analisados no Título 3 e 4 evidenciam que o Estado e as IES privadas possuem vastos regulamentos (contexto do texto) para a cobrança e a manutenção burocrática da bolsa, mas são frequentemente silenciosos quanto à recepção desse estudante (contexto da prática). A Prounista 2 sintetiza o desamparo inicial e sugere uma intervenção simples:

Já ouvi falar sobre alguns suportes psicossociais, mas não cheguei a procurar e o que poderia fazer para apoiar melhor é na recepção sobre como funciona a bolsa PROUNI na instituição em si, pois cada universidade é uma coisa diferente da outra e para alunos que vieram do ensino fundamental sem esses conhecimentos porque na escola também não informam e todos caímos de paraquedas. (Prounista 2, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A sensação de "cair de paraquedas" é a materialização exata do choque entre o *habitus* de origem do estudante e o campo acadêmico (Bourdieu, 2009). Ao ignorar a necessidade de decodificar as regras institucionais e burocráticas para quem não possui o capital cultural e informacional herdado, a IES comete uma violência simbólica por omissão. A instituição pressupõe a existência de um "estudante universal" que já domina os trâmites do ensino superior, ignorando as defasagens de quem vem da escola pública. Sob a ótica de Paro (2023), ao negar uma recepção mediadora e transparente, a universidade falha em seu compromisso com a formação cidadã, restringindo-se à frieza de um contrato de prestação de serviços ou de um termo de concessão de bolsa. A demanda da Prounista 2 por uma "recepção sobre como funciona a bolsa" clama pelo direito de compreender o campo em que está pisando, o que rapidamente evolui para propostas de reorganização estrutural mais profundas, como aponta a Prounista 6:

[...] suporte psicossocial e pedagógico teriam sido excelentes e cruciais para mim. Talvez, reuniões de entrada para os alunos prounistas com pessoas que entendem nossas dificuldades financeiras e um suporte pedagógico levando em conta que viemos de escola pública. Seria ótimo uma coordenação apenas para os prounistas e que entendesse nossas limitações e desafios. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

A estudante exige que a "isonomia de fachada" (analisada na Categoria 4) seja substituída por um atendimento pautado pelo marcador de classe, exigindo a presença de "pessoas que entendem nossas dificuldades financeiras". Sociologicamente, a Prounista 6 reivindica que a IES incorpore, em seu quadro administrativo no contexto da prática (Ball, 1994), profissionais capazes de ler e respeitar o *habitus* popular, sem estigmatizá-lo. Ao pedir uma "coordenação apenas para os prounistas", a aluna demonstra compreender que a verdadeira equidade, que nos termos de Bourdieu, (2009), só se realiza quando a instituição reconhece e compensa ativamente a disparidade dos pontos de partida. Trata-se da recusa do discurso meritocrático: a bolsista afirma que as suas "limitações" não são cognitivas, mas estruturais, exigindo, portanto, um suporte equivalente.

Essa necessidade de uma bússola institucional no ingresso é reforçada como uma lacuna de orientação pela Prounista 7: “*Acho que deveria ter maior explicação e mais opções pra quem é PROUNI.*” A fala evidencia que a inclusão burocrática, sem a devida mediação pedagógica, deixa o estudante à deriva no campo. A exigência por transparência burocrática também é um clamor de sobrevivência para os bolsistas parciais, constantemente assombrados pelo risco financeiro, como denuncia e propõe a Prounista:

Acredito que um dos principais pontos de melhoria seria garantir uma comunicação mais clara e um acompanhamento mais atento aos bolsistas, especialmente em questões financeiras. A cobrança de valores indevidos, como ocorreu neste semestre sem solicitação de inclusão de disciplinas, gera insegurança e risco de evasão. A instituição poderia apoiar melhor os estudantes do Prouni com maior transparência administrativa, orientação individualizada e suporte pedagógico contínuo para que consigamos permanecer na graduação com tranquilidade. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1.)

Essa insegurança administrativa relatada pela Prounista 8 revela que a manutenção da bolsa não é apenas uma questão de rendimento acadêmico, mas de sobrevivência em um sistema burocraticamente opaco. Sob a ótica de Bourdieu (2007), a opacidade administrativa atua como um mecanismo de dominação simbólica: o estudante, desprovido de capital informacional prévio sobre os complexos trâmites da IES privada, torna-se vulnerável a erros sistêmicos como

a inclusão de disciplinas que geram um "risco de evasão" artificial. A demanda da Prounista por uma "orientação individualizada" é o pleito pelo fim da invisibilidade do bolsista dentro da máquina institucional.

Essas experiências com o micro-atendimento pavimentam o caminho para a crítica macro-estrutural desta pesquisa, que recai sobre o (des)compasso do próprio calendário do MEC e das universidades. O descasamento entre o período de chamadas do Prouni e o início das aulas nas IES transforma o que deveria ser a realização de um direito em um imediato ônus pedagógico. O Prounista 10 articula esta crítica, exigindo que a IES assuma sua responsabilidade no contexto da prática (Ball, 1994), adaptando-se à realidade da política pública que ela mesma aceitou ao aderir ao programa:

A faculdade adequar seu calendário quando vai receber estudantes que vão entrar com atraso, por exemplo, na medicina acontecia de pelo calendário do prouni os alunos entrarem com 1 mês de atraso, chegando já em semana que tinha provas e tendo que estudar muitas coisas sozinhos, sem o conteúdo. Acredito que se a universidade se candidata a um programa de bolsas ela deve, minimamente, se preparar para receber esses alunos, atrasar o início do primeiro semestre, ou permitir que os alunos entrem na turma do meio do ano, não sei exatamente quais caminhos, mas entendo que é necessário com urgência pensar sobre e encontrar saídas. O estudante bolsista cai de paraquedas, perde a semana de acolhida dos calouros e já começa com o peso de que não pode ir mal nas provas, pois pode perder a bolsa. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

Ao questionar o preparo das instituições, a Prounista 10 opera uma inversão fundamental da lógica meritocrática: não é o estudante que está "atrasado" por falha individual, mas a instituição que está "despreparada" para cumprir sua função social. Sob a lente do ciclo de políticas de Ball (1994), observa-se um conflito entre o contexto do texto (a lei que garante a vaga) e o contexto da prática (a sala de aula que já iniciou e as provas que já estão marcadas). A denúncia de que a universidade "deve, minimamente, se preparar" é o ápice da maturidade política do estudante, que se reconhece como sujeito de direitos e não como um beneficiário de favores.

Para Paro (2023), o fato de o Prounista ser obrigado a "estudar muitas coisas sozinho" para não perder a bolsa revela a face mais cruel da instrução instrumental: a universidade entrega o conteúdo, mas nega a mediação humana necessária para a apropriação desse saber. Ao ignorar o tempo de ingresso do bolsista, a IES transforma o calendário em uma ferramenta de punição silenciosa. Assim, a "armadilha da renda" (discutida na Categoria 3) ganha aqui o reforço da "armadilha do calendário", evidenciando que, sem uma reestruturação do tempo e

do espaço acadêmico no contexto da prática, a inclusão promovida pelo Prouni permanece sendo uma inclusão por muitas vezes precária e desamparada.

### 5.3.6.2 A demanda por equidade material e saúde mental

O segundo eixo de proposições desmistifica a ideia de que a isenção da mensalidade equaciona a permanência. Conforme Rocha (2015) já sinalizava ao estudar a omissão do Prouni em relação ao custo de vida do estudante, e que Varollo (2021) ratifica ao olhar para as IES regionais, a sobrevivência exige aporte material. Os estudantes exigem o fim do silenciamento sobre os "custos ocultos" da graduação. A Prounista 5 mapeia a logística precária das atividades práticas obrigatórias, sugerindo intervenções essenciais:

Acredito que já ajudaria bastante se houvesse algum auxílio de transporte para as atividades práticas que tendem a ser bem longes da universidade. Não possuo carro e a maioria dos meus colegas bolsistas também não, ficamos a mercê da boa vontade dos outros colegas que possuem carro de darem caronas (que em diversas vezes não conseguimos) e de uber, um gasto a mais importante no final do mês e que impacta as contas. E claro, se houvesse um auxílio moradia e um bandeirão, por exemplo, também seria de grande ajuda. (Prounista 5, estudante de Medicina - USF). (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A falta de um "auxílio-transporte" e de uma “bandeirão” escancara que a universidade privada assume a isonomia apenas na sala de aula, ignorando as condições materiais de frequência. Se para o estudante pagante o deslocamento para estágios é um detalhe logístico resolvido pelo capital econômico familiar (posse de veículo próprio), para o bolsista, a mesma exigência curricular converte-se em uma barreira intransponível que o coloca em uma posição de dependência social “mercê da boa vontade dos colegas”.

Essa precariedade material deixa de ser uma vivência isolada e assume contornos de uma crítica estrutural à ausência de políticas de permanência na IES, como reforça a Prounista 10 ao apontar soluções pragmáticas e imediatas:

Outro grande problema são as políticas de permanência, nossa instituição não tem nenhuma, mas uma simples que já faria a diferença seria a possibilidade de ter refeições no restaurante do hospital, por exemplo, é possível entrar no restaurante sem passar pelo hospital, o que facilitaria o fluxo, o gasto com a alimentação já diminuiria, então já ajudaria os estudantes. Auxílio com transporte para locais de estágio também é essencial, é comum estudantes de medicina ter carro, mas estudantes bolsistas não. O essencial seriam espaços em que os estudantes pudessem expor suas dificuldades e sugestões de auxílios, e assim a universidade entender o que é viável e o que não é.

(Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A análise do relato da Prounista 10 revela uma agência política aguçada. O estudante não apenas identifica a falha, mas aponta o caminho técnico no contexto da prática (Ball, 1994): o uso da infraestrutura já existente “o restaurante do hospital” para suprir o déficit de capital econômico. Ao exigir “espaços em que os estudantes pudessem expor suas dificuldades”, o Prounista reivindica a transição do bolsista da condição de “objeto da assistência” para “sujeito da gestão”, conforme preconiza Paro (2023). O estudante denuncia que a universidade, ao ignorar que o bolsista de medicina não possui o mesmo “carro” que o colega pagante, opera uma isonomia cega que, na prática, pune a pobreza e restringe o acesso ao aprendizado prático.

A urgência de uma contrapartida institucional que reconheça o esforço do estudante é sintetizada pelo Prounista 22. Após ter sua estratégia de micro-empresendedorismo (venda de pães de mel) proibida pela reitoria em nome do lucro das cantinas terceirizadas, o estudante propõe a formalização de um suporte vinculado ao trabalho acadêmico: *“Poderiam ter algum auxílio permanência, mesmo que tivéssemos que trabalhar na faculdade para ganhar esse auxílio”*. Esta proposta revela um desejo de integração produtiva que subverte a lógica mercantil da IES. Sob a ótica de Bourdieu (2007), o estudante busca uma forma de converter seu trabalho (capital humano) em auxílio financeiro (capital econômico) dentro do próprio campo, visando sanar a omissão de uma universidade que impede a sua sobrevivência informal, mas não oferece alternativas formais de custeio.

Contudo, a escassez material caminha passo a passo com o desgaste psíquico. As angústias deste percurso, mapeadas por Alvarez, (2022) como crônicas no Prouni, refletem-se diretamente nas propostas por amparo psicológico. Entretanto, os estudantes repudiam iniciativas genéricas ou falhas que operam apenas como uma “maquiagem institucional”, como denuncia a Prounista:

Eles possuem algum programa de terapia, não me recordo o nome... na época me inscrevi mas nunca me chamaram para marcarmos a sessão de terapia. Acredito que se tivesse algum grupo de bolsistas ou programa voltado para bolsistas seria legal para dar apoio psicológico e emocional.(Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento:5).

A fala da Prounista 16 expõe a inoperância do acolhimento atual: um sistema de terapia que, ao não retornar o contato, comete uma nova forma de violência simbólica, gerando a expectativa de cuidado para depois entregar o silêncio burocrático. A demanda por um “grupo

voltado para bolsistas" indica que os estudantes buscam um espaço de homologia de *habitus* (Bourdieu, 2009), onde o sofrimento possa ser compartilhado entre iguais. O Prounista 10 aprofunda essa necessidade ao exigir que a saúde mental no Prouni seja lida sob a lente da classe social:

Conhecer a realidade dos estudantes já seria um começo, criar grupo de apoio com atividade psicossocial específica para os bolsistas, para se encontrarem numa sala da faculdade, por exemplo, e junto de uma pessoa psicóloga e compreendedora das questões medie atividades que ajude os estudantes nesse processo. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar genero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

O aprofundamento da fala da Prounista 10, marca a recusa da patologização individual, dialogando diretamente com a perspectiva de Paro (2023). Para o autor, o sistema educacional falha em sua missão de formação humana integral quando reduz o sofrimento ou a dificuldade do estudante a um déficit clínico ou cognitivo, apagando a sua dimensão histórico-social. Ao exigir uma psicóloga "compreendedora das questões" financeiras, o estudante demonstra uma aguda consciência sociológica de que a sua ansiedade não decorre de uma fraqueza biológica, mas é o sintoma direto do efeito histerese (Bourdieu, 2009). O adoecimento psíquico, neste caso, é a materialização da violência simbólica sofrida ao tentar sobreviver em um campo de elite desprovido do capital econômico adequado (Bourdieu, 2007). Portanto, a demanda por terapia especializada não é um mero pedido de cura clínica, mas uma exigência política para que as IES assumam, no contexto da prática (Ball, 1994), a responsabilidade de mitigar os danos estruturais gerados por uma inclusão materialmente desamparada.

Em suma, as demandas por equidade material e suporte psicossocial especializado revelam que o Prounista não aceita mais a "bolsa-esmola". Eles exigem uma reestruturação do contexto da prática que considere a formação humana integral (Paro, 2023). Ao proporem o uso do refeitório do hospital, auxílios vinculados ao trabalho e terapia focada em classe, os estudantes provam que a verdadeira permanência não se faz apenas com a isenção do boleto, mas com o reconhecimento da dignidade material e psíquica de quem, desprovido de capitais de origem, "arranca" o diploma de um sistema que ainda os enxerga como um corpo estranho.

### 5.3.6.3 A disputa pelo capital simbólico: extensão, pesquisa e currículo

O terceiro e último eixo consolida a mais profunda apropriação sociológica do campo acadêmico por parte do bolsista. Os Prounistas percebem que o diploma, isoladamente, atesta

o capital cultural, mas não forja o capital simbólico exigido pelos extratos superiores do mercado de trabalho (Bourdieu, 2007). Para competir em igualdade, é vital acessar as instâncias de distinção da IES: pesquisa, extensão e ferramentas de excelência. A exigência de paridade material para o estudo é formulada de maneira incontestável pela Prounista:

A instituição, no caso do meu curso, poderia nos auxiliar com um Vade Mecum por exemplo. Ou ainda, com cursos preparatórios para OAB já que, se é bolsista Prouni, compreende-se que o aluno é pobre. (Prounista 18, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Extrema-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Ao afirmar abertamente "compreende-se que o aluno é pobre", a estudante rompe o fingimento pedagógico da universidade e exige reparação técnica. Sob a ótica de Bourdieu (2007), a Prounista denuncia a armadilha do capital cultural institucionalizado: a IES exige o desempenho jurídico, mas ignora que a posse das ferramentas de trabalho (o livro técnico e o curso preparatório) depende exclusivamente do capital econômico. Sem esse aporte, a meritocracia torna-se uma ficção, pois o ponto de chegada (a aprovação na OAB) é o mesmo, mas os meios de produção do conhecimento são negados ao bolsista.

Na mesma linha, a Prounista 3, que vivenciou os desafios da transição para o ambiente digital, sugere: "*O que teria me ajudado no início era um suporte maior das matérias online*". Essa demanda evoca a necessidade de mediação pedagógica em tempos de financeirização e digitalização do ensino. Para Paro (2023), o suporte digital não pode ser apenas técnico, ele deve ser um espaço onde o "sujeito" se sinta amparado, evitando que o EAD se torne uma forma de exclusão qualificada onde o estudante é abandonado à própria sorte diante de uma tela.

No que tange à distinção de currículo, os Prounistas propõem ativamente a abertura dos "muros" extracurriculares. A Prounista 19 sugere: "*descontos em cursos extracurriculares para estudantes do prouni, permitindo que eles possam fazer também, acho legal*". Esta agência propositiva visa combater o que Bourdieu (2007) chama de "estratégias de distinção". O bolsista percebe que, enquanto ele se limita à grade obrigatória por falta de recursos, o estudante pagante acumula selos de extensão que valorizam o seu *habitus* profissional.

O fomento à convivência acadêmica produtiva é proposto pelo Prounista 14 que aponta para a necessidade de: "*incentivar grupos de estudos e interações*" reconhecendo que a permanência solitária é mais frágil. Essa demanda por sociabilidade intelectual e por democratização, atinge o seu cume, ao reivindicar cotas específicas para pesquisa e extensão:

[...] a instituição deveria reservar vagas apenas para alunos prouni terem a oportunidade de ganhar bolsas quando há pesquisa científicas, e ate mesmo

uma quantidade delimitada de cursos gratuitos para que os bolsistas possam participar de forma gratuita, por diversas vezes me interessei pelos cursos de extensão porém nunca pude fazer pois não tenho condições. (Prounista 20, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Piracaia-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Ao demandar vagas exclusivas para bolsistas em Iniciação Científica e gratuidade na Extensão, a estudante recusa a limitação do Prouni à mera "instrução de sala de aula". Na ótica de Paro (2023), ela exige o direito à educação integral: o acesso à produção de ciência e ao contato com a comunidade. Sociologicamente conforme Bourdieu, (2007), ela está exigindo acesso aos mecanismos de legitimação que garantem a conversão do título acadêmico em real prestígio social e mobilidade de classe, em disputa pelo capital simbólico do campo. A Prounista sabe que a Iniciação Científica é a "joia da coroa" da graduação e que, ao ser excluída dela por critérios que privilegiam quem tem tempo e dinheiro, o Prounista permanece na periferia do prestígio acadêmico.

Em suma, a Categoria 6 consolida o diagnóstico de permanência desta pesquisa provando que muitos Prounista possuem plena clareza sobre os déficits da política pública. As unidades de registro integradas aos eixos desta categoria formam um manifesto por equidade formulado no contexto da prática (Ball, 1994). Elas advertem o Estado e a IES privadas que a isenção tributária resolveu o acesso, mas a verdadeira democratização do ensino superior exige investimentos estruturais em coordenação técnica, saúde mental, auxílios materiais (transporte e alimentação) e fundamentalmente, a garantia de inserção nos espaços de excelência da pesquisa e da extensão. Os bolsistas não pedem apenas para "entrar" na universidade; eles exigem os meios para "serem" a universidade em sua total plenitude formativa.

### **5.3.7 Categoria 7 – A Tensão Formativa: Instrução Instrumental x Formação Humana Integral**

A efetividade de uma política pública de acesso ao ensino superior não se encerra na viabilização da matrícula ou nas táticas de sobrevivência material. Para avaliar a profundidade do impacto do Prouni, é imperativo adentrar a sala de aula e questionar a natureza do saber que está sendo apropriado pelos bolsistas. Esta categoria dedica-se a investigar se a experiência universitária no interior paulista tem proporcionado a apropriação histórico-cultural necessária para a emancipação do sujeito ou se tem se restringido ao adestramento técnico para o mercado de trabalho.

A moldura teórica que guia esta análise é a tensão entre a instrução instrumental e a formação humana integral, categorias cunhadas por Paro (2023). Segundo o autor, a verdadeira

educação implica a apropriação da cultura em toda a sua amplitude, permitindo que o sujeito se reconheça como agente histórico e político. Em contrapartida, a instrução instrumental foca exclusivamente na transmissão utilitária de saberes fragmentados, convertendo o estudante em mero repositório de técnicas visando à sua submissão às demandas do capital.

Nos dados empíricos, essa disputa pedagógica revela-se não como uma abstração acadêmica, mas como uma tensão cotidiana vivenciada pelos bolsistas. A análise desdobra-se em três movimentos: o embate contra a hegemonia mercadológica do currículo (5.3.7.1); a busca por humanização nas margens institucionais, como nos estágios e na mediação docente (5.3.7.2); e, por fim, a profunda reconfiguração do *habitus* e a conquista da consciência de classe (5.3.7.3).

#### 5.3.7.1 A instrução instrumental e o esvaziamento crítico

A imersão dos bolsistas nos cursos das IES privadas revela, de imediato, o peso do contexto da prática (Ball, 1994) subordinado à lógica de mercado. Para muitos Prounistas, o currículo formal atua como uma esteira de produção voltada exclusivamente para a inserção profissional e a aprovação em exames técnicos, negligenciando a formação cidadã. A reflexão da Prounista 17 expõe essa carência estrutural da instituição, ao creditar o desenvolvimento crítico não à IES, mas à matriz de seu curso específico:

Acredito que teve espaço para os dois, mas não acredito que foi algo que a universidade proporcionou. Acredito que tenha mais a ver com o curso que eu escolhi, que é um curso mais crítico. (Prounista 17, egressa de Serviço Social - USF. Mulher. Bolsa Perdida. Escola Pública. Origem: Itaquaquecetuba-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A fala da egressa evidencia que, no ensino superior privado contemporâneo, a formação emancipadora não é por vezes um projeto universal das universidades, mas uma exceção relegada a "cursos mais críticos" da área de humanas. Em áreas de maior prestígio e concorrência, o silenciamento pedagógico é a regra. A crítica mais contundente a esse esvaziamento, emerge no relato da Prounista 10 de Medicina:

A instituição só forma para o mercado de trabalho, não existe nessa instituição e na maioria das instituições de ensino médico no Brasil, a formação de cidadãos críticos e conscientes socialmente. Temos algumas matérias que se propõe a trazer reflexões, mas são 2 ou 3 durante 12 semestres de aula, muitas vezes são matérias vistas como desimportantes pela maioria dos alunos, justamente porque não há compreensão da necessidade de se adquirir esses conhecimentos. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não

declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A denúncia da estudante é o retrato exato do que Paro (2023) classifica como a negação da educação. A desproporção curricular "2 ou 3 (disciplinas) reflexivas durante 12 semestres" evidencia que a estrutura do curso de Medicina prioriza o acúmulo de capital cultural puramente técnico, esvaziando o papel humanístico do profissional. Sob a ótica de Bourdieu e Passeron (1992), a medicina opera historicamente como um campo de distinção e conservação de poder das elites. A observação de que os próprios pares consideram essas disciplinas "desimportantes" revela a introjeção dessa lógica de distinção: para o "aluno-cliente", possuidor do *habitus* dominante, qualquer saber que não seja diretamente conversível em capital econômico ou status biológico-técnico é descartado. O currículo, portanto, não é neutro, ele reproduz ativamente as desigualdades ao negar aos estudantes uma formação humanista (Paro, 2023) necessária para a transformação da sociedade. Essa hegemonia da formação utilitarista é corroborada por outras vozes, como a da Prounista 6 da Medicina e da Prounista 20, que expõe uma dupla precarização em seu curso de Direito:

A universidade me preparou apenas para o mercado de trabalho, se eu não tivesse tido experiências fora dela eu não teria senso crítico e nem mesmo empatia. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

Acredito que a universidade esta nos preparando apenas para vida profissional, tendo em vista a falta de qualidade de alguns professores que mal conseguem passar o mínimo da matéria, a maior parte das matérias tenho que estudar por fora. (Prounista 20, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Piracaia-SP. Escala de Acolhimento: 5).

As denúncias combinadas das Prounistas 6 e 20 escancaram o efeito de segunda ordem do Prouni dentro do contexto da prática (Ball, 1994). O Estado isenta o pagamento, mas delega a formação a uma iniciativa privada que, na percepção da Prounista, não entrega a qualidade esperada: "falta de qualidade de alguns professores", forçando o bolsista a assumir a dupla jornada de "estudar por fora" em busca da sua própria formação humana (Paro, 2023).

Mais grave ainda é o relato sincero da Prounista 6 de que, sem experiências externas, "não teria senso crítico nem mesmo empatia". Em termos sociológicos, o campo elitizado de cursos como o de Medicina, tende a desprezar o capital simbólico do cuidado e da cidadania, atuando apenas como transmissora de um capital cultural "técnico" (Bourdieu, 2007). Segundo Paro (2023), ao produzir médicos sem empatia, se corrompe a essência da profissão, revelando

que a política pública democratizou o ingresso, mas não conseguiu democratizar uma formação humana integral nos espaços de elite (Paro, 2023).

A insatisfação com a instrumentalização atinge também os arranjos pedagógicos baseados no EAD. O relato do Prounista 23 explicita o descompasso entre a proposta formativa teórica e a realidade do ensino digital:

[...] A maioria das matérias EAD que tivemos são justamente sobre esses temas mais amplos como ética, valores e afins. O curso em si é bem teórico, gostaria que houvesse mais práticas da profissão. Mas ele é muito rico em ensinamentos. (Prounista 23, estudante de Pedagogia - USF. Homem. Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Itatiba-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Ainda que o estudante reconheça a riqueza dos "ensinamentos", sob a lente do contexto da prática (Ball, 1994), a terceirização do pensamento crítico para o modelo assíncrono é uma estratégia de precarização pedagógica. O fato de que "temas mais amplos como ética e valores" sejam relegados ao EAD sugere um barateamento intencional da formação humanística. As IES delegam as reflexões sociais que exigiriam mediação viva, debate e confronto de ideias (Paro, 2023), ao ensino massificado pelas telas, reservando o tempo presencial (mais custoso à instituição) para o treinamento técnico conteudista e avaliativo. Trata-se, aos olhos de Bourdieu (2007), de uma desvalorização sistemática do capital cultural humanístico em detrimento da técnica exigida pelo mercado. A Prounista 8 ilustra perfeitamente essa balança desregulada dentro do campo acadêmico:

Acredito que a universidade me preparou para ambos, mas de formas diferentes. Em muitos aspectos, o curso foi voltado para o mercado de trabalho, com foco técnico e prático, especialmente na área jurídica. No entanto, também houve momentos em que pude desenvolver uma visão mais crítica e consciente sobre a sociedade, o Direito e o papel do profissional na transformação social. Ainda assim, percebo que o preparo para o mercado é mais evidente, enquanto a formação humana e cidadã poderia ser mais valorizada e integrada às práticas acadêmicas do dia a dia (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A ponderação madura da Prounista 8 sintetiza a tensão constante analisada nesta seção. Ao constatar que "o preparo para o mercado é mais evidente" e que a formação cidadã não está "integrada às práticas do dia a dia", a estudante evidencia que a lógica mercadológica impera sobre o currículo (Paro, 2023), no contexto da prática (Ball, 1994) em diálogo com Bourdieu (2009), a percepção aguda dessa defasagem mostra que o *habitus* de resistência do estudante consegue identificar a incompletude do que lhe é oferecido. O Prouni insere o indivíduo no sistema, contudo, a sua apropriação crítico-histórica (Paro, 2023) fica refém de uma

acumulação truncada. O estudante obtém o diploma, mas para não sucumbir à frieza da instrução instrumental, o bolsista é forçado a buscar a sua verdadeira humanização nas margens da matriz curricular, através de estágios, diálogos e vivências periféricas.

### 5.3.7.2 As trincheiras da humanização: estágios, extensão e mediação docente

Diante de um currículo formal majoritariamente engessado pela instrução instrumental, o Prounista não se rende à alienação acadêmica. Os dados revelam que o estudante subverte a limitação do campo ao buscar a verdadeira apropriação histórico-cultural (Paro, 2023) nas "margens" ou "trincheiras" da vivência universitária. Essa formação humana integral é frequentemente "arrancada" através da mediação de professores específicos, da troca com os pares e, fundamentalmente, na imersão prática dos estágios e projetos de extensão.

Essa mediação docente na trajetória do Prounista 22, revela que a identificação com a formação humana integral muitas vezes precede o ingresso na IES, sendo despertada por mediadores que desafiam a lógica do "conteúdo bobo":

No ensino médio eu tive um professor de Filosofia que estava fazendo mestrado na PUC Campinas, e suas aulas costumavam me fascinar BASTANTE. As discussões morais e éticas que ele nos trazia me estimulavam bastante, sendo uma das únicas aulas que eu realmente tinha interesse em estudar. A maioria das outras aulas eu achava com conteúdos bobos, lógicos, com alunos que não deixavam o professor dar aula. [...] Só gostava da aula de Filosofia e de Geografia, que foram os dois cursos que me inscrevi na universidade. Eu gostava dessas duas disciplinas porque os professores se esforçavam muito para conseguir ensinar. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

O relato do Prounista 22 é a materialização da tese de Paro (2023): a educação só acontece quando há fascínio pela apropriação da cultura. Ao classificar as demais aulas como "conteúdos bobos", o estudante denuncia o tédio gerado pela instrução instrumental que, mesmo no ensino básico, foca na repetição lógica em vez da provocação ética. O professor mediador, ao trazer "discussões morais", atuou como o agente que reconfigurou o *habitus* (Bourdieu, 2009) do jovem, permitindo que ele vislumbrasse na universidade (no caso, a PUC Campinas) não apenas um meio para obter um emprego, mas o local para continuar o exercício da reflexão crítica. Sob a ótica de Ball (1994), o "contexto da prática" pedagógica subverteu o "texto" do currículo massificado e orientado ao mercado. A resistência contra a hegemonia mercadológica dentro da própria sala de aula depende intrinsecamente da postura ética do educador. A Prounista 18 sintetiza essa dualidade ao relatar:

As duas coisas. O foco da universidade é o mercado de trabalho, mas alguns professores contribuíram para o desenvolvimento do nosso senso crítico. (Prounista 18, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Extrema-MG. Escala de Acolhimento: 5).

A constatação de que "o foco é o mercado", contrabalançada pela ressalva de que "alguns professores contribuíram", evidencia que a humanização da educação no ensino superior privado não é, em regra, um projeto institucional, mas um ato de resistência individual do corpo docente. Essa mediação que tenta equilibrar as demandas estruturais é percebida pela Prounista 21: *"Acredito que para os dois, os professores levam muito em conta que tipo de profissionais vamos ser no mercado de trabalho, mas também desenvolvem muito a parte técnica"*.

Em determinadas licenciaturas, essa simbiose entre instrução e formação é favorecida pela própria natureza do campo, como pontua o Prounista 9: *"Por ter feito um curso de formação de professores/as, a preparação foi para ambos"*. Mais do que transmissores de conteúdo, esses professores acolhedores atuam como verdadeiras "pontes" para o acúmulo de capitais fora da sala de aula, como relata a Prounista 3 ao avaliar se a formação foi para o mercado ou para a vida: *"Ambos, tive aulas muito boas e oportunidades de estágio, sendo indicada por professores"*.

Sob a lente de Paro (2023), esses educadores atuam como mediadores vitais que resgatam o estudante da condição de mero assimilador de técnicas, provocando o "desenvolvimento do senso crítico". Essa ampliação da visão de mundo também é potencializada pelo capital social construído no convívio diário com a diversidade (Bourdieu, 2007). A Prounista 24 destaca a riqueza dessa pluralidade:

Houve espaço para os dois desenvolvimentos, tanto para a parte prática, quanto para o pensamento crítico e consciente. Tanto nas discussões em sala de aula, quanto aos estudos, aos colegas que levantavam outros questionamentos ou traziam outras demandas que eu não conhecia. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2).

Sociologicamente (Bourdieu, 2009), o contato com "colegas que traziam outras demandas" funciona como um catalisador para a expansão do *habitus* do bolsista. O aprendizado transcende a lousa e materializa-se na alteridade, forjando uma cidadania ativa. Contudo, é na saída do espaço físico da IES, através dos estágios e da prática profissional, que a formação humana atinge seu ápice (Paro, 2023). A teoria fria, muitas vezes desprovida de humanidade, é tensionada pela realidade social, como relata a Prounista 19:

Me apaixonei pela carreira pública graças ao estágio que conheci na faculdade, o que além de me dar experiência, fez com que eu desenvolvesse mais empatia, e me mostrou que o direito é um curso que exige humanidade, empatia e cuidado, pois de certa forma cuidamos da vida das pessoas, tirando a visão que eu tinha de que o direito exigia apenas seriedade sabe, sem espaço para empatia. (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

O estágio, neste relato, atua como o laboratório da formação humana integral (Paro, 2023). Ao perceber que o Direito exige "cuidado com a vida das pessoas", a estudante rompe com a racionalidade instrumental "apenas seriedade" que coisifica as relações e assume uma postura cidadã. No contexto da prática (Ball, 1994), o estágio subverte o currículo utilitarista, permitindo que a bolsista converta o saber técnico em capital simbólico e social (empatia e humanidade) (Bourdieu, 2007). A profissão deixa de ser lida apenas como um meio de sobrevivência mercadológica e passa a ser internalizada como um instrumento de intervenção cidadã.

Essa transformação pelo contato prático é tão marcante que a Prounista 16 crava: "*Com toda certeza! Aprendi muito principalmente através dos meus estágios*", detalhando em seguida a magnitude existencial dessa vivência narrando como a prática profissional a reconfigurou seu *habitus* geográfico e cultural de origem:

Houve espaço para os dois. Com todas as experiências que tive dentro da universidade e também com os estágios, me fizeram sair da bolha de cidade pequena do interior, portanto me transformaram em alguém mais consciente das próprias escolhas e mais segura nas minhas decisões, além de aprender a lidar e conviver com diferentes tipos de pessoas e realidades. Somando o aprendizado da graduação com os estágios, pra mim é como se tudo tivesse me moldado para me levar aonde estou hoje, como se eu pudesse enxergar os processos e oportunidades de forma mais fácil e objetiva, como se administrar fosse algo fácil comparado com outras pessoas que não tiveram a mesma formação que a minha. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

A expressão "sair da bolha" é a tradução empírica da superação das restrições do capital geográfico (discutido na Categoria 2) e da expansão do *habitus* de origem (Bourdieu, 2009). Ao aprender a "conviver com diferentes tipos de pessoas e realidades", a egressa comprova que o contexto da prática (Ball, 1994) proporcionado pelo estágio preencheu a lacuna de humanização deixada pelo currículo instrumental. Mais do que isso, a constatação de que se tornou "mais segura nas minhas decisões" reflete a conquista da autonomia intelectual

preconizada por Paro (2023): o sujeito emancipa-se, convertendo a instrução em poder real de leitura do mundo ao "enxergar os processos de forma mais fácil".

Além dos estágios, os projetos de extensão e as políticas de aproximação com a comunidade atuam como fronteiras vitais dessa humanização. O Prounista 23 exemplifica essa imersão na rede pública: "*Além da bolsa do prouni, participei de programas do CAPS onde estudantes de pedagogia poderiam receber uma renda extra, como o MAIS ALFABETIZAÇÃO e a Residência pedagógica, gostei muito*". Essas vivências materializam a formação cidadã, como ressalta a Prounista 5:

Acredito que houve espaço para os dois. Em todas as matérias vemos um pouquinho de cada um desses aspectos. Além de projetos de extensão que também colaboram para essas formações. (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Sob a ótica de Ball (1994) no contexto da prática, esses projetos extracurriculares e programas de residência representam fissuras enriquecedoras no modelo mercadológico das IES, permitindo que o estudante aplique o saber na comunidade. Ao afirmar que tais projetos "colaboram para essas formações", evidencia-se que o capital social construído nessas interações (Bourdieu, 2007) é indissociável da formação do sujeito ético (Paro, 2023). Essa constatação de que a formação transcende o script oficial é perfeitamente amarrada pela Prounista 7:

Houve espaço para os dois sim, acho que depende muito do nosso ponto de vista e vivência, mas existem matérias e estágios que nos fazem criar esse aspecto mais crítico. (Prounista 7, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Cássia-MG. Escala de Acolhimento: 2).

O reconhecimento de que a formação crítica "depende muito do nosso ponto de vista e vivência" atesta que a educação integral (Paro, 2023) não é um produto entregue passivamente pela instituição, mas uma conquista ativamente formulada pelo *habitus* do estudante.

Em síntese, os dados evidenciam que as IES privadas frequentemente oferecem apenas o esqueleto técnico (instrução instrumental), mas são as experiências práticas, a extensão e as mediações docentes periféricas que dão vida à formação humana do bolsista. No embate do contexto da prática (Ball, 1994), o Prounista subverte o treinamento de mercado, converte os seus capitais culturais e sociais recém-adquiridos (Bourdieu, 2007) e forja, por mérito de sua própria agência, a sua autonomia ética, social e política (Paro, 2023).

### 5.3.7.3 A reconfiguração do *habitus*: emancipação e consciência de classe

O estágio final da tensão formativa reside na metamorfose subjetiva do estudante. Para além do acúmulo de técnicas ou da sobrevivência em estágios, a experiência universitária viabilizada pelo Prouni provoca o que Bourdieu (2009) define como uma reconfiguração do *habitus*. Ao ser deslocado de sua realidade originária e lançado em um campo de disputa simbólica e cultural, o bolsista não apenas aprende uma profissão, ele reconstrói a sua identidade, rompe com estruturas de opressão herdadas, amplia seus horizontes e adquire uma aguda consciência de sua posição social.

Essa expansão da visão de mundo é sintetizada pelo Prounista 21, que relata: *"Sim, abriu minha visão de que posso e devo buscar sempre mais e o melhor para meus estudos na área que quero crescer"*. O desejo de "buscar sempre mais" evidencia a superação da barreira das baixas expectativas de classe, enquanto o Prounista 3 aponta para a politização desse novo olhar: *"Me fez enxergar mais as questões políticas e sociais do Brasil"*.

Essa transição do indivíduo da condição de espectador para a de sujeito crítico confirma que a formação acadêmica, quando ultrapassa o tecnicismo, permite que o bolsista se reconheça como pessoa em sua totalidade: *"Me preparou muito para os dois (mercado e vida), mas como pessoas mais ainda"* (Prounista 2). A prova mais contundente dessa reconstrução cultural e pessoal emerge no relato do Prounista 22, que descreve a universidade como um espaço de libertação existencial e ruptura com o *habitus* de origem:

Contribuiu muito mais para a vida do que para o mercado, já que hoje eu não atuo no mercado de trabalho em nada com minha formação inicial. No entanto, a formação epistemológica, política, ética, foi revirada de ponta cabeça, o que para mim vale muito mais do que o mercado de trabalho. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Minha base cultural foi reformulada e reconstruída praticamente do zero. As pessoas que conheci e o mundo que eu tive contato foi muito diferente do que eu tinha em Amparo, muito marcado por homofobia, sertanejo e machismo. Foi a partir da oportunidade que eu tive de vivenciar um outro mundo cultural que eu pude me aceitar e me assumir como gay. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Este depoimento ilustra a vitória definitiva da formação humana integral (Paro, 2023) sobre a instrução instrumental. Para o egresso, o diploma técnico é secundário frente à "revirada de ponta cabeça" em suas percepções sobre ética e política. A universidade ofereceu o capital cultural necessário para que ele questionasse o *habitus* conservador e as estruturas de opressão

(machismo e homofobia) de sua cidade de origem inscritas em seu *habitus* primário (Bourdieu, 2009), permitindo uma formação humana e libertadora. Sob a ótica de Bourdieu (2007), houve aqui uma conversão de capitais bem-sucedida: o acesso ao campo acadêmico (capital cultural institucionalizado) permitiu a conquista de um capital simbólico de autonomia e aceitação individual. A universidade atuou como o campo de possibilidades que permitiu ao sujeito "desaprender" a submissão e "aprender" a própria liberdade.

Essa transição para a maturidade e o senso de responsabilidade é um traço comum que marca os efeitos de segunda ordem (Ball, 1994) da política pública. O Prouni não apenas coloca o estudante na sala, ele altera a trajetória de vida, como revelam as Prounistas 6 e 8:

Sinto que me tornei mais responsável, engajada e realista. Tive que me virar para estar aqui hoje e isso me deu um "conhecimento de mundo". Tive contato com outras realidades sociais, que me abriram a porta para tudo que eu poderia fazer. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

Sim. A experiência na universidade, proporcionada pelo Prouni, transformou profundamente minhas perspectivas de futuro. Além da formação acadêmica, adquiri maturidade, disciplina e uma visão mais ampla sobre meu papel na sociedade. Desenvolvi habilidades que vão além do diploma, como comunicação, empatia e senso de responsabilidade social. Essa oportunidade ampliou minhas possibilidades profissionais e me fez acreditar que, com esforço e dedicação, é possível alcançar estabilidade e contribuir de forma positiva para a vida das pessoas e para o serviço público. (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A análise desses relatos sob a luz de Paro (2023) evidencia que o "conhecimento de mundo" e a "maturidade" citados são os frutos da apropriação da cultura como ferramenta de sobrevivência e poder. Para Ball (1994), esses resultados demonstram que, no contexto da prática e dos resultados, a política gera transformações que extrapolam o texto da lei: o bolsista deixa de ser um "número de CPF beneficiado" para se tornar um cidadão engajado e realista. A crença na possibilidade de "contribuir para a vida das pessoas" marca a superação do individualismo mercadológico em prol de uma ética profissional humanizada. Esse amadurecimento é, na verdade, a construção de um novo projeto de vida pautado pela esperança, como pontuam outros bolsistas:

A universidade vai mudar minha realidade financeira e social completamente após a formação. Hoje vejo o futuro com muitas expectativas e esperança. Dentro do curso também temos possibilidade de conviver com diversos tipos de pessoas, realidades e situações. Acredito que isso traga uma enorme experiência para a vida. Além disso, é claro, o conhecimento técnico e acadêmico que desenvolvi ao longo dos anos (Prounista 5, estudante de

Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Acredito que houve espaço para os dois, me preparou mais como cidadão crítico e consciente. (Prounista 13, egressa de Turismo - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança-Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Gosto muito de ser universitário, pretendo continuar estudando depois que me formar. Parece que dá um propósito e uma expectativa a mais de um futuro melhor. (Prounista 23, estudante de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Itatiba-SP. Escala de Acolhimento: 3).

A tríade de falas dos Prounistas consolida a ideia de que a universidade atua como um divisor de águas nas trajetórias de classe. A "esperança" e o "propósito" indicam que a universidade no contexto da prática (Ball, 1994) atua como um divisor de águas nas trajetórias de classe. O campo acadêmico forneceu a esses sujeitos o que Bourdieu (2007) chama de "sentido do jogo": eles agora dominam as regras e sentem-se autorizados a projetar futuros que antes lhes eram interditados. Contudo, essa ascensão não gera alienação; ao contrário, o fato de ser "bolsista" em um ambiente elitizado aguça o olhar crítico sobre a desigualdade.

A Prounista 7 expressa essa consciência de classe de forma contundente: *“Com certeza, até mesmo por ser Prouni em meio a tantos pagantes [...] nos fazem ter uma sensação e percepção diferente dos acontecimentos.”* Essa percepção de si como parte de um coletivo traduz-se em uma valorização política da política pública. O bolsista percebe que sua trajetória não é fruto apenas de um esforço isolado, mas de um pacto social, como revela o Prounista 14:

Sim, valorização das oportunidades oferecidas, saber que o imposto pago é utilizado de forma justa para auxiliar aqueles que precisam e tornar parte da transformação educacional e social (Prounista 14, egresso de Turismo - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Sim. Acredito que me trouxe percepções acerca da importância da bolsa para o acesso das pessoas ao ensino superior. (Prounista 17, egressa de Serviço Social - USF. Mulher. Bolsa Perdida. Escola Pública. Origem: Itaquaquecetuba-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Ao mencionar o "imposto pago", o egresso demonstra uma profunda consciência de cidadania fiscal e justiça social. Para Paro (2023), este é o ápice da educação: quando o indivíduo compreende a engrenagem social que sustenta seu acesso e deseja tornar-se "parte da transformação". Essa percepção da importância do acesso é reforçada pela Prounista 17 e culmina no sentimento de solidariedade relatado pela Prounista 2, que agora nutre: *"empatia, e principalmente preocupação pelos estudantes que estão vindo"*.

Em suma, a Categoria 7 revela que a disputa entre a instrução instrumental e a formação humana integral é vencida, em grande medida, pela agência e resistência do estudante. Embora a estrutura das IES privadas frequentemente foque no mercado, o bolsista utiliza o Prouni como uma poderosa ferramenta de conversão de capitais (Bourdieu, 2007): ele converte o esforço acadêmico em consciência política, o diploma técnico em emancipação ética e a convivência na elite em orgulho de sua trajetória de classe. A universidade, para esses sujeitos, cumpriu sua função mais nobre conforme preconiza Paro (2023): não apenas produziu profissionais para o capital, mas formou para vida seres humanos aptos a transformarem suas próprias realidades e a sociedade ao seu redor.

### **5.3.8 Categoria 8 – Efeitos de Segunda Ordem e Mobilidade Social: A Conversão do Diploma**

O ápice da avaliação de uma política pública de acesso ao ensino superior reside na materialidade de seus resultados pós-formatura. Após a análise das barreiras de permanência e da tensão formativa, esta última categoria dedica-se a responder à hipótese central da pesquisa: o diploma do Prouni atua como um real vetor de mobilidade social no interior paulista? O foco recai sobre a capacidade do egresso de converter o capital cultural institucionalizado (o diploma) em capital econômico (emprego e renda) e social/simbólico (prestígio e redes de contatos) no implacável campo do mercado de trabalho (Bourdieu, 2007). Os dados demonstram que a formatura não encerra a luta do bolsista, ao contrário, ela inaugura uma nova fase de disputas. As vivências analisadas a seguir revelam os reais efeitos de segunda ordem (Ball, 1994) do Prouni: da euforia do diploma como "passaporte de acesso" (5.3.8.1), passando pelo choque de realidade em um mercado de trabalho lido como um "mar de tubarões" (5.3.8.2), até a consolidação de estratégias de conversão de capitais e subversão do sistema por parte de sujeitos emancipados (5.3.8.3).

#### **5.3.8.1 O diploma como passaporte simbólico e a hierarquia dos campos**

Para o estudante de origem popular, a obtenção do diploma transcende a mera certificação profissional, ela é vivenciada como a quebra de um ciclo histórico de exclusão e a materialização do capital cultural institucionalizado (Bourdieu, 2007). Se o ingresso foi um choque e a permanência uma tática de resistência, a formatura é o momento em que o sujeito

acredita ter em mãos a moeda de troca definitiva para a mobilidade social. A Prounista 25 sintetiza a transição idealizada pelo contexto do texto (Ball, 1994) da política pública:

Para mim, o diploma representou a concretização de um sonho. Eu imaginei que a transição entre a graduação e o mercado de trabalho seria um período de incertezas mas, no meu caso, foi uma transição tranquila, já que me formei com uma proposta de emprego. (Prounista 25, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A trajetória da Prounista revela o sucesso pleno da conversão de capitais: o esforço acadêmico converteu-se em título, que imediatamente converteu-se em capital econômico (emprego). Sob a ótica de Ball (1994), este é o efeito de segunda ordem mais desejado: quando a política não apenas inclui, mas garante o fluxo de saída para a elite do mercado. No entanto, essa transição linear não é apenas uma questão de sorte, mas da legitimação que o diploma confere ao sujeito. A expectativa de que essa certificação "abre as portas" e restaura a cidadania é endossada pela Prounista 20: *"Sinto que no futuro terei dignidade da pessoa, pois poderei exercer uma profissão e não mais passar por dificuldades, o prouni abre as portas para o futuro das pessoas"*.

Para Paro (2023), essa busca pela "dignidade" através do diploma confirma que a educação é a única via de atualização histórico-cultural que permite ao indivíduo deixar de ser apenas "mão de obra" para tornar-se "pessoa". Esse sentimento de esperança e expansão de horizontes é reforçado pelas Prounistas 5 e 24:

Ainda não formei, então esse é um desafio que vou enfrentar daqui alguns anos. Mas[...] vejo o futuro com muitas expectativas e esperança. (Prounista 5, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Sem dúvida a minha perspectiva de futuro melhorou. Além do diploma do ensino superior, de uma boa universidade, eu tive acesso a outros lugares e possibilidades que, talvez, sem a faculdade, eu não tivesse acesso. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2)

A análise desses relatos revela que o diploma atua como um desinibidor social. Para Bourdieu (2007), o acesso a "outros lugares e possibilidades" significa a entrada em campos sociais antes interditados ao *habitus* de origem. O título acadêmico funciona como um salvo-conduto que autoriza o bolsista a circular por espaços de prestígio, alterando a percepção de si e do mundo. É o que Ball (1994) identifica como a mudança ontológica provocada pela política:

o sujeito não apenas "tem" um curso, ele "é" um universitário ou um bacharel, o que redefine sua posição na estrutura social.

Dentro dessa lógica, o bolsista frequentemente apegase à crença meritocrática de que o mercado julgará todos com a mesma régua, ignorando as barreiras invisíveis da classe. A Prounista 1 manifesta essa confiança na isonomia do título:

Acredito que não terá diferença do peso de um diploma de um aluno pagante para um aluno bolsista, até pq o diploma será o mesmo, e é até um mérito ser bolsista pois é sinal que batalhamos. (Prounista 1, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: São Paulo-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Essa visão do "mérito como diferencial" é uma tentativa de converter o estigma da pobreza em um ativo de resiliência. A Prounista 2 corrobora essa perspectiva ao sugerir que a superação pode ser um trunfo: *"depende muito da empresa também, para algumas empresas pode ser um diferencial de potencial maior"*. Sociologicamente, essa narrativa busca compensar o déficit de capital social (contatos e influência) com um excesso de "esforço demonstrado".

No entanto, a confiança na conversão automática do diploma varia drasticamente de acordo com a hierarquia campo científico (Bourdieu, 2007). Enquanto estudantes de cursos como o de Direito expressam cautela, estudantes de cursos como Medicina e Administração demonstram uma tranquilidade estrutural:

*"Como vou ser médica acredito que será mais fácil depois de ter um diploma"*. (Prounista 6, estudante de Medicina - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Fortaleza-CE. Escala de Acolhimento: 1).

*"O meu curso é bem amplo então acho que, sem emprego eu não fico rsrs"* (Prounista 11, estudante de Administração - USF. Mulher; Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Vinhedo-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A análise profunda desses dois relatos evidencia a desigualdade entre os campos. A Prounista de Medicina goza de uma "certeza de conversão" que é típica dos campos de altíssimo capital simbólico e demanda de mercado, ela sabe que o seu título possui um valor de troca universal e garantido. Já a confiança da Prounista de Administração reside na versatilidade instrumental da área. Sob a ótica de Bourdieu (2007), o campo da Medicina oferece a maior "taxa de conversão" do diploma em prestígio e renda, operando quase como um seguro contra o desemprego, o que atenua as inseguranças do *habitus* popular. Em contrapartida, para Paro (2023), essa "facilidade" mencionada pode esconder o risco de uma visão puramente instrumental da profissão, onde o diploma é visto apenas como um bilhete premiado.

Em suma, o diploma do Prouni é, sim, um passaporte simbólico potente, mas a sua eficácia no mundo real, como efeito de segunda ordem (Ball, 1994) depende da força do campo em que o egresso irá atuar, revelando que a mobilidade social não é um caminho uniforme, mas uma disputa marcada pelas hierarquias de prestígio que o título carrega.

#### 5.3.8.2 O "Mar de Tubarões": a tensão da empregabilidade e o déficit de capital social

Apesar das projeções otimistas analisadas anteriormente, o confronto com o mercado de trabalho revela sua face hostil no contexto da prática (Ball, 1994) pós-universitário. Para o Prounista, a transição entre a academia e a inserção profissional não é apenas um passo técnico, mas um embate desigual. Sob a ótica de Bourdieu (2007), essa face expõe o déficit de capital social dos bolsistas: na ausência de *networking* familiar, de sobrenomes influentes ou de redes de indicação herdadas da elite, o egresso de origem popular entra no campo do trabalho em nítida desvantagem. A Prounista 8 traduz essa angústia na fala mais emblemática desta categoria:

Sinceramente, acredito que esse será um dos maiores desafios. Espero que o processo de transformar o diploma em um bom emprego não seja ainda mais difícil, mas tenho consciência de que o mercado é competitivo e, muitas vezes, desigual — um verdadeiro mar cheio de tubarões. Não me sinto totalmente preparada emocionalmente para enfrentar tudo isso, especialmente depois de tantos desafios vividos como estudante e bolsista. A ansiedade e a expectativa sobre o futuro são reais, mas também fazem parte da vida adulta. [...]  
[...] Apesar das incertezas, enxergo o diploma como uma pequena luz — uma chance concreta de mudar a minha realidade e provar que, mesmo vindo de uma família de baixa renda, é possível vencer com esforço, fé e persistência (Prounista 8, estudante de Direito - USF. Mulher, Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A metáfora do "mar cheio de tubarões" evidencia que a universidade privada equipa o estudante conforme Bourdieu, (2007) com o capital cultural institucionalizado (a "pequena luz"), mas não altera as estruturas predatórias e excludentes do campo econômico. Para Ball (1994), este é um efeito de segunda ordem perverso: o Estado garante o acesso ao título, mas silencia sobre a hostilidade do mercado que aguarda o bolsista. Essa barreira gera um esgotamento psíquico que denota a continuidade da luta; a sobrevivência não termina na colação de grau. A percepção de que a "conversão" do diploma exigirá uma resiliência heroica ecoa no relato da Prounista 18:

Essa parte será difícil, então ainda não pensei muito sobre isso. Sei que conquistar o diploma é um grande passo, mas transformar essa conquista em

um bom emprego e em novas oportunidades exigirá esforço, dedicação e paciência. (Prounista 18, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Extrema-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Sociologicamente, as Prounistas 8 e 18 descrevem o fenômeno da taxa de conversão (Bourdieu, 2007): possuir o título não garante automaticamente a posição social a ele correspondente. No interior paulista, onde o capital social e as redes de clientelismo local são fortes, o bolsista precisa "correr o dobro" para validar o seu diploma. A Prounista 7, de Medicina, embora pertença a um campo de maior prestígio, também reconhece a gravidade do cenário: *"Será desafiador, ainda mais com os acontecimentos da atualidade, mas acredito que terei conhecimento suficiente para lidar com as adversidades."*

A fala da Prounista 7, ao mencionar o "conhecimento suficiente", dialoga com a perspectiva de Paro (2023) sobre a educação como ferramenta de sobrevivência e liberdade. Diante de um mercado hostil, o sujeito agarra-se à apropriação da cultura e da técnica como a única defesa possível. No entanto, para sobreviver nesse mar, o bolsista frequentemente internaliza um tom meritocrático de auto-responsabilização, ciente de que o diploma da IES, isoladamente, sofre com a inflação de títulos (Bourdieu, 2007) e a desvalorização escolar. A Prounista 20 sintetiza esse *habitus* de hiper-competitividade:

Tudo depende de mim, da minha proatividade e minha especialização, uma faculdade apenas não faz bons profissionais ! O profissional que faz o seu sucesso. (Prounista 20, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Piracaia-SP. Escala de Acolhimento: 5).

Essa narrativa de que "tudo depende de mim" é, na verdade, um sintoma da desproteção pós-Prouni. O estudante percebe que, para competir com a elite que possui capital social, ele precisará sobrecarregar o seu capital cultural com especializações contínuas. Essa estratégia de buscar distinção para garantir a inserção reflete-se na trajetória da Prounista 17:

Acredito que o mercado de trabalho tem muitos desafios. Não acho que seria fácil. Recentemente consegui uma bolsa para especialização na Residência Multiprofissional de Saúde Mental, então é uma oportunidade para aprender e também pegar a prática da profissão. (Prounista 17, egressa de Serviço Social - USF. Mulher. Bolsa Perdida. Escola Pública. Origem: Itaquaquecetuba-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A busca da Prounista 17 por uma residência multiprofissional ilustra o que Bourdieu (2007) denomina como estratégia de distinção e reconversão de capitais. Ciente de que a taxa de conversão de um diploma de graduação de uma IES privada regional pode sofrer

desvalorização simbólica no "mar de tubarões", a egressa busca aumentar seu capital cultural institucionalizado com um título de maior prestígio e complexidade técnica.

Sob a ótica de Ball (1994), isso demonstra que, nos efeitos de segunda ordem da política pública, o egresso permanece em um estado de "alerta permanente": o Prouni garantiu a entrada, mas a permanência no mercado de trabalho exige que o sujeito continue performando uma acumulação de títulos para compensar o seu *habitus* de origem. Essa ansiedade pela legitimação institucional como única via para deixar a periferia do mercado conecta a trajetória da Prounista 17 à realidade do Prounista 23 sobre a dependência do título para ascender socialmente:

Eu já estou no processo do emprego, o BOM emprego só vou conseguir depois do diploma, pois agora só sou visto como um auxiliar, mas depois com o título em mãos seria o Professor. (Prounista 23, estudante de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Itatiba-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Para o Prounista 23, o diploma atua como o que Bourdieu e Passeron (1992) definem como um "certificado de dignidade". Sem o título, o sujeito é reduzido à instrução instrumental de um "auxiliar", ocupando um lugar de subalternidade no campo produtivo. A conquista do diploma é vista como um ato de mobilidade profissional que o transformará legal e simbolicamente em "Professor", autorizando a conversão desse esforço em capital econômico por meio do "BOM emprego". Contudo, essa aposta na estabilidade via titulação encontra limites estruturais externos que transcendem a vontade do indivíduo. Enquanto o Prounista 23 vislumbra a glória do título, a experiência do Prounista 22 revela que o Estado pode esvaziar o valor desse capital da noite para o dia:

Eu trabalhei por 2 anos como professor de filosofia. No entanto, agora trabalho como professor de Língua Portuguesa, com outra graduação que eu fiz, já que o estado de São Paulo destruiu a grade curricular do ensino médio e quase não temos mais aulas de filosofia. (Prounista 22, egresso de Filosofia - PUC-Campinas. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular/SESI. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

A denúncia do egresso revela que a promessa de mobilidade social do Prouni é frágil frente às reformas neoliberais. No contexto da prática (Ball, 1994), a desvalorização de determinadas áreas do conhecimento (como a Filosofia) anula o capital cultural acumulado pelo bolsista, forçando-o a novas táticas de sobrevivência. Em suma, o "mar de tubarões" descrito pelos egressos, evidencia que a conversão do diploma em vida digna é uma batalha contra o déficit de capital social e, contra as flutuações de um mercado e de um Estado que frequentemente desvalorizam a formação que o Prouni proporcionou.

### 5.3.8.3 Estratégias de conversão e subversão: os efeitos de segunda ordem

Para transpor as barreiras de um mercado que cobra "pedágios" invisíveis pela classe de origem, os Prounistas desenvolvem estratégias agudas de conversão de capitais (Bourdieu, 2007). A análise dos dados revela que, diante da hostilidade do mercado privado o "mar de tubarões", o egresso busca refúgio e ascensão em campos onde as regras de distinção são mais objetivas. Sob a ótica de Ball (1994), observam-se aqui os reais efeitos de segunda ordem da política: o diploma não é um fim, mas um instrumento de manobra política e social.

A primeira grande estratégia identificada é a imersão na máquina pública. No serviço público, o concurso atua como uma barreira supostamente "cega" à origem social, avaliando primordialmente o capital cultural acumulado por meio da experiência e o diploma universitário. Para o bolsista, o Estado é o campo de jogo mais "justo", pois permite que o conhecimento acumulado ignore o déficit de capital social (contatos e influência). A Prounista 19 exemplifica essa escolha estratégica:

Pretendo ter uma carreira pública, então atualmente estudo para futuros concursos públicos, é isso que quero para a minha vida. (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A aposta na carreira pública revela um *habitus* estratégico: a estudante além da paixão pela carreira pública (relatada na Categoria 7) percebe que a estabilidade do Estado é a melhor forma de proteger o seu capital cultural da desvalorização do mercado privado. Essa tática de "blindagem" social é confirmada pelo sucesso imediato do Prounista 15, que relata: "*Por estar cursando a faculdade prestei concurso e passei*". O Prounista 9 traz o relato mais expressivo dessa conversão direta e bem-sucedida:

Sem dúvida. Eu tive conhecimentos que me fizeram passar em diversos concursos públicos na área, graças a formação que tive. Inclusive o trabalho que exerço hoje, como professor de História, foi oriundo de uma aprovação em concurso público na rede estadual de São Paulo, em que eu praticamente gabaritei a parte pedagógica. Hoje estou como Mestrando na mesma instituição e minha formação ajudou e ainda ajuda muito. [...]  
[...] Até hoje meu diploma de pedagogia abre portas. Como exemplo para assumir cargos de vice direção e direção no estado, para pontuação em concursos e no fator que foi um curso bem denso, por ter sido feito em 4 anos na modalidade presencial. (Prounista 9, egresso de Pedagogia - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A trajetória do Prounista 9 é o que Ball (1994) chamaria de "sucesso do resultado" (*outcome*) da política. O egresso não apenas se inseriu no mercado, mas usou o capital cultural acumulado para "gabaritar" a entrada no Estado, convertendo o diploma em capital econômico estável e capital social/simbólico de liderança (cargos de direção). Para Bourdieu (2007), houve aqui uma reconversão perfeita: o sujeito utilizou a titulação acadêmica para ascender a uma fração da classe média intelectualizada vinculada ao serviço público. O setor educacional também surge como o campo de permanência para o Prounista 14, que após experimentar outras áreas, retornou ao magistério técnico estadual, demonstrando que o diploma de turismo atuou como uma rede de segurança:

Quando me formei trabalhei um pouco na área, depois fiz outro curso. Atualmente voltei para a área do turismo e atuo como professor do curso técnico de Hospedagem no estado. (Prounista 14, egresso de Turismo - USF. Homem. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Bragança Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Sob a lente de Paro (2023), esses egressos tornaram-se sujeitos autônomos que utilizam a instrução recebida como ferramenta de sobrevivência e poder. Para outros, como a Prounista 13, a conversão é indireta, mas igualmente estruturante:

O diploma me trouxe oportunidades que até então não faziam parte da minha vida. Não exerci a profissão escolhida, mas me abriu portas para a profissão que exerço hoje. (Prounista 13, egressa de Turismo - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem: Bragança-Paulista-SP. Escala de Acolhimento: 3).

Sociologicamente, o relato da Prounista 13 ilustra a força do diploma como um "passaporte simbólico" de legitimação universal (Bourdieu, 2007). Mesmo não exercendo a profissão de origem do título acadêmico, o capital cultural institucionalizado atesta que a egressa domina os códigos, a linguagem e a disciplina exigidos pelo mercado de trabalho formal, autorizando sua entrada em espaços corporativos antes interditados. Esse efeito de segunda ordem (Ball, 1994) demonstra que a política pública reconfigurou o seu horizonte de possibilidades.

Esta capacidade de reconfiguração atinge o seu ápice analítico quando o Prounista converte o seu diploma em autonomia empreendedora, subvertendo a posição histórica de subalternidade da classe trabalhadora. O relato da Prounista 16 ilustra magistralmente essa "conversão indireta" atrelada à emancipação material:

No momento pretendo converter meus conhecimentos em um negócio promissor e de sucesso! Voltei para minha cidade natal e estou na área do

agronegócio. Eu e meu noivo estamos começando com a plantação e venda de morangos. Eu na área de gestão/administrativo e ele na área do cultivo e estudo agrônomo. Por mais que as minhas experiências tenham sido voltadas para a indústria, eu “pego” as experiências e conhecimentos adquiridos e aplico para a minha atual área e realidade. (Prounista 16, egressa de Administração - USF. Mulher. Bolsa Parcial (50%). Escola Pública. Origem/Residência: Cambuí-MG. Escala de Acolhimento: 5).

Para Bourdieu (2007), a Prounista 16 realiza uma complexa e bem-sucedida reconversão de capitais: ela apropria-se do capital cultural técnico adquirido no curso de Administração (gestão/administrativo) e o transporta para um novo campo econômico (o agronegócio de sua cidade natal). Em vez de vender sua força de trabalho para o capital industrial, ela mobiliza a instrução recebida para fundar o próprio negócio. Sob a ótica de Paro (2023), esta é a prova material da autonomia: o conhecimento acadêmico deixa de ser um instrumento de adestramento para o mercado alheio e passa a ser a base estrutural para a emancipação econômica do sujeito e de sua família.

Quando inseridos no mercado privado, no entanto, os estudantes percebem que o acúmulo de capital social (Bourdieu, 2007) durante a graduação é a chave de acesso definitiva. A Prounista 19 reconhece essa mecânica de poder:

[...] estou estagiando em um órgão público graças a faculdade, o que me garantiu além de conhecimento e contato com o direito na prática, também me garantiu contatos futuros, o famoso *networking*. (Prounista 19, estudante de Direito - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Itu-SP. Escala de Acolhimento: 5).

A fala da Prounista 19 escancara a apropriação consciente das regras do campo elitizado. Ao valorizar o "famoso *networking*", a estudante demonstra ter compreendido que o capital cultural (o "conhecimento" e a "prática") precisa ser fertilizado pelo capital social (os "contatos futuros") para garantir a empregabilidade futura (Bourdieu, 2007). O estágio, no contexto da prática (Ball, 1994), deixa de ser apenas um requisito pedagógico instrumental para se tornar uma tática de sobrevivência ativa, onde o bolsista tece a teia de relações de poder que o seu *habitus* de origem não lhe forneceu. A inserção prévia gera o efeito de sentir-se melhor preparado(a) para a conversão do diploma no mercado de trabalho e na profissão, conforme relatado pela Prounista 21:

Acredito que no final do curso vou me sentir muito mais preparada a enfrentar o mercado de trabalho. A cada aula me desenvolvo mais e mais, por estar trabalhando na área que estudo facilita também futuras promoções. (Prounista 21, estudante de Administração - USF. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública e Particular. Origem: Amparo-SP. Escala de Acolhimento: 4).

Para a Prounista 21, a sinergia entre o campo acadêmico e o campo profissional acelera a aquisição do que Bourdieu define como o "sentido do jogo" (Bourdieu, 2009). Ao afirmar que "estar trabalhando na área facilita futuras promoções", a estudante evidencia uma conversão contínua e simultânea: a instrução teórica recebida em sala de aula é imediatamente aplicada e validada como capital econômico no mercado corporativo. Sob a ótica de Paro (2023), a segurança de "sentir-se muito mais preparada" reflete a conquista da autonomia, onde a formação emancipa o sujeito do medo da rejeição estrutural. É essa resiliência, forjada na prática e consolidada pelo capital simbólico do Prouni, que sustenta o bolsista mesmo quando a trajetória é atravessada por crises, como pondera a vivência da Prounista 24:

Foi um período difícil, mas acho que mais por questões pessoais, do que em decorrência da própria formação ou do PROUNI. Mas de uma forma geral, eu tive boas oportunidades de emprego e oportunidades. (Prounista 24, egressa de Direito - PUC-Campinas. Mulher. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Valinhos-SP. Escala de Acolhimento: 2)

O balanço final da Prounista 24 consolida a tese dos efeitos de segunda ordem positivos da política de inclusão (Ball, 1994). O reconhecimento de que, apesar de "um período difícil", obteve "boas oportunidades de emprego", comprova que o diploma do Prouni funcionou como um escudo protetor contra as intempéries pessoais e as vulnerabilidades de classe. O *habitus* resiliente (Bourdieu, 2009), lapidado pelas táticas de permanência ao longo do curso, permite que a egressa converta o seu título em estabilidade material. É a partir dessa segurança básica conquistada no mercado que a demonstração cabal do êxito formativo da política não se verifica apenas pelo acúmulo de renda, mas pelo desejo de subverter as lógicas de dominação que historicamente marginalizaram esses sujeitos. A Prounista 10 exibe uma postura emancipatória (Paro, 2023) que coroa a essência dos efeitos de segunda ordem (Ball, 1994) do Prouni:

Pretendo me dedicar a outras ciências, aprender a medicina dos nossos ancestrais, isso é muito importante para mim. E também me sinto responsável em aprofundar conhecimentos que me permitam estar em espaços de tomadas de decisão, para de alguma forma propor mudanças sobre a formação atual. (Prounista 10, estudante de Medicina - USF. Prefere não declarar gênero. Bolsa Integral. Escola Pública. Origem: Campinas-SP. Escala de Acolhimento: 1).

A vontade de acessar os "espaços de tomadas de decisão para propor mudanças" é a prova de que o bolsista converteu a sua trajetória de exclusão em agência política transformadora. Para Paro (2023), o estudante atingiu o estágio de "Sujeito": ele não quer apenas "ser médico" para acumular capital econômico, ele quer disputar o capital simbólico do campo médico para alterá-lo. Ao buscar a "medicina dos ancestrais" e a gestão da política, o

bolsista utiliza o prestígio do diploma da elite para validar saberes marginalizados. Trata-se da subversão máxima: o Prounista domina as engrenagens do sistema para, a partir de dentro, tentar humanizá-lo e democratizá-lo.

Em suma, a Categoria 8 consolida a resposta à pergunta desta investigação. O Prouni, no contexto da prática (Ball, 1994) do interior paulista, atua como um vetor incontestável de mobilidade social e emancipação. Apesar das violências simbólicas, das barreiras burocráticas e do desamparo material analisados ao longo deste trabalho, os agentes provaram possuir um *habitus* de resistência capaz de realizar a conversão de capitais (Bourdieu, 2007) necessária para a sobrevivência e o sucesso no mercado de trabalho. Ao entregar ao mercado e ao Estado cidadãos instrumentados, politizados e, sobretudo, cômicos de seu valor social, o programa cumpre a sua função mais nobre: permitir que o indivíduo de origem popular não apenas acesse o ensino superior, mas o utilize para reescrever o seu destino e o da sociedade ao seu redor, recusando terminantemente a condição de subalternidade na estrutura social brasileira.

#### **5.4 Síntese dos achados: do ingresso à mobilidade real**

Diante da densidade das trajetórias aqui analisadas, este capítulo cumpriu o propósito de dar voz aos protagonistas da política pública no interior paulista. O mapeamento e a interpretação das oito categorias empíricas revelaram que a vivência do Prouni é um fenômeno multifacetado, pautado por tensões constantes entre a inclusão formal e a exclusão real.

Em um primeiro momento, as categorias voltadas ao ingresso desmistificaram a autonomia do estudante, provando que o acesso é regido pelo realismo prático e pela escolha do necessário (Bourdieu, 2007), agravado pelo ineditismo do ônus do capital geográfico: a barreira física e financeira da rodovia que o texto da lei ignora. No cotidiano universitário, a análise desvelou uma permanência vigiada, onde a burocracia atua como violência simbólica e o efeito histerese expõe a dor do não pertencimento em campos de elite.

Contudo, a pesquisa demonstrou que, no contexto da prática (Ball, 1994), o bolsista não sucumbe. Pelo contrário, ele forja um *habitus* de resistência e utiliza a "Família Prouni" como um capital social de refúgio para "*hackear*" o sistema e garantir a sobrevivência. A disputa final manifestou-se na natureza da educação recebida: entre a instrução instrumental pautada pelo mercado e a formação humana integral (Paro, 2023) arrancada nas margens institucionalizadas. O sucesso dessa jornada materializa-se nos efeitos de segunda ordem da política: a conversão do diploma em mobilidade social e consciência de classe, provando que o Prouni, apesar de suas contradições, permite ao sujeito reescrever seu destino social.

Faz-se necessários esclarecer que as nomenclaturas atribuídas aos fenômenos tais como “Isonomia de Fachada”, “Armadilha da Renda” e “Família Prouni” se constituem como conceitos emergentes da análise empírica das categorias. Isto é, não se tratam de conceitos previamente utilizados na literatura sociológica, mas sim de formulações analíticas desenvolvidas ao longo desta investigação. Estas categorias emergiram da convergência entre os relatos extraídos nas unidades de registo e o referencial teórico adotado, servindo para sintetizar e ilustrar, de forma concisa, como a violência simbólica e o efeito histerese de Bourdieu e Passeron (1992) se materializam na realidade quotidiana e singular dos estudantes Prounistas do interior.

A apresentação dessas categorias de forma analítica constituiu a base sólida do processo investigativo desta pesquisa. Entretanto, para que este esforço alcance sua plenitude, faz-se necessário elevar tais constatações a um patamar de síntese conclusiva. É preciso cruzar, em definitivo, os aportes da matriz teórica, os documentos normativos e as vozes do campo para responder, de forma final, à pergunta de partida e validar nossa hipótese central. É a esse movimento de amarração final, balanço crítico e proposição política que se dedica o próximo e último capítulo desta dissertação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta dissertação não se constituem como um mero inventário dos resultados apresentados no capítulo anterior, mas como o fechamento de um ciclo investigativo que buscou desvelar as entranhas do Programa Universidade para Todos (Prouni) sob a ótica de quem o vivencia no interior paulista. Retoma-se, aqui, a indagação primordial que moveu este trabalho: De que forma a lógica dual do Prouni, situada entre a sua função social e a lógica mercadológica, impacta a permanência e a mobilidade social de bolsistas no interior paulista? Complementarmente, questionamos como essa tensão se reflete na disputa entre uma formação humana para a vida e uma instrução instrumental voltada exclusivamente para o mercado de trabalho?

Ao longo desta jornada, o Prouni foi submetido a uma apuração tripla: o rigor analítico da legislação e dos documentos institucionais, o suporte denso da tríade teórica composta por Bourdieu e Passeron (1992), Bourdieu (2007, 2009), Ball (1994), Paro (2023) e fundamentalmente, a escuta atenta das trajetórias de 25 estudantes e egressos. O que as narrativas desses sujeitos revelaram foi um fenômeno de "inclusão monitorada", onde o sucesso da política pública no contexto da prática (Ball, 1994) não é um dado concedido pelo Estado, mas uma conquista laboriosa, frequentemente arrancada das estruturas de desigualdade por meio de um *habitus* de resistência (Bourdieu, 2009).

A fim de conferir clareza à síntese conclusiva, organizamos as categorias apresentadas em eixos interpretativos que cruzam os achados empíricos com as hipóteses iniciais. Primeiramente, articulam-se os macroblocos que sintetizam as barreiras geográficas e burocráticas, a violência simbólica do campo de elite, a força das redes de apoio e o embate entre a instrução instrumental e a formação humana integral. Em seguida, apresentam-se as contribuições originais desta pesquisa, as limitações do percurso e recomendações urgentes para que a inclusão promovida pelo Prouni transcenda a isenção fiscal e se consolide como um projeto efetivo de dignidade e autonomia. Por fim, realiza-se o veredito sobre a eficácia dos efeitos de segunda ordem do programa e o seu papel na mobilidade social.

As Etranhas do Prouni no Interior Paulista: A compreensão da política pública do Prouni exige um olhar que ultrapasse a superfície dos indicadores de acesso e alcance a profundidade das trajetórias vividas. A partir do diálogo entre a matriz teórica e o material empírico reunido, esta seção dedica-se a sintetizar os achados da investigação, organizando-os em quatro macroblocos analíticos que representam as etapas e as tensões fundamentais da jornada Prounista.

Diferente da apresentação detalhada das oito categorias realizada anteriormente, esta síntese busca articular os fenômenos de forma integrada, evidenciando como as engrenagens do contexto da prática (Ball, 1994) operam no território específico do interior paulista. O que se pretende é demonstrar que o Prouni não é um processo linear, mas um campo de forças onde a lógica dual do programa se manifesta a cada quilômetro de deslocamento, a cada ritual burocrático e a cada choque de cultura nas salas de aula.

A estrutura analítica que se segue percorre quatro momentos cruciais: inicia-se pela desconstrução da autonomia no acesso, evidenciando o peso da escassez; avança para o exame da permanência como um espaço vigiado pela burocracia e pela distinção de classe; destaca o protagonismo do estudante na construção de suas próprias redes de salvação; e culmina no balanço sobre a natureza da formação recebida e o potencial real do diploma para romper o ciclo de subalternidade no mercado de trabalho. Trata-se de uma anatomia sociológica da política que revela, sobretudo, o preço humano da mobilidade social nas margens do sistema privado de ensino superior.

A falsa autonomia e o ônus geográfico: o acesso como realismo prático. O ingresso no ensino superior via Prouni, conforme evidenciado pela articulação das trajetórias no pré-ingresso e na logística de permanência (Categorias 1 e 2), desarticula a narrativa neoliberal da livre escolha educacional. Para a esmagadora maioria dos sujeitos pesquisados, a ausência crônica de capital econômico (Bourdieu, 2007) converte o programa não em uma "opção de consumo" no mercado de IES privadas, mas na única via de acesso possível à universidade. Opera-se aqui o realismo prático e o "gosto de necessidade": o estudante, ciente das interdições impostas por sua classe de origem, ajusta suas aspirações às reais condições materiais de existência.

O sintoma mais agudo dessa restrição é o abandono forçado do sonho da universidade pública. O distanciamento geográfico dos grandes centros universitários federais e estaduais, aliado à histórica insuficiência de políticas públicas de assistência estudantil (como moradia e alimentação plenas), força o jovem de baixa renda a recuar. O Prouni, portanto, ocupa o vácuo deixado pela infraestrutura estatal de subsistência. Contudo, é fundamental estabelecer um contraponto: essa "escolha do necessário" não é desprovida de cálculo e desejo. Para uma parcela da amostra, a matrícula em instituições tradicionais do interior paulista (como a USF e a PUC-Campinas) também é fortemente impulsionada pela atração do elevado capital simbólico que estas universidades detêm na região, provando que o *habitus* popular não busca apenas a certificação, mas almeja a excelência acadêmica e o prestígio local.

A originalidade territorial desta investigação revela-se, entretanto, na constatação de que a isenção tributária do Estado (a bolsa) não garante a gratuidade real do curso. No interior paulista e no Sul de Minas Gerais, a distância atua como um implacável fator de exclusão. O ônus do capital geográfico materializa-se na "fatura invisível" do transporte intermunicipal. A dependência diária de vans e fretados: cujos custos chegam a consumir o equivalente a 50% de uma mensalidade integral, transfere a barreira financeira da sala de aula para a rodovia, impondo um peso asfíxiante sobre o orçamento de famílias que já operam no limite da vulnerabilidade.

Sob a ótica do ciclo de políticas (Ball, 1994), observa-se aqui um severo efeito de segunda ordem negativo no contexto da prática: a ausência de subsídios estatais para o deslocamento intermunicipal expropria o tempo de estudo, a renda e, sobretudo, a saúde física e mental do bolsista. O impacto dessa dinâmica reflete-se cruelmente no desempenho acadêmico, desmascarando a lógica meritocrática punitiva. As reprovações (DPs) ou a iminência delas, frequentemente relatadas pelos estudantes, não decorrem de incapacidade cognitiva, mas de um autêntico colapso logístico provocado por rotinas que envolvem horas de espera em pontos de ônibus ou migrações forçadas (o exílio territorial).

A intensa mobilização prévia para custear essas despesas logísticas, seja por meio da inserção precoce e exaustiva do estudante no subemprego ou, pela complexa engenharia de sacrifício coletivo da família, liga-se diretamente à confirmação da hipótese central desta dissertação. Fica provado que o *habitus* de resistência (Bourdieu, 2009) e as estratégias de enfrentamento do Prounista já estão em pleno funcionamento muito antes do seu primeiro dia de aula, consolidando-se como o verdadeiro e invisível motor que impede a ruptura da trajetória universitária no interior.

A permanência vigiada e a violência simbólica: o efeito histerese e a isonomia de fachada. Ultrapassadas as barreiras do acesso e o ônus geográfico, o estudante do Prouni adentra o espaço físico da instituição. Contudo, a análise combinada das Categorias 3 e 4 revela que a presença na sala de aula não anula a exclusão, ela inaugura uma nova fase de disputas no campo universitário marcada por uma permanência estritamente vigiada. No contexto da prática (Ball, 1994), a burocracia estatal e as normativas da IES assumem o papel de instrumentos de violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992).

O primeiro mecanismo desse controle manifesta-se naquilo que os dados desvelaram como a "armadilha da renda". A legislação do programa impõe um paradoxo cruel: ao mesmo tempo em que a graduação visa à mobilidade social, a manutenção da bolsa exige no contexto da prática (Ball, 1994) a estagnação de renda do estudante e de sua família na pobreza. Qualquer

ascensão financeira precoce: como a conquista de um emprego mais rentável ou uma promoção dos pais, ameaça o teto de renda *per capita*, forçando o estudante a recusar oportunidades de melhoria de vida para não perder o direito ao estudo. Esse engessamento é reforçado pelo extenuante ritual semestral ou anual de renovação documental. A exigência contínua de "provar a pobreza" gera um estado de nervosismo crônico, onde a ameaça de perda sumária da bolsa por conta de "um documento" substitui o acolhimento pedagógico pela desconfiança administrativa e pelo arbítrio cultural.

Esse cenário de vulnerabilidade agrava-se quando o texto da política pública colide com a realidade institucional. A análise documental sobre a necessidade da Portaria PROEPE 115/2024 (Título 4) materializa o brutal descasamento entre o calendário de chamadas do Ministério da Educação (MEC) e o início das aulas nas IES privadas. O bolsista frequentemente ingressa no sistema com semanas de atraso, herdando um déficit imediato de conteúdos e presenças. A grande lacuna e o "não dito" da legislação governamental e institucional é que o sistema exige o mesmo mecanismo do contexto do texto sobre rendimento de excelência (75% de aprovação) sem prever outros mecanismos reais de apoio psicológico, nivelamento pedagógico ou flexibilização efetiva para quem entra em desvantagem.

Na sala de aula, a lógica dual do Prouni (sua face social versus sua face mercadológica) responde diretamente à pergunta central desta pesquisa, manifestando-se naquilo que denominamos de "isonomia de fachada". A IES privadas na percepção dos Prounistas neste estudo, se pauta pela racionalidade de mercado e meritocrática, tratando todos os estudantes "igualmente", submetendo-os às mesmas regras, prazos e exigências extracurriculares. No entanto, ao aplicar uma igualdade formal a sujeitos materialmente desiguais, a instituição pune quem não possui capital econômico.

Em campos historicamente elitizados, como os cursos de Medicina e Direito, essa dinâmica provoca um violento choque de *habitus*. Desprovido dos mesmos padrões de consumo, repertório de viagens e tempo livre de seus pares pagantes, o Prounista interioriza a sensação de ser um "corpo estranho" no espaço acadêmico. Os dados quantitativos da pesquisa confirmam essa fratura: a escala de acolhimento revela uma nítida correlação inversa com o prestígio do curso. Quanto mais elitizada a graduação, menores são os índices de integração e sentimento de pertencimento relatados pelo bolsista.

A consequência estrutural desse somatório de pressões (o medo burocrático de perder a bolsa, a defasagem do calendário e a segregação de classe) é a patologização da permanência. A depressão, a ansiedade severa e a ideação de evasão, frequentemente relatadas nos questionários, não são falhas clínicas individuais, mas o sintoma máximo do efeito histerese

(Bourdieu, 2009). O estudante adoece porque o seu habitus entra em colapso ao tentar sobreviver em um campo que lhe é hostil. Ao não enxergar essa dor estrutural, a universidade pode negar ao estudante a sua condição de sujeito de direitos em processo de formação humana integral (Paro, 2023), reduzindo-o a um mero beneficiário que deve suportar, em silêncio, o peso de uma inclusão excludente.

A agência do sujeito e a rede de sobrevivência: o habitus de resistência e a "família Prouni". Se a análise das estruturas burocráticas e simbólicas revelou um cenário de hostilidade, a síntese das trajetórias acadêmicas (Categorias 5 e 6) impõe um contraponto fundamental: o bolsista do Prouni não se coloca na condição de vítima passiva do sistema. Diante da insuficiência material do programa e do isolamento nos cursos de elite, os estudantes operam uma sofisticada reconfiguração de suas disposições, forjando o que esta pesquisa denomina de habitus de resistência (Bourdieu, 2009). A permanência, portanto, deixa de ser um fluxo institucional garantido pelo Estado e assume o contorno de uma conquista ativa, arrancada diariamente das brechas de um sistema orientado pelo mercado.

A estratégia central dessa sobrevivência é a formação do capital social de refúgio, sintetizado na expressão "Família Prouni". Diante da impossibilidade de acompanhar o padrão de consumo dos pares pagantes e do choque de habitus, os bolsistas buscam a agregação por homologia de habitus. Ao unirem-se a outros estudantes de trajetórias semelhantes, eles constroem redes de apoio que funcionam como escudos psicológicos e materiais. Essa "família" alternativa compensa o déficit de capital econômico por meio da partilha de recursos, informações e, sobretudo, da validação mútua de sua existência no campo acadêmico. É nessa rede que o sentimento de não pertencimento é mitigado, transformando a margem da universidade em um espaço de centralidade e resistência coletiva.

A agência desses sujeitos manifesta-se com vigor nas táticas de micro-resistência material. Para subverter a racionalidade mercadológica da IES que cobra por "custos ocultos" como materiais e alimentação, o bolsista "*hackeia*" o sistema. Os dados revelaram desde o uso intensivo da biblioteca como porto seguro para economizar com internet e livros, até o empreendedorismo de subsistência, como a venda de doces e salgados nos corredores para custear o transporte intermunicipal. Mesmo quando tais práticas são criminalizadas pela lógica corporativa das instituições (que prioriza o lucro das cantinas terceirizadas em detrimento da permanência do estudante), o estudante persiste na clandestinidade tática, reafirmando que sua prioridade é o diploma, e não a submissão às normas de consumo.

Nesse campo de tensões, a mediação docente surge como a âncora ética (Paro, 2023) que impede o colapso da trajetória. Enquanto a estrutura institucional muitas vezes opera de

forma fria, isonômica e burocrática, certos professores e orientadores assumem o papel de mediadores humanos, oferecendo o acolhimento pedagógico e o aconselhamento que a política pública omitiu. Esses educadores atuam como "pontes" que traduzem o capital cultural acadêmico para o bolsista, validando-o como "sujeito" de direitos. A relação com esses mestres é, em muitos casos, o que diferencia a evasão da persistência, provando que a humanização da educação ocorre nos "vãos" do currículo instrumental.

Conclui-se, que a permanência no Prouni no interior paulista é um equilíbrio precário sustentado pela agência propositiva. Os estudantes não apenas sobrevivem; eles diagnosticam as falhas do sistema e demandam mudanças, deixando de ser beneficiários de um "favor" estatal para se tornarem críticos da política. Fica evidente que o sucesso do programa não é um resultado exclusivo do desenho da lei, mas o fruto de uma exaustiva tática de guerrilha acadêmica. A inclusão, no contexto da prática (Ball, 1994), é uma obra aberta, escrita com o esforço heroico de quem se recusa a aceitar o veto da classe social.

A tensão formativa e o passaporte para o "mar de tubarões": entre a instrução de mercado e a emancipação. O ponto de chegada da trajetória universitária do Prounista: a diplomação, descortina o embate final entre as lógicas que sustentam o programa. A análise das Categorias 7 e 8 revela que o processo formativo nas IES privadas do interior paulista é atravessado por uma tensão permanente entre a instrução instrumental e a formação humana integral (Paro, 2023). No contexto da prática (Ball, 1994), a universidade tende a operar como uma engrenagem de adequação ao mercado, priorizando o ensino técnico e pragmático em detrimento do pensamento crítico e da reflexão sociológica.

Os dados empíricos demonstram que o currículo formal, muitas vezes, esvazia as disciplinas reflexivas para acelerar a entrega de mão de obra qualificada. Contudo, respondendo à indagação complementar desta pesquisa, a hegemonia da lógica mercadológica não é total. A formação humana integral emerge "nas margens" e nos vãos do sistema. É por meio dos projetos de extensão, dos estágios supervisionados e, fundamentalmente, da mediação de docentes comprometidos com a ética, que o bolsista consegue "arrancar" da instituição uma consciência crítica sobre sua própria posição no mundo. A emancipação, portanto, não é um produto oferecido apenas pela estrutura da IES, mas uma conquista da agência do estudante que, ao confrontar as hostilidades do campo, politiza sua trajetória e ressignifica o sentido do saber.

Ao final dessa jornada, o diploma obtido por meio do Prouni materializa-se como um capital cultural institucionalizado de alto valor. Para o jovem da classe trabalhadora no interior, o título funciona como um autêntico "passaporte simbólico": ele legitima a presença do sujeito em campos sociais e profissionais que, historicamente, lhes foram interditados. O diploma abre

portas e autoriza o trânsito, conferindo uma autoridade técnica que rompe com a invisibilidade da origem social.

A conversão desse diploma em capital econômico (Bourdieu, 2007) mostra-se majoritariamente bem-sucedida entre os egressos pesquisados. A inserção em empregos estáveis, a aprovação em concursos públicos que são uma via de acesso "cega" à origem social e muito valorizada pelos sujeitos e o empreendedorismo regional (como observado no caso da egressa que retornou a sua cidade para aplicar o conhecimento técnico), comprovam a eficácia da política na ruptura do ciclo intergeracional de pobreza. O Prouni, de fato, promove mobilidade social.

Entretanto, essa inserção não é isenta de novos conflitos. O egresso do Prouni ingressa naquilo que as narrativas descrevem como um "mar de tubarões". No mercado corporativo privado, o diploma de prestígio da USF ou da PUC equilibra o jogo técnico, mas não anula o déficit de capital social (redes de contatos e influências) em comparação aos "herdeiros" do campo. Para competir em pé de igualdade, exige-se do bolsista uma "dupla jornada" de especialização e um esforço extenuante de networking para compensar as conexões que o seu habitus de origem não lhe forneceu (Bourdieu, 2009).

Em última instância, a confirmação definitiva da hipótese central desta dissertação reside no sucesso dos efeitos de segunda ordem. A eficácia do Prouni ultrapassa a métrica estatística do acesso, ela se confirma quando o sujeito não apenas obtém o título, mas reconfigura profundamente o seu habitus. O caso emblemático da bolsista de Medicina (Prounista 10), que ao final do curso deseja ocupar espaços de decisão para humanizar o sistema de saúde, ilustra o potencial subversivo da política. O Prouni permite que o sujeito deixe de ser um objeto da assistência estatal para tornar-se um agente crítico que, munido do diploma, possui as ferramentas para tensionar e transformar as estruturas de poder do campo profissional.

Esta dissertação oferece contribuições originais, para além do diagnóstico das trajetórias individuais que avançam no debate sobre as políticas de expansão do ensino superior no Brasil. O valor acadêmico deste trabalho reside na capacidade de articular a teoria crítica com as especificidades territoriais e temporais do Prouni, preenchendo lacunas que a literatura nacional ainda mantinha em aberto.

No campo teórico, a principal contribuição é a operacionalização inédita da tríade analítica composta por Stephen Ball (1994), Pierre Bourdieu e Passeron (1992), Bourdieu (2007, 2009) e Vitor Paro (2023). A articulação desses autores permitiu observar o Prouni como um fenômeno total: desde a sua gênese legislativa e interpretação no contexto da prática (Ball, 1994), passando pela luta desigual pela reconversão de capitais no campo universitário

(Bourdieu e Passeron, 1992 e Bourdieu, 2007, 2009), até o veredito final sobre o sentido ético da educação (Paro, 2023). Essa matriz analítica provou ser uma ferramenta potente para desvendar a "lógica dual" do programa, permitindo que a pesquisa não se perdesse em uma visão puramente instrumental ou meramente pessimista da política pública.

A confirmação da hipótese central traz à luz um dado sociológico fundamental: os efeitos de segunda ordem (Ball, 1994) são o verdadeiro termômetro da eficácia de uma política de acesso. A pesquisa demonstrou que a mobilidade social não ocorre de forma linear ou automática após a matrícula. Ela é um processo tensionado que depende da área de formação, da solidez das redes de apoio e, sobretudo, da capacidade de subversão do sujeito. Ao focar no "pós-acesso", este trabalho desloca o olhar do Estado: que celebra números de bolsas, para o olhar do educador, que deve se preocupar com a trajetória real de emancipação.

Em diálogo com o estado do conhecimento (Título 2), esta investigação preencheu uma lacuna crítica identificada na produção acadêmica brasileira: a escassez de estudos sobre egressos e a negligência com os contextos regionais não metropolitanos. Ao situar a pesquisa no interior paulista, revelaram-se dinâmicas que as pesquisas em capitais costumam ignorar. Se, por um lado, os achados corroboram autores como Alvarez (2022), Varollo (2021) e Rocha (2015) ao apontar a permanência como o desafio crítico, por outro, acrescentam elementos originais e urgentes: o conceito de "armadilha da renda" e o impacto asfixiante do "ônus do capital geográfico", prova que o custo logístico da rodovia pode ser tão excludente quanto o custo da mensalidade, sendo uma das maiores contribuições empíricas deste estudo.

Por fim, a pesquisa estabelece uma tensão necessária com a literatura crítica mais ortodoxa (Pereira, 2020). Embora reconheça a agressiva financeirização do ensino e os limites do modelo de renúncia fiscal, esta dissertação prova que a estrutura mercadológica não anula, por completo, a potência da política pública. Os dados mostram que, quando o estudante mobiliza seu habitus de resistência, ele é capaz de extrair efeitos emancipatórios de um sistema originalmente desenhado para a instrução instrumental. Em suma, o Prouni pode produzir formação humana integral (Paro, 2023), mas essa vitória não pertence ao desenho da lei, ela pertence às estratégias de enfrentamento individuais e coletivas dos sujeitos que se recusam a ser apenas números em uma planilha de isenção tributária.

Os limites da pesquisa e o "não dito": como toda pesquisa científica que se debruça sobre a complexidade das relações sociais, esta dissertação possui fronteiras e silêncios que precisam ser explicitados. Reconhecer os limites desta investigação não invalida os achados apresentados, mas situa-os em seu devido campo de abrangência, oferecendo transparência ao

processo de construção do conhecimento e honestidade intelectual perante a comunidade acadêmica.

A primeira limitação identificada reside na natureza da amostra e no recorte institucional. Embora as narrativas coligidas tenham oferecido uma profundidade qualitativa ímpar, o grupo de egressos (nove participantes) é numericamente reduzido diante da vastidão do universo de formados pelo Prouni no interior paulista. Somado ao fato de a pesquisa ter se concentrado em duas instituições específicas (USF e a PUC-Campinas), os resultados aqui apresentados não devem ser lidos como generalizações estatísticas aplicáveis a todas as IES privadas da região. Trata-se, antes, de um estudo de caso denso sobre instituições de caráter comunitário e confessional, cujas dinâmicas podem diferir substancialmente daquelas observadas em grandes grupos educacionais de capital aberto.

No plano das variáveis sociológicas, identifica-se um "não dito" profundo em relação à interseccionalidade e às dinâmicas de gênero. Embora a pesquisa quantitativa tenha revelado um dado contundente: a amostra é composta por quase 80% de mulheres, os limites estruturais desta dissertação não permitiram uma exploração exaustiva sobre a sobrecarga imposta pela configuração familiar, em especial a maternidade solo. As entrelinhas dos relatos sugerem a existência de uma dupla ou tripla jornada de mulheres que lutam, simultaneamente, para equilibrar a exigência de excelência acadêmica do Prouni, o sustento material da casa e os desafios da maternidade desassistida. Paralelamente, desponta a figura dos bolsistas que são filhos e filhas de mães solteiras, cujas trajetórias universitárias são financiadas pelo sacrifício invisível e ininterrupto dessa figura materna, que muitas vezes abdica da própria vida para garantir a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

Somado a isso, o instrumento de coleta não incluiu um recorte racial explícito. Esse silêncio impede uma análise mais detalhada sobre como a categoria raça se articula com o gênero, a classe e o território para agravar o efeito histerese e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. O "corpo estranho" no campo de elite carrega marcas de distinção que ultrapassam a privação econômica, e essa interseccionalidade permanece como uma lacuna urgente a ser explorada em investigações futuras.

Ainda sob a ótica do contexto da prática (Ball, 1994), deve-se registrar que a análise ficou centrada exclusivamente na percepção discente. Não foram incluídas as vozes de gestores, coordenadores ou docentes, o que limita a compreensão das resistências ou adesões institucionais à lógica de mercado por parte de quem administra a política. Outro silêncio metodológico fundamental diz respeito aos "evadidos": este estudo ouviu apenas aqueles que permaneceram ou concluíram o curso. Ao não acessar as trajetórias de quem perdeu a bolsa ou

desistiu da formação, corre-se o risco de subestimar a letalidade das barreiras burocráticas e simbólicas aqui descritas.

Por fim, impõe-se uma reflexão sobre a posição do pesquisador deste estudo. O fato de ser um Insider: ocupando simultaneamente os lugares de funcionário da USF e de egresso do próprio Prouni, exigiu um esforço constante de vigilância epistemológica para mitigar o viés de confirmação. Se, por um lado, essa proximidade permitiu uma "empatia metodológica" que facilitou o entendimento dos relatos tão íntimos e densos, por outro, ela impõe a necessidade de um olhar cauteloso sobre as interpretações. Esta dissertação é, portanto, um olhar de quem conhece o campo por dentro, mas que buscou no distanciamento teórico da tríade analítica (Bourdieu, Ball e Paro) o rigor necessário para transformar a vivência em ciência.

Implicações, recomendações e agenda de pesquisa futura: a vocação política e social de uma pesquisa acadêmica não se esgota no diagnóstico das fraturas de um sistema, ela exige a formulação de caminhos para a sua superação. Baseando-se ativamente nas demandas expressas pelos próprios estudantes (Categoria 6 – A Agência Propositiva), esta seção estrutura recomendações pragmáticas direcionadas tanto à macro-política do Estado quanto ao contexto da prática (Ball, 1994) gerido pelas IES privadas.

Para o Estado: a reconfiguração da lei e o financiamento da permanência. A principal urgência em âmbito federal é a revisão do teto de renda exigido para a concessão das bolsas, cujo critério estático (1,5 a 3 salários mínimos *per capita*) encontra-se severamente defasado em relação à inflação educacional real. Para dimensionar essa distorção, podemos recorrer a parâmetros consolidados de planejamento financeiro familiar. Especialistas em finanças apontam que os gastos totais com educação (incluindo mensalidades, transporte e materiais) não devem ultrapassar a faixa ideal de 10% a 20% da renda líquida familiar para garantir a sustentabilidade do domicílio. Ao ignorar essa matemática da sobrevivência, o Estado atesta que famílias com renda *per capita* ligeiramente superior ao teto teriam condições de arcar com cursos de alto custo (como Medicina ou Direito) sem comprometer necessidades vitais como alimentação e moradia, o que constitui uma falácia. Sugere-se, portanto, que o teto de renda do Prouni seja flexibilizado e indexado ao valor real da mensalidade do curso pretendido em cada IES, ou a um percentual realista da renda média, das classes C e D conforme os dados de renda média destas classes sociais calculados pelo IBGE.

Em paralelo, faz-se necessária a eliminação da "armadilha da renda" e da violência simbólica instaurada no ritual de concessão e renovação das bolsas. Atualmente, o ônus da análise socioeconômica recai sobre as IES privadas, exigindo que o estudante apresente a elas dezenas de documentos que, ironicamente, são emitidos pelo próprio poder público em muitos

casos. Essa terceirização gera um duplo passivo: para a instituição de ensino, gera o ônus administrativo e o desgaste na relação de acolhimento com o estudante (que tende a culpar a IES pela rigidez de uma regra que é estatal); para o Estado, abre margem a inconsistências, visto que a IES não possui os mesmos cruzamentos de dados que os sistemas integrados da Receita Federal.

Quanto a comprovação documental dos Prounistas, é que o Estado assuma a exclusividade e a centralização da análise socioeconômica via integração de dados governamentais (Gov.br e/ou Cadastro Único/CRAS, INSS e Receita Federal). O candidato não deve ser submetido à humilhação de "provar sua pobreza" no balcão da universidade privada. A análise da concessão e manutenção da bolsa devem ocorrer nos bastidores do sistema público, cabendo à IES privada tão somente a efetivação da matrícula acadêmica do estudante já validado pelo Estado.

Propõe-se, também a criação de uma margem de transição gradual, permitindo por exemplo, um aumento de renda de forma escalonada iniciando com os atuais 20% de majoração, chegando a 30% até 40% ou 50% na renda familiar ao longo do curso sem a perda imediata e punitiva da bolsa. O programa não pode continuar a exigir a estagnação na miséria como condição para a manutenção da concessão da bolsa Prouni.

Adicionalmente, a superação do ônus do capital geográfico demanda a formulação de um "Auxílio-Permanência Federal" atrelado ao Prouni, voltado especificamente para o custeio de transporte intermunicipal e moradia de estudantes em situação de migração. Por fim, o Estado deve intervir normativamente para exigir a sincronização dos calendários, obrigando as IES a iniciarem o semestre letivo para os Prounistas apenas após a conclusão oficial das chamadas do programa, ou exigindo a formulação de turmas especiais de nivelamento para bolsistas, cessando a desvantagem temporal no ingresso.

Para as IES privadas: a humanização no contexto da prática. No interior dos muros acadêmicos, a superação da "isonomia de fachada" exige que as IES reconheçam a materialidade da desigualdade. A principal recomendação é a estruturação de uma coordenação de apoio exclusiva para bolsistas, gerida por profissionais capacitados para compreender as vulnerabilidades de classe, desburocratizando o diálogo entre a instituição e o estudante.

Essa política de acolhimento deve vir acompanhada de programas de mentoria entre pares, conectando bolsistas veteranos a calouros, de modo a institucionalizar as redes de apoio que hoje ocorrem apenas entre os próprios bolsistas na "Família Prouni". O suporte material precisa ser democratizado, contemplando auxílios para instrumentos caros (como o *Vade Mecum* no Direito ou kits na área da Saúde), acesso subsidiado a cursos de idiomas e a

implementação de bandejões com valores populares ou subsídio para alimentação nas cantinas dentro dos Campi.

No campo da saúde e da vivência acadêmica, urge a criação de políticas de saúde mental sensíveis à classe. O suporte psicológico oferecido pela IES não pode tratar os diferentes de forma igualitária, é imperativo atuar com profissionais que compreendam o efeito histerese e o sofrimento gerado pela distinção cultural. Academicamente, a verdadeira formação humana integral (Paro, 2023) exige a democratização do pertencimento: a IES deve instituir bolsas 100%, cotas ou critérios afirmativos que garantam a inserção dos bolsistas Prouni em programas de Iniciação Científica (IC) e cursos de extensão, espaços que hoje lhes são frequentemente negados pela exigência de dedicação não remunerada ou pelos custos extras gerados.

Propostas de pesquisas futuras: as lacunas evidenciadas por este trabalho delineiam rotas necessárias para futuras investigações sociológicas e educacionais. Sugere-se o desenvolvimento de:

1. Estudos longitudinais com egressos (5 a 10 anos): Acompanhar a trajetória destes mesmos sujeitos em médio prazo para medir a efetividade da mobilidade social intergeracional e a resiliência do diploma no mercado.
2. Pesquisas comparativas de gestão institucional: Contrastar o acolhimento oferecido por IES de matriz comunitária e confessional (como a USF e a PUC) com as dinâmicas de permanência em universidades controladas por grupos educacionais de capital aberto (fundos de investimento).
3. Análises interseccionais: Desenvolver instrumentos quantitativos e qualitativos que cruzem, compulsoriamente, os marcadores de classe, raça e gênero, investigando os impactos específicos do programa sobre mulheres negras, mães solo e populações historicamente invisibilizadas no ensino superior privado.
4. A escuta dos invisíveis (os evadidos): conduzir investigações focadas exclusivamente naqueles que perderam a bolsa ou desistiram do curso, mapeando a anatomia do fracasso da política pública e o destino social desses sujeitos.

Retomada do problema e o veredito da hipótese: a presente investigação partiu da necessidade de compreender as complexas dinâmicas que envolvem o Prouni no contexto específico do interior paulista. A indagação central que guiou este percurso buscou desvelar como a dualidade intrínseca ao programa: sua face de política de inclusão social versus sua estrutura de subsídio ao mercado educacional privado e como esta dualidade impacta a permanência, a formação humana e a mobilidade social de seus beneficiários.

Ao confrontar o material empírico com as proposições iniciais, conclui-se que a hipótese central desta dissertação foi confirmada com mediações. A tese de que a eficácia real da política reside nos efeitos de segunda ordem (Ball, 1994), isto é, nos resultados de longo prazo como a diplomação e a inserção profissional, provou-se verdadeira, mas com uma ressalva sociológica fundamental: tais efeitos não são automáticos nem decorrentes puramente do texto da lei. A pesquisa demonstrou que a mobilidade social e a permanência institucional são conquistas laboriosas, mediadas pela capacidade dos sujeitos de realizar a conversão de capitais (Bourdieu, 2007). Em suma, o Prouni garante o assento, mas é o "suor" do estudante e o seu habitus de resistência que garantem o diploma, subvertendo as barreiras de um sistema que, na prática, individualiza o ônus da permanência.

Para atingir este veredito, percorreu-se um itinerário metodológico rigoroso, fundamentado na análise de conteúdo de Bardin (2016). O percurso incluiu o mapeamento do estado do conhecimento para identificar as lacunas da literatura nacional, a análise documental da Lei nº 11.096/2005 e das normativas internas da USF, culminando na escuta qualificada de 25 participantes por meio de questionários narrativos. Este arcabouço permitiu responder aos objetivos específicos propostos: evidenciou-se a "armadilha da renda" como mecanismo de controle, identificou-se a burocracia como forma de violência simbólica, mapeou-se a força das redes de apoio familiar e discente, e analisou-se a tensão entre a instrução instrumental e a formação humana integral (Paro, 2023).

Contudo, a honestidade acadêmica exige que estas considerações finais se debrucem também sobre os silêncios da pesquisa: aquilo que os dados apenas sinalizaram ou que as margens do estudo não permitiram aprofundar. Reconhece-se que aspectos como a interseccionalidade de gênero e raça nas trajetórias dos Prounistas, a comparação entre diferentes modelos de gestão de IES privadas (comunitárias vs. grupos de capital aberto) e a voz daqueles que evadiram do programa constituem zonas não exploradas. Abordar o que "não foi dito" não diminui o valor dos achados, mas consolida a maturidade deste trabalho ao situar o Prouni como um objeto em constante disputa e ainda carente de olhares que alcancem as suas fraturas mais invisíveis.

A força da educação como dignidade: ao concluir este percurso investigativo, é imperativo retornar ao ponto de partida: o Memorial que inaugurou estas páginas. A trajetória deste pesquisador, também é forjada nas entranhas do Prouni, encontrando eco e validação científica nas narrativas dos 25 sujeitos que generosamente compartilharam suas vidas nesta dissertação. O que se depreende, após o mergulho na legislação, nos documentos institucionais e na empiria, é que o Prouni se revela como uma política de inclusão profundamente contraditória. Ele amplia o acesso e democratiza o assento universitário, mas não conseguiu e nem pretende, eliminar as desigualdades estruturais que atravessam a vida da classe trabalhadora, ao contrário, ele as reconfigura no interior do campo acadêmico, exigindo dos bolsistas não apenas mérito intelectual, mas uma resistência heroica para permanecer em um território que, em sua face mercadológica, ainda lhes é estrangeiro.

Entretanto, para além da certificação técnica exigida pelo "mar de tubarões" do mercado, o que esta pesquisa desvelou foi a potência da educação como instrumento de humanização e conquista de dignidade. O Prouni no interior paulista, entre o cansaço das rodovias e o peso dos rituais burocráticos, permitiu que esses jovens deixassem de ser meros objetos da assistência estatal para se tornarem sujeitos de sua própria história. Conforme defende Paro (2023), a verdadeira educação ocorre quando o homem se apropria da cultura para conquistar sua autonomia. Ao subverterem a lógica da "isonomia de fachada" e transformarem o diploma em uma ferramenta de luta e consciência de classe, os Prounistas provam que o sentido do saber transcende o valor de troca do diploma.

Como sociedade, habituamo-nos a celebrar narrativas heroicas de superação. Aplaudimos o estudante que lê na van sob a luz do celular, aquele que abdica do sono, do lazer e da própria saúde física e mental para sustentar a busca de um diploma em meio à escassez. Contudo, ao analisar a dura materialidade dessas trajetórias, uma indagação reflexiva se impõe: se o sucesso de um bolsista do Prouni exige que ele suporte, em silêncio, a humilhação burocrática, o isolamento social, a exaustão logística e a violência simbólica de classe, o que estamos realmente avaliando? A reflexão final que esta pesquisa propõe é que o sistema meritocrático brasileiro, por vezes tão romantizado, não está premiando o talento, o intelecto ou a vocação; ele está, indiretamente e de forma cruel, medindo apenas quem consegue suportar o maior nível de sofrimento físico e psicológico sem entrar em colapso.

O Prouni não é um bilhete dourado, mas uma chave forjada no esforço coletivo de famílias, professores e dos próprios estudantes. A pesquisa mostrou que, apesar das violências simbólicas, da burocracia opressora e da geografia hostil, os bolsistas do interior paulista desenvolvem um *habitus* de resistência que lhes permite não apenas sobreviver, mas também

converter o diploma em emancipação econômica, política e existencial. O programa, portanto, democratiza o acesso, mas são os sujeitos, com suas redes e sua persistência e resistência, que democratizam o pertencimento e a mobilidade social. Que esta dissertação possa servir para que a sociedade, o Estado e as IES enxerguem o que ainda está não dito: sem políticas integradas de permanência, a inclusão será sempre uma promessa precária, carregada nas costas de quem já nasceu lutando.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Adriana Aparecida de Faria. **Acesso ao ensino superior**: narrativas de bolsistas Prouni do curso de Pedagogia de uma instituição comunitária do interior de São Paulo. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2022. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/4135226609223068.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- ALVES, Welington Rodrigues. **Programa Universidade para Todos (Prouni)**: o olhar dos egressos de uma universidade comunitária no estado de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2019. [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7872892](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7872892). Acesso em: 15 jan. 2026.
- AVELINO, Laiza Pâmela Rodrigues Soares. **O desenvolvimento além do esperado dos bolsistas Prouni**: um enfoque psicológico sob a luz das teorias motivacionais humanas. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1448>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BACCI FREIRE, Matheus Henrique; SIQUELLI, Sônia Aparecida. PROUNI (2014-2024): um estudo por meio do Ciclo de Políticas e Análise de Conteúdo. **Communitas**, Rio Branco, v. 10, n. 24, p. e9237, 2026. DOI: 10.29327/268346.10.24-17. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/9237>. Acesso em: 2 set. 2026.
- BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **Discourse: studies in the cultural politics of education**, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.
- BALL, S. J. **Education Reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASCONI, Tatiane Cristina Fernandes. **O Programa Universidade para Todos (Prouni) e a expansão do ensino superior brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014. Disponível em: [https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1717819](https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1717819). Acesso em: 15 jan. 2026.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Tradução de Maria Helena Veiga. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education and changing schools: contexts of policymaking and contemporary primary education**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2026. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12797.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12797.htm). Acesso em: 18 abr. 2026.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Programa de Bolsa Permanência [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022. Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (Lei do Prouni), para dispor sobre a elegibilidade e os critérios para a distribuição de bolsas de estudo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2022.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

FERNANDES, Leidiane Sousa Lima. **O Programa Universidade para Todos (Prouni): desafios e impasses para a democratização do ensino superior no município de Imperatriz – MA**. 2022. Dissertação (Mestrado em Formação Docente) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4757>. Acesso em: 15 jan. 2026.

FERREIRA, Denise Alves de Souza. **A universidade na formação dos sujeitos que participam de movimentos sociais e coletivos: dimensões, limites e possibilidades**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2019. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/5401>. Acesso em: 15 jan. 2026.

FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues. **As repercussões do Prouni na vida profissional dos egressos da UNAMA**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Amazônia, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8481>. Acesso em: 15 jan. 2026.

FRANCISCO, João Felipe Nascimento. **Ciclo de políticas para ensino superior (2016-2021): conjunturas-rompimentos-conservações**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2022. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/4393208354753561.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GHELERE, Lutiele da Silva. **O perfil do bolsista Prouni da UNESCO: entre os limites e as possibilidades do ensino superior**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1740287](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1740287). Acesso em: 15 jan. 2026.

GUIMARÃES, Antônio Ademar. **Prouni: possibilidades e desafios para a emancipação de bolsistas no atual contexto do mundo do trabalho**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9244?show=full>. Acesso em: 15 jan. 2026.

HOERNIG JUNIOR, Breno Arno. **Dimensões acadêmicas da trajetória de alunos vinculados ao Prouni nos cursos de Engenharia**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2021. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11423682](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11423682). Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2025 para Brasil e unidades da federação. **Agência de Notícias IBGE**, 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/45942-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2025-para-brasil-e-unidades-da-federacao>. Acesso em: 18 abr. 2026.

LEITE, Aurenice dos Santos. **A evasão no ensino superior: Prouni e Fies como políticas de acesso e redução da evasão: o que demonstram as pesquisas?** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11478777](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11478777). Acesso em: 15 jan. 2026.

LUCRI, Jean Lucas. **Estado e governança educacional: um estudo de caso do Prouni**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-27072016-191042/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MASCARENHAS, Ana Carolina Fernandes. **Análise do Prouni nas dimensões acadêmica e econômico-administrativa: estudo de caso de uma instituição de ensino no município de Salvador/Bahia**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18317>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MILCHAREK, Juliana. **O Programa Universidade para Todos (Prouni) e as trajetórias de discentes na formação avançada para educação brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9180>. Acesso em: 15 jan. 2026.

OLIVEIRA, Olivia Chaves de. **A democratização da educação superior e as ações de assistência estudantil na história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9943>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PARO, V. H. **Gestão, política, economia e ética na educação**. São Paulo: FEUSP, 2023.

PELETTI, Amilton Benedito. **Políticas de expansão do ensino superior a distância no Brasil nas primeiras décadas do século XXI: democratização do acesso ou uma das estratégias para maximização do lucro**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7410>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PEREIRA, Christiane Fagundes Guimarães. **Políticas neoliberais e acesso à educação superior: uma análise do Prouni**. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/26a8646c-1bb4-4bc0-a27c-5d94ec63ce86/full>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PIRES, Renata de Souza. **O Prouni sob a ótica de docentes e da direção do curso de pedagogia de uma instituição de ensino do interior do estado de São Paulo**. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7689092](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7689092). Acesso em: 15 jan. 2026.

ROCHA, Cleonice Silveira. **Por que eles abandonam? Evasão de bolsistas Prouni em licenciaturas**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4852?show=full>. Acesso em: 15 jan. 2026.

RODRIGUES, Fernando Oliveira. **As políticas para a educação superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do Prouni e Fies**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3335>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SALES, Iracema Melo Claudino. **Programa Universidade para Todos e acesso ao direito à educação superior: base normativa e significados na visão de beneficiários**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2766>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, Antonio Marcos dos. **A desigualdade no Programa Universidade para Todos:** revisão de literatura na plataforma Scielo. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11274619](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11274619). Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil:** incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8626>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, Jane Kelly de Freitas. **Os fatores que podem influenciar o desempenho de bolsistas Prouni da educação superior brasileira:** um olhar a partir da Nova Sociologia da Educação. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5078850](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5078850). Acesso em: 15 jan. 2026.

SCHMOELLER, Andréa Pavei. **Programas Fies e Prouni:** um estudo comparativo. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5162>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SEMESP. **Novo boletim:** reajuste de mensalidades. São Paulo: Semesp, set. 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/novo-boletim-reajuste-de-mensalidade-setembro-2025/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

SEMESP. **Pesquisa de mensalidades aplicadas no ensino superior 2025.** São Paulo: Semesp, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/pesquisa-de-mensalidades-aplicadas-no-ensino-superior-2025/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

SILVA, Sandra Maria Barbosa. **Perfil dos bolsistas do Prouni no estado do Tocantins:** democratização do acesso? 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3753>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SOUSA, Leila Maria Costa. **Financeirização da educação superior privado mercantil:** implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11861>. Acesso em: 15 jan. 2026.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF). **Informativo ProUni na USF:** Bolsas de Estudo de até 100%. Bragança Paulista: USF, [2026]. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/vestibular/prouni/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF). **Portaria PROEPE nº 115/2024.** Regulamenta o Regime Excepcional para afastamento de atividades acadêmicas. Bragança Paulista: Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2024. Disponível em:

<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/410/1739102783011270.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF). **Relação de Documentos Renovação Bolsa Prouni 2024**. Bragança Paulista. 2023a. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/252/436497976630942.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF). **Renovação de Bolsas Prouni 1º Semestre de 2024**. Bragança Paulista. 2023b. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/bolsas/prouni/index.vm?id=87540185>. Acesso em: 18 abr. 2026.

VAROLLO, Victor Marques. **Desafios e oportunidades no Prouni**: uma análise das percepções dos bolsistas. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10669155](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10669155). Acesso em: 15 jan. 2026.

VAZ, Suzanete Aparecida de Freitas. **As políticas para o ensino superior no governo Lula (2003 – 2010)**: análise dos pesquisadores. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3544>. Acesso em: 15 jan. 2026.

VIEIRA, Karina Sales. **Estudantes universitários de uma instituição privada e suas relações com o saber**: de espectadores a protagonistas. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4835>. Acesso em: 15 jan. 2026.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, Matheus Henrique Bacci Freire, acadêmico do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco, em Itatiba (SP), juntamente com a professora Dra. Sônia Aparecida Siquelli, docente e orientadora deste estudo, convidamos cordialmente a participar voluntariamente da pesquisa intitulada: “Prouni No Interior Paulista: Desafios, Permanência E Trajetórias De Egressos e Estudantes. Este documento, o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa fornecer todas as informações necessárias para que você decida, de forma livre e consciente, sobre sua participação. Por favor, leia com atenção e, caso tenha dúvidas, não hesite em perguntar ao pesquisador(a) responsável.

- 1. Justificativa e Objetivos da Pesquisa:** Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar os desafios que impactam a permanência de estudantes e egressos beneficiados pelo PROUNI, bem como o impacto do programa em suas trajetórias durante o curso e após a formação em uma IES do interior de São Paulo. A relevância deste estudo está na necessidade de compreender as dinâmicas específicas do PROUNI no contexto regional particular. Acreditamos que este estudo contribuirá para um diagnóstico detalhado sobre a experiência dos bolsistas, gerando conhecimento que possa oferecer subsídios para o aprimoramento de práticas de apoio na universidade e para a própria política do PROUNI.
- 2. Procedimentos da Pesquisa:** A coleta de dados consistirá em uma das seguintes etapas, conforme sua escolha e disponibilidade: Entrevistas/formulários online: A participação ocorrerá por meio de uma plataforma online (como o Google Forms) e terá duração estimada de 30 minutos. O roteiro abordará temas como seu ingresso na universidade, experiências de permanência (barreiras, estratégias e apoio recebido), sua percepção sobre o programa e os impactos do PROUNI em sua trajetória acadêmica, pessoal e profissional. Grupo Focal: A dinâmica ocorrerá em grupo, nas dependências da Universidade São Francisco, em data e horário previamente agendados, com duração estimada de 1 hora e 30 minutos. A conversa seguirá um roteiro similar ao da entrevista, buscando aprofundar coletivamente as mesmas temáticas sobre as vivências com o programa.
- 3. Riscos e Desconfortos:** A participação nesta pesquisa apresenta riscos mínimos. No entanto, é possível que, ao recordar certas experiências de sua trajetória, você sinta algum desconforto emocional ou constrangimento. Outro possível desconforto é o cansaço relacionado ao tempo da entrevista ou do grupo focal. Para minimizar qualquer desconforto, você terá o direito de não responder a qualquer pergunta que não desejar e poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem a necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo.
- 4. Benefícios:** Embora possa não haver benefício direto para você ao participar desta pesquisa, sua colaboração será de grande valor para aprofundar o conhecimento sobre as experiências de estudantes do Prouni. Os resultados poderão ajudar a universidade a aprimorar suas práticas de apoio aos estudantes e fornecer informações importantes para a melhoria da política pública do PROUNI, beneficiando futuros bolsistas.

**5. Confidencialidade e Proteção de Dados:** A confidencialidade de suas informações é garantida. Nenhum dado que possa identificá-lo(a), como seu nome ou informações de contato, será divulgado em qualquer fase da pesquisa, em relatórios ou em futuras publicações. Os dados coletados serão utilizados unicamente para os fins acadêmicos desta pesquisa. As informações serão armazenadas de forma segura em ambiente digital com acesso restrito apenas ao pesquisador responsável. Após a conclusão do estudo, os dados serão mantidos em arquivo seguro pelo período de 5 (cinco) anos para fins de verificação, conforme as regulamentações vigentes. Findo esse período, serão permanentemente eliminados/descartados de forma segura.

**6. Voluntariedade e Direito de Retirada:** Sua participação nesta pesquisa é inteiramente voluntária. Você tem o pleno direito de se recusar a participar ou de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem a necessidade de apresentar justificativa. A recusa ou retirada não acarretará qualquer tipo de penalidade, prejuízo ou perda de benefícios a que você tenha direito.

**7. Informações Adicionais e Contato:** Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, agora ou no futuro, você poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) responsável:

Nome: Matheus Henrique Bacci Freire - Telefone: (11) 9-5639-4061 - E-mail:

[freire.bacci@gmail.com](mailto:freire.bacci@gmail.com)

Se tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa ou questões éticas, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco (CEP-USF) situado na Avenida São Francisco de Assis, 218, sala 35, Bairro Cidade Universitária, CEP: 12916-000, Bragança Paulista/SP. Para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa: E-mail: [comiteetica@usf.edu.br](mailto:comiteetica@usf.edu.br) e Telefone: (11) 2454-8302.

**8. Consentimento de Participação:** O senhor(a) concorda em participar deste estudo? Em caso afirmativo, deverá ler a Declaração que segue e clicar em "Sim, eu concordo em participar".

Ao aceitar este termo, eu, abaixo identificado(a), declaro que:

1. Li e compreendi todas as informações apresentadas neste documento sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa.
2. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) responsável.
3. Compreendo que minha participação é voluntária e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade.
4. Concordo em participar do estudo de forma voluntária.
5. Estou ciente de que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Sua participação é voluntária e as informações serão tratadas com total confidencialidade, sendo usadas apenas para os fins acadêmicos desta pesquisa.

O preenchimento levará cerca de 15-30 minutos.

Agradeço imensamente sua colaboração!

E-mail\*:

Declaro que li as informações acima, compreendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar voluntariamente. Entendo que posso desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Sim, eu concordo em participar:

## **APÊNDICE B - Termo de confidencialidade**

**Título do projeto:** PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES.

**Pesquisador responsável:** Matheus Henrique Bacci Freire.

**Professora Orientadora:** Sônia Aparecida Siquelli.

**Instituição/Departamento:** Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco - Itatiba/SP

**Telefone para contato:** (11) 95639-4061 – e-mail: matheus.bacci@mail.usf.edu.br  
(19) 99821-5712 – e-mail: sonia.siquelli@usf.edu.br

**Local da coleta de dados:** Universidade São Francisco – Formulário Google – Plataforma Google Meet.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados em formulários do google, entrevistas e grupo focal na Universidade São Francisco e/ou remotamente via plataforma google meet. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em arquivos salvos no google drive por um período de 5 anos sob a responsabilidade do Sr. Matheus Henrique Bacci Freire. Após este período, os dados serão destruídos.

Bragança Paulista, 01 de julho de 2025

**Matheus Henrique Bacci Freire** freire.bacci@gmail.com /  
(11) 95639-4061  
Mestrando em Educação, Universidade São Francisco - USF

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sônia Aparecida Siquelli**  
sonia.siquelli@usf.edu.br  
Universidade São Francisco - USF

### APÊNDICE C - Termo de compromisso de utilização de dados

Nós abaixo assinado(s), pesquisadores envolvidos no projeto de título PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos armazenados no google drive, na plataforma google meet e na instituição de coleta Universidade São Francisco campus Bragança Paulista e Itatiba bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e as Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde.

Informo que os dados a serem coletados dizem respeito formulários on-line, entrevistas e/ou grupos focais realizados de forma remota ou na instituição de coleta previsto para ocorrer entre as datas de: 20/08/2025 a 30/09/2025

Bragança Paulista, 01 de julho de 2025

Envolvidos na manipulação e coleta dos dados:

| Nome completo                  | CPF            | Assinatura |
|--------------------------------|----------------|------------|
| Matheus Henrique Bacci Freire. | 421.828.468-75 |            |
| Sônia Aparecida Siquelli.      | 079.850.998-83 |            |

## **APÊNDICE D - Apresentação do instrumento de coleta de dados para apreciação do comitê de ética em pesquisa (CEP)**

**Título da Pesquisa:** PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES

**Pesquisador Responsável:** Matheus Henrique Bacci Freire

**Orientadora Responsável:** Profª Dra Sônia Aparecida Siquelli

**Instrumento:** Questionário Online (Google Forms)

**Link Google Forms:** [PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS.](#)

### **Introdução e Objetivo do Instrumento**

O presente documento descreve o questionário online desenvolvido como principal instrumento para a coleta de dados da pesquisa "PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES". Este formulário tem como objetivo central coletar informações diretamente de estudantes e egressos beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a fim de investigar os desafios que impactam sua permanência no ensino superior e os efeitos do programa em suas trajetórias acadêmicas, pessoais e profissionais.

O instrumento foi estruturado para ser respondido de forma voluntária e anônima, com duração estimada de 15 a 30 minutos, visando aprofundar a compreensão sobre a experiência desses indivíduos em uma IES do interior de São Paulo.

### **Estrutura do Questionário**

O formulário está dividido em cinco seções principais, organizadas de forma lógica para facilitar o preenchimento pelo participante e garantir a coleta dos dados necessários para atingir os objetivos da pesquisa.

**1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):** A primeira parte do formulário apresenta ao participante os objetivos da pesquisa, garante a voluntariedade da participação e a confidencialidade das informações. A continuação do preenchimento está condicionada à leitura e concordância com os termos, onde o participante deve marcar a opção "Sim, eu concordo em participar". Este procedimento assegura que o consentimento seja obtido de forma livre e esclarecida antes do início da coleta de dados.

**Seção 2: Perfil e Ingresso na Universidade:** Esta seção é dedicada a traçar o perfil sociodemográfico e educacional dos respondentes. Inclui questões sobre ser estudante ou egresso, sexo, idade, local de residência, trajetória escolar pré-universitária (escola pública ou particular), curso, instituição, semestre e tipo de bolsa PROUNI (integral ou parcial). Adicionalmente, contém perguntas abertas sobre a situação socioeconômica familiar antes do ingresso, o primeiro contato com o PROUNI e os motivos da escolha do curso e da instituição.

**Seção 3: Desafios e Permanência na Graduação:** O foco desta seção é investigar as experiências e os desafios enfrentados pelos bolsistas durante a graduação. São abordados temas como o trancamento de matrícula e seus motivos, bem como uma pergunta aberta para que o participante descreva os principais desafios financeiros, sociais, culturais e de aprendizagem. Inclui também uma questão em escala sobre o sentimento de acolhimento e pertencimento institucional e perguntas abertas sobre a construção de redes de apoio e a percepção sobre o suporte oferecido pela universidade.

**Seção 4: Percepções sobre o PROUNI e Impactos:** Nesta parte, busca-se compreender a percepção do participante sobre o programa e seus efeitos. As perguntas abertas convidam à reflexão sobre o significado do PROUNI na vida do respondente, as transformações nas perspectivas de futuro e o impacto do diploma na inserção profissional e na mobilidade social. Por fim, uma questão investiga a percepção sobre a eficácia do programa em promover uma inclusão efetiva, bem como suas possíveis contradições e limitações.

**Seção 5: Encerramento e Contato Futuro:** A seção final agradece a participação e oferece um campo opcional para que o respondente deixe um e-mail de contato, caso tenha interesse em conhecer os resultados da pesquisa ou em participar de etapas futuras, como entrevistas ou grupos focais. É reforçado que o fornecimento desta informação é opcional e que o dado será mantido em sigilo.

### **Confidencialidade, Sigilo e Análise dos Dados**

Reitera-se que todas as respostas serão tratadas com total confidencialidade e utilizadas exclusivamente para os fins acadêmicos desta pesquisa, conforme informado aos participantes na introdução do formulário. Os dados coletados serão analisados de forma agregada e qualitativa para identificar padrões, desafios e percepções que contribuam para um diagnóstico aprofundado sobre a política do PROUNI no contexto regional específico, em alinhamento com os objetivos do projeto.

### **Roteiro para Entrevista Semiestruturada (via Google Formulários)**

#### **Seção 1 - Apresentação e Consentimento:**

Olá! Meu nome é Matheus Henrique Bacci Freire e sou mestrando em Educação pela Universidade São Francisco, orientado pela Profª Dra Sônia Aparecida Siquelli. Esta pesquisa, intitulada "PROUNI

NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES", busca investigar os desafios e os impactos do PROUNI na sua trajetória.

Sua participação é voluntária e as informações serão tratadas com total confidencialidade, sendo usadas apenas para os fins acadêmicos desta pesquisa. O preenchimento levará cerca de 15-30 minutos.

Agradeço imensamente sua colaboração!

“Declaro que li as informações acima, compreendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar voluntariamente. Entendo que posso desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo.”

#### **Seção 2: Perfil do Estudante/Egressos e Ingresso na Universidade**

O objetivo deste bloco é traçar um perfil socioeconômico e cultural do participante, compreendendo sua trajetória até a universidade e a escolha pelo PROUNI.

**Sou estudante em curso ou egresso? (Questão de múltipla escolha)**

Estudante (estou cursando atualmente)

Egresso (concluí com a bolsa PROUNI e prossegui meus estudos na Pós-graduação)

**Sexo? (Questão de múltipla escolha)**

Masculino

Feminino

Prefiro não declarar

**Idade? (Questão de resposta curta)**

**Bairro e Cidade que mora atualmente? (Questão de resposta curta)**

**Bairro e Cidade que nasceu? (Questão de resposta curta)**

**Estudou em escola pública? (Questão de múltipla escolha)**

Sim

Não

Estudei na pública e na particular

**Curso de Matrícula? (Questão de múltipla escolha)**

Administração, Ciências Contábeis, Direito, Medicina, Pedagogia, Pós Graduação, Outro:

**Ano de Ingresso? (Questão de resposta curta)**

**Instituição de Ensino que cursa(ou) a Graduação? (Questão de múltipla escolha com possível resposta curta)**

Universidade São Francisco, Outra:

**Semestre de matrícula (apenas Graduação)? (Questão de múltipla escolha)**

1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º

**Bolsa Prouni? (Questão de múltipla escolha)**

Possuo Bolsa Integral (100%)

Possuo Bolsa Parcial (50%)

Tive Bolsa PROUNI e perdi

### **Seção 3: Desafios e Permanência na Graduação:**

**Formação e Transição para o Ensino Superior:** "Você poderia nos contar um pouco sobre sua situação familiar e socioeconômica antes de ingressar na universidade? (Esta pergunta busca entender o capital cultural pregresso, alinhado à teoria de Bourdieu).

**O PROUNI como Caminho:** "Como você conheceu o PROUNI e o que o levou a optar pelo programa para ingressar na universidade? Havia outras opções em vista?" (Investiga o acesso e a centralidade do programa na trajetória do estudante).

**Escolha do Curso e da Instituição:** "Por que você escolheu este curso e esta instituição especificamente? A localização no interior paulista foi um fator decisivo na sua escolha?" (Relaciona-se com a hipótese sobre a escolha da IES pela proximidade). Seção 3: Desafios, Permanência e Experiências na Graduação

Este bloco foca em compreender as barreiras e as estratégias de permanência, dialogando com os objetivos específicos da pesquisa.

**Trancou a matrícula alguma vez?** (Questão de múltipla escolha)

Sim

Não

**Trancamento:** Se já trancou alguma vez poderia nos contar o que motivou a opção pelo trancamento? Se nunca trancou já pensou em ter que trancar? Por qual motivo?

**Desafios na Trajetória Acadêmica:** "Pensando na sua jornada na universidade, quais foram ou têm sido os maiores desafios (financeiros, sociais, culturais ou de aprendizagem) que você enfrentou como bolsista PROUNI?" (Alinhado à investigação das barreiras socioeconômicas e culturais e aos estudos de Rocha (2015) e Varollo (2021)).

**Redes de Apoio e Pertencimento:** Pensando nas suas relações dentro da universidade, como você descreveria seu sentimento de acolhimento e pertencimento à instituição? (Questão de escala sendo 1 Nada acolhido / Não me sentia pertencente a 5 Muito acolhido / Me sentia totalmente pertencente)

Você construiu redes de amizade e apoio com outros colegas, bolsistas ou não? Como você descreveria sua relação com a instituição e o sentimento de pertencer a ela?" (Explora a hipótese sobre o capital social no interior e a importância das redes de apoio, como aponta Varollo (2021)).

**Apoio Institucional:** "Além da bolsa, a universidade ofereceu algum outro tipo de suporte (pedagógico, psicossocial, material) que foi importante para sua permanência? Em sua opinião, o que a instituição poderia fazer para apoiar melhor os estudantes do PROUNI?" (Investiga os fatores institucionais de permanência).

#### **Seção 4: Percepções sobre o PROUNI e Impactos na Trajetória**

O foco aqui é analisar a percepção do participante sobre o programa e seus efeitos em sua vida pessoal, acadêmica e profissional, abordando os objetivos 4 e 5 da pesquisa.

**Significado do PROUNI:** "Olhando para sua trajetória, qual o significado do PROUNI para você? Como você acredita que sua vida seria diferente hoje se não tivesse tido acesso ao programa?" (Busca compreender a percepção dos estudantes, em diálogo com Alvarez (2022) e Varollo (2021)).

**Transformações e Aquisição de Capitais:** "De que maneira a experiência na universidade, viabilizada pelo PROUNI, transformou suas perspectivas de futuro e suas relações sociais? Você sente que adquiriu novos conhecimentos e habilidades que vão além do diploma?" (Analisa a aquisição de novos capitais (cultural e social) a partir da teoria de Bourdieu).

**Impacto Profissional e Mobilidade Social:** "Como o diploma obtido através do PROUNI impactou (ou você espera que impacte) sua inserção no mercado de trabalho aqui no interior? Você acredita que o programa contribuiu para uma mudança na sua condição de renda e posição social?" (Investiga a conversão de capital cultural em capital econômico, alinhado à hipótese da pesquisa e ao estudo de Ferreira (2016)).

**PROUNI: Inclusão ou Contradição?** "Com base na sua experiência, você diria que o PROUNI é eficaz em promover uma inclusão verdadeira no ensino superior? Você percebe alguma contradição ou limitação no programa?" (Dialoga com a análise crítica de Pereira (2020) e a questão de pesquisa sobre a eficácia do programa).

#### **Seção 5: Encerramento**

Agradecemos imensamente a sua participação! Suas respostas são muito valiosas para esta pesquisa.

Caso queira, deixe seu e-mail para contato se tiver interesse em saber os resultados da pesquisa ou se estiver disposto(a) a participar de uma entrevista ou grupo focal para aprofundar os temas. (Este dado será mantido em sigilo).

#### **Desenho da Pesquisa:**

1. Tipo de Estudo: A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem predominantemente qualitativa. O estudo busca aprofundar a compreensão das experiências de estudantes e egressos do Programa Universidade para Todos (Prouni). Caracteriza-se como uma pesquisa de campo que empregará análise documental, entrevistas semiestruturadas e/ou grupos focais.
2. Local da Pesquisa: O estudo será realizado em uma IES (IES) filantrópica, a Universidade São Francisco (USF), situada no interior do estado de São Paulo. As atividades de campo, como a coleta de dados com os participantes, estão planejadas para ocorrer nos campi de Bragança Paulista e Itatiba, mediante as devidas autorizações institucionais.
3. População e Amostra: A população-alvo do estudo será composta por dois grupos distintos: Estudantes em curso: Serão convidados a participar bolsistas do Prouni que estejam matriculados nos cursos de Medicina, Direito, Pedagogia, Administração e

Ciências Contábeis no campus de Bragança Paulista. A seleção destes cursos visa representar uma diversidade de perfis e trajetórias. Egressos: Serão convidados ex-bolsistas do Prouni que concluíram a graduação e continuaram seus estudos em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu na mesma instituição

4. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados. A coleta de dados será realizada por meio dos seguintes instrumentos e procedimentos: Análise Documental: Serão analisados documentos como a legislação do Prouni (Lei nº 11.096/2005 e MP nº 213/2004), normativas internas e editais da IES, e dados secundários anonimizados sobre o perfil dos bolsistas, que serão solicitados ao Núcleo de Registro e Controle Acadêmico (NRCA) após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética. Entrevista Semiestruturada Individual: Serão conduzidas conversas com um roteiro flexível, com duração estimada de 60 minutos ou aplicação de questionário via formulários do google. As entrevistas e aplicação do questionário poderão ser agendadas de forma presencial ou virtual, conforme a disponibilidade do participante.
5. Análise dos Dados: Os dados qualitativos, provenientes das transcrições de entrevistas e grupos focais, serão examinados por meio da Análise de Conteúdo, seguindo as etapas propostas por Bardin (2016). O processo consistirá em: pré-análise, exploração do material através de codificação e categorização, e tratamento dos resultados com inferência e interpretação. A análise será fundamentada nos objetivos da pesquisa, no diálogo com a literatura de referência e na teoria dos capitais de Bourdieu.
6. Aspectos Éticos: O projeto seguirá rigorosamente as diretrizes éticas para pesquisa envolvendo seres humanos. Submissão ao CEP: O projeto será submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade São Francisco. A coleta de dados com participantes só começará após a emissão do parecer favorável. Consentimento: A participação é voluntária. Todos os participantes serão informados sobre a pesquisa e convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O termo assegura o direito de recusar a participação ou de retirá-la a qualquer momento, sem necessidade de justificativa ou qualquer prejuízo. Confidencialidade: A confidencialidade dos dados é garantida. Nenhuma informação que possa identificar os participantes será divulgada. Os dados coletados serão usados estritamente para os fins acadêmicos desta pesquisa. Riscos e Benefícios: Os riscos da participação são considerados mínimos, podendo envolver desconforto emocional ao recordar experiências ou cansaço relacionado ao tempo da entrevista. Embora não haja benefícios diretos, a colaboração dos participantes poderá contribuir para a melhoria de práticas de apoio na universidade e para o aprimoramento da política do Prouni. Armazenamento de Dados: Os dados serão armazenados de forma segura em ambiente digital com acesso restrito ao pesquisador. Serão mantidos por um período de cinco anos para fins de verificação e, após esse prazo, serão eliminados de forma segura. 7. Cronograma: As etapas da pesquisa relevantes para o Comitê de Ética seguirão o cronograma abaixo: Protocolo do Projeto no CEP: 1º semestre de 2025. Realização das Entrevistas e Grupos Focais: 2º semestre de 2025, a ser iniciada após a aprovação do CEP. Análise de Conteúdo dos Dados: A partir do 2º semestre de 2025 até o 2º semestre de 2026.

## ANEXOS

### ANEXO A - Autorização para coleta dos dados

Bragança Paulista, 01 de julho de 2025.

**Ao Diretor(a) da Universidade São Francisco – USF**

**Assunto: Solicitação de Autorização para Coleta de Dados de Pesquisa de Mestrado**

Prezado(a) Diretor(a),

Venho, por meio desta, solicitar à Vossa Senhoria autorização para conduzir a etapa de coleta de dados da minha pesquisa de Mestrado em Educação. A pesquisa é vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco - USF, campus Itatiba, SP. As atividades de pesquisa serão realizadas nas instalações dos campi de Bragança Paulista e Itatiba e envolverão:

- **Grupos Focais:** Realização de encontros presenciais com estudantes e egressos beneficiários do PROUNI, em datas e horários previamente agendados para não interferir nas atividades acadêmicas.
- **Entrevistas:** Aplicação de formulários online com o mesmo público para aprofundar as questões investigadas.

A pesquisa pretende investigar os principais desafios que impactam a permanência de estudantes e egressos do PROUNI e como o programa reconfigura suas trajetórias acadêmicas, pessoais e profissionais no contexto do interior paulista. O objetivo é contribuir para o debate sobre políticas de inclusão e para o aprimoramento das estratégias de apoio aos estudantes. Vale ressaltar que a coleta de dados dependerá do consentimento formal dos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e será realizada somente após a aprovação final do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da USF.

Agradeço antecipadamente por sua compreensão e apoio.

Atenciosamente,

Matheus Henrique Bacci Freire  
freire.bacci@gmail.com / (11) 95639-4061  
Mestrando em Educação, Universidade São Francisco - USF

Matheus Henrique Bacci Freire  
freire.bacci@gmail.com / (11) 95639-4061  
Mestrando em Educação, Universidade São Francisco - USF

Matheus Henrique Bacci Freire  
freire.bacci@gmail.com / (11) 95639-4061  
Mestrando em Educação, Universidade São Francisco - USF

**Orientadora: Profª. Drª. Sônia Aparecida Siquelli**  
sonia.siquelli@usf.edu.br  
Universidade São Francisco - USF

Rodrigo Ribeiro de Paiva  
Administrador  
Universidade São Francisco

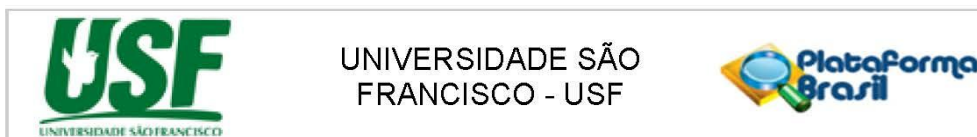
Assinatura Direção:



Data:

10/7/2025

## ANEXO B - Parecer consubstanciado do CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PROUNI NO INTERIOR PAULISTA: DESAFIOS, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES.

**Pesquisador:** MATHEUS HENRIQUE BACCI FREIRE

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 89871525.1.0000.5514

**Instituição Proponente:** Universidade São Francisco-SP

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.867.827

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa de mestrado em Educação, vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, que propõe uma investigação sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni) em uma instituição de ensino superior (IES) filantrópica no interior de São Paulo. A abordagem metodológica é predominantemente qualitativa, buscando aprofundar a compreensão das experiências de estudantes e egressos. A metodologia envolve um levantamento do estado do conhecimento a partir de 32 trabalhos acadêmicos, análise documental da legislação do Prouni e de documentos da IES e a realização de entrevistas semiestruturadas e grupos focais com estudantes e egressos do programa.

#### Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo investigar os desafios que impactam a permanência de estudantes beneficiados pelo PROUNI até a conclusão da graduação e o impacto desta política em suas trajetórias (durante o curso e pós-graduação) em uma instituição de ensino superior do interior de São Paulo. Tem ainda como objetivos secundários: Discutir se o PROUNI cumpre o objetivo de promoção da inclusão acadêmica e manutenção dos estudantes na IES pesquisada. Identificar as barreiras sociais, econômicas e culturais enfrentadas por estes estudantes. Analisar os fatores (institucionais, pedagógicos, psicossociais, materiais) que influenciam a permanência dos estudantes no curso e compreender as correlações entre os fatores

**Endereço:** Av. São Francisco de Assis, nº 218, sala 35, prédio central

**Bairro:** Cidade Universitária

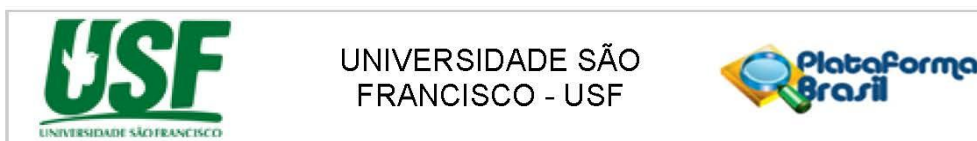
**CEP:** 12.916-900

**UF:** SP

**Município:** BRAGANÇA PAULISTA

**Telefone:** (11)2454-8302

**E-mail:** comiteetica@usf.edu.br



Continuação do Parecer: 7.867.827

acadêmicos e os contextos sociais dos estudantes na IES pesquisada. Investigar a percepção dos estudantes (em curso) sobre o PROUNI e as consequências em suas trajetórias acadêmicas e pessoais. Investigar os impactos desta política nas trajetórias de estudantes já formados (egressos).

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A participação nesta pesquisa apresenta riscos mínimos. No entanto, é possível que, ao recordar certas experiências de sua trajetória, o participante sinta algum desconforto emocional ou constrangimento. Outro possível desconforto é o cansaço relacionado ao tempo da entrevista ou do grupo focal. Para minimizar qualquer desconforto, o participante terá o direito de não responder a qualquer pergunta que não desejar e poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem a necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto apresenta justificativa e objetivos pertinentes à proposta de investigação. O estudo apresenta o referencial teórico que dará suporte à pesquisa, o procedimento metodológico (análise documental, entrevistas e grupo focal), bem como local e sujeitos participantes da pesquisa. O projeto é exequível dentro do tempo em que será realizado.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos estão dentro dos critérios propostos pelo referido comitê de ética.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado.

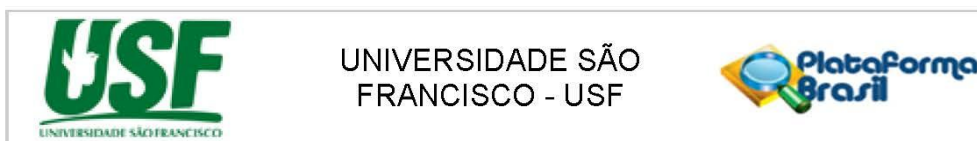
#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

APÓS DISCUSSÃO EM REUNIÃO DO DIA 25/09/2025, O COLEGIADO DELIBEROU PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISAS. SENDO OBRIGATÓRIO O ENVIO DE RELATÓRIOS PARCIAIS DE SEIS EM SEIS MESES E APÓS A CONCLUSÃO DO PROJETO É OBRIGATÓRIO O ENVIO DO RELATÓRIO FINAL PARA ENCERRAMENTO DO PROJETO.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                 | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                     | Situação |
|--------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2584197.pdf | 17/09/2025<br>11:09:11 |                           | Aceito   |
| Outros                         | CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS_CEP_VERSAO_IV.pdf   | 17/09/2025<br>11:05:13 | MATHEUS<br>HENRIQUE BACCI | Aceito   |

**Endereço:** Av. São Francisco de Assis, nº 218, sala 35, prédio central  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 12.916-900  
**UF:** SP **Município:** BRAGANCA PAULISTA  
**Telefone:** (11)2454-8302 **E-mail:** comiteetica@usf.edu.br



Continuação do Parecer: 7.867.827

|                                                                    |                                                 |                        |                                     |        |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------|-------------------------------------|--------|
| Outros                                                             | CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS_C<br>EP_VERSAO_IV.pdf | 17/09/2025<br>11:05:13 | FREIRE                              | Aceito |
| Projeto Detalhado /<br>Brochura<br>Investigador                    | BROCHURA_DO_PROJETO_VERSAO<br>_IV.pdf           | 17/09/2025<br>11:03:05 | MATHEUS<br>HENRIQUE BACCI<br>FREIRE | Aceito |
| TCLE / Termos de<br>Assentimento /<br>Justificativa de<br>Ausência | TCLE.pdf                                        | 14/08/2025<br>06:59:33 | MATHEUS<br>HENRIQUE BACCI<br>FREIRE | Aceito |
| Folha de Rosto                                                     | folhaDeRosto_assinado.pdf                       | 17/06/2025<br>22:51:54 | MATHEUS<br>HENRIQUE BACCI<br>FREIRE | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRAGANCA PAULISTA, 29 de Setembro de 2025

---

Assinado por:  
Miguel Simão Haddad Filho  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. São Francisco de Assis, nº 218, sala 35, prédio central  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 12.916-900  
**UF:** SP **Município:** BRAGANCA PAULISTA  
**Telefone:** (11)2454-8302 **E-mail:** comiteetica@usf.edu.br